

# QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2010

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

## 1. Abertura do período de sessões

*(A sessão tem início às 09h35)*

## 2. Comunicação da Presidência

**Presidente.** – Gostaria de informar a Assembleia que recebi uma carta do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, na qual ele me comunica a decisão do Conselho Europeu de consultar o Parlamento Europeu sobre a proposta do Governo espanhol relativa à composição do Parlamento Europeu e de solicitar a autorização do Parlamento para não convocar uma Convenção sobre esta matéria. Trata-se da questão dos 18 deputados suplementares ao Parlamento Europeu. Remeti a proposta à Comissão dos Assuntos Constitucionais, que acaba de iniciar os seus trabalhos sobre este assunto e em breve irá designar um relator. Os trabalhos sobre esta matéria prosseguirão.

Gostaria também de vos dizer que, na sequência da decisão do Governo búlgaro de retirar a sua candidata a Comissária indigitada, este governo propôs uma nova candidata. A Conferência dos Presidentes decidirá amanhã sobre o calendário final, mas a data mais provável para a audição do novo Comissário indigitado é 3 de Fevereiro, com a votação a 9 de Fevereiro. Isso também depende, naturalmente, de uma decisão do Senhor Presidente Barroso e das suas conversas com o candidato recém-nomeado pelo Governo búlgaro. Nada foi ainda definido, mas eu queria que a Assembleia dispusesse desta informação geral sobre quais serão os nossos próximos passos. Seja como for, o Parlamento Europeu terá pleno controlo sobre a situação. Não há aqui situações excepcionais e estamos a actuar de acordo com procedimentos democráticos. Esses procedimentos são de fundamental importância para nós e é assim que o Parlamento Europeu irá sempre trabalhar sob a minha Presidência.

Gostaria ainda de vos falar sobre a forma como o Parlamento Europeu prevê trabalhar com a Presidência permanente de dois anos e meio da União Europeia e do Conselho Europeu e como irá trabalhar com a Presidência rotativa. A Presidência rotativa, neste caso, a Presidência espanhola, irá como sempre apresentar o seu plano de acção para seis meses no início do semestre e apresentará depois um relatório sobre o seu trabalho no final desse período. A Presidência permanente do Conselho Europeu apresentará os resultados do seu trabalho nas cimeiras europeias. Como sabem, em cada semestre há duas cimeiras e o Presidente do Conselho Europeu apresentará os resultados da cimeira duas vezes em cada período, por conseguinte, quatro vezes por ano.

## 3. Apresentação do programa da Presidência espanhola (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a declaração do Conselho sobre a apresentação do programa da Presidência espanhola.

**José Luis Rodríguez Zapatero,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que dirija as minhas primeiras palavras a um país que está a sofrer a dor e a tragédia: o Haiti.

Sei que todos nós partilhamos a preocupação, a solidariedade e o compromisso de todas as instituições da União Europeia, a começar pela Presidência rotativa, a Comissão, o Conselho e o Parlamento, para com um país que está a sofrer, para com um povo dilacerado pela morte, pela destruição e pela violência, na sequência de uma história de pobreza e também de conflito.

São poucas as ocasiões em que podemos mostrar aquilo que podemos fazer enquanto Europeus da forma como o vamos fazer em resposta à tragédia no Haiti. Vamos demonstrar o nosso compromisso para com o que está a acontecer no mundo e para com os países que mais sofrem.

Desde o primeiro momento, na Presidência rotativa e em coordenação com a Comissão e o Alto Representante, procurámos responder à tragédia no Haiti. Na passada segunda-feira, reuniu-se o Conselho de Ministros do

Desenvolvimento e, na próxima segunda-feira, irá reunir-se o Conselho "Assuntos Gerais" para estabelecer um plano de resposta rápida em termos de ajuda e cooperação humanitária em todas as frentes, para o futuro do Haiti. Estou plenamente convencido de que a resposta da comunidade internacional será uma resposta forte e coesa e de que a União Europeia irá estar à altura da ocasião. Em resposta à tragédia no Haiti, os únicos protagonistas devem ser as pessoas que ali sofrem, e eu espero e confio que tudo faremos para ajudar a pôr em marcha uma recuperação total. Tanto a sociedade europeia como, acima de tudo, as nossas convicções mais profundas exigem-no.

Senhor Presidente, é uma honra para mim estar hoje aqui diante de si, para explicar as principais prioridades da Presidência rotativa espanhola para os próximos seis meses. É mais do que uma honra, é uma grande honra. E é uma grande honra, porque falo em nome de um país que, nos próximos seis meses, estará a comemorar o 25.º aniversário da sua adesão àquilo que eram então as Comunidades Europeias.

Falo em nome de um país europeu e pró-Europa, um país que, nos últimos 25 anos, sofreu uma grande transformação em termos de progresso e de bem-estar, em grande parte devido ao facto de fazer parte da União Europeia. A Europa foi o sonho de gerações, de muitas gerações de Espanhóis, foi o sonho da democracia, da abertura ao mundo, do progresso, do bem-estar, do Estado social, da liberdade. E foi isso que vimos na Europa, que nos foi trazido pela Europa e que nós trouxemos para a Europa.

Vinte e cinco anos depois, sentimo-nos fiéis à Europa e empenhados na União, e não há maneira mais forte de ser leal e estar empenhado na Europa do que exercer a responsabilidade de fazer compromissos, tomar iniciativas e apresentar propostas. É isso que pretendemos fazer nos próximos seis meses.

Serão seis meses de mudança, porque assumimos a Presidência rotativa num momento de mudança económica, em resultado da crise financeira mais grave dos últimos oitenta anos. É um momento de mudança política devido ao Tratado de Lisboa, que está a mudar a maneira como a União Europeia é governada. É um momento de mudança nas relações externas, porque o fenómeno da globalização está a crescer e há novos países emergentes. É também um momento de mudança em termos da relação que a Europa precisa de ter com os cidadãos europeus, de modo a pôr em prática tudo o que foi estabelecido pelo Tratado de Lisboa. Será, por consequência, um momento de mudança em duas circunstâncias, em particular: em primeiro lugar, a grave crise económica que atravessamos e, em segundo lugar, o Tratado de Lisboa e as novas relações institucionais que ele envolve.

No que se refere à crise económica, gostaria de dizer o seguinte. Estamos cientes de que se trata de uma crise muito mais grave do que todas as que vivemos nos últimos oitenta anos, e sabemos que, como então aconteceu, nunca tinha havido uma redução tão drástica na produção global e no comércio internacional. Estamos cientes das graves consequências que trouxe ao mundo e à União Europeia. O número de desempregados aumentou em oito milhões, muitos dos quais estão, na verdade, no meu país. Houve um efeito nas finanças públicas e, por consequência, nas perspectivas de estabilidade financeira, que nos levou e continua a levar-nos a tomar medidas urgentes de cooperação. Levou-nos também a considerar fazer mudanças na economia europeia e na sua capacidade de produção, e a procurar melhorar a competitividade do conjunto da União Europeia.

Temos de continuar a manter os estímulos fiscais até a recuperação ser uma realidade. Temos de nos comprometer a manter o Pacto de Estabilidade e a cumprir as indicações da Comissão para 2013. Temos também de definir uma estratégia económica para 2020, que a Comissão está a elaborar e que, na opinião da Presidência rotativa espanhola, deverá ser uma questão-chave nos próximos seis meses.

Sabemos quais são os pontos fortes e os pontos fracos da União Europeia. Sabemos que, desde meados da década de 1990, temos vindo a perder a nossa capacidade de crescimento económico, o nosso potencial de crescimento económico. Sabemos que, desde meados da década de 1990, temos vindo a perder produtividade relativa para as grandes economias com quem competimos. Sabemos também que temos dificuldades em algumas áreas específicas que irão determinar o futuro do nosso crescimento, da nossa competitividade e da nossa inovação num mundo globalizado.

No entanto, temos também pontos fortes e convém recordá-los. Os nossos pontos fortes são claros: representamos quase um terço do PIB mundial. Somos, incontestavelmente, a maior potência exportadora e a segunda maior potência, logo a seguir aos Estados Unidos, em termos de investigação, desenvolvimento e inovação. Representamos quase 60% da ajuda global ao desenvolvimento, o que constitui um grande ponto forte da União Europeia.

Que prioridades considera Espanha fundamentais para restaurar o poder económico da Europa e para criar uma economia sustentável do ponto de vista competitivo, ambiental e social? Referirei quatro temas principais que quero promover, e que deverão ser incluídos na Estratégia 2020. Gostaria de resumir-los dizendo que, em termos da economia, a União Europeia tem de apostar em si mesma. É preciso avançar com a união económica e a cooperação, começando pelo sentido de responsabilidade dos Estados-Membros, mas garantindo também que as instituições comunitárias, nomeadamente a Comissão, tenham novos poderes para conduzir e alcançar objectivos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, nos últimos dez anos, a nossa dependência energética aumentou nove pontos percentuais e esta é uma das principais áreas em que temos de tomar medidas e fazer alterações. A dependência energética aumentou de 44% para 53% no conjunto da União Europeia. Estes nove pontos percentuais totalizam exactamente 64 milhões de euros que enviamos para outros países enquanto União Europeia. Sabem o que representa este montante? Representa praticamente a mesma quantia gasta por todos os países da União Europeia em investimento público em investigação, desenvolvimento e inovação. Temos de alterar a nossa dependência energética e reduzi-la, porque, caso contrário, a nossa fragilidade económica irá aumentar.

O que é preciso fazer? Foram feitos progressos no domínio da energia, mas não aqueles que nós pretendemos. Temos de criar permanentemente um mercado comum da energia que reforce o conjunto da União e a sua economia. Há dois elementos-chave de que precisamos para o conseguir: as interconexões energéticas, já que as expectativas criadas em 2002 não foram cumpridas, e um quadro regulamentar comum para consolidar um mercado comum da energia.

Se conseguirmos obter interconexões energéticas no Sul, no Leste e no Norte da Europa, se considerarmos esta questão como uma grande prioridade, dando autoridade à Comissão, veremos reduzir a nossa dependência energética e estaremos a incentivar o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, que, pela sua natureza, exigem versatilidade na distribuição de energia.

Minhas Senhoras e meus Senhores, a Europa não se tornará protagonista em termos de competitividade económica, se não tomar medidas claras para abordar todos os aspectos decisivos das interconexões energéticas e a questão do mercado comum.

Segundo grande objectivo: numa sociedade moderna, o que traz maior crescimento e inovação? É o investimento na sociedade da informação e nas novas tecnologias que mudaram quase tudo no mundo. Quarenta por cento do aumento da produtividade da economia europeia devem-se às tecnologias de informação e comunicação, as TIC. Enquanto Europeus, estamos na vanguarda neste domínio, porque temos empresas de ponta, mas não temos um mercado interno digital. Nós queremos tomar medidas para criar um mercado digital. O que é que isso implica? Implica eliminar obstáculos, significa empenharmo-nos nas redes de nova geração e facilitar o comércio electrónico, que está a crescer de dia para dia em cada país, mas que não está a fazer progressos em termos de ser possível entre vários países.

Se avançarmos no mercado digital, facilitaremos a criação de conteúdos e reforçaremos a propriedade intelectual. Garantiremos igualmente que, graças à inovação que as tecnologias de informação e comunicação trazem a todas as áreas da economia, iremos ter resultados em termos de produtividade num período muito curto. Gostaria de salientar que este é o sector que actualmente tem maior capacidade de inovação, de aumento da produtividade e de criação de emprego estável.

A terceira área é a economia ou indústria sustentável. Dar-vos-ei apenas um exemplo daquilo que consideramos uma prioridade no contexto da luta contra as alterações climáticas. Queremos lançar e promover, juntamente com a Comissão, um plano para desenvolver veículos eléctricos. A indústria automóvel está a sofrer uma grande transformação, que já começou. Se assumirmos, enquanto Europeus, um compromisso integrado, nesta área da indústria, para com uma visão comum e partilhada e uma estratégia comum para os automóveis eléctricos, ajudaremos a reduzir a nossa dependência energética. Contribuiremos também para a luta contra as alterações climáticas e para a inovação tecnológica que irá forçosamente florescer com os automóveis eléctricos e estaremos ainda directamente associados à indústria das tecnologias da informação e da comunicação.

O quarto elemento central desta economia sustentável e da revitalização económica de que a União Europeia precisa é a educação, especialmente a educação universitária, que é o fórum da investigação.

Nos últimos dez anos, a Europa não tem feito progressos em termos do número de universidades de excelência no *ranking* das 100 melhores universidades do mundo. Temos de concluir o processo de Bolonha; temos de

promover, facilitar e abrir cada vez mais expectativas para um número cada vez maior de universidades europeias e para o aumento da investigação europeia, porque elas são, sem dúvida, o motor para o futuro. Já não competimos como países individuais, mas sim enquanto Europeus, enquanto Europa, porque os outros intervenientes têm a dimensão da China, da Índia, dos Estados Unidos e dos países emergentes.

Se não tirarmos o máximo partido das sinergias que 500 milhões de cidadãos representam na economia, o que significa dezenas de milhares de empresas com grande capacidade e milhões de trabalhadores que têm de ter uma formação cada vez melhor, não seremos os verdadeiros protagonistas do futuro, em termos de prosperidade económica através da inovação e da tecnologia, neste cenário de globalização. Seremos meros espectadores e não protagonistas. O caminho a seguir é o da União: mais política económica comum, mais integração, mais visão comum, mais Europa, o que se consegue não através da criação de mais obstáculos, mas sim da eliminação de obstáculos, não dividindo, mas unindo, e tendo uma visão da União que promova a competitividade, a integração e a inovação.

Temos confiança na Comissão relativamente a esta Estratégia 2020, que deve incorporar também um debate sobre o futuro da Política Agrícola Comum, uma política fundamental em termos de protecção ambiental, de segurança alimentar e do rendimento de muitos cidadãos europeus. Estamos convencidos de que o debate que irá ter lugar no Conselho Europeu e na Comissão e, naturalmente, o diálogo com o Parlamento Europeu terão de produzir uma Estratégia 2020 que envolva uma governação séria, que seja exigente nos seus objectivos e que se centre nas áreas que acabo de mencionar.

Mudança económica e mudança política, e mudança no governo da União Europeia. O Tratado de Lisboa cria novas instituições: o Presidente permanente do Conselho e o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros; reforça os poderes do Parlamento, o coração da democracia europeia, e reforça também a Comissão.

Assumo o compromisso perante o Parlamento, que representa todos os cidadãos europeus, de que a Presidência rotativa espanhola será leal para com as novas instituições e irá cooperar com elas. Queremos que essas instituições tenham o significado estabelecido no Tratado, a saber: a necessidade de que a União Europeia funcione de modo a que o Presidente permanente do Conselho possa representar a União Europeia e realizar todas as suas funções, juntamente com o Alto Representante.

Estamos conscientes de que este período de seis meses será a primeira prova para o funcionamento da nova estrutura institucional, e apoiaremos também uma Comissão e um Parlamento mais fortes, Parlamento esse que é cada vez mais o centro político da União Europeia. Faremos isso, e espero que sejamos avaliados positivamente, no final deste período, porque o nosso compromisso é muito firme. Existem vários poderes que regem a União Europeia, e eles têm de ter um fio condutor comum, que é a lealdade cooperativa. É assim que iremos trabalhar.

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, estamos também a fazer mudanças em matéria de relações externas, não só devido à existência do Alto Representante e ao lançamento do Serviço Europeu de Acção Externa. Haverá também mudanças, porque, neste contexto de globalização e de mudança, nós temos uma agenda decisiva para os próximos seis meses. Vou dizer-vos quais são os nossos objectivos em termos de relações externas, para todas as cimeiras que vamos realizar.

Em primeiro lugar, a segurança partilhada, em segundo lugar, a energia, em terceiro lugar, a promoção e o reforço da abertura das trocas comerciais e da transferência de tecnologia e, em quarto lugar, a ajuda à cooperação para o desenvolvimento, em que a União Europeia está na linha da frente mundial em termos éticos.

Durante os próximos seis meses, vamos manter um diálogo sobre estes objectivos com a América do Norte e do Sul, no Mediterrâneo, em África e na Ásia e com os outros países europeus que não fazem parte da União Europeia. Vamos manter um diálogo com uma grande parte dos continentes e regiões através de um calendário intenso de cimeiras internacionais em que vamos, naturalmente, trabalhar em total colaboração com o Presidente do Conselho e com a Comissão - porque iremos fazer acordos importantes durante os próximos seis meses - e também com o Parlamento.

Mudança económica, mudança política e mudança de visão nas nossas perspectivas externas, em resultado de novos intervenientes e da globalização. Além da economia, eu disse há pouco que a Europa deve também apostar em si mesma no domínio da política externa. Devo dizer que a Europa tem de apostar em si mesma e que a política externa tem de ter em conta os interesses europeus e a forma de os defender. A questão das relações de vizinhança deve ser uma prioridade. Na minha opinião, temos de estabelecer objectivos mais

ambiciosos e relações mais intensas, pois é, sem dúvida, aí que se irá decidir uma boa parte dos interesses europeus.

As mudanças que estamos a viver e que queremos fazer avançar através da reforma e da renovação têm também relevância para os cidadãos europeus. O Tratado de Lisboa, em consonância com a vontade dos Europeus, quer que os cidadãos se sintam mais próximos das instituições europeias. Quer que eles vejam a União como a "sua União" e a Europa como um governo que está mais próximo deles. Para alcançar isso, há novos instrumentos que vamos lançar e promover nos próximos seis meses.

O primeiro destes instrumentos é a iniciativa legislativa popular que é tão importante para o Parlamento. O segundo é que, durante este período, nós, em cooperação com a Comissão, queremos tornar prioritária a questão do avanço relativamente ao mais importante dos direitos dos cidadãos em que a União Europeia se pode concentrar: a igualdade entre homens e mulheres. As sociedades mais avançadas e mais perfeitas, onde os direitos humanos e a prosperidade são mais facilmente realizados são aquelas que conseguem uma maior igualdade entre homens e mulheres. São as sociedades mais activas e empenhadas no combate àquilo que representa a violência de género e os maus-tratos às mulheres, situações impróprias e inaceitáveis numa sociedade avançada como a União Europeia. Por isso, propomos o lançamento de novos sistemas de protecção judicial, através de uma ordem de protecção europeia, e a extensão máxima da protecção contra o flagelo da violência de género de que grande parte das sociedades europeias sofre.

Os cidadãos europeus têm também de saber, com base nas nossas deliberações, nas nossas propostas e nas nossas iniciativas, que a coesão social e a inclusão social em resposta à pobreza na Europa são aspectos inalienáveis da União, e que, juntamente com a democracia, os elementos mais importantes da identidade europeia são a protecção social e a coesão social. Assim, e como eu disse anteriormente, a Estratégia 2020 para a economia terá de ser económica, social e ambientalmente sustentável.

Para conseguir essa sustentabilidade social, proponho que façamos um novo e grande pacto social na Europa, entre empresas e trabalhadores, um grande pacto social no desenvolvimento da Estratégia 2020. O diálogo social e a concertação social tornaram a Europa forte quando ela primeiro se constituiu, em períodos de fragilidade e agora, neste período de renovação e de mudança, depois de uma grave crise económica; a concertação social - designadamente, o pacto social - poderá ser uma importante força motriz subjacente aos objectivos que estamos a definir para uma governação eficaz.

Senhor Presidente – e concluo -, minhas Senhoras e meus Senhores, mais uma vez gostaria de exprimir os agradecimentos de Espanha a todos os países da União Europeia, especialmente àqueles que promoveram a nossa integração e contribuíram para o nosso desenvolvimento. Gostaria de reiterar o nosso compromisso para com a Europa e a União Europeia, o nosso compromisso para com um modo de vida, mas também para com uma maneira de pensar e de sentir, que envolve o favorecimento da democracia, da igualdade, dos direitos humanos, da paz e o sentido de que a nossa vivência conjunta, unindo os nossos povos, unindo as nossas aspirações e unindo a nossa história, nos permitiu viver em paz com nós mesmos e, hoje como amanhã, nos poderá permitir continuar a viver na grande região da prosperidade, do bem-estar e dos ideais.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (ES) Senhor Presidente do Governo Espanhol, durante os próximos seis meses, a Espanha assumirá a Presidência rotativa do Conselho. Trata-se de um país com uma grande tradição europeia e um grande empenhamento europeu, tanto ao nível do governo, como de todas as forças políticas e da opinião pública, e com um Presidente, José Luis Rodríguez Zapatero, cujas credenciais europeias são inquestionáveis.

Os motores institucionais da integração europeia estarão em pleno funcionamento depois de o voto de confiança do Parlamento na nova Comissão dar a estas duas instituições uma base forte e sólida, para poderem avançar com uma agenda política ambiciosa. Espero que essa votação tenha lugar muito em breve.

Antes de mais, neste momento tão trágico para o Haiti, gostaria de reafirmar a nossa total solidariedade e o nosso desejo de ajudar o seu povo e todas as vítimas da catástrofe. Este devastador terramoto tem estado em primeiro plano nos nossos espíritos desde 12 de Janeiro e imediatamente demos início aos esforços para prestar toda a assistência possível. A Comissão está actualmente em condições de mobilizar 130 milhões de euros, e o esforço total da União Europeia em termos de assistência imediata, incluindo a dos Estados-Membros, ascende a mais de 222 milhões de euros, sem contar com a assistência da protecção civil. A Comissão poderá mobilizar um montante adicional de 200 milhões em ajuda de mais longo prazo. Posso assegurar-vos que a Comissão e a União Europeia estão a demonstrar os seus valores e os seus princípios de solidariedade através da acção.

O Haiti é um país das Caraíbas. Por isso, gostaria de salientar o facto de que há um programa muito ambicioso de relações externas para os seis meses da Presidência espanhola do Conselho. Gostaria, em particular, de observar que a América Latina e as Caraíbas são uma prioridade para a Presidência espanhola. Estou certo de que podemos contar com a vocação especial de Espanha para garantir que a cimeira a realizar com os países da América Latina e das Caraíbas em Madrid, em Maio, será um êxito tanto para a América Latina como para a Europa.

(EN) Permitam-me agora que passe às prioridades políticas para as próximas semanas e os próximos meses.

Tudo aponta na direcção de uma actuação europeia determinada e consistente. O ataque falhado ao avião em Detroit veio recordar-nos que temos de agir em conjunto, se queremos enfrentar as ameaças à segurança. Copenhaga veio recordar-nos que a comunidade internacional não partilha necessariamente o nível de ambição da Europa: como temos vindo a fazer nos debates a nível do G20, temos de continuar a conduzir um processo internacional positivo e virado para o futuro. Só com uma Europa unida poderemos moldar a globalização.

Temos, porém, de considerar a situação da nossa economia. Todos nós sabemos que a economia europeia está a atravessar um momento delicado. A nossa actuação determinada conseguiu evitar o pior, mas continuamos a enfrentar o risco do aumento do desemprego e temos de avaliar qual será o momento para mudar o foco para a recuperação das nossas finanças públicas.

Ao mesmo tempo, temos de aprender com esta crise. Compreendemos perfeitamente que a globalização é uma realidade e que temos de a utilizar em nosso proveito. Demonstrámos que os nossos sistemas de protecção social foram capazes de responder a circunstâncias excepcionais, proporcionando novas redes de segurança. Percebemos igualmente, no entanto, os claros limites de uma actuação isolada dos Estados-Membros e vimos que uma actuação coordenada da União Europeia não só trouxe resultados para a Europa, mas também desencadeou uma resposta global sem precedentes por parte do G20.

Agora, temos de desenhar o futuro adequado para a Europa, para a sua economia e a sua sociedade. Os desafios que tínhamos pela frente antes da crise permanecem de pé e foram até, porventura reforçados: como lidar com as consequências do envelhecimento da população, da nossa demografia, como manter a competitividade num mundo global, como assegurar a transição para uma economia mais sustentável, para citar apenas alguns.

No entanto, estou confiante nas capacidades da Europa. Acredito que uma economia, ao reconstituir as suas forças, tem uma possibilidade real de reorientar as suas energias. Uma sociedade que se revelou robusta perante a crise económica é uma sociedade que pode construir o futuro com confiança. E um sistema económico europeu cuja resiliência deriva do seu mercado único, das suas regras de concorrência e do euro precisará agora desses trunfos como motores para a recuperação.

Vejo os próximos seis meses como um trampolim para definirmos objectivos ambiciosos, objectivos que apresentei nas minhas orientações políticas e que debatemos no Outono passado, aqui no Parlamento Europeu.

Esses objectivos integrarão a Estratégia "Europa 2020". Precisamos de uma reformulação fundamental da nossa economia para enfrentarmos os desafios do futuro; para chegarmos a acordo sobre uma agenda de transformação com o Parlamento Europeu, com os Estados-Membros, com os parceiros sociais, com a sociedade em geral; para oferecermos uma orientação clara no sentido de uma economia de mercado competitiva, inovadora, sustentável, socialmente inclusiva, capaz de prosperar no mercado global.

A Estratégia Europa 2020 tem de proporcionar não só uma visão de médio prazo mas também uma actuação para o curto prazo. Quanto mais conseguirmos moldar as nossas medidas imediatas para nos colocarem no caminho para os nossos objectivos de mais longo prazo, mais vantagens ganharemos para o crescimento e o emprego futuros, a nossa prioridade número um.

A Estratégia de Lisboa renovada conseguiu criar um entendimento de como as reformas estruturais alimentam directamente o crescimento e o emprego. Mas sejamos francos: a crise dissipou muitos dos ganhos e houve também algumas deficiências. A verdade é que estamos ainda muito aquém dos nossos concorrentes no nosso esforço relativo à investigação, no nosso investimento na educação, na nossa quota de alta tecnologia.

Temos agora de utilizar a Estratégia Europa 2020 para criarmos novas fontes de crescimento, para realizarmos o potencial do mercado interno, de modo a fazermos avançar a nossa economia. Isso significa utilizarmos o conhecimento e a criatividade para gerar valor real nas nossas economias, dando asas à inovação e

promovendo a adesão do mercado às TIC, por exemplo, nas novas energias ou nas tecnologias limpas. Significa também capacitar as pessoas para o futuro com as competências adequadas e com um mercado de trabalho pronto para aproveitar as oportunidades de criação de emprego, e dirigir a nossa actuação para os grandes problemas, como o desemprego dos jovens.

É manifesto que estamos agora perante uma situação de emergência do ponto de vista social e do desemprego, que exige uma grande concentração por parte da União Europeia. Temos de definir em conjunto as acções a nível comunitário que complementem as acções nacionais com impacto social positivo.

Isto significa também uma economia virada para o futuro - uma economia sustentável e eficiente em termos de recursos - que seja igualmente produtiva e inovadora. Os enormes activos industriais da Europa têm de ser redireccionados para aproveitar a vantagem do primeiro a chegar aos mercados de amanhã. A Europa terá, todavia, de ser capaz de manter uma base industrial sólida, moderna e competitiva. A crise significa que, mais do que nunca, temos de utilizar cada euro de investimento da melhor maneira possível. E temos, naturalmente, de concluir a nossa reforma dos mercados financeiros para os colocar de novo ao serviço da economia, e não o contrário.

Isso inclui ainda a nossa abordagem favorável às PME. As PME são o sector que pode gerar mais emprego na União Europeia e estaremos a fazer-lhes, a elas e aos seus trabalhadores, um bom serviço se reduzirmos os encargos administrativos e utilizarmos uma abordagem regulamentar melhor e mais leve.

Nas nossas economias interligadas, todos nós temos interesse no que está a acontecer - tanto a nível nacional como a nível da União Europeia, tanto num Estado-Membro como noutra. A actual crise revela-nos não só as consequências da interdependência global, mas também os efeitos negativos que a situação específica de um país pode ter em toda a zona euro.

Assim, a Europa 2020 tem de incluir mecanismos de coordenação mais fortes, uma visão comum e uma liderança europeia eficaz. Quero agradecer ao Senhor Primeiro-Ministro Zapatero o seu compromisso claro para com esta abordagem europeia no debate sobre as políticas económicas, o seu compromisso com as questões comunitárias e o seu compromisso com o papel da Comissão Europeia nesta visão e na realização desta visão. Só com uma abordagem europeia, uma visão europeia e instrumentos europeus poderemos produzir resultados para os nossos concidadãos europeus.

Esta será uma das características distintivas da Europa 2020: um reforço da coordenação das políticas económicas, em que a Comissão fará pleno uso das novas possibilidades criadas pelo Tratado, incluindo as relativas à zona euro.

Esta é a visão que eu gostaria de debater convosco nas próximas semanas, porque se há coisa que nós aprendemos com a Estratégia de Lisboa foi que uma estratégia económica europeia necessita do pleno empenho da comunidade política europeia e dos parceiros sociais. Sejam claros: no passado, alguns políticos nacionais resistiram a mecanismos mais fortes de governação no âmbito da Estratégia de Lisboa. Espero que, seguindo as lições de interdependência não só a nível global, mas também a nível europeu - todas as lições que nos foram dadas pela crise -, todos os governos da UE reconheçam agora a necessidade de uma plena responsabilização em relação à Europa 2020 e de uma verdadeira coordenação e actuação consistente em matérias de política económica, conforme previsto nos artigos 120.º e 121.º do Tratado de Lisboa.

Finalmente, permitam-me que acrescente que vejo a Europa 2020 também como uma forma de dar confiança e esperança aos nossos concidadãos. Não podemos esconder o facto de que, se permanecermos inactivos, a Europa, como a maioria do mundo desenvolvido, irá atravessar um longo período de crescimento lento. A fase do "piorar antes de melhorar" já estará, provavelmente, ultrapassada, mas este "melhorar" será lento. Vamos ter de abordar o problema real da economia, ou seja, o facto de o crescimento potencial da Europa poder ser reduzido, se não actuarmos agora de uma forma coerente e eficaz. Os nossos concidadãos, sejam eles famílias ou empresários, devem sentir que a União Europeia é parte da solução para as suas dificuldades e ansiedades. A Europa 2020 é para mim, acima de tudo, também uma resposta a esta questão. Serve para ligar o projecto europeu às necessidades concretas dos cidadãos.

É por essa razão que também me congratulo com a iniciativa de organizar um Conselho Europeu informal em 11 de Fevereiro para fazer um primeiro debate a nível de Chefes de Estado ou de Governo. Julgo também que é fundamental criar oportunidades para debater estas questões com esta Assembleia - com o Parlamento - tanto antes como depois de a Comissão apresentar o seu plano para a Estratégia Europa 2020. É por essa razão que debati esta questão com o Conselho e com o Presidente do Conselho Europeu. Parece-me que

devemos ter uma abordagem em pelo menos três fases: o Conselho Europeu informal de Chefes de Estado ou de Governo para debater a questão, o Conselho Europeu da Primavera para as primeiras propostas importantes e o Conselho Europeu de Junho para a aprovação das orientações, de forma a termos tempo para analisar esta questão amplamente e com uma participação muito activa do Parlamento Europeu.

Hoje, centrei-me na política económica, porque a considero a nossa primeira prioridade em termos de urgência. No entanto, isso não esgota, naturalmente, a nossa agenda. Os desafios das próximas semanas e dos próximos meses são múltiplos. Permitam-me que mencione um dos muitos exemplos: o seguimento da Conferência de Copenhaga sobre alterações climáticas. Embora ainda precisemos de algum tempo para reflectir colectivamente sobre as orientações estratégicas mais adequadas para o futuro do processo internacional, não devemos restringir a nossa ambição no que se refere a compromissos já assumidos por parte da União Europeia.

Devemos também intensificar os nossos esforços, nomeadamente através das nossas políticas internas de promoção da actualização e modernização da base industrial da nossa economia, da inovação e do desenvolvimento de novas tecnologias limpas, da eficiência energética e da agenda da segurança energética, colocando também esta questão no topo da agenda de transformação para a Europa.

Esta será a melhor forma de a União Europeia actuar na cena mundial: uma União Europeia pronta para a acção, com uma visão clara para o futuro e a determinação para lá chegar. Quanto mais unidos e eficazes formos cá dentro, mais a nossa actuação a nível internacional ganhará.

Aguardo com grande expectativa o trabalho a realizar com este Parlamento, para ajudarmos a fazer da Presidência espanhola do Conselho um êxito e para garantirmos que os próximos seis meses nos colocam no caminho para a concretização das nossas ambições comuns para a Europa: uma União Europeia que está mais perto dos seus cidadãos e que se centra em resultados claros para a nossa Europa.

(Aplausos)

**Presidente.** – Obrigado, Senhor Presidente Barroso. Antes de dar a palavra aos líderes dos grupos políticos parlamentares, gostaria, uma vez mais, de sublinhar a importância da visão apresentada pelo Senhor Primeiro-Ministro Rodríguez Zapatero. Trata-se de uma visão de desenvolvimento da União Europeia, com base no método comunitário. Obrigado também, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, por sublinhar o papel do Parlamento Europeu, um papel que se reforçou de forma significativa com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. É essa cooperação entre o Conselho Europeu, o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu que irá ser no futuro a base da estrutura e do equilíbrio interinstitucionais da União Europeia.

Hoje, estamos a prever o nosso papel para daqui a muitos anos. Nem tudo está nos Tratados. Por consequência, aquilo que acontecer durante a Presidência espanhola será muito importante, porque vai estabelecer os hábitos políticos que determinarão a forma como trabalhamos, assim como a eficácia da União Europeia. A Presidência espanhola tem aqui um significado especial e estou grato pela apresentação de uma visão que coincide, em grande medida, com a do Parlamento Europeu.

Gostaria de agradecer ao Senhor Presidente Barroso a apresentação que fez da perspectiva da Comissão Europeia. A Comissão está ainda a trabalhar com a mesma composição anterior, mas eu gostaria de salientar aqui com veemência: nós temos uma Comissão Europeia, ainda não é a nova Comissão, mas o trabalho sobre esta questão está sempre a avançar. Gostaria sobretudo de agradecer ao Senhor Presidente Barroso por ter apresentado a Estratégia 2020 e a forma como ela será coordenada. Esta é uma questão fundamental: como vamos coordenar a Estratégia 2020 no futuro - também isso deverá ter por base o método comunitário. Muito obrigado.

Gostaria agora de pedir aos líderes dos grupos políticos os seus comentários e observações.

**Joseph Daul**, em nome do Grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a economia, as questões sociais, o clima e a energia são as grandes prioridades da Presidência espanhola e constituirão, justamente, o foco da atenção da Europa. Por isso considero positiva a primeira decisão do Senhor Presidente Van Rompuy, a convocação de um Conselho Europeu dedicado à economia e às alterações climáticas, e agora também, evidentemente, à estratégia para o Haiti - o Senhor Presidente em exercício do Conselho referiu esta questão, e é uma daquelas relativamente às quais considero que a Europa tem de mostrar simultaneamente a sua solidariedade e o seu *know-how*, sendo necessária uma intervenção que garanta uma mais forte presença do Conselho no Haiti.



Por isso saudamos também o debate lançado pelo Senhor Presidente Zapatero sobre um eventual governo económico europeu, apesar de as opiniões sobre esta matéria serem, de momento, divergentes - ou, se calhar, precisamente por esse facto. Isso é normal; não devemos recluir, Senhoras e Senhores Deputados, falar de política - eu diria que com um "P" maiúsculo - a nível europeu, e temos de ser honestos connosco próprios.

Não devemos recluir os grandes debates, e gostaria de lhe agradecer, Senhor Presidente em exercício do Conselho, pelo seu contributo, pois a política social e económica constitui o grande tema de debate, aquele que mais preocupa os nossos cidadãos, aquele que exige de nós uma resposta a curto, médio e longo prazo. Como foi dito pelo Senhor Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, este é o momento certo para levantar a questão dos objectivos económicos dos países da União. Trata-se, efectivamente, de uma questão de sobrevivência para a Europa e para o seu modelo social.

Senhor Presidente Rodríguez Zapatero, o senhor sabe o que são dificuldades económicas. São a taxa recorde de desemprego de quase 20 % e um défice público de quase 11 % em Espanha. Há que dizê-lo, o seu país está a atravessar uma situação problemática. Por isso considero positiva a sua vontade de colocar no topo das prioridades da sua Presidência a retoma do crescimento e a criação de emprego. Mas, para ser honesto, Senhor Presidente Zapatero - eu disse que temos de falar verdade -, não tenho a certeza de que sejam as mais correctas as soluções que o Senhor Presidente e a sua família política estão a propor para combater a crise e para tornar realidade a Europa social.

Para o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), o fim da crise e a criação de emprego não podem passar por um aumento da despesa pública, mas sim por um regime económico, fiscal e ambiental favorável às empresas, particularmente às pequenas e médias empresas. Estou a pensar, especificamente, nas pequenas e médias empresas na perspectiva do emprego nos nossos países e nas nossas regiões. A coesão social, fortemente posta à prova pela crise e pelos escândalos dos bónus e dos prémios à incompetência de alguns gestores, não pode construir-se com base no artesanato, mas sim num crescimento sustentável que beneficie o maior número possível de pessoas.

Para terminar, gostaria de me dirigir ao Conselho, tanto à Presidência rotativa como à Presidência permanente, para afirmar expressamente que, com o Tratado de Lisboa, os tempos mudaram. O Conselho e o Parlamento devem agora trabalhar em estreita cooperação e num plano de igualdade. Este novo relacionamento requer, obviamente, normas jurídicas - e, para isso, confio nos nossos juristas para uma escrupulosa aplicação do novo Tratado -, mas requer também uma confiança política recíproca e gestos simbólicos. A este propósito, reitero os meus votos de que a Presidência do Conselho participe regularmente na troca de perguntas e respostas espontâneas com os membros do Parlamento Europeu, como tem feito, há vários meses, o Senhor Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, e como está agora a fazer, precisamente, o Senhor Presidente Zapatero. Tem seis meses para instaurar esse princípio.

Desejo, pois, as maiores felicidades ao Senhor Presidente em exercício do Conselho para os próximos seis meses e espero que, em conjunto, consigamos fazer avançar a Europa durante esse período de tempo. Muitas felicidades para si.

**Martin Schulz**, em nome do Grupo S&D. - (DE) Senhor Presidente, a Presidência espanhola tem um programa ambicioso, que V. Exa. nos descreveu, Senhor Presidente Zapatero. O senhor referiu as quatro prioridades essenciais, que são, nomeadamente: o aumento da segurança energética, o reforço do investimento no domínio das tecnologias de informação, a promoção do ensino e da formação e, por último, a criação de um modelo de governação económica europeia, destinado a garantir que estas prioridades possam também ser implementadas. Trata-se, sem dúvida, da abordagem certa, capaz de conduzir a Europa a uma nova etapa.

Os desafios que se colocam a este continente não se enfrentam com a realização de sessões parlamentares ou com a organização de sucessivas conferências. Já realizámos muitas cimeiras no passado. As cimeiras não resolvem os problemas, apenas os equacionam. Do que necessitamos é que as soluções para os diferentes problemas sejam verdadeiramente implementadas nos Estados-Membros.

(Aplausos)

As reacções à sua proposta sobre a governação económica indicam ser esse precisamente o cerne do problema. Onde falhou a Estratégia de Lisboa? Não é que não tivesse sido possível implementá-la. Não. Houve, de facto, essa possibilidade. A Estratégia de Lisboa falhou, devido à relutância dos Estados-Membros em cumprir as suas próprias promessas. Por conseguinte, esta nova abordagem, esta lufada de ar fresco que o senhor pretende trazer à política europeia, é a mais acertada.

As velhas estruturas que tivemos até agora lembram-me, de algum modo, Rocinante, o belo cavalo de Dom Quixote, que julgando ser um cavalo de corridas, era na verdade uma pileca velha e decrépita. Tendo Rocinante por montada, jamais conseguiremos entrar no século XXI. Para tanto, necessitamos de novas abordagens e é precisamente por isso que o Senhor Presidente Zapatero está no caminho certo.

A Europa necessita de adoptar alguns aspectos do modelo espanhol. A razão pela qual nós, enquanto socialistas – e vou dizê-lo apenas uma vez –, lhe prestamos, a si, Senhor Presidente Zapatero, especificamente o nosso apoio tem a ver com o facto de acreditarmos que o seu governo, em Espanha, é essencialmente virado para o futuro. Com uma grande dose de coragem, e apesar da forte oposição de que foi alvo, V. Exa. conseguiu dar um enorme impulso ao seu país, rumo à modernização, motivo pelo qual nos merece o maior respeito.

(Aplausos)

Se a sua actuação de V. Exa., a nível europeu, se pautar por idêntica energia e determinação, certamente que esse impulso modernizador irá chegar ao resto da Europa. Julgo ser uma atitude corajosa, por parte de um Chefe de Governo, afirmar, por exemplo, que a violência conjugal não é um problema nacional, mas um problema que afecta a sociedade no seu todo, seja em que país for; e que nós, na Europa, na nossa sociedade civilizada e altamente desenvolvida, não devemos considerar a violência contra as mulheres como um delito menor, mas como uma violação dos direitos humanos – e é assim que deve ser.

(Aplausos)

A revitalização política de que a Europa carece está profundamente ligada às expectativas que alimentamos em relação à sua Presidência, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero. Gostaria, por conseguinte, de acrescentar que também precisamos de um maior controlo económico na Europa. Vou dar-lhe um exemplo que visa ilustrar o facto de que a ausência de controlo suficiente, ou de coragem suficiente para o exercer, leva à destruição da coesão social na sociedade.

Quando falamos da regulação dos mercados financeiros e do sistema bancário, também será conveniente referir que os mesmos bancos que, há um ano, receberam centenas de milhares de milhões de euros de fundos estatais para garantir a respectiva sobrevivência, não estão actualmente a empregar esse dinheiro para conceder crédito, mas sim para especular, utilizando o dinheiro dos contribuintes para gerar elevados lucros. Isso é destruir a confiança dos cidadãos no sistema económico. Isso é destruir a coesão social. Como tal, a parte do programa por si apresentado, que envolve, finalmente, a implementação do controlo dos mercados financeiros surge, para nós, socialistas, como um elemento da maior importância, a que damos o nosso apoio integral.

(Aplausos)

O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu irá apoiar a sua Presidência, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero. Julgo que aquilo que nos foi aqui apresentado constitui uma abordagem que nos traz motivos genuínos de esperança. Espero também que a actuação da Comissão se paute pela mesma energia e pela mesma orientação política da sua Presidência. Ao longo dos próximos seis meses e no período subsequente, iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para colocar a Comissão no caminho certo, pois esperamos que, em consequência do sistema de presidências tripartidas com a duração de 18 meses, venha a existir continuidade, em vez de um programa totalmente diferente por semestre.

Como tal, durante os próximos seis meses destas presidências tripartidas e também nos doze seguintes, V. Exa. poderá contar com o apoio dos Socialistas e Democratas. Assim sendo, Senhor Presidente Zapatero, desejo-lhe boa sorte.

(Aplausos)

**Guy Verhofstadt**, em nome do Grupo ALDE. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos, de facto, duas prioridades para a Presidência espanhola. Penso que o Senhor Presidente também tem, efectivamente, duas prioridades. Apesar das muitas questões levantadas para serem resolvidas nestes seis meses, há, quanto a nós, duas questões mais importantes.

Em primeiro lugar, temos a Estratégia pós-Lisboa, a Estratégia "UE 2020". Considero, aliás, mais adequada esta segunda designação, porque, ao fim e ao cabo, os cidadãos deixaram de distinguir o Tratado de Lisboa e as Estratégias de Lisboa. Por isso este é já um grande avanço. Mas precisamos de ser sérios nesta Assembleia.

A questão fundamental não é a de saber se se quer reduzir o desemprego ou aumentar o investimento em inovação. Quanto a isto, estamos todos de acordo. Estivemos de acordo em 2000, vamos estar de acordo em 2010, e voltaremos a estar de acordo em 2020 e em 2030. Não, a questão é outra: resumindo, estarão o Conselho e os Estados-Membros prontos para abandonar o método que falhou na Estratégia de Lisboa? Refiro-me ao método de coordenação aberta, uma bela expressão para dizer que são os Estados-Membros, e não a União, quem decide, e que mais não se faz do que comparar os resultados dos diferentes Estados-Membros.

É como se a União se tivesse tornado a OCDE. É essa a realidade: publicar documentos, e documentos, e mais documentos.

*(Aplausos)*

As suas declarações iniciais, Senhor Presidente, já me encorajaram muito: "sim, vamos mudar", afirma o senhor. Precisamos de mudança, precisamos de penalizações e de incentivos. Quando necessário, é preciso aplicar sanções. Mas, sobretudo, não se deve deixar desencorajar - digo-o com toda a franqueza, a si e ao Senhor Ministro Moratinos - pelo Ministro alemão dos Assuntos Económicos, que não hesitou nem um instante em criticar as suas propostas.

Mas deve ser um bom sinal! Não se pode, por um lado, dizer, por exemplo, que a Grécia não está a fazer esforços suficientes, que outros países não estão a fazer esforços suficientes, e, ao mesmo tempo, denegar à Comissão e à União Europeia os recursos e os instrumentos de que precisam para poderem intervir. É preciso optar por um caminho ou pelo outro. Não se pode escolher os dois simultaneamente.

Por isso o exorto a prosseguir nesta via, e posso dizer-lhe que tem o apoio deste Parlamento, bem como da Comissão, para fazer frente àqueles que continuam a ignorar a necessidade de intensificar o método de Lisboa.

Pois bem, quanto à minha segunda prioridade, ela consiste em procurar encontrar uma outra estratégia para a questão das alterações climáticas, para o pós-Copenhaga. Temos de reconhecer que a nossa abordagem falhou. Temos de dizê-lo, temos de reconhecê-lo. Não tem qualquer sentido dizer "sim, mas nós tínhamos razão, era o método correcto, etc.". Não, não era o método correcto. A estratégia era má, pois conduziu a um mau resultado. Por isso, é preciso mudar de estratégia.

Pessoalmente, o que sugiro é a adopção de uma estratégia assente em três elementos. O primeiro elemento é a designação, por parte da União Europeia, de uma personalidade - o senhor ou a senhora "alterações climáticas" - que assuma este dossiê e que tenha mandato para negociar em nome dos 27 Estados-Membros, contrariamente ao que aconteceu em Copenhaga, onde estavam o Primeiro-Ministro dinamarquês, o Primeiro-Ministro sueco, o Presidente da Comissão, o Presidente Sarkozy, a Chanceler Merkel e o Senhor Primeiro-Ministro Brown.

Eram, portanto, pelo menos oito líderes políticos europeus a querer negociar. Mas não havia espaço suficiente para todos na mesa das negociações! Mal houve lugar, inclusivamente, para o Presidente Obama. Eram os presidentes da África do Sul, do Brasil, da Índia, da China, o Presidente Obama, e, para além deles, os oito representantes europeus. Em tais circunstâncias, como é que seria possível chegar a uma posição comum e fazer-se ouvir pelos outros?

É preciso, portanto, proceder como na OMC; na OMC, as coisas funcionam. Lá, há uma personalidade responsável, que negocia em nome de toda a União Europeia, e que obtém resultados. É preciso fazer o mesmo a nível europeu se quisermos evitar que se repita o que aconteceu em Copenhaga.

*(Aplausos)*

Além disso, temos, a meu ver, de ser realistas. Temos de ser realistas quanto a esta questão. Precisamos de um acordo trilateral entre os Estados Unidos, a Europa e a China. Deve ser esse o objectivo. Todas as estratégias que consistem em dizer "sim, veremos", sem aliados nas Nações Unidas, não terão qualquer efeito no mundo de amanhã. O mundo de amanhã é o mundo dos impérios, e nós temos de ser um império.

Isto significa que temos de ter lugar na mesa das negociações. Com quem? Com os Estados Unidos e com a China. É entre nós três que temos de chegar a um acordo; não vamos começar a sonhar com a possibilidade de juntar não sei quantos países em torno de um programa. Ao fim e ao cabo, temos de começar por criar uma aliança com os Estados Unidos. É com os Estados Unidos que temos de encontrar interesses comuns. Esses interesses comuns podem ser encontrados, a meu ver, no regime de comércio de licenças de emissão.

Temos essa base, e eles seguir-nos-ão se conseguirmos chegar a acordo nessa matéria. Teremos, então, uma base comum para, juntos, negociarmos com a China.

São estas, Senhor Presidente, as duas grandes prioridades que eu desejaria que a Presidência espanhola assumisse, e estou convicto de que, com a sua tenacidade, o Senhor Presidente Rodríguez Zapatero fará desta Presidência uma Presidência muito importante e muito eficaz.

(Aplausos)

**Daniel Cohn-Bendit**, em nome do Grupo Verts/ALE. - (FR) Senhor Presidente Rodríguez Zapatero, Senhor Presidente Durão Barroso, gostaria de começar por responder à sua observação sobre o Haiti. Lembro-me de que, em 2006, um Comissário europeu chamado Michel Barnier propôs a criação de uma força europeia de protecção social, que deveria denominar-se EuropeAid. Tratava-se já da Comissão Durão Barroso. Se já tivéssemos hoje a EuropeAid, a Europa teria, neste momento, uma presença mais forte no Haiti. Senhor Presidente, retome a proposta de Michel Barnier. Como vê, não sou tendencioso.

Volto agora às suas considerações acerca do futuro da Europa. Gostaria de prosseguir com outro tema, referido pelo senhor deputado Verhofstadt. Falou de crescimento, mas que crescimento? Que tipo de crescimento? É que uma das causas das crises, da crise ambiental - porque há várias crises, e não apenas uma -, foi o crescimento da produção, que foi, ao mesmo tempo, devastadora. Por isso, se não debatermos, a nível europeu, a qualidade e o conteúdo do crescimento, não faremos mais do que repetir os erros do passado. Este é já um primeiro tema de reflexão.

O segundo tema sobre o qual devemos reflectir respeita às suas afirmações acerca do crescimento e de um pacto, por exemplo, contra a dependência energética. Um dos pilares da luta contra a dependência energética é a poupança. Temos de estabelecer, na Europa, um grande pacto para o investimento europeu na poupança energética. A questão do ambiente implica poupança energética, implica um investimento de milhares de milhões de euros e, ao mesmo tempo, a criação de postos de trabalho. Por isso, é preciso não esquecer: sim às energias renováveis, mas a par da poupança energética. Relativamente a este tópico, proponho que a União Europeia decida agora substituir o objectivo de 20 % pelo de 30 % de poupança energética até 2020. Podemos lá chegar, se for essa a nossa vontade.

Outra questão: referiu-se ao desenvolvimento dos automóveis eléctricos. Muito bem! No entanto, há outro aspecto a ter em conta. A mobilidade não respeita apenas a automóveis. Há um grande projecto que pode ser desenvolvido na Europa. Houve o Airbus, há os transportes de alta velocidade. Por que razão não desenvolver um grande projecto europeu de redes de eléctricos? Em toda a Europa, há necessidade de renovar e modernizar os eléctricos, na Europa Central, no Sul, na América Latina, em todo o lado, de facto. É uma fonte de emprego, e poderá dar resposta a uma parte da indústria automóvel que não será possível salvar. Deste modo, poderá dar-lhe uma outra função relacionada com a mobilidade. Um projecto europeu de redes de eléctricos é também uma solução para os problemas climáticos associados à circulação automóvel.

Por outro lado, o Senhor Presidente referiu-se ao ensino e ao processo de Bolonha. Muito bem! Mas o problema com o processo de Bolonha é que houve um desvio relativamente ao seu objectivo inicial. Em vez de criar na Europa um ensino superior de nível equivalente, o ensino superior europeu foi transformado em ensino não superior, tendo as universidades deixado de ser lugares de investigação e de reflexão para se tornarem fábricas de aprender. Criaram-se *curricula* que os estudantes não conseguem acompanhar. Por isso, se quiser dar um novo ímpeto ao processo de Bolonha, é preciso primeiro dar um passo atrás e pôr em questão todos os *curricula* a ele associados. A resposta pode ser encontrada nas ruas das cidades universitárias em toda a Europa, onde os estudantes protestam, não contra a ideia de um ensino europeu, mas contra a degradação do ensino superior, alegadamente em nome de um conceito europeu.

Gostaria de terminar referindo o seu pacto social europeu. Um pacto social europeu e um pacto social e ambiental. Reúna as empresas, os sindicatos e as grandes associações ambientais à volta de uma mesa de negociações. A protecção social só funcionará com a defesa do ambiente. É esta a novidade, e, aliás, Senhores Deputados da Direita, esta foi uma das boas ideias do Presidente Sarkozy em França; foi denominada *Grenelle de l'environnement*, e é uma espécie de fórum do ambiente. Considero que é chegado o momento de uma Bruxelas do ambiente, juntando todos os parceiros sociais e os representantes das mais importantes organizações ambientais à volta de uma mesa de negociações. Se o Senhor Presidente avançar nesse sentido, estaremos de acordo, e a Europa é a solução. Quanto aos instrumentos, teremos de os desenvolver, conjuntamente.

**Timothy Kirkhope**, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, nesta fase crucial do trabalho da União Europeia, congratulo-me pelo facto de a Espanha assumir a Presidência do Conselho.

A adesão da Espanha à Comunidade Europeia foi, a par da de outros países como a Grécia e Portugal, um dos primeiros exemplos do modo como a Europa poderia encorajar e apoiar uma nova democracia – um caminho seguido com êxito por muitos outros Estados a partir de 1989.

Membros deste Parlamento, de nacionalidade espanhola, pertencentes a todos os sectores partidários, têm dado um importante contributo para o trabalho desenvolvido nesta Câmara, ocupando cargos de destaque quer no Parlamento, quer nos nossos grupos políticos. A sua influência foi considerável e, nesse contexto, gostaria de prestar uma homenagem muito particular ao nosso amigo, Jaime Mayor Oreja, uma das personalidades mais marcantes desta Assembleia.

A Presidência tem início num período crítico para a União Europeia e desejo-lhe as maiores felicidades. Devo, no entanto, confessar que estou apreensivo, pois houve um deslize logo nos primeiros dias no exercício do cargo. É altamente preocupante a sugestão de que a União Europeia, em vez de se limitar a coordenar os planos para o desenvolvimento económico, deveria ser capaz de estabelecer políticas económicas obrigatórias, com sanções ou medidas correctivas contra os Estados-Membros que não as cumprissem.

Tal sugestão reflecte uma abordagem socialista de comando e controlo à política económica, já bastante antiquada, que não é pertinente para a resolução dos problemas do século XXI. Sem querer interferir nos assuntos políticos espanhóis, há um ditado no Reino Unido que diz que devemos começar por arrumar a nossa própria casa. Ora, o socialismo não faz isso.

Do que verdadeiramente necessitamos é de políticas económicas que respeitem os direitos dos nossos Estados-Membros, que estimulem a partilha de boas práticas e se concentrem na criação de valor acrescentado para a União Europeia; de políticas que defendam as vantagens do mercado interno e as alarguem ainda mais; de políticas capazes de gerar um clima no qual empresas e empresários possam prosperar de modo a criar empregos, a melhorar o nível de vida das populações e a contribuir para uma sociedade mais firme e mais coesa.

Nós, os deputados do Grupo ECR, depositamos enorme esperança na iniciativa Europa 2020, como quadro para uma economia europeia sustentável e competitiva, tendo já delineado as nossas propostas suplementares, as quais esperamos venham a contribuir para fazer avançar este debate.

Gostaria agora de me deter sobre o domínio da política externa. Sei que este tema mereceu algum destaque no programa da Presidência; devo, no entanto, pronunciar-me acerca de um problema que é aí mencionado, embora a meu ver, sem a necessária ênfase. Esse problema é o Irão, cujo governo ilegítimo, brutal e perigoso deve ser tratado com firmeza. Se, de facto, encaramos com seriedade a questão da não proliferação nuclear, o Governo iraniano deverá compreender que, embora o país tenha o direito de desenvolver energia nuclear para fins pacíficos, não lhe será permitido enganar o mundo, persistindo na sua ambição de possuir armas nucleares. Simplesmente, não é possível confiar num regime que recorre ao assassinio e à violência para oprimir o seu próprio povo, povo esse também privado de um governo da sua escolha. Temos, pois, de tomar providências.

A Presidência espanhola tem início com uma agenda cheia. O nosso grupo irá avaliar as respectivas propostas e iniciativas pelo seu mérito intrínseco. Se a Presidência propuser políticas progressistas para estimular o crescimento económico, lidar com as alterações climáticas, consolidar a liberdade e a responsabilidade individuais e estimular a cooperação na cena mundial onde partilhamos interesses comuns, em todas essas áreas a Europa poderá oferecer benefícios, em vez de impor encargos.

Se o fizer, poderá então contar com todo o nosso apoio.

**Willy Meyer**, *em nome do Grupo GUE/NGL* – (ES) Seja bem-vindo, Senhor Presidente Rodríguez Zapatero. Infelizmente, o meu grupo considera que o seu programa não resolve os problemas essenciais. Na nossa opinião, aquilo que fundamentalmente se requeria desta Presidência era que corrigisse a actual política económica através da intervenção pública na economia e, como é óbvio, mediante a regulação do mercado, com recurso a políticas fiscais progressivas.

A recessão em Espanha e no resto da Europa, bem como os números do desemprego, que desde a década de 1930 não atingiam níveis semelhantes, são consequência da não intervenção no mercado e nos sectores produtivos estratégicos, incluindo o sector financeiro. Sob esta perspectiva, infelizmente, o seu programa nada traz de novo. Devido à ausência de harmonização entre políticas fiscais, penalizam-se os rendimentos

do trabalho e favorecem-se os rendimentos do capital; enquanto isso, e como parte daquilo que se entende por liberalização dos serviços, está também em curso o desmantelamento do modelo social europeu.

Os artigos 43.º e 49.º do Tratado defendem um modelo que favorece o mercado e a liberdade do mercado, em oposição aos direitos dos trabalhadores e, conforme V. Exa. muito bem sabe, já existem decisões do Tribunal de Justiça Europeu favoráveis à legalização do *dumping* social. Essa é a verdadeira realidade. Como tal, infelizmente, esta parte do seu programa – que é para nós substancial – não vem alterar rigorosamente nada, nem introduzir o que quer que seja de novo. Por outras palavras, o seu conteúdo contradiz o lema que o Senhor Presidente utilizou para a Presidência espanhola: “Inovar a Europa”.

Neste ponto específico, não existe inovação, mas sim continuidade, devido à eleição do Senhor Presidente Barroso, à qual o nosso grupo se opôs, embora V. Exa., como é evidente, lhe tenha dispensado o seu apoio. Ora, nós pensamos que essa continuidade é prejudicial ao modelo europeu.

No que diz respeito à política externa, não concordamos que seja necessário aumentar a capacidade militar. As imagens do desastre do Haiti, que nos mostram helicópteros de combate e fuzileiros navais em manobras, são prejudiciais para nós. Prejudiciais! Não é disso que precisamos quando ocorrem catástrofes como a do Haiti. Precisamos de protecção civil. Precisamos de médicos, de arquitectos e de pessoas capazes de aliviar a dor da tragédia.

E por último, Senhor Presidente Zapatero, a cimeira União Europeia/Marrocos. Não concordamos com o estatuto avançado de Marrocos, enquanto o povo sarauí estiver impedido de exercer o seu direito à autodeterminação e for alvo de constante perseguição – repito – de constante perseguição, por parte das autoridades marroquinas. Não concordamos com esta cimeira. cremos que faz falta, sim, uma conferência europeia pelo direito do povo sarauí à autodeterminação.

Quanto ao Estado de Israel, temos de ser bastante mais rigorosos no que se refere à política de vizinhança, e garantir o cumprimento do artigo 2.º deste Acordo de Associação – como parte integrante que é da política de vizinhança –, já que Israel desrespeita sistematicamente o direito internacional.

**Marta Andreasen**, em nome do Grupo EFD. – (EN) Obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente Rodríguez Zapatero, depois de ouvir com atenção as suas propostas para a Presidência espanhola, resta-me apenas desejar-lhe boa sorte. Reportar-me-ei agora a uma situação real.

Represento a região sudeste da Inglaterra e desde há bastante tempo que muitos dos meus eleitores, bem como outros cidadãos europeus, estão a ser vítimas de abusos em matéria de urbanização, quer na costa mediterrânica, quer noutras zonas de Espanha. Este Parlamento já adoptou três relatórios, nos quais se apelava às autoridades espanholas no sentido de tomarem providências. Porém, à excepção da condenação de alguns políticos e da aprovação de uma nova Lei dos Solos, ou Lei Reguladora da Actividade Urbanística, não foram tomadas quaisquer medidas específicas para defender os cidadãos assim prejudicados.

Os problemas com que os meus eleitores se confrontam vão desde a situação dramática vivida por Len e Helen Prior, de Berkshire, que viram a sua casa ser demolida, por – segundo as autoridades – ter sido construída em violação da Lei Costeira, a casos como os de Doreen Snook, também natural de Berkshire, e do Sr. Lohmann, ambos impedidos de viver nas habitações que adquiriram, respectivamente em Alicante e Lanzarote, devido à ausência de infra-estruturas e serviços adequados.

Como cidadã de Espanha, envergonha-me ver aquilo que se passa no meu país e é com grande preocupação que encaro o futuro da indústria espanhola do turismo, agora que surgem notícias nos jornais acerca da má sorte destas pessoas.

(ES) Senhor Presidente Zapatero, dirijo-me agora a V. Exa. na sua língua materna, que é também a minha.

Os cidadãos afectados não são pessoas de grandes posses. São apenas pessoas que, com o fruto do seu trabalho, compraram uma casa neste país de clima ameno e boa gente, para nela residirem depois de se reformarem. Agora, estão a ser injustamente obrigadas a pagar honorários a advogados e a outros peritos, para se defenderem nos tribunais, sem grandes probabilidades de êxito.

(EN) A União Europeia tem andado a convencer os seus cidadãos de que existe para manter a paz na Europa. Será que a situação que descrevo vai trazer paz à Europa?

V. Exa. diz-nos que vai tirar a Europa da crise. Se não consegue resolver o problema a que me refiro, que credibilidade poderá ter para solucionar a crise financeira europeia? Senhor Presidente Zapatero, queremos uma solução, agora. Queremos que as pessoas tenham a possibilidade de viver nas casas que compraram.

Se tal não for possível, deverá ser-lhes concedida uma indemnização justa que lhes permita comprar uma propriedade semelhante.

Este Parlamento apenas ameaçou bloquear o pagamento de subvenções a Espanha, mas posso garantir-lhe que, se esta situação não for resolvida durante a Presidência espanhola, tudo farei para que essa ameaça seja concretizada.

**Francisco Sosa Wagner (NI).** – (ES) É com grande satisfação que me encontro neste fórum tão especial com o Presidente do Governo espanhol, pessoa por quem nutro grande estima desde a época em que era um bom estudante de Direito.

Quis o acaso que a Presidência rotativa da União Europeia colocasse o meu país nas condições ideais para demonstrar, uma vez mais, a sua pretensão de desempenhar um papel determinante na Europa.

Conforme recordou o Presidente, a adesão europeia foi um sonho para o povo espanhol durante os longos anos da ditadura. Como tal, congratulamo-nos de uma forma muito especial por estarmos aqui presentes e vivemos com gosto essa experiência, porque sabemos, Senhoras e Senhores Deputados, que esta União de Estados-Membros, que aqui representamos, é a única resposta para os problemas que o mundo enfrenta, já que os Estados tradicionais se revelam incapazes de encontrar soluções eficazes.

É da maior importância que a Europa encontre o seu lugar, definindo-se a si própria e defendendo os valores por si gerados no berço de revoluções, nos livros escritos pelas mentes geniais dos seus autores, e nos soluços dos seus povos. Tais valores são a liberdade, o império da razão, o laicismo e a solidariedade. Sei, portanto, Senhor Presidente, que V. Exa. irá aproveitar ao máximo a oportunidade que se lhe apresenta de pôr em prática o Tratado de Lisboa.

Estou de acordo com os objectivos que propôs, muito embora alguns deles sejam vagos e não façam a distinção entre o essencial e o acessório. Um deles, respeitante às alterações climáticas, faz-me pensar que a política europeia implementada pela Comissão é a mais acertada, apesar de ter fracassado em Copenhaga. O que importa é que o desperdício gerado por tantas nações tem de ter um fim, pois não se justifica que milhares de milhões de habitantes deste planeta tenham de sofrer as consequências do egoísmo das sociedades ricas.

Por outro lado, daria maior ênfase à defesa dos direitos humanos no mundo. Quem acusa a União Europeia de ser uma organização burocrática sem alma, esquece-se que essa alma é justamente a nossa Carta dos Direitos Fundamentais. Nesta perspectiva, creio que a Presidência espanhola se deveria envolver nos seguintes assuntos: não convocar a Cimeira União Europeia/Marrocos enquanto este último país não se comprometer a respeitar as resoluções das Nações Unidas – uma organização que V. Exa. já invocou noutras ocasiões – relativamente ao Sara.

Promover, em Cuba e no Irão, uma acção conjunta para o reconhecimento das organizações que se opõem aos governos de ambos os países, de acordo com o debate que teve lugar ontem, neste Parlamento. E se os direitos são a nossa alma – a alma europeia – atrevo-me a recordar-lhe que deverá colocar toda a ênfase, como tão acertadamente referiu no seu discurso, na necessidade de fazer com que a espinha dorsal da Europa seja uma política energética comum. Sem ela, tudo ficará em suspenso e até mesmo a política internacional correrá o risco de se dissipar como fumo.

Gostaria, por último, de recordar a V. Exa. o compromisso que assumiu no sentido de dotar as cidades de Ceuta e de Melilla de um estatuto semelhante ao das regiões ultraperiféricas.

E concluo, estimado Presidente Zapatero, querido amigo José Luís, desejando-lhe as maiores felicidades, pelo bem desta Europa forte e federal em que ambos acreditamos.

**José Luis Rodríguez Zapatero,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhor Presidente, gostaria em primeiro lugar de manifestar os meus agradecimentos pelo tom e conteúdo dos discursos proferidos esta manhã em nome dos diferentes grupos parlamentares.

Falarei sobre os assuntos mais importantes, começando pelo senhor deputado Daul. Agradeço o que disse sobre este impulso positivo a uma governação económica, sobre a política económica comum. Perguntou qual seria o objectivo dessa governação económica, dessa política económica, ou, se me permite a expressão, fez uma incursão ideológica quanto a possíveis postulados de uma ideia ou de um projecto social-democrata. Em especial, ouvi-o manifestar a sua hesitação face a aumentos indiscriminados nos gastos públicos, bem como a sua preferência por um ambiente favorável às empresas.

Há algo que gostaria de esclarecer. Pouco tem a ver com a minha intervenção, antes com as minhas convicções políticas. Sou firme partidário do Pacto de Estabilidade. Sou firme partidário do equilíbrio orçamental ao longo de todo o ciclo. Tanto assim é que, nos primeiros quatro anos, antes da crise económica e financeira, o Governo de que era e ainda sou presidente registou um excedente nas suas contas públicas e reduziu o seu défice para 32% do PIB. Sou, por conseguinte, um convertido. O défice e o excedente são ferramentas, em função do ciclo económico. Acontece que, tal como a maioria dos governos europeus, tenho sido a favor de responder com um estímulo fiscal que resulta num défice público, tendo os gastos públicos aumentado ligeiramente porque o investimento privado abrandou. Não se trata de um problema ideológico. É um problema da realidade. A crise financeira traduziu-se no congelamento e na paralisação do investimento e crédito privados. Afigura-se razoável que a única forma de compensar de algum modo este abrandamento da economia tenha sido um estímulo público. Tal deverá ser corrigido, tanto quanto as circunstâncias o permitam, e precisamos de voltar ao Pacto de Estabilidade.

À semelhança de outros países, a Espanha irá ter e, aliás, já tem um considerável défice orçamental. Posso garantir, contudo, que iremos honrar o nosso compromisso face à Comissão no que diz respeito a 2013 e voltar ao pacto de estabilidade definido com base num défice de 3%. Para o alcançar, e tal como a Comissão foi informada, preparámos um plano de austeridade, um exigente plano de consolidação orçamental. É exigente em termos das nossas contas públicas e iremos colocá-lo em prática.

Concordo que temos de criar um ambiente que seja favorável às empresas, à actividade económica, à iniciativa e à concorrência. Com efeito, na minha intervenção, defendi vivamente um mercado comum da energia e um mercado digital europeu. Isso significa nada mais do que promover a liberdade económica, a iniciativa e o comércio entre Europeus no domínio da energia e a promoção da concorrência, porque tal reduz os preços e promove a inovação tecnológica. No domínio digital, ao qual dediquei aqui hoje particular atenção, estamos a apostar fortemente no futuro, na medida em que promovemos o comércio electrónico e a transferência de todos os produtos que actualmente são gerados nas tecnologias da comunicação, o que representa uma percentagem crescente do nosso produto interno bruto.

Assim, a nossa proposta e o nosso plano é fazer com que a estratégia 2020 favoreça uma Europa sem barreiras comerciais, a concorrência, a inovação e um ambiente empresarial na Europa. O que os governos também precisam de fazer na medida do possível é não tanto corrigir os ambientes de actividade empresarial, mas de intervir de modo a corrigir os que tenham propiciado a especulação, seja ela financeira ou imobiliária. Trata-se de algo diferente. Por vezes, devido a certas ideias, promove-se a especulação, de modo intencional ou não, no domínio financeiro ou imobiliário. A Espanha tem sido vítima desse fenómeno, tal como o têm sido alguns cidadãos, não apenas britânicos. Este é o desejo do governo, dentro da sua esfera de competências. Convém saber que, em Espanha, existe uma distribuição de competências, que são detidas não apenas pelo Governo central, mas também pelo poder local, as comunidades autónomas e os municípios. Existem, obviamente, leis e processos judiciais, mas estou perfeitamente consciente do problema que suscitou e, por isso, iremos adoptar medidas.

Por conseguinte, um ambiente económico favorável à actividade empresarial, à iniciativa e à inovação, mas não favorável à especulação financeira e imobiliária.

É óbvio que sou partidário de uma pressão fiscal razoável e não represento nenhum modelo contrário, porque, ao exercer funções governativas, baixei os impostos sobre os rendimentos das sociedades, baixei os impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores e a tributação individual e sou partidário, com uma visão instrumental, do que representa a filosofia tributária e a posição fiscal.

Por último, gostaria de dizer ao senhor deputado Daul que tomo nota da posição do seu grupo, o grupo maioritário do Parlamento, em relação ao papel do Presidente do Conselho – o Presidente permanente – e deste Parlamento. Parece-me tratar-se de uma questão relevante. Sou partidário de que todas as instituições europeias, as grandes instituições europeias, cultivem uma relação fluida com o Parlamento. E, consequentemente, na medida em que queremos engrandecer a Europa, temos de nos esforçar por dotar o Parlamento de mais poderes. É essa a minha opinião.

Senhor Deputado Schulz, agradeço as suas palavras. Estou convencido de que os fundamentos da União Europeia têm muito que ver com os fundamentos da democracia social, de que a democracia social foi uma importante alavanca na construção da ideia europeia e dos ideais europeus. Desejo afirmar – não obstante a força de outras ideias, que tiveram muitos problemas na sua aplicação – o compromisso com uma visão de coesão social, uma visão em que é fundamental que a democracia seja social.



Senhor Deputado Verhofstadt, agradeço-lhe imensamente as suas palavras. Estou praticamente de acordo com todas elas. Quanto à coordenação, ao fracasso de Lisboa, a coordenação aberta fracassou. Sabemo-lo. Revimos tudo em 2004 e, agora, ou levamos tudo a sério ou voltaremos em 2020 a constatar que nada funcionou. A governação exige um método comunitário. Por razões que desconheço, há quem aqui se surpreenda com a noção de sanções ou de exigências. A União Europeia tem, no seu funcionamento, muitas decisões que implicam sanções. Se não se cumprem as directivas, se não se cumpre o Pacto de Estabilidade, é normal que haja sanções. E funcionam. O que este Parlamento tem de entender, porque a União Europeia o tem de entender, é que o que temos feito unidos dá bons resultados. Como o euro, como o Pacto de Estabilidade, como o mercado interno, que importa desenvolver e aprofundar, porque é uma das principais alavancas de crescimento e competitividade.

Estou inteiramente de acordo com o que propôs sobre Copenhaga e sobre a estratégia subsequente, a nova estratégia. Creio que é uma iniciativa interessante criar uma Alta Autoridade para tratar desta questão e, de facto, em Copenhaga não se produziu o resultado que teríamos desejado. É verdade que a Europa teve uma posição positiva, mas não se produziu esse resultado.

Senhor Deputado Meyer, com o devido respeito, há alguns aspectos que não partilhamos. Logo à partida, além do facto de a União Europeia não possuir competências, por exemplo, em matéria de política fiscal, não apresentei um programa conservador, mas um programa de reformas. É um programa que serve sobretudo para ganhar tempo ao futuro, para nos anteciparmos ao futuro, o que, a meu ver, é a melhor forma de avançar com um projecto progressista. Um projecto progressista é o que identifica as mudanças e as antecipa, sendo capaz de inovar. Faço votos e confio que a União Europeia manterá este rumo.

Respeito a sua posição quanto a Marrocos. Não a partilho. O Norte de África, sobretudo Marrocos, reveste-se de interesse estratégico para a União Europeia. Façamos com que o seu processo de modernização avance a partir do diálogo e da cooperação, sendo nosso desejo que o conflito do Sara seja arbitrado por quem de direito, nomeadamente, as Nações Unidas, cuja actuação a Espanha irá, obviamente, apoiar e respeitar.

Em relação ao Haiti, reconheço que é frequente vermos helicópteros ou aviões de combate que provocam conflitos e bombardeiam zonas do planeta, o que é algo que a nossa consciência dificilmente pode aceitar. Em muitas ocasiões, são situações difíceis para a nossa consciência e para as nossas convicções. Contudo, devo dizer que, para mim, ver helicópteros e fuzileiros transportando alimentos, estabelecendo a ordem e salvando vidas é algo que merece ser aplaudido.

*(Aplausos)*

Aos meus olhos, parece-me um feito digno de aplauso. E se, na Europa, tivermos – e sou a favor de que tenhamos – uma força de intervenção rápida, subscreveria certamente a proposta do Senhor Comissário Barnier. Como aqui foi dito, essa força deverá incluir componentes civis e militares, que garantam uma actuação eficaz no menor espaço de tempo possível, com os meios que temos à nossa disposição.

Tomei devida nota, Senhora Deputada Andreasen, das suas sugestões. Naturalmente, desejo confirmar à representante do Grupo dos Verdes/ALE que partilho muitos dos aspectos que evidenciou na sua intervenção. Em todo o meu discurso, referi-me a crescimento sustentável, ou melhor, ambientalmente sustentável. Concordo com a sua ideia de que as viaturas eléctricas são, ou devem ser, um trampolim para um outro modelo de transportes. Registo a sua sugestão de que, no Pacto Social, a dimensão da sustentabilidade ambiental se torne uma dimensão essencial e, como seria normal, estou firmemente convicto de que o futuro da inovação, da competitividade e da produtividade depende do que representa a chamada "economia verde", em conjugação com o potencial das tecnologias da comunicação e, obviamente, com uma visão comum ou única da energia, como muito bem disse o senhor deputado Sosa Wagner, porque esse é um tema central para a razão de ser da União Europeia no futuro.

Senhor Deputado Kirkhope, concordo quanto à relevância da personalidade do senhor deputado Mayor Oreja, meu compatriota, mas não estou minimamente de acordo que não tenha havido nenhuma sugestão de mais controlo ou mais centralização quanto ao que representam as ideias, as iniciativas e a proposta política que apresentei nesta Assembleia. Não, o que existe é iniciativa política para que o mercado interior seja maior, se estenda a mais sectores e haja mais competitividade e mais inovação. Para que juntemos esforços. Juntar não é controlar, unir não é dirigir. Pelo contrário, juntar esforços é mais democrático, unir favorece a cooperação.

O que, a meu ver, seria mais negativo seria continuarmos a operar vinte e sete pequenos sistemas centralizados de controlo, já que, num mundo globalizado, os actores que competem connosco e que possuem mercados

internos e política comum, como é o caso dos Estados Unidos, da China ou da Índia, ganhar-nos-iam avanço. E veremos como, em pouco tempo, se não operarmos essa mudança profunda como Europeus, essa nova política mais comunitária no plano económico, a Índia ou a China atingirão os nossos índices de produção e de força inovadora.

Não, não há – permita-me que o diga, com o devido respeito – nenhum interesse de controlo, nem de intervencionismo. Não é desse debate que se trata. Quando falamos de 2020 e de governação, falamos das nossas capacidades colectivas, da soma das sinergias representadas por 500 milhões de cidadãos de um continente que foi capaz de gerar e de colocar em marcha a revolução industrial, o melhor aproveitamento da energia e os maiores progressos da ciência. Se unirmos todo este potencial, teremos capacidade para assumir o protagonismo e a liderança, para manter o nosso modelo económico, o nosso modelo de prosperidade e o nosso modelo de bem-estar. São esses os objectivos.

Evidentemente, estou completamente de acordo, creio que há uma posição clara da União Europeia quanto ao Irão. O Irão tem de cumprir as regras internacionais e a comunidade internacional – e, naturalmente, a União Europeia – tem de fazer valer a exigência de cumprimento, pelo Irão, das regras internacionais em matéria de proliferação nuclear. Associo-me à preocupação e à sensibilidade manifestadas face a este tema específico.

Senhor Deputado Sosa Wagner, regozijo-me por poder estar consigo nesta instância, nesta grande instituição, neste momento e neste debate. Tomei devida nota das suas sugestões. Estou plenamente de acordo com a reflexão que fez sobre a energia, que foi, em grande medida, o aspecto no qual centrei a minha intervenção. É a esse nível que se irá definir, em larga escala, a capacidade da União Europeia de ser esse grande continente. Nos planos político e económico. Porque, não há dúvida de que, na medida em que tivermos mais interconexão energética e houver uma menor dependência energética, mais fortes seremos económica e politicamente.

A energia, como bem sabemos, determinou o curso da história. Determinou o curso do domínio de umas potências sobre outros países. O controlo e a utilização da energia. Assim, também na fase actual, com a poupança que agora se propõe.

A União Europeia conduz e conduzirá durante estes seis meses uma política de defesa dos direitos fundamentais. Fá-lo com inteligência e procurando avançar nos domínios onde acreditamos e esperamos vir a atingir resultados. Naqueles domínios onde achamos que dar as mãos é melhor do que fechar a porta. Assim, manteremos a cimeira com o nosso vizinho, Marrocos. E, invariavelmente, promoveremos a defesa dos direitos humanos.

Em suma, Senhor Presidente, agradeço profundamente as intervenções de todos os representantes dos diferentes grupos parlamentares. Exprimo a minha consideração por todas as posições. Tomo devida nota dos aspectos mais directos e concretos que aqui foram referidos em relação ao meu país, que represento com todo o orgulho, pelo que temos feito nestes vinte cinco anos de presença na União Europeia. Mas que represento também com toda a humildade, porque encontramos-nos aqui para partilhar e creio que a melhor forma de o fazer é adoptando uma postura de humildade, de união, para juntarmos esforços e defendermos em conjunto o grande ideal que é a União Europeia.

(Aplausos)

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** - (FR) Senhor Presidente, parece-me que houve um consenso generalizado sobre as prioridades da Presidência espanhola do Conselho, naturalmente com alguns matizes em função dos diferentes grupos políticos, mas há uma questão que foi apontada em várias intervenções e à qual gostaria de me referir. Trata-se da questão da coordenação europeia, da coerência, tanto na nossa resposta a catástrofes naturais fora da Europa, como na nossa resposta no contexto das relações externas, como, por exemplo, o pós-Copenhaga, ou ainda em matéria de política económica. E, sobre essa matéria, penso que temos a solução, que consiste em aplicar o Tratado de Lisboa. Não precisamos de procurar muito.

Relativamente à nossa resposta às crises humanitárias, existe, efectivamente, o famoso relatório Barnier, que já foi hoje aqui referido. Trata-se de um relatório solicitado por mim e pela Presidência rotativa de então, a Presidência austríaca, a um membro deste Parlamento e meu bom amigo, Michel Barnier. Não era Comissário nessa altura, e fui eu que tomei a iniciativa de lhe solicitar a elaboração desse relatório.

Recebemos o relatório, que teve o meu apoio e o da Presidência do Conselho de então. Depois, não foi aplicado, porque o Conselho não quis aplicá-lo; que isto fique muito claro. É por isso que temos de fazer mais em termos de coerência na acção humanitária externa da União Europeia.

Pois bem, penso que a resposta reside no Tratado de Lisboa. Temos um Alto Representante - melhor dizendo, uma Alta Representante - que é Vice-Presidente da Comissão e, ao mesmo tempo, Presidente do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Por isso, na nova Comissão, criei também uma nova pasta - "Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta às Crises". Será um Comissário - neste caso, provavelmente, uma Comissária - a assumir essa tarefa como prioritária, e que terá de trabalhar em colaboração com a Alta Representante e com o Conselho para que possamos, assim o espero, ter um dia um verdadeiro serviço externo, mas também competências no domínio da resposta às crises e em matéria de protecção civil. É tudo sobre a primeira questão.

A segunda questão respeita às negociações internacionais, por exemplo, no âmbito do pós-Copenhaga. Também neste caso vou ler o Tratado de Lisboa, pois penso que muitas pessoas não o leram: Artigo 17.º: "Com excepção da política externa e de segurança comum e dos restantes casos previstos nos Tratados, a Comissão assegura a representação externa da União."

Assim, é a Comissão que representa a União em matéria de assuntos externos, e não o Conselho Europeu. Haverá, sem dúvida, Chefes de Estado ou de Governo que representarão os seus próprios países. Mas quem é que representa a União em matéria de assuntos externos, exceptuando a PESC? A Comissão.

Foi por isso que criei o dossiê da agenda climática, e por isso espero que o Comissário - neste caso, é uma Comissária - tenha, no futuro, todo o apoio necessário para representar a União nas negociações pós-Copenhaga. Sejam claros também quanto a este aspecto.

A terceira questão respeita à política económica. Também neste ponto devemos ler o Tratado de Lisboa. Há quem pense que a política económica é uma questão puramente nacional. Não é verdade! Artigo 120.º: "Os Estados-Membros consideram as suas políticas económicas uma questão de interesse comum e coordená-las-ão no Conselho". N.º 2 do artigo 121.º: "O Conselho, sob recomendação da Comissão, elabora um projecto de orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da União e apresentará um relatório ao Conselho Europeu com as suas conclusões", e, mais abaixo - é preciso ler o artigo na sua totalidade - "A fim de garantir uma coordenação mais estreita das políticas económicas e uma convergência sustentada dos comportamentos das economias dos Estados-Membros, o Conselho, com base em relatórios apresentados pela Comissão, acompanhará a evolução económica em cada Estado-Membro e na União".

Há, pois, uma supervisão colectiva. Além disso, e trata-se de uma novidade do Tratado de Lisboa, a Comissão pode agora fazer recomendações concretas, nomeadamente, e passo a ler: "Sempre que se verificar (...) que as políticas económicas de determinado Estado-Membro não são compatíveis com as orientações gerais (...) ou que são susceptíveis de comprometer o bom funcionamento da união económica e monetária, a Comissão pode dirigir uma advertência ao Estado-Membro em causa.". E prossegue: "O Conselho, por recomendação da Comissão, pode dirigir as recomendações necessárias a esse Estado-Membro".

Mas é muito interessante, pois o Parlamento terá também poderes neste contexto: "O Presidente do Conselho e a Comissão apresentarão um relatório ao Parlamento Europeu sobre os resultados da supervisão multilateral". Por outras palavras, a partir de agora, temos os mecanismos no Tratado de Lisboa - não é preciso inventar nada de novo...

*(Comentário feito sem microfone)*

Não, claro, evidentemente, já o fiz. Não preciso do vosso apoio para dizê-lo...

E a verdade é que temos, no Tratado de Lisboa, se realmente quisermos pô-lo em prática, os instrumentos de que precisamos para garantir coordenação e coerência, sem necessidade de divisões políticas ou ideológicas sobre este assunto. É isto que quero dizer, e por isso insisto hoje neste ponto: é a primeira vez que, no Parlamento Europeu, temos uma nova Presidência rotativa do Conselho.

A Presidência espanhola tem uma grande responsabilidade. É a primeira vez, depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que temos uma Presidência rotativa. Além disso, como afirmou o Senhor Presidente Zapatero - que tem toda a minha confiança, devido ao seu compromisso com a Europa -, penso que temos a responsabilidade de aplicar a letra e o espírito do Tratado. Tanto a letra como o espírito do Tratado de Lisboa são muito claros.

Uma Europa mais forte! Uma Europa mais forte, não no interesse das Instituições, mas para que as Instituições possam melhor servir os interesses concretos dos nossos cidadãos.

*(Aplausos)*

**Presidente.** – Muito obrigado, Senhor Presidente Barroso. Todos lemos o Tratado de Lisboa e sabemos que não diz tudo. Por essa razão é tão importante que, trabalhando juntos, estabeleçamos uma interpretação daquilo que o Tratado de Lisboa, de facto, diz e que, em conjunto, planifiquemos o nosso trabalho na União Europeia para os anos que hão-de vir.

**Jaime Mayor Oreja (PPE).** – (ES) Senhor Presidente do Governo espanhol, gostaria de dizer-lhe que não vivemos apenas noutra era, não vivemos apenas num momento qualquer no seio da e para a União Europeia.

O que V. Exa. e o colega Daul disseram é verdade: a União Europeia e o povo europeu sabem que a sua principal preocupação é a crise. Contudo, importa realçar hoje aqui também que, antes da crise económica, houve uma fraca participação em vários processos eleitorais e os Europeus deram mostras de desinteresse crescente e de distanciamento face às instituições europeias.

Assim sendo, a crise de valores manifestou-se antes e também durante o projecto de integração europeu. Quis focar este aspecto porque, dado o ímpeto óbvio que advirá do Tratado de Lisboa, estamos perante a nossa primeira oportunidade para reduzir este fosso entre os cidadãos da Europa e as suas instituições.

Vivemos, por conseguinte – ou, pelo menos, deveríamos viver –, num período de transição e de mudança, ao qual fez alusão. Gostaria de dizer, porém, que o primeiro desafio que deveremos enfrentar é o de sermos capazes de inverter a marcha no processo de distanciamento dos Europeus em relação à política europeia.

As transições são sempre uma oportunidade. São também um risco, mas eu naturalmente encorajá-lo-ia a reter um pequeno número de ideias claras que poderão sempre ser transmitidas a todos os Europeus. Assim, gostaria de dizer que uma mudança de atitude em todas as instituições europeias, em todos nós e a nível dos governos e parlamentos nacionais, dos círculos políticos, é indubitavelmente mais importante do que o próprio Tratado de Lisboa. Não basta que o Tratado de Lisboa entre em vigor para podermos falar de transição e mudança na União Europeia e de ambição no projecto europeu.

Assim sendo, gostaria de deixar claro que a maior ambição é que os Europeus nos percebam melhor, porque não nos percebem. A nossa linguagem é ininteligível e, por vezes, incompreensível, pelo que temos de saber como dizer que este é um problema em si e um desafio em si, de modo a nos podermos aproximar mais do povo europeu. Precisamos de dedicar muito mais tempo, muito mais energia política e muito mais dinamismo para garantir que os Europeus consigam perceber-nos.

Senhoras e Senhores Deputados, devido ao Tratado de Lisboa, todas as presidências irão ser únicas, diferentes e mais exigentes, e irão exigir de nós mais sacrifícios e mais generosidade do que nunca. Por conseguinte, gostaria de dizer que é com muito agrado que hoje aqui declaro que o Partido Popular espanhol apoiou os objectivos do Governo espanhol na Presidência europeia, num momento tão importante para a União Europeia.

O que precisamos de fazer agora é aplicá-los de modo correcto. Vou dizer-lhes como é que a Presidência espanhola não deveria ser avaliada. Não vai ser avaliada pelo número de reuniões que realizarmos. A medida de uma boa Presidência não são discursos da praxe, grandes declarações ou lugares comuns. Será avaliada pelos resultados, pelas realidades, pela nossa capacidade de mudar a nossa atitude, em todas as instituições europeias, bem como a nossa capacidade de dar prioridade aos problemas reais que preocupam os Europeus. Essa será a única forma de aproximação real de todos os Europeus.

(Aplausos)

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Em nome da delegação socialista junto deste Parlamento Europeu que, como V. Exa. recordou, é o parlamento europeu com a mais extensa representação e, em termos democráticos, o mais forte de toda a história da União Europeia, gostaria de me associar às calorosas saudações de boas-vindas dirigidas ao Presidente espanhol da União Europeia e de expressar os meus melhores votos de sucesso numa fase tão decisiva.

É uma fase decisiva porque o Tratado de Lisboa entrou finalmente em vigor. É também decisiva porque coincide com o arranque das novas instituições: a nova Comissão, o Presidente permanente do Conselho e o Alto Representante da União Europeia. Mas é sobretudo decisiva porque nos proporciona uma oportunidade de fazermos o que é necessário ser feito através do Tratado de Lisboa e das novas instituições, ou seja, responder à crise mais aflitiva e mais grave a que assistimos nos últimos 80 anos e que teve um impacto desastroso nos planos económico e financeiro, mas também no plano social.

Durante 10 anos, os Europeus assistiram a um debate institucional e, em 7 de Junho, os cidadãos elegeram este Parlamento, que representa 500 milhões de pessoas. Quem nos observa tem expectativas em relação a nós e exige respostas da nossa parte. Querem coordenação e controlo onde havia falta de governação e, em resposta à falta de transparência e ganância, pretendem que a ética da responsabilidade seja restaurada. Assim, o que desejamos é que consigamos sair da crise e que saíamos melhor, mas fiéis ao nosso modelo.

Por este motivo, acredito que a Presidência espanhola faz bem em começar por reafirmar valores: a importância da igualdade. A União Europeia é fundada na igualdade, igualdade perante a lei, mas também igualdade como espinha dorsal do modelo social, combatendo a exclusão e a discriminação, protegendo os mais fracos da sociedade, um compromisso de combater a violência baseada no género e de defesa da ordem de protecção europeia. E também é fundada na qualidade como alavanca para o futuro na inovação, na educação e na formação, ou seja, domínios que sempre representaram uma forma de abrir novas oportunidades para os que actualmente delas não dispõem.

Acresce ainda que a Presidência tem razão em termos de conteúdo e referiu-se à importância da Estratégia 2020 que reconhece que a Estratégia de Lisboa não funcionou e que, por esse motivo, não estamos contentes nem satisfeitos e precisamos de apostar mais na inovação e em melhores fontes de energia. Existe igualmente o Serviço Europeu de Acção Externa para marcar a diferença em termos de actuação no Haiti, bem como o plano de acção para o espaço de liberdade, segurança e justiça.

Se me permite, gostaria de dizer que a Presidência também é correcta na sua atitude e em ter a coragem de promover a mudança face aos preconceitos nacionais e face ao declínio ou à resignação...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Izaskun Bilbao Barandica (ALDE).** – (ES) Senhor Presidente da Presidência rotativa, Senhor Rodríguez Zapatero, aqui ficam os meus votos sinceros de sorte e sucesso, porque isso será bom para a Europa e para os seus cidadãos.

A crise exige que pensem à escala global e actuemos a nível local, mas é preciso unir esforços com todos. Há que tirar partido dos modelos locais e regionais, dos que se baseiam na economia real, da colaboração entre os sectores público e privado e da proximidade dos cidadãos. Incluir as regiões, construindo com elas processos de tomada de decisões. Isso significa igualmente aplicar o Tratado de Lisboa, que lhes atribui um papel pela primeira vez.

O seu programa esquece as regiões e não esclarece como será aplicado o protocolo da subsidiariedade. Corra riscos, inove, mas ganhe alguma credibilidade, porque ninguém aqui acredita no que diz após a Espanha ter reduzido o seu orçamento para a inovação.

Agrada-me que apoie a igualdade entre homens e mulheres, mas o seu programa é escrito de uma forma masculina, a linguagem utilizada nem sequer aborda a perspectiva do género. Não será este um mau sintoma?

No que se refere ao País Basco, trabalhe em prol da paz, apoie a economia produtiva, impulsione o comboio basco de alta velocidade e integre o nosso sistema fiscal, a nossa polícia e a nossa língua nas instituições europeias. A Europa será construída através da congregação de pessoas, conhecimentos, vontade e realidade política. Refiro-me ao Parlamento, ao qual, se o posso dizer, veio trazer o seu programa e calendário em fracas condições e demasiado tarde e que merece um nível de respeito que não vi, nem sequer na Abertura Oficial em 8 de Janeiro.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE).** – (ES) Bem-vindo Senhor Primeiro-Ministro. Receio, contudo, que a sua Presidência corra o risco de ser encarada como um crocodilo político, ou seja, ostentando uma grande bocarra e expressando grandes ideias, mas, afinal, sem ouvidos para ouvir.

Nada me daria mais prazer, garanto-lhe, do que poder felicitá-lo daqui a seis meses por ter adoptado medidas que nos permitissem sair desta crise – algo que efectivamente implica uma maior e melhor governação económica – e por ter reorganizado a União Europeia numa perspectiva social, ecológica e democrática.

Todavia, hoje devo confessar a minha preocupação pelo facto de, no programa da Presidência, as metas quanto ao estabelecimento de planos de incentivos, por exemplo, serem incertas e as referências à governação económica terem um carácter marginal.

Além disso, para emprendermos uma verdadeira reforma fiscal, que inclua recursos europeus de modo a formar uma política que seja social e que tenha, claramente, uma dimensão verde, ecológica, temos de frisar

bem que os que poluem têm de pagar e que tal se aplica também aos que se comportam de modo fraudulento e irresponsável, sejam eles bancos, multinacionais ou evadidos fiscais. Contudo, constato timidez nas suas propostas e demasiadas concessões face aos que vergonhosamente hipotecam o nosso presente e o nosso futuro nos planos social e ambiental.

Ainda assim, e sendo certo que estão agendadas muitas cimeiras durante a sua Presidência, tanto na América Latina como no Mediterrâneo, não posso deixar de manifestar o meu receio face a dois aspectos. O primeiro tem a ver com a sua decisão de rever a jurisdição universal, uma vez que isso nos enfraquece quando temos de tratar de casos de genocídio e de criminosos universais, seja em Israel, na China ou na Guatemala, e o segundo prende-se com situações como a do Sara ou da Colômbia, por exemplo, onde é dada maior importância aos acordos comerciais do que à defesa dos direitos humanos.

De qualquer modo, gostaria de terminar felicitando-o e oferecendo-lhe o meu apoio numa questão em particular, a da igualdade entre homens e mulheres. Sim, aí dou-lhe credibilidade, aí vejo potencial, aí acredito que poderá fazer um trabalho de fundo, porque o mereceu em muitas áreas. Espero e confio – e terá o apoio deste Parlamento se continuar a proceder deste modo – que continue a dar o exemplo a muitos outros países que apresentam um grande atraso a este respeito.

**Adam Bielan (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, Senhor Presidente Rodríguez Zapatero, o seu país assumiu a Presidência num momento particularmente difícil e que eu espero que seja a última fase da pior crise que assolou o nosso continente nos últimos 80 anos. Assim, é perfeitamente compreensível que tenha escolhido o regresso a um percurso de desenvolvimento económico e o combate ao desemprego como as suas principais prioridades para os próximos seis meses. Contudo, se o que para si está em causa é um crescimento da competitividade da economia europeia, devemos recordar que isso não pode ser alcançado sem uma reforma da economia e sem a conclusão, por exemplo, do processo de construção do mercado único, ou ainda sem combatermos o renascer, como assistimos em França, do nacionalismo económico.

Congratulo-me com o facto de a segurança energética ter sido igualmente incluída nas prioridades da Espanha. Senhor Presidente Zapatero, venho da Polónia, um país que reconhece melhor do que os demais a necessidade de diversificar o abastecimento de materiais utilizados na geração de electricidade e que essa necessidade pressupõe uma diversificação das fontes de abastecimento e não apenas dos canais de distribuição, como o grupo de pressão da Gazprom, a empresa russa, tenta convencer-nos. Espero que, no espaço de seis meses, consiga dar provas de algum êxito também nesse domínio.

Finalmente, haveria a questão do alargamento da UE, que o senhor deputado Moratinos a justo título reconheceu recentemente como uma questão de importância vital. Debateremo-la hoje, num momento em que um país vizinho, a Ucrânia, que é também um vizinho importante do ponto de vista da segurança energética, acabou de passar o seu próximo exame em democracia. Espero que, no espaço de seis meses, possamos afirmar que a Ucrânia está mais próxima da sua adesão à União Europeia.

**Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, a Presidência espanhola, ao descrever as prioridades para os consumidores, dedica um total de duas linhas ao programa de governação. Tal é ilustrativo da importância que atribui à protecção dos consumidores. Interrogamo-nos, por conseguinte, sobre o que a Presidência pretende fazer em relação aos direitos dos cidadãos. Pretende salvaguardá-los, revendo a proposta harmonização plena do topo até à base, ou restringir os compromissos anunciados?

A falta de visão no plano social não se limita apenas aos consumidores. O desemprego, enquanto consequência da recente crise, tem afectado gravemente muitos cidadãos da União e eles esperam que sejam tomadas medidas. Os jovens, em especial, estão desesperados. Em resposta a esta situação, a Presidência promove a empregabilidade dos jovens integrando-os em regimes de aprendizagem e, desse modo, exacerbando a sua exploração e os lucros excessivos das empresas. Exortamos a Presidência espanhola a rever o seu programa de modo a salvaguardar postos de trabalho permanentes para os seus cidadãos.

**Rolandas Paksas (EFD).** – (LT) Também eu espero que a Presidência espanhola seja um êxito e que, além das prioridades estabelecidas, a Espanha também dedique atenção a um problema que é particularmente relevante nos tempos que correm, o dos direitos humanos e das liberdades. Na sequência de uma investigação efectuada pelo Parlamento lituano em prisões da CIA, constatou-se que, num outro Estado, um Estado europeu, o estabelecimento prisional em causa havia sido criado para efeitos da detenção ilegal de pessoas. A União Europeia e os Estados Unidos da América são como duas pedras basilares da política global, são aliados e parceiros que gozam de direitos iguais, mas isso não deveria conceder aos agentes da CIA o direito de assumir as rédeas em Estados soberanos, no nosso próprio território. Penso que o Parlamento Europeu deveria renovar a sua investigação em torno da extradição extrajudicial de pessoas e da sua detenção em

Estados europeus. As conclusões dessa investigação deveriam culminar num documento obrigando os Estados-Membros a garantir, de modo incondicional, os direitos e liberdades de qualquer cidadão.

**Frank Vanhecke (NI).** – (NL) Curiosamente, as declarações da Presidência espanhola sobre a política de imigração e sobre os controlos fronteiriços, em especial, aquecem-me e arrefecem-me. Nomeadamente, a ideia de Espanha de que essas questões deveriam ser tratadas a nível europeu soa muito estranha, tendo em conta a regularização em massa de imigrantes ilegais que se verificou recentemente naquele país e cujo custo terá em breve de ser pago também por países europeus, digamos, mais comedidos, que não tiveram qualquer voto na matéria. Surpreende-me também que a Presidência espanhola continue a defender uma política activa de imigração num período de crise económica tão grave, quando ninguém sabe quantos milhões de Europeus se encontram no desemprego. O que precisamos realmente é de fechar as nossas fronteiras, pôr realmente termo à imigração e, obviamente, prestar auxílio económico aos países que dele precisam. A subsequente imigração em larga escala que o senhor defende só poderá conduzir a problemas em larga escala.

**Werner Langen (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Rodríguez Zapatero, tenho de o felicitar pela sua eloquência. No entanto, o que tem exactamente para dizer? Qual é a mensagem que nos quer transmitir? Qual é o conteúdo do que nos disse? Já ouvi muitos discursos, V. Exa. é o 32.º Chefe de Governo que presenciei, mas raramente ouvi nada tão pouco comprometedor em termos de conteúdo. Face à crise, à próxima cimeira, ao necessário apertar de exigências a nível da regulação dos mercados financeiros e ao facto de o Conselho ter deixado a Comissão à rédea solta nos últimos meses, qual é a sua estratégia?

O senhor deputado Schulz deve ter estado numa sala diferente se recomenda agora que adoptemos o seu modelo do Estado espanhol. Gostaria de deixar claro um ponto: a Europa não pode permitir-se uma taxa de desemprego de 20%. Qual é afinal a grande vantagem do modelo espanhol? Qual é a sua resposta à crise? Como consegue coordenar tudo neste caso? Apelamos à sua liderança. Nesse caso iremos apoiá-lo. Todavia, o que podemos fazer com declarações tão pouco vinculativas? É evidente que nos opomos à violência no casal, quem não se opõe? A sua única proposta concreta foi a do automóvel movido a electricidade e, com a crise e a cimeira em mente, é tudo o que tem para oferecer, Senhor Presidente Zapatero? Estou igualmente pasmado com o facto de o Presidente da Comissão ter tido de lhe ler o que Tratado prevê em matéria de coordenação das políticas económicas e o senhor escutou-o com toda a atenção porque era manifestamente a primeira vez que ouvia falar de semelhante coisa!

Tudo o que lhe posso dizer é que V. Exa. deveria seguir as recomendações do seu colega, membro do seu partido, o Comissário Almunia. Ele resistiu à oposição do Conselho ao Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ele é o exemplo que o senhor deveria seguir. Ajude-o a assegurar a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ajude-o nesse processo e ter-nos-á do seu lado. Com esta abordagem suspensa nas nuvens, que não obriga ninguém a nada, é que não vamos avançar o que quer que seja na Europa.

**Hannes Swoboda (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, não acredito que o senhor deputado Langen tenha estado a ouvir com atenção porque, de outro modo, teria ouvido a descrição de uma verdadeira estratégia de modernização e de um pacto social. Não me surpreende que não tenha ouvido falar do pacto social, porque ele é uma parte importante da dita estratégia. O Presidente Zapatero mencionou o desemprego com toda a certeza, incluindo o desemprego no seu próprio país. O desemprego no seu conjunto é algo que nos inquieta. No entanto, ele não é o único responsável pela situação actual; responsáveis são aqueles que, nos últimos anos, conduziram uma política de desregulação extrema. Os que, nas vossas fileiras, contribuíram para estes resultados é que têm a responsabilidade.

Este pacto social é particularmente necessário no momento presente, porque sabemos – e aí o senhor tem razão, embora não inteiramente – que temos de consolidar os orçamentos. Mesmo assim, sabemos também que tal não deverá ocorrer em detrimento dos membros vulneráveis da sociedade, uma vez que há agora muitas pessoas – basta ler os jornais de hoje – que, por exemplo, não possuem seguro de desemprego. Não se trata apenas de um destino trágico para essas pessoas, trata-se também de algo que afecta o crescimento económico, porque sabemos muito bem que as pessoas dos estratos mais frágeis da sociedade tendem a conter as despesas em conformidade e uma das razões pelas quais o desenvolvimento e o crescimento económicos estão ameaçados é porque não há um volume de gastos suficiente por parte dos consumidores. Se não protegemos os membros vulneráveis da sociedade através de um pacto social, não só teremos falhado em termos de humanidade, teremos igualmente falhado no nosso esforço de promoção do desenvolvimento económico. Por estas razões, este pacto social é muito importante.

Senhor Presidente Zapatero, em relação ao pacto social, em particular, pode contar com todo o nosso apoio.

**Ramon Tremosa i Balcells (ALDE).** - (ES) Senhor Presidente Rodríguez Zapatero, no passado mês de Setembro, o Senhor Comissário Joaquín Almunia compareceu no Parlamento perante a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Após falar da recuperação das exportações na Alemanha e do crescimento do consumo em França, o Comissário Almunia afirmou que a crise seria muito mais longa e profunda em Espanha.

De facto, a Comissão Europeia previu um aumento contínuo do desemprego e uma extensa deterioração das finanças públicas no caso da Espanha nos próximos anos e, este ano, é muito provável que venhamos a assistir a uma redução nos créditos bancários concedidos aos agregados familiares e às empresas.

Em Setembro, perguntei ao Comissário por que razão a Europa se encontrava em retoma enquanto a Espanha iria continuar em declínio e ele respondeu literalmente "porque o Governo espanhol não está a realizar as reformas que o senhor e eu acordámos". A crise é global, mas as soluções são locais. Muitos Europeus reconheceram a crise rapidamente, agiram rapidamente e já estão em recuperação. O senhor deixou passar dois anos e ainda não está a propor soluções concretas.

Senhor Presidente Zapatero, o senhor quebrou a boa tradição do PSOE na Europa. Felipe González usava os reformistas social-democratas como referência, mas o senhor aproxima-se muito mais das políticas populistas da América Latina revolucionária. As reformas ajudam mais as nações a progredir do que as revoluções e a Europa é um modelo de boas práticas a este respeito. Venha até cá com humildade e aprenda, não tente doutrinar.

Duas questões específicas: quando poderemos falar catalão neste Parlamento? E, por fim, quando irá o Estado espanhol revogar os tratados internacionais que proíbem a aterragem de voos a partir de vinte e três países no aeroporto de Barcelona?

#### **PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ**

*Vice-presidente*

**Oriol Junqueras Vies (Verts/ALE).** - (ES) Bom dia, Senhor Presidente Rodríguez Zapatero. Há dois anos, garantiu-nos que a Espanha tinha excedido a produção *per capita* da Itália e que em breve iria exceder a da França. Porém, à data actual, e de acordo com as agências internacionais de notação de crédito, a Espanha encabeça o índice de pobreza da União Europeia, com 20% de desemprego e um défice de 78 mil milhões de euros.

O que aconteceu, Senhor Presidente Zapatero? Preconiza para a Europa as mesmas medidas de política económica que aplicou em Espanha?

Além disso, este défice não tem sido utilizado na construção de amplas infra-estruturas de comunicação. Quando assistiremos nós, cidadãos da Europa, aos benefícios de um eixo de transporte ferroviário de mercadorias que una o Norte ao Sul do continente e cujo traçado acompanhe o litoral do Mediterrâneo?

É um défice que também não tem sido utilizado para impulsionar a mudança no modelo de produção. Como podemos nós, Europeus, confiar na sua vontade de aplicar a Agenda Digital Europeia, sabendo que o senhor acaba de reduzir para metade o orçamento reservado à investigação?

Finalmente, em contraste com os seus colegas europeus aqui representados, a Espanha continua a recusar-se a reconhecer o Kosovo. Por quanto tempo mais irá continuar a tirar partido da paciência da comunidade internacional, recusando-se a aceitar os resultados de referendos sobre a autodeterminação enquanto expressão democrática da vontade do povo?

**Lajos Bokros (ECR).** - (ES) É, sem dúvida, significativo, e mesmo simbólico, que o Primeiro-Ministro de um país que actualmente detém a mais elevada taxa de desemprego da União Europeia fale sobre a importância de criar postos de trabalho. Por esta razão, gostaria de perguntar ao Primeiro-Ministro do Governo espanhol quais são, especificamente, as principais medidas para atingir o objectivo da redução do desemprego não apenas em Espanha, mas também na Europa.

O programa do Governo espanhol é deveras ambicioso. Deseja adoptar uma nova estratégia de crescimento e emprego. Ao mesmo tempo, esquece o Programa de Lisboa, que havia previsto a transformação da Europa na região mais competitiva do mundo. Como é possível perspectivar uma estratégia e prepará-la num mês, sem antes analisar as razões do fracasso do programa anterior?



**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, o momento que estamos a viver deveria implicar uma mudança de fundo nas políticas e prioridades da União Europeia.

Quando o desemprego atinge números alarmantes, com mais de 24 milhões de desempregados e um aumento superior a 5 milhões, apenas durante o último ano, o que também contribuiu para o agravamento da pobreza, que hoje atinge mais de 80 milhões de pessoas, impunha-se um pacto de desenvolvimento e progresso social que aposte na produção, designadamente agrícola e industrial, no emprego com direitos e na inclusão social, em vez de voltar a insistir no Pacto de Estabilidade, como fez o Sr. Presidente do Conselho, e nas liberalizações e receitas neoliberais.

Já vimos, foram elas que contribuíram para aumentar as desigualdades, para favorecer os ganhos e lucros dos grupos económicos e financeiros, enquanto, em média, mais de 21% dos jovens não conseguem um emprego na União Europeia, uma em cada 5 crianças vive uma situação de pobreza e as discriminações das mulheres voltam a aumentar. Por isso, o desafio que se impõe é uma ruptura com estas políticas actuais...

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Mario Borghesio (EFD).** - *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, segundo os indicadores do Eurobarómetro, a Espanha ocupa o quarto lugar em termos de percentagem de habitantes - 21% - que vivem no limiar da pobreza, a seguir à Letónia, Roménia e Bulgária.

Nestas circunstâncias, e à luz dos dados várias vezes salientados, inclusivamente no que se refere ao desemprego, que tipo de política de imigração propõe a Presidência espanhola? A Presidência espanhola diz que pretende aumentar a imigração.

Ora tudo isso me parece estar em evidente contradição. Do ponto de vista de Madrid, que necessidade tem a Espanha e que necessidade têm os países europeus - a Espanha não é o único país com esta situação de desemprego - de importar mais mão-de-obra? Queremos mais imigrantes sem casa nem emprego? Queremos aumentar este número já preocupante de pessoas que vivem no limiar da pobreza?

Em vez disso, penso que devemos concentrar-nos num objectivo fundamental em matéria de imigração: integrar os imigrantes que já temos no nosso território e impedir...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Mario Mauro (PPE).** - *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, seja bem-vindo, Senhor Presidente Rodríguez Zapatero. Confesso que, como conservador inveterado que sou, me tinha preparado para este debate como para uma corrida de touros; no entanto, o senhor falou de igualdade e de direitos humanos de uma maneira que, neste momento, me permite reconhecer mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa. O senhor foi um toureiro prudente; e eu vou ser um touro prudente e vou ficar nos curros.

Permita-me, no entanto, voltar a duas questões extremamente aborrecidas relativamente ao contributo que pode dar à interpretação da implementação do Tratado de Lisboa. O senhor aplicou no seu país diferentes políticas baseadas no princípio da subsidiariedade, apoiando desse modo os anseios de identidade de muitas comunidades, da catalã à basca e da valenciana à galega, não sem polémica.

Como pretende agora defender o princípio da subsidiariedade na relação entre os Estados-Membros e a União Europeia, por outras palavras, a exigência por parte dos Estados-Membros de serem reconhecidos as suas tradições, a sua identidade e os seus valores, por forma a afirmar o princípio fundador da União Europeia "Unidos na diversidade"?

A minha segunda questão prende-se com o papel da Alta Representante para a Política Externa: depois de Lisboa, quem de entre o Senhor Presidente, o Senhor Presidente Van Rompuy e o Senhor Presidente Barroso, tem a responsabilidade de explicar à senhora Baronesa Ashton que, decorridos 12 dias, talvez seja altura de apanhar um avião e voar até ao Haiti? Que é chegada a altura de a política externa da União Europeia ter não só um orçamento, mas também um rosto e uma capacidade humana de dar apoio, tal como fizeram os outros responsáveis de organizações internacionais? A não ser, claro, que se esteja a confundir Haiti com Tahiti.

**Adrian Severin (S&D).** - *(EN)* Senhor Presidente, a Presidência espanhola é a primeira a seguir ao novo Tratado de Lisboa.

Aí reside o primeiro desafio. Temos o Tratado, mas precisamos de o valorizar devidamente e mais do que isso. O Pacto Social Europeu e a governação económica europeia poderão ser parte desse "mais", mas todas estas partes exigem mais recursos financeiros da Europa e uma harmonização das políticas fiscais dos Estados-Membros. Infelizmente, semelhantes projectos acabam sempre por ficar pelo caminho por causa dos governos nacionais.

Espero que a Presidência espanhola seja capaz de uni-los melhor do que aconteceu no passado.

A Presidência espanhola deveria fazer face às duas maiores contradições da União Europeia: a contradição entre as necessidades pan-europeias e o nacional-egoísmo europeu e a contradição entre o nível de desenvolvimento dos territórios ocidentais da União e o dos territórios orientais, com as suas consequências em termos de sensibilidade política. Existe uma sensibilidade política que é diferente nas duas regiões da Europa. Existe um sentido de necessidade de mais Europa, que difere ligeiramente de uma parte para a outra em função das clivagens social e económica. Espero que a Presidência espanhola lhes saiba fazer face.

Trata-se realmente dos desafios que uma vez mais irão exigir mais recursos comuns e uma melhor coerência política. Penso, por conseguinte, que não só devemos ler o Tratado, o que está muito certo e nos abre possibilidades de estabelecer uma maior coerência, mas também deveríamos garantir...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Silvana Koch-Mehrin (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente do Parlamento Europeu, Senhor Presidente da Comissão Europeia, Senhor Presidente em exercício do Conselho, a Espanha assume agora a Presidência da União Europeia pela quarta vez. Sabe o que significa cooperar com o Parlamento Europeu num conjunto muito vasto de situações.

Agora temos o Tratado de Lisboa, o que significa que o Parlamento Europeu é agora o seu principal interlocutor. No seu programa, diz que deseja que a UE siga a vontade dos que a legitimam, a saber, os cidadãos europeu. Que meta ambiciosa. O caminho para lá chegar terá necessariamente de passar pelos representantes dos cidadãos europeus, ou seja, os parlamentos. Assim, folgo muito em ouvi-lo dizer que a cooperação entre os parlamentos nacionais, os parlamentos dos Estados-Membros da UE e o Parlamento Europeu constitui a pedra basilar de semelhante caminho. Pretende aproximar mais os parlamentos de modo a aproximar mais os cidadãos. Que excelente objectivo.

A este título pesa sobre si uma grande responsabilidade, uma vez que assume a primeira Presidência após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Outras Presidências utilizá-lo-ão como exemplo. Está, pois, a criar a matriz, por assim dizer. Muito gostaria que Presidências futuras tivessem de se avaliar em função do que V. Exa. propõe em termos de estruturas de cooperação. Os meus votos de muito sucesso!

**Peter van Dalen (ECR).** – (NL) A Presidência deseja acelerar as negociações de adesão, mesmo com a Islândia. O meu grupo não se opõe à adesão daquele país em si, mas o grau de incerteza quanto ao reembolso dos empréstimos do Icesave ao Reino Unido e aos Países Baixos é, por ora, demasiado elevado. A Islândia e o Icesave têm vindo a correr grandes riscos de há muitos anos a esta parte. O céu parecia ser o limite e o consumo e a concessão de empréstimos simplesmente não cessavam. Organizações internacionais como o Fundo Monetário Europeu alertaram para esses riscos mas, não, o dito comportamento manteve-se inalterado até que a recessão se instalou. Não deixa, pois, de ser curioso que o Governo de Reiquejavique derrame agora lágrimas de crocodilo. O desastre havia sido anunciado há muito tempo. Quem bem te avisa teu amigo é. Em suma, a Islândia pode aderir à UE se satisfizer as suas obrigações internacionais e ficou estipulado claramente como e quando os empréstimos do Icesave terão de ser reembolsados. Esta é a única forma de construir a confiança necessária à adesão.

**Miguel Portas (GUE/NGL).** - Sr. Zapatero, creio que sabe tão bem como eu que o crescimento da produção na Europa vai ser lento e medíocre durante os próximos anos. É por isso que eu não consigo perceber o porquê da sua insistência no regresso do Pacto de Estabilidade em versão ortodoxa, ou seja, com compressão do investimento público e da despesa social.

Gostava também de lhe perguntar sobre os silêncios da sua intervenção. Porque é que não houve uma palavra sobre os paraísos fiscais? Porque é que não houve uma palavra sobre a resistência de alguns Estados-Membros ao fim do segredo bancário? Porque é que não houve uma palavra para uma verdadeira iniciativa europeia, para a taxa das transacções financeiras?

No fundo, a pergunta que eu lhe coloco é: porque é que a justiça na economia, um mínimo de justiça na economia, fica sempre de fora dos vossos compromissos?

**Enikő Győri (PPE).** – (HU) Entre os objectivos comuns, gostaria de realçar a necessidade de superar a crise económica e de criar novos postos de trabalho. Todos estamos cientes de que há sinais de retoma nalguns países, mas tal não se reflecte na situação geral do emprego. O que os cidadãos da União Europeia realmente precisam é de postos de trabalho. Esta é a única base aceitável para renovar a estratégia de Lisboa. Temos de garantir que o novo programa UE 2020 não irá repetir os erros da Estratégia de Lisboa. Para já, não vislumbramos os factores que o poderão tornar diferente e mais credível do que o seu antecessor. Até agora apenas ouvimos falar de metas que são *slogans* e de um calendário extremamente apertado para a sua adopção.

Se o Parlamento Europeu está envolvido no processo de um modo que está à altura do seu significado, é impossível finalizar o processo antes do final do segundo trimestre. Precisamos de um programa maduro e harmonizado, em vez de uma campanha de comunicação elaborada à pressa. Pensemos no seguinte. Como deverá ser partilhada a responsabilidade entre os Estados-Membros e a União? Como será controlada a aplicação da estratégia? Quem queremos que beneficie com a estratégia? Como irá a União representar os interesses de todas as suas regiões, não apenas de certas indústrias, empresas ou países? Como harmonizar as políticas de coesão e estruturais? Quando se trabalha sob pressão não há tempo para responder a todas estas perguntas. A pressa resulta sempre em perda de qualidade.

Chamo a atenção para duas questões a nível europeu incluídas nas metas da futura Presidência húngara. A primeira prende-se com a instituição de uma estratégia comum de gestão dos recursos hídricos, uma vez que a água é o nosso património comum. O modelo do Danúbio enquanto corredor verde está ligado a essa estratégia. O nosso outro objectivo consiste em prestar auxílio às regiões europeias. Temos de tirar partido do potencial dessas comunidades.

**Marita Ulvskog (S&D).** – (SV) Agradeço-lhe o forte conjunto de medidas que propõe para o plano social. Pode contar com todo o nosso apoio a esse respeito. Tenho duas questões. A primeira refere-se à Cimeira de Copenhaga. Foi um fracasso e interessa agora saber como podemos reconquistar o poder de iniciativa no que se refere ao combate às alterações climáticas. Poderá a Espanha preparar o caminho para a celebração, no México, de um acordo vinculativo sobre o clima, no qual não aumentemos ainda mais o fosso que existe entre os países pobres e os países ricos do mundo? Seria possível, por exemplo, tentar garantir o financiamento de iniciativas no domínio da protecção climática sem recorrer a verbas dos fundos que a UE utiliza habitualmente para financiar os programas de combate à pobreza? Esse seria um importante tema a abordar pela Presidência espanhola.

No que diz respeito ao pacto social, tudo soa muito interessante. No entanto, há aqui um problema grave: já não existe um equilíbrio razoável entre os trabalhadores e os empregadores europeus. Temos uma directiva para regulamentar o destacamento de trabalhadores que perturbou esse equilíbrio e que ameaça a existência do pacto social. Existe demasiado dumping salarial e demasiada exploração de mão-de-obra.

**Diana Wallis (ALDE).** – Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Primeiro-Ministro por este discurso muito sincero e europeísta na sessão de abertura da Presidência espanhola. São normalmente momentos que se prestam à delicadeza e os meus colegas sabem que sou sempre muito bem educada, mas não posso deixar de insistir na situação dos muitos cidadãos britânicos e de outros cidadãos europeus que têm tido problemas com a perda das suas habitações em Espanha.

Não me pronuncio sobre esta matéria como o orador precedente, ou seja, numa perspectiva anti-europeia. Abordo a questão numa óptica pró-europeia, e sempre assim foi das vezes em que este Parlamento, vezes e vezes sem conta, elaborou relatórios e realizou audições através da nossa Comissão das Petições. Trata-se de um problema europeu. Trata-se de um problema de liberdade de circulação. Trata-se de um problema de cidadania europeia. Trata-se de um problema europeu de justiça, de acesso à justiça em matéria civil.

Lamento muito, Senhor Primeiro-Ministro. Fez observações maravilhosas sobre a cidadania europeia, sobre a justiça e a honestidade. Espero bem, Senhor Primeiro-Ministro, que consiga ser capaz de traduzir essas suas observações em acções em prol dos cidadãos europeus que se vêem confrontados com a perda das suas casas, das suas poupanças no seu país devido ao que, lamento dizê-lo, parece, aos olhos deste Parlamento, ser o fruto de abuso administrativo.

**Evžen Tošenovský (ECR).** – (CS) Senhor Primeiro-Ministro, no programa das prioridades para a sua Presidência também mencionou, no capítulo sobre transportes, o projecto Galileo. O projecto Galileo inscreve-se no conjunto dos maiores e mais complexos projectos da União Europeia. Durante a Presidência espanhola, este projecto já deveria passar à fase de implementação. Gostaria de lhe pedir que dedicasse mais atenção a este projecto, que é complexo não apenas por motivos técnicos, mas também económicos, uma vez que o respectivo financiamento ainda não ficou inteiramente esclarecido. Acredito que, graças à Presidência

espanhola, este programa será concluído com êxito e todo o projecto será finalmente lançado. Trata-se de uma tarefa notável para a Presidência espanhola, uma vez que a este projecto se irão seguir outros projectos particularmente importantes no domínio da inovação, das telecomunicações e de outros domínios afins.

**Corien Wortmann-Kool (PPE).** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente Barroso, Senhor Comissário Almunia, também eu gostaria de me centrar na estratégia UE 2020, porque nunca a necessidade de a Europa trabalhar em prol dos seus cidadãos e dos seus empregos foi tão grande como nestes tempos de crise. Anunciou que a UE 2020 é um domínio prioritário importante, mas quando da inauguração da sua Presidência em Madrid, proferiu algumas declarações políticas controversas e foi alvo de muitas críticas, apesar de a necessidade de conseguir que os Estados-Membros entoem a mesma canção ser uma responsabilidade real e algo que exige diplomacia. Não estará a Presidência espanhola a boicotar o Presidente Van Pempuy no exercício das suas funções? Ao abrigo do Tratado de Lisboa, enquanto co-legislador e parceiro importante para o Parlamento Europeu, não deveria a Presidência espanhola estar a trabalhar na preparação do programa legislativo? Não consistirá, de facto, a sua tarefa, e isso consta igualmente no seu programa, em garantir uma regulação decisiva dos mercados financeiros? Afinal de contas, a esse respeito, o Parlamento ficou decepcionado com o compromisso sobre supervisão financeira a que o Conselho chegou em Dezembro passado. Não deveria investir mais energia na abordagem desta questão e também na questão do mercado interno, que são domínios que ainda podem ser muito melhorados? Tudo isto se reveste de importância para as nossas pequenas e médias empresas, a nossa força motriz na geração de emprego.

No que se refere à UE 2020, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) pretende igualmente que se ponha termo à prática da liberalização total aplicável aos Estados-Membros, obviamente, e, em vez disso, que sejam apresentadas de propostas específicas – e, neste caso, tenho também o Senhor Presidente Barroso na mira – conducentes a uma estrutura de governação sólida e transparente, que também respeite o princípio da subsidiariedade. A esfera de competências de Bruxelas não cobre questões como a idade de aposentação, por exemplo. Faz sentido Bruxelas tomar decisões sobre reformas dos mercados de trabalho ou dos sistemas de ensino dos Estados-Membros? Sejamos determinados, mas respeitemos igualmente a subsidiariedade.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) O programa que V. Exa. apresentou é muito ambicioso. Poderá permitir à União Europeia fazer muitos progressos e, uma vez que tive a oportunidade de me encontrar com diversos membros do seu governo, sei que se trata de pessoas muito capazes do ponto de vista profissional e bem preparadas para a aplicação deste programa. Os meus parabéns.

Estou particularmente interessada na futura cooperação com o Ministro da Justiça e com o Ministro da Administração Interna, porque esse é o domínio de que me ocupo enquanto vice-presidente da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu. Temos muitíssimo trabalho pela frente e todo um conjunto de medidas, incluindo as mencionadas na nossa sessão do serão de ontem, nomeadamente, as relacionadas com os domínios da justiça e dos assuntos internos, que a Presidência espanhola corajosamente decidiu abordar.

Há muitas questões e são necessárias muitas soluções no domínio dos direitos fundamentais dos cidadãos da União Europeia, incluindo os direitos materiais e processuais de quem participa em processos de direito civil ou penal, bem como a questão da protecção no que se refere à reintrodução da dimensão social da política europeia. Devemos prestar atenção a questões relacionadas com a imigração e o asilo, e creio que iremos ...

**Marian Harkin (ALDE).** – Senhor Presidente, uma das mudanças de que o Primeiro-Ministro falou esta manhã é a iniciativa dos cidadãos. De facto, parece-me adequado que seja exactamente um dos países cujos cidadãos votaram a favor da Constituição que irá dar início à aplicação do Tratado de Lisboa. Com efeito, sempre que me bati pelo "sim" nas votações na Irlanda em relação ao Tratado de Lisboa, citei o exemplo da Espanha e do povo espanhol.

No entanto, enquanto responsáveis políticos, temos a obrigação de garantir que, apesar de estarem conscientes do verdadeiro potencial da iniciativa dos cidadãos, estes deverão igualmente conhecer as respectivas limitações. Sabemos que não se trata simplesmente de angariar um milhão de assinaturas para apoiar uma causa específica. O assunto em causa tem igualmente de se inscrever na esfera de competências da União e nunca deveríamos prometer mais do que temos para oferecer.

Em segundo lugar, esta manhã, mencionou a segurança alimentar, Senhor Primeiro-Ministro. Apraz-me constatar que no Conselho da Agricultura, têm feito progressos nos esforços de melhorar o funcionamento

da cadeia de distribuição de produtos alimentares. A segurança alimentar não pode ser e não será garantida, a menos que os nossos agricultores possam contar com um rendimento justo e razoavelmente estável.

Por fim, Senhor Primeiro-Ministro, os meus parabéns pela sua iniciativa de proscrição da violência baseada no género. Fico a aguardar os pormenores com grande expectativa.

**Marian-Jean Marinescu (PPE).** – (RO) Permita que comece por expressar a esperança de que, apesar da natureza bastante genérica do programa, a Presidência espanhola venha a alcançar resultados concretos até finais de Junho.

Saúdo o facto de a Presidência se preocupar com o desenvolvimento do Espaço Europeu de Investigação e com a necessidade de garantir a mobilidade dos investigadores. No entanto, num momento em que existem restrições do mercado do trabalho, esse será um objectivo difícil de atingir. Espero que o encontro informal dos Ministros do Emprego previsto para o final do corrente mês culmine com resultados específicos neste domínio.

O programa inclui igualmente a revisão das orientações de acção RTE-T. Seria desejável que a revisão tivesse igualmente em conta a Estratégia do Danúbio que, embora não indicado directamente no programa da Presidência, constitui um compromisso da Comissão Europeia para 2010.

No sector da energia, seria conveniente melhorar o Plano de Acção da UE para a Eficiência Energética e adoptar o Plano de Acção para a Energia previsto para o período 2010-2014. No tocante a este último, penso que a sua revisão deveria igualmente incluir uma proposta relativa aos recursos financeiros, especialmente com vista a tornar os edifícios eficientes do ponto de vista energético. O Plano de Relançamento da Economia da UE incluía o envolvimento da UE no financiamento do gasoduto Nabucco. Corresponde aos interesses da União Europeia que este financiamento continue igualmente durante o Plano de Acção para a Energia previsto para o período 2010-2014.

No que se refere à Parceria Oriental, convém salientar que as relações da União Europeia com a Ucrânia são extremamente importantes. Gostaria igualmente de aproveitar esta oportunidade para lhe pedir para não esquecer a região Sul do Cáucaso, que constitui uma importante fonte alternativa de energia para a União Europeia, ou a República da Moldávia, que carece muito do auxílio da UE durante este período de transição para a democracia.

**Gianluca Susta (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente Zapatero, obrigado pelo grande empenho que põe neste semestre relativamente aos temas que anunciou, muito embora já não estejamos na fase de enumerar temas úteis, mas sim de envidar esforços concretos no sentido de relançar a Europa.

Precisamos de pôr termo a este período de definição das estruturas institucionais e de fazer face às grandes questões que continuam a impedir a Europa de poder competir em plano de igualdade com os seus parceiros internacionais. Precisamos de saber se a União Europeia poderá um dia, num futuro muito próximo, ter um assento nas Nações Unidas, se poderá ocupar um lugar, enquanto União Europeia, no G20, se deseja uma maior harmonização fiscal e social e que recursos pretende lançar no circuito da economia europeia para poder, efectivamente, fazer aquilo que fizeram os outros concorrentes internacionais.

Precisamos de vir aqui – e eu digo isto também ao Senhor Presidente Barroso – com medidas concretas para relançar a Europa, para que, dentro de seis meses, não vejamos os mesmos resultados que vimos anteriormente com outras experiências anteriores. Também gostaríamos de saber se já chegou finalmente a altura em que, como Kissinger dizia há 30 anos, os grandes dirigentes mundiais saibam para que número hão-de telefonar quando precisarem de falar com alguém da Europa, em vez de contactarem apenas os diferentes Estados-Membros.

Está em jogo a dignidade da Europa saída do Tratado de Lisboa, mas também o modelo social europeu, a democracia fundamental que nós, membros do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, reivindicamos com convicção e que queremos que seja a base do bem-estar futuro dos nossos cidadãos.

**Paulo Rangel (PPE).** – Senhor Presidente, Senhor Presidente do Governo espanhol, Senhor Presidente da Comissão, eu queria deixar claro que, na intervenção que aqui fez, designadamente no plano económico, há algumas ambiguidades. As intenções e as declarações de intenções são boas, mas há algumas ambiguidades. Designadamente, não há medidas concretas no combate ao desemprego. Mas, apesar desta reserva, eu gostava de centrar o meu discurso no plano institucional.

A Presidência espanhola fala muito na questão da iniciativa popular. Fala na instalação rápida e breve do sistema do serviço de acção externa. Ora, no plano institucional, eu penso que era também importante, uma vez que estamos no arranque do Tratado de Lisboa, alguma pronúncia sobre a relação com as restantes instituições.

E o que acho que seria muito importante é que houvesse da parte do Conselho e da parte da Presidência espanhola, por um lado, uma clara vontade de colaboração com a Comissão e com o Parlamento, uma tentativa de clarificar como é que as relações entre a Comissão e o Parlamento vão decorrer no contexto do Tratado de Lisboa, porque a Presidência espanhola tem aqui uma oportunidade única, que é a oportunidade de criar precedentes.

Aquilo que fizer a Presidência espanhola no conjunto das relações articuladas, por um lado com a Comissão, por outro lado com o Parlamento e mesmo com o Presidente do Conselho Europeu – aquilo que fizer pode marcar de forma decisiva aquele que vai ser o sucesso do Tratado de Lisboa.

E por isso gostava de o ouvir de uma forma mais clara sobre o modo como vê a articulação das relações entre Presidência rotativa, Comissão, Parlamento e Presidência do Conselho.

**Alejandro Cercas (S&D).** – (ES) Caro Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, bem-vindo, boa sorte e muito obrigado pelo discurso por si proferido. Muito obrigado, sobretudo, pela referência feita à Carta Social Europeia. Finalmente, alguém no Conselho entende que a Europa não pode ser formada sem trabalhadores, e muito menos contra os trabalhadores.

Finalmente, alguém no Conselho começa a entender que temos um problema muito sério, com milhões de pessoas desiludidas, com organizações sindicais que se sentem excluídas do processo de integração europeia que só visa o aspecto empresarial, perdeu as suas ambições políticas e tem pouca ambição social.

Duas acções envenenaram esta relação com o Parlamento e com o movimento sindical. Uma é a deslocação dos trabalhadores por toda a Europa, que cria uma ameaça aos modelos sociais nacionais, e a outra é a directiva relativa ao tempo de trabalho, que ameaça as conquistas históricas e a conciliação da vida profissional e de trabalho.

O Senhor Primeiro-Ministro falou de seis meses de mudança. Muda os procedimentos, muda a orientação. Não conseguirá mudar tudo, mas estabelece um novo caminho, um caminho que a Europa necessita, porque a Europa necessita de trabalhadores e não se poderá construir apenas uma Europa económica, terá de ser também uma Europa política e social.

#### 4. Boas-vindas

**Presidente.** – Senhoras e Senhores Deputados, fui informado de que se encontra na tribuna oficial uma delegação da Assembleia Nacional da República da Coreia, a quem saudamos com muita cordialidade. Queremos dar-lhes as boas-vindas e ao chefe da delegação, Lee Kang Rae, por ocasião da décima segunda reunião interparlamentar entre o nosso Parlamento e o Parlamento do seu país.

O Parlamento Europeu sempre apoiou a paz e a estabilidade e a defesa dos direitos humanos na península coreana. Naturalmente que nos congratulamos com o papel cada vez mais activo da República da Coreia na cena internacional, desejando-lhes, também, votos das maiores felicidades para quando presidirem à reunião dos G20 este ano.

Temos consciência do amplo acordo de associação entre a República da Coreia e a União Europeia que entrará em breve no processo de ratificação. Por isso, felicitamos, os nossos colegas deputados coreanos. Esperamos que a sua presença seja bem sucedida e que, acima de tudo, desfrutem do privilégio de acompanharem um debate tão fundamental como o que está a decorrer presentemente no nosso Hemiciclo.

#### 5. Apresentação do programa da Presidência espanhola (continuação do debate)

**Presidente.** – Senhoras e senhores Deputados, retomemos o debate sobre a apresentação do programa da Presidência espanhola.

**Carlo Casini (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na qualidade de presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais deste Parlamento, regozijo-me com o facto de a Presidência

espanhola atribuir importância à realização das reformas estruturais previstas no Tratado da União Europeia, em especial no que respeita ao Serviço Europeu para a Acção Externa, à iniciativa dos cidadãos e à adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, para a qual a minha comissão nomeou já um relator, um espanhol, o senhor deputado Jáuregui Atondo, que já conhecem.

No entanto, numa entrevista publicada no domingo passado no jornal espanhol *El País*, o Senhor Presidente Zapatero manifestou o desejo de que a lei sobre a liberdade religiosa possa determinar em Espanha um avanço no sentido da normalização no âmbito de todas as instituições públicas.

Ora, quanto a isso, eu gostaria de sugerir que procedêssemos a uma breve reflexão sobre o facto de as estruturas da Europa serem um meio para alcançar um objectivo, e o objectivo da União Europeia é confirmado no artigo 2.º do Tratado de Lisboa: a promoção da dignidade, da igualdade, da liberdade e da solidariedade. Por conseguinte, não posso deixar de manifestar alguma preocupação relativamente à direcção que está a tomar este debate sobre os valores.

A unidade cultural vem antes da unidade económica. O espírito da Europa é mais forte do que a estrutura pública – desculpem-me, jurídica. O espírito da Europa mergulha as suas raízes no instinto da verdade e da beleza, apanágio da antiga Grécia, no culto da justiça de Roma, e na base dessa extraordinariamente grande herança encontramos o cristianismo, que lhe veio juntar o valor da pessoa humana, sempre igual desde a concepção até à morte natural.

Neste momento, é em nome da Cruz de Cristo que pedimos que se vá ao Haiti, que se esteja presente no Haiti, porque são todos os seres humanos, principalmente os mais pobres, que estão no centro de tudo.

E então pergunto-lhe: o que significa "normalização" no que se refere à liberdade religiosa? Significa talvez impedir todos os cidadãos de exprimirem publicamente a sua religião? Significa esquecer as raízes, incluindo as raízes cristãs, dos nossos países?

**Kader Arif (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, Senhor Presidente do Parlamento Europeu Jerzy Buzek, Senhoras e Senhores Deputados, neste período de crise, a política comercial ocupa um lugar cada vez mais importante no debate público, pois aos Europeus parece cada vez mais que a estratégia comercial posta em prática ao nível da União tem um impacto directo no crescimento e no emprego.

Num contexto de concorrência internacional exacerbada, a corrida à redução de custos levou a demasiadas perdas de postos de trabalho ou deslocalizações. Perante esta situação, o nosso grupo considera que o comércio deve ser um instrumento ao serviço de objectivos como a criação de emprego, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável. Durante a sua audição, o Comissário designado para a pasta do Comércio, Karel De Gucht, pareceu concordar que o comércio não poderia ser um fim em si mesmo.

Gostaria, por isso, de saber se, no decurso da sua Presidência, V. Exa. vai apoiar a reforma da política comercial europeia para a tornar mais criadora de empregos e mais estreitamente ligada a uma verdadeira política industrial. Vai também actuar a favor de um comércio justo a nível mundial, um comércio justo capaz de promover o desenvolvimento, o trabalho digno e o respeito pelos direitos do homem? Por outras palavras, vai introduzir normas sociais e ambientais vinculativas nos nossos acordos?

**Luis de Grandes Pascual (PPE).** – (ES) Senhor Presidente Zapatero, para um espanhol, como é o meu caso, é uma honra saudá-lo aqui, nas suas funções de Presidente da União Europeia. Este é um período de muitas expectativas e desafios e, obviamente, não devemos defraudar essas expectativas. É importante que os nossos cidadãos vejam que as nossas instituições renovadas são capazes de conceber soluções para os problemas reais.

Sabe que concordamos com o programa que apresentou. Sabe que, para o Partido Popular de Espanha, esta é uma questão de Estado e que terá o nosso apoio em tudo aquilo que virmos serem interesses comuns da Europa e que seja importante para a Espanha. É um programa ambicioso e, oxalá, um programa cheio de conteúdo.

Espero que, neste álbum da Presidência espanhola – que certamente será colorido e variado –, as pessoas possam ver cada acontecimento como uma etapa nos muitos problemas reais que os afectam.

A crise atinge economias e o desemprego parece o quinto cavalo do Apocalipse. Teve a honestidade de reconhecer que há uma taxa de 20% de desemprego em Espanha, mas isso não o enfraquece. Creio que isso

nos obriga a encontrar uma solução para um problema que temos de solucionar entre todos. É um problema real.

O tempo disponível não me permite dizer muito mais, Senhor Primeiro-Ministro. Contudo, quero dizer-lhe que a Espanha tem pela frente muitos desafios, que estou seguro das capacidades da Espanha como nação e que acredito e estou certo de que V. Exa. estará à altura do desafio. Nesta altura, na Europa, não podemos defraudar essas expectativas.

Por outro lado, o mundo globalizado – e referiu-se a ele com inteligência – faz com que novos centros de poder emergjam, sendo necessário que a União Europeia desempenhe um papel mais activo e coerente na defesa dos seus valores e interesses. De contrário, corremos o risco de nos tornarmos irrelevantes.

Por último, Senhor Primeiro-Ministro, nós, Espanhóis, não aceitaremos que nos seja negada a capacidade de fazer propostas. Temos esse direito. Temos de ter, igualmente, a humildade de aceitar os conselhos que Dom Quixote deu a Sancho Pança quando lhe recomendava humildade na sua fantasia de governação da Ilha de Barataria.

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Glenis Willmott (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com o programa muito positivo e ambicioso do Senhor Primeiro-Ministro para a Presidência espanhola. A sua ênfase sobre o emprego e o crescimento é vital para todos nós quando sairmos da crise financeira, e é com grande expectativa que aguardo poder trabalhar com um governo parceiro socialista.

Os próximos seis meses são cruciais para o futuro económico e ambiental da União Europeia e aguardamos com grande expectativa o Conselho de Fevereiro, para uma liderança ambiciosa na reforma do sector financeiro.

Na sequência das negociações falhadas sobre as alterações climáticas em Copenhaga, tenho grande interesse em ouvir como vai a Presidência trabalhar com a Comissão para apresentar o objectivo comum da UE de redução das emissões, a ser apresentado em 31 de Janeiro. Em relação a uma questão que já foi referida, exorto a que, finalmente durante a sua Presidência, o Senhor Primeiro-Ministro tenha a oportunidade de resolver a questão da expropriação agressiva de terras e outras questões que causam tanta aflição e sofrimento a milhares de proprietários cumpridores da lei em todo o sul de Espanha. Necessitamos de acção agora.

Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, é bom vê-lo aqui e desejo-lhe um mandato coroado de êxito.

**Tunne Kelam (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, a Presidência espanhola será julgada com base na implementação institucional que fizer do Tratado de Lisboa. Senhor Primeiro-Ministro, desejo-lhe o maior êxito.

Para estimular a recuperação económica e a criação de novos postos de trabalho, o seu desafio será levar o mercado interno da UE, incluindo a abertura dos mercados de serviços, a domínios que ainda são tratados como excepções. Enquanto tal não for alcançado, o êxito de qualquer estratégia europeia terá um efeito limitado.

Apoio o compromisso da criação de um mercado comum da energia, que interligue as redes energéticas por toda a Europa. Espero que, para esse fim, V. Exa. faça uso da posição do Parlamento relativa à segurança e solidariedade energética externa que foi adoptada em 2007 e que aguarda implementação.

A Agenda 2020 visa a introdução das tecnologias da informação e da comunicação na prática diária, fazendo uso das melhores práticas dos Estados-Membros que já fizeram progressos neste domínio. Espero que a Presidência espanhola consiga decidir sobre o arranque de uma agência central para a administração dos sistemas das tecnologias da informação, de que a Europa tanto necessita. O que também necessitamos urgentemente é de conceber uma estratégia europeia em matéria de segurança e defesa cibernauta.

Espero que a UE desempenhe um papel mais activo na estabilização da situação no Cáucaso Meridional dentro do quadro da nova estratégia de Parceria Oriental.

Por último, mas não menos importante, sugiro que o Senhor Primeiro-Ministro continue comprometido com a posição comum da UE em relação a Cuba até que sejam confirmadas mudanças efectivas. Infelizmente, a recusa do regime em permitir que o nosso colega deputado socialista entre em Cuba, por querer entrar em contacto com a oposição, não é sinal de mudança efectiva.



**Catherine Trautmann (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, em primeiro lugar o meu agradecimento ao Senhor Primeiro-Ministro Zapatero pela reintrodução da ambição, da perspectiva política e também da energia, num altura em que a União Europeia tem de recuperar no contexto da crise e na sequência do fracasso de Copenhaga.

Espero que a Comissão e a Presidência nos permitam colocar a criação de empregos mais numerosos e de melhor qualidade, a luta contra a exclusão social e o desenvolvimento sustentável no centro da estratégia 2020. Isto é verdade, em particular, para o orçamento agrícola e, também, para o orçamento das pescas. O Comprometeu-se a fazê-lo, Senhor Primeiro-Ministro.

Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, estamos a contar consigo para fornecer os meios para esta política, para associar a despoluição dos solos à segurança alimentar, para criar condições para empregos verdes e a preservação dos recursos haliêuticos, para assegurar a segurança alimentar e para criar condições comerciais mais justas para os países do Sul.

Necessitamos de um orçamento agrícola ambicioso e peço-lhe, também, que lhe associe o orçamento das pescas. Nesses pontos, os nossos empregos, como também a nossa política serão avaliados pelos resultados obtidos.

**Jan Olbrycht (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, entre os assuntos que foram apresentados hoje pelo Senhor Primeiro-Ministro de uma forma um pouco generalizada e abrangente, existem muitas questões que requerem a elaboração e a apresentação de propostas concretas.

Estas questões inserem-se em duas categorias – as que, falando objectivamente, a Presidência espanhola terá de resolver, e aquelas que vai querer resolver, porque estará a tentar atingir os seus objectivos. Entre aquelas em que deve actuar incluem-se as questões das relações entre as instituições europeias e, aqui, gostaria de chamar a atenção do Senhor Primeiro-Ministro Zapatero para as disposições do Tratado de Lisboa, as quais, no protocolo relativo à subsidiariedade, se referem à necessidade de definir os papéis das entidades regionais e locais nos Estados-Membros. A experiência da Espanha, quando falamos de regionalização, sugere que talvez seja a Presidência espanhola que tentará clarificar a redacção dos papéis das entidades regionais e locais. Isto é particularmente importante quando o Senhor Primeiro-Ministro Zapatero afirma que um dos seus objectivos é a questão do desenvolvimento da inovação e da educação, que, como sabemos, é em larga medida conseguido com os fundos europeus ao nível regional e local.

O Parlamento Europeu espera com grande interesse a elaboração de algumas matérias, a resolução de assuntos institucionais e as propostas relativas ao futuro da política de coesão, que, como sabemos, serão apresentadas em primeiro lugar em Saragoça e, depois, na Semana das Regiões Inovadoras da Europa. Aguardamos com grande interesse decisões e propostas concretas.

**Anni Podimata (S&D).** – (EL) Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, o facto de a Espanha assumir a Presidência da União Europeia nesta difícil conjuntura é um desafio enorme e uma grande oportunidade para aqueles que, como nós, defendem que a receita europeia para a resolução da crise tem sido, até hoje, unilateral e ainda não fez o suficiente para travar o impacto sobre a economia real e o emprego; para aqueles que, como nós, defendem que a estratégia da retoma económica deveria ter sido uma estratégia para alterar o modelo de desenvolvimento, salvaguardando desse modo o bem-estar económico, social e ambiental dos cidadãos da Europa. A Presidência espanhola é um desafio enorme para aqueles que, como nós, acreditam que uma governação económica europeia é necessária, juntamente com uma democratização dos instrumentos de política económica que garantirão uma prudência financeira e a solidariedade exigida, sempre que for necessário, para proteger os interesses dos cidadãos europeus.

**Edite Estrela (S&D).** – (ES) Estou feliz por ter a oportunidade de dizer que José Luis Zapatero não deixou de surpreender as mulheres europeias com as medidas de grande inovação e progresso. Conseguiu-o através da formação de um governo verdadeiramente partidário e pelo modo corajoso como trouxe às agendas nacionais e europeias as questões da igualdade entre homens e mulheres e respeito mútuo.

Senhor Primeiro-Ministro, felicito-o calorosamente pelo seu programa ambicioso contra a violência dos géneros que é um flagelo social. A criação de um observatório europeu contra a violência dos géneros é uma proposta vanguardista, que as mulheres europeias apoiam e aplaudem.

Senhor Primeiro-Ministro, em nome dos socialistas portugueses, desejo-lhe boa sorte. Pode contar com a nossa solidariedade. As mulheres estão com Zapatero!

**Ramón Jáuregui Atondo (S&D).** – (ES) Quero dizer-lhe com toda a sinceridade, Senhor Primeiro-Ministro, que fez uma magnífica apresentação do que vai ser a Presidência espanhola. Creio que foi um discurso excepcional.

Queria perguntar-lhe sobre a América Latina, Senhor Primeiro-Ministro. Creio que é muito importante para a Europa e, obviamente, a Europa também é importante para a América Latina. Há muitos laços humanos, muitos interesses empresariais e muitas nações emergentes na América Latina, como a Argentina, o Brasil ou o México, que fazem parte dessa nova governação do mundo e que têm de formar uma aliança com a Europa.

Gostaria de lhe perguntar, Senhor Presidente: quais são os planos da União Europeia e da sua Presidência para a América Latina, o que há a esperar da cimeira com a América Latina e que projectos têm a União Europeia e a sua Presidência para a América Latina?

**Laima Liucija Andrikiienė (PPE).** – (ES) Como só disponho de um minuto para falar, concentrar-me-ei nos direitos dos cidadãos.

A Presidência espanhola é uma oportunidade para pormos a nossa casa em ordem. Um exemplo disso são as Ilhas Canárias e o povo que ali vive.

No ano passado estive ali para frequentar um curso de espanhol. Para minha surpresa, descobri que, se frequentasse um curso de espanhol numa escola no continente ou nas ilhas Baleares, os custos do mesmo seriam reembolsados, mas não se a escola se situar nas Ilhas Canárias, por não fazer parte da Europa. Faz parte da União Europeia, mas não da Europa, com a consequência de que as escolas de línguas nessas ilhas, mesmo se a qualidade dos cursos for excelente, estão privadas da oportunidade...

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, o Senhor Primeiro-Ministro falou no seu discurso de abertura sobre a necessidade de a Europa desenvolver uma política externa mais eficaz, especialmente no que respeita aos seus vizinhos próximos, entre os quais temos de incluir Israel.

Aqui, estamos nós perante um país que ocupa militarmente o território de outro povo, que viola os direitos humanos, que mantém o bloqueio de Gaza e aplica punições colectivas a um milhão e meio de pessoas e, ainda assim, consideramo-lo como um parceiro comercial normal. Os nossos princípios e políticas são claros: eles foram reafirmados pelos ministros dos Negócios Estrangeiros há apenas um mês, mas as nossas palavras não parecem ser apoiadas por quaisquer actos.

Creio que o verdadeiro teste desta Presidência nos próximos meses será o de saber se começamos ou não a aplicar uma certa independência nas nossas relações com Israel e se começamos ou não a demonstrar que os nossos princípios valem alguma coisa e que iremos aplicá-los.

**Kinga Gőncz (S&D).** – (HU) Desejo igualmente o maior êxito à Presidência espanhola, que é a primeira Presidência tripartida no âmbito do Tratado de Lisboa. No que respeita à estratégia 2020, tem sido repetidamente referido que esta desempenhará um papel fundamental na recuperação da crise. No entanto, os Estados-Membros, que são competentes pelas políticas neste domínio, têm uma grande responsabilidade. Senhor Presidente, permita-me que chame a sua atenção para o facto de que temos políticas comunitárias e orçamentos comunitários que podem funcionar como um instrumento para reduzir os efeitos da crise. Deste ponto de vista, é extremamente importante que as negociações sobre o novo período orçamental comecem no início de 2011 e que a Comissão apresente a sua proposta de orçamento nessa altura, permitindo-nos elaborar essas políticas. Gostaria de pedir à Comissão que o fizesse no prazo estabelecido.

**Ulrike Lunacek (Verts/ALE).** – (ES) Senhor Presidente, espero que, na sua qualidade de Presidente do Governo espanhol, tenha realmente a coragem e a capacidade de pôr em prática e de implementar um programa tão ambicioso, nomeadamente, o programa de combate à violência exercida contra as mulheres.

Tenho duas perguntas. Uma diz respeito à política externa. Afirmou que a Europa tem de apostar na política externa, mas também na defesa dos interesses europeus. Pergunto-lhe: quais são os interesses europeus? São os interesses das grandes empresas multinacionais que querem ter lucros sem olharem a acordos sociais ou ambientais? Ou são os interesses que estão consagrados nos valores europeus na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, como os direitos humanos, a democratização, o reforço da sociedade civil e os direitos das minorias? A que interesses se refere?

Outra pergunta. Não disse uma única palavra sobre o tema da migração, que é tão importante na Europa. Precisamos de um programa...

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**John Bufton (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, o Senhor Primeiro-Ministro começou hoje com uma agenda muito pró-europeia. O que eu gostaria de lhe dizer é que esta agenda não está a resultar. O euro, neste momento, enfrenta dificuldades em alguns países. A Grécia está de pernas para o ar; a Espanha, o seu país, em dificuldades está. Tem um país da sua própria criação com um desemprego entre os jovens dos 18 aos 24 anos que, actualmente, atinge os 40%.

O povo espanhol pode falar por si. Na sua função para os próximos seis meses, o Senhor Primeiro-Ministro está, também, a falar em nome do meu país. Inicialmente referiu mais integração. Peço-lhe que, antes de trazer à discussão a questão de mais integração, se volte para o povo do meu país, o Reino Unido, e lhes faculte a escolha de um referendo.

### **PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Senhor Presidente, V. Exa. referiu a importância da mudança, invocando como justificação a crise económica global, que tem sido a mais grave nos últimos 80 anos, causando a perda de 8 milhões de postos de trabalho. Os instrumentos enumerados são dignos de serem apoiados, mas não significam uma verdadeira viragem para melhor. Após a lição aprendida com a crise, precisamos de uma verdadeira revolução económica. Concorde que o mercado liberalizado não é capaz de se auto-regulamentar? Concorde que os dogmas liberais deveriam ser revistos? Concorde que é necessário aumentar o papel regulador da Comunidade e que a interferência do governo é indispensável numa economia de mercado? Uma resposta sua será muito bem-vinda.

**José Luis Rodríguez Zapatero,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhor Presidente, é com satisfação que constato que o Parlamento Europeu tem mais força e vitalidade do que nunca. Houve um número muito elevado de intervenções, de questões específicas, que seria impossível abordar na sua totalidade na minha resposta sem prolongar esta sessão de maneira totalmente inaceitável.

Permita-me que faça um compromisso e refira na minha intervenção certas questões que considero serem as mais relevantes e que necessitam de ser esclarecidas. O meu compromisso é que cada uma das questões específicas aqui levantadas pelos senhores deputados terá uma resposta na sessão final a que assistirei no termo do período de seis meses, quando a Presidência rotativa da Espanha for alvo de uma avaliação e de um balanço. Por isso, espero poder satisfazer todos os senhores deputados relativamente a alguns assuntos específicos, dos quais tomei nota.

Deixem-me dizer algumas palavras sobre as intervenções dos meus compatriotas, os eurodeputados espanhóis. Quero agradecer ao *Partido Popular* espanhol o apoio que demonstrou nesta sessão, que foi confirmado no debate político nacional e aprovado através de uma moção. Trata-se sem dúvida de um factor extraordinariamente positivo para a tarefa que temos entre mãos e que evidencia o nosso desejo comum enquanto europeus, o esforço conjunto e o trabalho que estamos dispostos a levar por diante centrados nos tempos muito difíceis que atravessamos fazendo frente à crise económica.

Desejo fazer uma referência à imigração. Um dos senhores deputados perguntou qual é a nossa política de imigração e afirmou até que não fora feita qualquer referência ao assunto. É verdade que não houve nenhuma referência no meu discurso, porque, em síntese, há que escolher as prioridades. Foi afirmado expressamente que sou a favor de uma imigração maciça e isto é absolutamente falso. Do que eu sou partidário é do respeito pelos direitos humanos de todos e de cada pessoa individualmente, venha ela de onde vier.

*(Aplausos)*

Temos um pacto europeu sobre a imigração, promovido e aprovado durante a Presidência francesa. Devemos ater-nos a esse pacto, o qual, evidentemente, inclui controlos fronteiriços, cooperação e diálogo político com os países de onde provêm os imigrantes como sendo esta a melhor maneira de evitar um fluxo maciço de imigrantes. No entanto, devo acrescentar que a integração faz parte da política do pacto europeu sobre a imigração, a integração no respeito pelos direitos humanos dos imigrantes. Falo em nome de um país que, nos últimos anos, conheceu níveis muito intensos de imigração, mas não em vão, dado que, desde o ano

2000, a população espanhola aumentou seis milhões de pessoas. Além disso, conheceu também a emigração, já que, na época da ditadura, houve emigração económica para muitos países europeus.

Sabemos bem, por experiência, o que é ter de deixar o nosso país em busca de um futuro ou de um mínimo de dignidade económica. Sabemos que é difícil de engolir e sabemos que os países e as nações não se medem unicamente pelo seu poderio político, militar ou económico. As nações, assim como a Europa, medem-se também pelo tratamento e respeito dos direitos humanos e das pessoas que vêm trabalhar nas nossas terras em busca de um futuro que não podem ter na sua.

*(Aplausos)*

Além disso, a União Europeia deve estar ciente – e realmente está – de que, em 2025, 30% da sua população terá mais de 65 anos. Isto não acontecerá em nenhuma outra área ou região do mundo. Seremos a área, o continente com maior número de pessoas com mais de 65 anos e isso resultará num declínio da nossa capacidade de produzir, um declínio da população activa e da capacidade laboral, o que acabará por representar uma pressão sobre os nossos sistemas de protecção social. A médio prazo, a Europa necessita de trabalhadores. Passada esta crise, necessitará de trabalhadores, necessita de integrar mais mulheres no mercado de trabalho e necessita de aumentar a população activa para manter a protecção social. Esta é uma conclusão fundamental.

Em segundo lugar, subsidiariedade e línguas. Claro que seremos fiéis na nossa aplicação do Tratado de Lisboa e gostaria de recordar que foi o meu Governo que promoveu o uso das línguas co-oficiais de Espanha nas instituições europeias. Não há dúvidas, no entanto, de que neste momento o equilíbrio entre as instituições se destaca na aplicação do Tratado de Lisboa. Houve alguns comentários a este respeito, que considero injustos, embora deva reconhecer que foram muito isolados. Na qualidade de Presidente da Presidência rotativa, tenho manifestado, declarado e apoiado o papel institucional do Presidente permanente do Conselho e, naturalmente, do Alto Representante e a colaboração plena com a Comissão, e assim continuarei a fazer.

Os novos poderes do Parlamento Europeu serão postos em execução pela Presidência rotativa espanhola, em plena colaboração com o Presidente da Comissão, que sempre demonstrou a sua relação de trabalho permanente com o Parlamento. Refiro-me ao trabalho levado a cabo pelo Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso. Tenho sido criticado por lhe dar o meu apoio. Sim, tenho-o apoiado e continuo a apoiá-lo porque o tenho visto trabalhar a favor de uma Europa forte e unida e isso é muito importante, mais do que qualquer posicionamento ideológico.

Em terceiro lugar, o sistema financeiro, os paraísos fiscais e a nova regulamentação e supervisão. Não me referi a isto para não esgotar todos os temas, mas concordo plenamente com a aplicação das normas sobre a nova supervisão e regulação financeiras. Quanto à exigência de pôr fim aos paraísos fiscais, a Presidência rotativa será firme e exigente.

*(Aplausos)*

E, evidentemente, promoverá, encorajará e exigirá a todos os países que avancem com os acordos necessários para garantir a transparência fiscal e o fornecimento da informação no âmbito da comunidade internacional.

No que respeita às alterações climáticas, o Conselho procederá a 11 de Fevereiro a uma análise da Cimeira de Copenhaga, com a ajuda da Comissão. Evidentemente, a União Europeia deve continuar a dar passos a favor de uma estratégia que nos conduza a um acordo progressivo que promova a redução das alterações climáticas. Sou partidário de que a União Europeia saiba combinar inteligentemente as suas próprias ambições, que definiu para 2020 ou para o período de 2020-2030, com as exigências de outros actores no que se refere à redução das suas emissões. A bem da União Europeia e de uma estratégia comum, devemos confiar esta tarefa à Comissão Europeia. Concordo também plenamente que os Estados Unidos e a China são os dois actores principais de quem podemos esperar um papel muito mais activo.

Evidentemente, estou plenamente convencido de que a política agrícola comum deve incluir as pescas e de que o pacto social que foi referido por alguns deputados necessita de uma revisão, uma alteração no sentido de incorporar os interesses, a legítima representação e a posição construtiva de uma grande proporção daqueles que representam os trabalhadores na Europa. Representam os trabalhadores, os sindicatos que são a expressão do pacto social europeu, o qual, nas últimas décadas, nos tornou a região com maior bem-estar social e maior prosperidade desde a II Guerra Mundial.

*(Aplausos)*

O futuro da União Europeia e da prosperidade europeia não pode ser escrito sem os trabalhadores, sem direitos sociais e sem políticas de bem-estar social e, por isso, devemos incorporá-los de uma maneira activa.

Foi feita uma pergunta sobre a área da política externa. O Médio Oriente, a América Latina em especial, e uma alusão a Israel. Esperamos, nos próximos seis meses, avançar com um acordo sobre o Médio Oriente. Sabemos que a paz no Médio Oriente é uma condição necessária e fundamental para a paz noutras regiões, onde o terror e o conflito se propagaram, impelidos pelo radicalismo e pelo fanatismo ideológico e religioso. A União Europeia cumprirá o seu papel, contribuindo para esse processo de paz através de um compromisso para o reatamento do diálogo. Sabemos quais são os objectivos e as condições. Sabemos que o diálogo tem de incluir o reconhecimento do Estado palestiniano como uma das suas condições fundamentais.

(Aplausos)

Trabalhar com Israel é trabalhar a favor da paz. Se não trabalharmos em conjunto com Israel, apesar das críticas que nos merece por muitas das suas acções, não conseguiremos ver a paz no horizonte. Trabalhar com a Palestina é trabalhar a favor do seu direito a um Estado, a um território, a poder ver a prosperidade no horizonte, a tratar de todas as grandes questões pendentes. Fá-lo-emos com determinação e, evidentemente, em colaboração com os outros grandes actores internacionais.

Passo agora à América Latina. A América Latina é um continente jovem, de uma imensa vitalidade, com um grande futuro. Tem uma população de 500 milhões de pessoas e possui um grande cunho europeu, não apenas um grande cunho espanhol, um grande cunho europeu porque ali existem, ao fim de muito tempo, valores democráticos e progressistas, e depara-se com algumas dificuldades em consolidar o significado da sua estabilidade e da sua consolidação enquanto grupo de nações. Na Cimeira Latino-Americana, desejamos alcançar ou avançar para acordos comerciais com o Mercosul, com a América Central e com a Comunidade Andina. Tudo isto no interesse do desenvolvimento e do progresso, tanto para a América Latina como para os interesses económicos europeus, que, na minha opinião, também devem ser defendidos.

Interesses europeus. Quando foi feita referência, e com a concordância de outros deputados, às políticas da União em matéria de igualdade entre homens e mulheres, considerei ser este um exemplo muito bom e uma política de cidadania. Estes são interesses europeus. Os interesses europeus que defendo na acção da política externa são os interesses referentes aos valores que a Europa representa, que tem as suas origens no Iluminismo e em todas as tradições culturais, religiosas e cívicas que floresceram e se desenvolveram na Europa. Normalizar é tolerar, normalizar é respeitar a tradição europeia, o melhor da tradição europeia, o que significa que esta terra é a terra da liberdade religiosa, ideológica, política e cultural. Significa que liberdade exige tolerância e igualdade de tratamento entre todas as fés e crenças, para que a democracia possa ser uma democracia completa.

(Aplausos)

Senhor Presidente, queria referir no essencial algumas intervenções isoladas acerca do meu país, acerca de Espanha, feitas por deputados de outros países, e em especial a referência do senhor deputado Werner Langen, que se referiu especificamente a Espanha e às nossas características económicas, à qual me sinto obrigado a responder. Devo dizer que, quando iniciei o meu discurso desta manhã, falei em nome de um país europeu, um país europeísta, grato por estar na União Europeia, grato aos países que encorajaram a nossa adesão à União Europeia, e que registou uma grande transformação e um grande progresso nestes últimos 25 anos. Tanto assim que, desde que aderimos à União Europeia, reduzimos a diferença no rendimento per capita em 15 pontos, superando a actual média europeia. E isso foi conseguido graças aos esforços de muitos espanhóis, dos seus trabalhadores e das suas empresas.

Actualmente, depois de alcançar um progresso tão significativo, estamos a atravessar a crise económica, que está a afectar o emprego. É verdade que temos uma elevada taxa de desemprego, tal como aconteceu durante as crises dos anos 1970 e 1990. Esta tem sido uma característica do nosso país, mas também é verdade que, quando há crescimento, criamos mais emprego do que outros países. No entanto, Senhor Deputado Werner Langen, posso garantir-lhe que, se a taxa de desemprego aumentasse amanhã no seu país, independentemente de quem estivesse no governo, a minha resposta enquanto dirigente político, enquanto Primeiro-Ministro e enquanto europeísta, seria de apoio e solidariedade, e não de recriminação, como foi a sua resposta hoje de manhã nesta Assembleia.

(Aplausos)

Seria uma resposta de apoio e solidariedade. É esta a minha maneira de sentir e de ser europeu, com a admiração que tenho pelo meu país, e espero que tal não aconteça.

Em suma, Senhor Presidente, trabalharemos durante esta Presidência em prol de um projecto europeu de solidariedade, de cooperação, de mais união económica, de reformas e de convicções. Agradeço-lhe as referências a Joaquín Almunia, entre outras razões, porque ele foi proposto por mim para o cargo que desempenha. Sabemos também que, nos próximos seis meses, o Parlamento pode contar com a colaboração, respeito e apreço do meu país e do meu Governo e que, no final desta Presidência, estarei aqui, prestarei contas de maneira exaustiva e responderei a todas as perguntas que possam surgir, com respeito e solidariedade.

(Aplausos)

**Presidente.** – Obrigado, Senhor Presidente em exercício do Conselho, José Luis Rodríguez Zapatero, pelo seu discurso. A nossa cooperação, a cooperação entre o Parlamento Europeu e a Presidência espanhola, é muito importante. Trabalhamos na área da legislação, razão pela qual os governos das sucessivas presidências são essenciais para podermos levar a cabo o processo legislativo.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito.* – (FR) Apreciei o discurso do Primeiro-Ministro do Reino de Espanha e de modo especial o equilíbrio entre a economia, as questões sociais e o ambiente. Apoio a ideia de um pacto social assente nos parceiros sociais porque, além de ser uma condição para a consecução de uma grande ambição social, estou convencido de que é um factor para o desempenho económico da Europa. Num momento em que a Península Ibérica ocupa duas importantes presidências (do Conselho da União Europeia através do Primeiro-Ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, e da Comissão Europeia através do português José Manuel Barroso), lamento que a Presidência espanhola não tenha demonstrado a sua capacidade de contribuir com uma mais-valia política para as relações com o continente americano fora dos Estados Unidos e do Canadá. É de lamentar porque a sexta Cimeira União Europeia-América Latina-Caraíbas (UE-ALC) está prevista para o primeiro semestre de 2010, enquanto as Cimeiras UE-México e UE-Brasil terão lugar no primeiro e segundo semestres de 2010, respectivamente. Gostaria de aproveitar esta intervenção para lamentar uma vez mais que o novo Presidente do Conselho Europeu, que foi eleito em meados de Novembro e tomou posse das suas funções em 1 de Dezembro de 2009, não tenha vindo ainda cumprimentar os membros do Parlamento Europeu, nem sequer lhes tenha dirigido uma simples mensagem.

**Elena Băsescu (PPE)**, *por escrito.* – (RO) Gostaria de salientar que fiz parte da delegação da AFET que preparou as prioridades para a Presidência espanhola em Madrid, em Outubro de 2009. Com base no meu conhecimento desses objectivos, constatee a existência de pontos em comum com a Roménia.

O principal interesse da Presidência espanhola é a área do Mediterrâneo, que pode trazer também grandes benefícios para a Roménia. As empresas romenas terão oportunidade de regressar a mercados na área do Mediterrâneo (em países como a Argélia, Turquia, Síria e Egipto). O principal objectivo comum é garantir a segurança energética da União Europeia, com a Roménia a entrar na agenda nesta área: o Nabucco, o oleoduto pan-europeu Constança-Trieste e a interligação de redes de gás em Estados vizinhos: Roménia-Hungria (Arad-Szeged), Roménia-Bulgária (Giurgiu-Ruse), Isaccea e Negru Vodă.

Ao mesmo tempo, considero que a Presidência espanhola deve dedicar particular atenção aos países da Parceria Oriental. A Roménia tem um importante objectivo político, que é a inclusão da República da Moldávia, do ponto de vista da sua perspectiva de adesão, no grupo dos países dos Balcãs Ocidentais. As negociações para a assinatura do acordo de associação entre a União Europeia e a República da Moldávia tiveram início em Chisinau a 12 de Janeiro de 2008. A Moldávia necessita de apoio financeiro e político neste momento. Esta deveria ser uma prioridade tanto para a Presidência actual como para as próximas presidências.

**Dominique Baudis (PPE)**, *por escrito.* – (FR) Senhor Presidente, durante os próximos seis meses, exercerá a Presidência rotativa da União Europeia. Muitos desafios o aguardam em termos de política externa, especialmente no que se refere à margem sul do Mediterrâneo. O que tenciona fazer para relançar a União para o Mediterrâneo, cuja sede se localiza em Barcelona? O Secretário-Geral da União para o Mediterrâneo foi nomeado recentemente. Como perspectiva a sua colaboração com o primeiro Secretário-Geral da União para o Mediterrâneo? Necessitamos de uma política ambiciosa para o Mediterrâneo que ultrapasse as parcerias económicas e abra o caminho a verdadeiras parcerias políticas. <BR

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito.* – (LT) A Espanha assume a Presidência da União Europeia precisamente no momento em que o Tratado de Lisboa entra em vigor. Isto significa que o Estado presidente poderá cooperar mais intimamente com o Parlamento Europeu na implementação do seu ambicioso programa.

Apoio as prioridades mais importantes definidas na agenda espanhola acerca da estratégia UE 2020, a salvaguarda do emprego e do progresso social, das iniciativas nas áreas da educação e inovação e matérias de segurança energética. Na qualidade de eurodeputada lituana, é muito importante para mim que o país que detém a Presidência prossiga a implementação da estratégia da UE para a Região do Mar Báltico, aprovada durante a Presidência sueca. Estes anos são os anos da luta da Europa contra a pobreza e a exclusão social. Gostaria de pedir a Espanha que, durante a sua Presidência, tome as medidas necessárias para o combate à pobreza e a salvaguarda das garantias sociais mínimas. A Suécia, um país do norte da UE, teve uma Presidência bem sucedida e faço votos para que a Espanha, um país do Sul, desenvolva um trabalho útil em prol dos cidadãos da UE.

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito.** – (RO) Gostaria de chamar a atenção da Presidência espanhola para algumas matérias que considero prioritárias e para as quais estou convencido de que precisamos de encontrar soluções nos próximos meses. Os direitos dos doentes no quadro da assistência médica transfronteiriça devem ser encarados como prioridade, na medida em que todos os doentes na Europa devem usufruir de igualdade de direitos. Apelo à Presidência em exercício do Conselho para que desenvolva esforços no sentido de desbloquear a situação a nível do Conselho relativamente a este dossier. Peço também à Presidência que dê o seu apoio à directiva relativa à informação ao público em geral acerca dos produtos médicos sujeitos a receita médica, à qual o Conselho se opõe. Manter o status quo nesta área não é benéfico para os doentes, nem para a indústria farmacêutica. O sector empresarial necessita de apoio para podermos sair da crise económica, especialmente nos novos Estados-Membros que têm problemas graves nesta área. Neste aspecto, considero que o apoio às PME é absolutamente imperativo. A Presidência espanhola deve demonstrar um apoio enérgico à directiva que visa combater os atrasos nos pagamentos nas transacções comerciais e que é vital para as PME. Desejo à Presidência espanhola que seja plenamente bem sucedida na concretização das suas prioridades e na busca de soluções para os desafios que a União Europeia enfrenta actualmente.

**Proinsias De Rossa (S&D), por escrito.** – (EN) O objectivo da Europa é um acordo de paz abrangente no Médio Oriente, que tenha no seu âmago uma solução que passe pela existência de dois Estados. Queremos um Estado seguro para os israelitas e um Estado democrático viável para os palestinianos, tendo por base as fronteiras anteriores a 1967. Mas já nos resta muito pouco tempo para alcançar essa solução. A declaração inequívoca do Conselho de 8 de Dezembro precisa de ser impulsionada pelo Senhor Presidente em exercício do Conselho com vigor e determinação. Criar condições para a realização rápida de eleições palestinianas é crucial para poder avançar. A Europa deve deixar bem claro que se relacionará com os eleitos saídos de novas eleições independentemente da sua filiação política, com base no compromisso de implementar os acordos aceites pelo povo palestiniano. Daqui por diante, a política europeia relativa a Israel, à Autoridade Palestiniana e ao Hamas deve pressupor um avanço imediato por parte destes para negociações sérias sobre o estatuto final baseadas no Roteiro do Quarteto e na iniciativa de paz árabe. Devemos insistir para que o cerco israelita a Gaza e o terrível sofrimento que está a causar a 1,5 milhão de habitantes seja levantado imediatamente e sem condições prévias. A menos que a Europa dê passos corajosos e encoraje os Estados Unidos a fazer o mesmo, a situação pode muito em breve tornar-se irreversível. <BR

**Ioan Enciu (S&D), por escrito.** – (RO) A actual Presidência espanhola foi incumbida da importante tarefa de elaborar um plano de acção para a implementação do Programa de Estocolmo. Este plano deve incluir entre os seus objectivos mais importantes o pacote completo de matérias relacionadas com a imigração e o asilo, controlos e segurança fronteiriços, bem como o combate ao crime organizado e ao terrorismo. Em suma, garantir a segurança dos cidadãos da UE.

A consecução destes objectivos exigirá, no futuro, um intercâmbio de informação ainda mais vasto entre instituições e agências especializadas, assim como uma consolidação da base de dados da UE, portanto, a recolha contínua de dados pessoais dos cidadãos. No entanto, deve ser mantido um equilíbrio estável entre a garantia da segurança e o respeito pelo direito do cidadão à privacidade. Deve ser promovido o consenso entre os Estados-Membros para permitir encontrar uma correlação razoável entre os dois objectivos mencionados.

O respeito pelos direitos humanos fundamentais deve ser o objectivo chave de todas as políticas europeias e deve merecer a máxima atenção dos três países que vão ocupar a Presidência da União Europeia nos próximos 18 meses.

**José Manuel Fernandes (PPE), por escrito.** – Quero desejar os maiores sucessos à Presidência espanhola. É o primeiro Estado-Membro a dar forma ao novo modelo institucional resultante da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Espera-se que a prioridade já afirmada pelo primeiro-ministro José Luis Rodríguez Zapatero – *tirar a Europa da crise e consolidar a retoma do crescimento económico* – seja concretizada, e que se prossiga com o combate às alterações climáticas e a defesa da segurança energética. É ainda importante que se adopte uma política florestal integrada e uma melhor eficiência na gestão da água.

Neste Ano Europeu de Combate à Pobreza e neste momento de crise económica, esperam-se políticas reforçadas para as camadas mais vulneráveis. Faço votos para que os Estados-Membros e as instituições europeias cooperem, de modo a que a UE seja mais próspera, solidária, e intensifique a sua voz na cena internacional.

Espero ainda que as relações entre Portugal e Espanha se reforcem com esta Presidência. Todos conhecemos a interdependência e interconectividade entre as nossas economias. Um bom sinal de união de esforços é, por exemplo, o centro ibérico de nanotecnologia, em Braga, que permitirá o desenvolvimento da investigação científica, da inovação e conhecimento e que levará ao reforço da competitividade das nossas empresas.

**Carlo Fidanza (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Senhor Presidente em exercício do Conselho apresentou as suas prioridades. Todas elas são questões importantes, mas o silêncio ensurdecedor no que toca à luta contra a imigração ilegal, definida como não prioritária, é impressionante.

Nenhuma referência foi feita ao reforço do programa FRONTEX ou à necessidade de tornar mais vinculativos os acordos para distribuição dos refugiados; nenhum compromisso foi assumido no sentido de intensificar a nossa cooperação com os países de origem dos migrantes ilegais ou de apoiar, no âmbito da ONU, a necessidade de estabelecer localmente centros de identificação para requerentes de asilo, que possam verificar quem reúne efectivamente as condições para poder ser acolhido.

Essa lacuna representa um sinal muito grave de que estamos a afastar-nos das posições recentemente reafirmadas pelo Conselho Europeu e da posição do Governo italiano, que sempre se bateu por colocar as questões ligadas ao controlo da imigração no topo da agenda europeia.

Espero que a Presidência espanhola, para além de lançar apelos genéricos ao respeito pelos direitos humanos, possa rever as suas prioridades e dar seguimento aos compromissos assumidos em matéria de imigração pelas anteriores Presidências. Vamos continuar a exercer pressão sobre o Senhor Presidente Zapatero e o seu governo até que isso aconteça.

**Livia Járóka (PPE)**, *por escrito*. – (HU) Congratulo-me com o facto de o programa da Presidência espanhola incluir a igualdade de oportunidades para homens e mulheres como prioridade relacionada com o mercado de trabalho europeu, a par do desenvolvimento agrícola e das relações com países terceiros. Saúdo também o facto de o programa dar ênfase à luta contra a violência de género e à protecção das vítimas destes crimes, ao mesmo tempo que sublinha entre os objectivos gerais o papel que a igualdade de género desempenha no crescimento da União Europeia. É uma evolução de extrema importância o facto de, no capítulo do combate à discriminação, a Presidência se comprometer a reduzir o fosso salarial existente entre homens e mulheres, através da promoção do roteiro para a igualdade de género 2011-2015, da criação de um Centro Europeu de Monitorização Sobre a Violência de Género e da organização de um fórum para avaliar os resultados dos desafios presentes e futuros da “Plataforma de Acção de Pequim” da ONU. Embora o programa não mencione os seus planos de integração social do povo Roma, espero sinceramente que a Presidência prossiga o trabalho iniciado pelas suas antecessoras e que, à luz do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, utilize todos os meios para apoiar a integração do povo Roma, a maior e mais vulnerável minoria existente na Europa. Espero, além disso, que na cimeira a realizar no Dia Internacional dos Roma, em Córdoba, a Presidência espanhola contribua para a conclusão da Estratégia Europeia para os Roma que está actualmente a ser delineada.

**Ádám Kósa (PPE)**, *por escrito*. – (HU) Congratulo-me por tomar conhecimento do programa “Inovar a Europa” apresentado pela Presidência espanhola, porque ele define como prioridade a aceleração do desenvolvimento de uma política para o turismo, incluindo o ter em linha de conta os pontos de vista dos turistas sobre políticas da UE relacionadas com este sector. Para isso, a Presidência concentra-se na criação de um modelo europeu de turismo, que tenha igualmente em consideração o turismo de grupos. Chamo a atenção para o facto de que também deve ser dada a máxima consideração aos interesses das pessoas com deficiência. Além disso, no domínio dos transportes, a Presidência propõe-se apoiar sistemas de transportes inteligentes, com o que eu estou plenamente de acordo, e aproveito esta oportunidade para repetir: a União Europeia deveria pôr termo à prática legal de manter em vigor tantos regulamentos quantos os meios de transporte. Actualmente, as pessoas com necessidades diferentes em matéria de transportes não dispõem do mesmo nível de serviços de transporte, apesar de todas terem os mesmos direitos enquanto passageiros.



Sugiro que a Presidência tenha em consideração a declaração feita por Siim Kallas, Comissário indigitado, em que este referia a livre circulação como uma das liberdades mais fundamentais dos cidadãos europeus, traduzida em transportes modernos. O Comissário indigitado concordou com a iniciativa e prometeu criar um código de conduta uniforme para todos os sectores de transporte. Ao fazê-lo, poderá garantir durante o seu mandato que todos os cidadãos europeus tenham direitos claros e transparentes, e a Presidência espanhola pode e deve desempenhar aqui um papel importante.

**Krzysztof Lisek (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Congratulo-me pelo facto de a Política de Vizinhança ser uma das prioridades da Presidência espanhola. Sei como é importante para Espanha desenvolver a cooperação com os países da Bacia do Mediterrâneo e a importância que a Espanha atribui ao conceito da região da União para o Mediterrâneo. Compreendo, evidentemente, que isto diz respeito a muitos países que são vizinhos da União Europeia e importantes parceiros económicos da União. Fiquei ainda mais satisfeito ao ouvir as declarações do Presidente em exercício do Conselho, José Luis Rodríguez Zapatero, e de outros representantes da Presidência espanhola, relativamente ao seu desejo de prosseguir os esforços dos seus antecessores, sobretudo os checos e os suecos, para desenvolver a cooperação com os vizinhos orientais da UE, em especial os Estados incluídos no programa de Parceria Oriental proposto pela Polónia e pela Suécia. Neste contexto, gostaria de fazer um apelo à Presidência, e pessoalmente ao Presidente em exercício do Conselho, José Luis Rodríguez Zapatero, para que dedique especial interesse à situação na Bielorrússia e monitorize a política interna deste país. A UE devia exigir às autoridades da Bielorrússia o respeito pelos direitos humanos e uma mudança de atitude em relação à instituição da sociedade civil. O Presidente Zapatero sublinhou a importância dos direitos humanos. Infelizmente, continuam a existir na Bielorrússia prisioneiros de consciência, e a atitude das autoridades para com a oposição democrática, os órgãos de informação independentes e as organizações não governamentais, incluindo as organizações das minorias étnicas, está muito aquém dos padrões europeus. A democratização e o respeito pelos direitos cívicos elementares são factores que deviam constituir uma condição para o desenvolvimento de uma cooperação entre a UE e a Bielorrússia no quadro da Parceria Oriental.

**Elżbieta Katarzyna Łukacijewska (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Uma das prioridades da Presidência espanhola é a revitalização da economia da UE, que deverá ser alcançada através da aprovação e aplicação da estratégia europeia para o desenvolvimento sustentável até 2020. O documento apresentado pela Comissão mostra que isto consiste principalmente na promoção de uma economia baseada no conhecimento e mais amiga do ambiente. Outra ideia avançada pela Espanha foi um sistema de penalizações financeiras, consistindo por exemplo na redução de subsídios do orçamento da UE para os países que não cumpram os objectivos contidos nesta estratégia. A Espanha está agora a recuar nesta ideia, em resposta à resistência expressa por muitos países e grupos de interesses.

Gostaria, no entanto, de fazer uma pergunta: por que não foram efectuadas consultas antes de anunciar uma ideia tão revolucionária? A Espanha não compreende, tendo em conta a sua própria experiência, que os países mais pobres podem ter dificuldades em cumprir condições tão ambiciosas, não por falta de vontade, mas por incapacidade? Não lhe parece, Senhor Presidente Zapatero, que a introdução de penalizações adicionais provocará um efeito contrário ao desejado, que levará ao aparecimento de desequilíbrios ainda maiores no desenvolvimento de determinadas regiões, e que isso enfraquecerá toda a União? Todos nós queremos uma União forte e uma União forte significa uma União composta por partes fortes. A política de nivelamento das diferenças entre regiões está a funcionar, por isso, não vamos dissipar os seus resultados com medidas drásticas.

**Iosif Matula (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo saudar o facto de a Presidência espanhola ter assumido a tarefa de garantir a segurança energética da União Europeia como uma prioridade. Tendo isto em mente, a diversificação das fontes de abastecimento de gás é algo de vital através da conclusão atempada do projecto Nabucco. Após a assinatura do acordo intergovernamental sobre o Nabucco, a União Europeia deve passar à acção.

Gostaria de frisar que as prioridades da Presidência espanhola devem incluir também as relações com os Estados da Parceria Oriental. Neste aspecto, acredito que é importante darmos um forte apoio político à conclusão com êxito das negociações recentemente iniciadas entre a UE e a República da Moldávia. Estas negociações devem conduzir à assinatura de um acordo de associação, que constituirá um passo significativo na implementação dos valores europeus neste Estado europeu situado na vizinhança imediata da UE. Penso que é vital enviarmos um sinal positivo aos cidadãos da República da Moldávia, que na sua maioria se declararam a favor da Coligação para a Integração Europeia nas eleições de 2009.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Parece bastante estranho a Presidência espanhola vir apelar para que combatamos a crise económica e pretender ao mesmo tempo tornar obrigatória a implementação dos objectivos da política económica. Vindo de um país cuja taxa de desemprego, da ordem dos 20%, é quase o dobro da média europeia, isto parece absurdo. Pior ainda, constitui uma promoção da velha ideia de uma governação económica europeia. Uma tal violação do princípio da subsidiariedade deve ser rejeitada com toda a veemência possível. A UE deve continuar a ser uma união de diversidade e de Estados-nação - deve isso aos seus cidadãos.

Deve igualmente aos seus cidadãos falar finalmente com clareza nas negociações com a Turquia. A Presidência espanhola está a fechar os olhos à realidade, por outras palavras, ao facto de que a Turquia não faz parte da Europa, nem geograficamente nem de um ponto de vista cultural e espiritual. As minorias étnicas e religiosas continuam a ser discriminadas neste país da Anatólia, e Ancara recusa-se obstinadamente a reconhecer Chipre, que é um Estado Membro da UE. Dizer aqui que o conflito que se arrasta há décadas em breve terá “resultados positivos” não é mais do que um desejo piedoso. Por motivos unicamente financeiros, a UE não poderia fazer face à adesão da Turquia. Um afluxo maciço de turcos e sociedades paralelas em explosão acabaria finalmente com a UE. É mais do que tempo de cessarmos as negociações de adesão com Ancara e de trabalharmos no sentido de garantir uma parceria privilegiada.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Congratulo-me com o facto de a Presidência espanhola ir assumir no sector agrícola prioridades que são realmente as mais importantes entre os objectivos para este período: a continuação dos debates sobre o futuro da política agrícola comum e a adaptação desta política às realidades sempre em mudança da Europa actual.

Além disso, registei outras ideias importantes no programa da Presidência espanhola: a garantia de recursos suficientes para a agricultura europeia e a continuação do processo de abandono gradual das quotas do leite de acordo com os resultados do exame de saúde. Por último, mas não menos importante, congratulo-me com as discussões já em curso durante a primeira sessão do Conselho de Agricultura e Pescas, na segunda-feira, sobre uma cadeia de abastecimento alimentar mais eficaz a fim de controlar as flutuações de preços e garantir uma distribuição mais equitativa dos excedentes dentro desta cadeia. Todos estes objectivos são ambiciosos e, ao mesmo tempo, de importância fundamental para os cidadãos da Europa.

**Ślawomir Witold Nitras (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Obrigado, Senhor Presidente Zapatero, pelo seu discurso inaugural. Faltou-lhe, no entanto, uma referência clara ao problema dos défices enormes. Não consigo imaginar que a Presidência espanhola não vá abordar este problema e fazer dele uma prioridade. Senhor Presidente Zapatero, a situação não apenas na Grécia, mas também em Espanha e noutros países, deveria talvez ser a sua tarefa mais importante. Não receia que, caso não consiga controlar as finanças públicas em Espanha, não haja dinheiro para a aquisição dos seus “automóveis eléctricos”? Haja alguém que lhe diga que as políticas arrogantes de alguns governos europeus, incluindo o Governo espanhol, estão a reduzir a competitividade da Europa, a limitar o número de postos de trabalho disponíveis na Europa e a adiar o alargamento da zona do euro a novos países e tudo isto por causa da instabilidade interna da Europa. Por favor, faça frente a este desafio de uma maneira muito séria. É sua obrigação fazê-lo.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A Presidência espanhola inicia as suas funções no mesmo momento em que o Tratado de Lisboa entra em vigor. As práticas a desenvolver nas relações entre o Presidente permanente do Conselho Europeu e o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, por um lado, e outras instituições da Comunidade e dirigentes dos Estados-Membros, por outro, dependem em grande medida da Presidência que agora se inicia. Gostaria de fazer aqui um apelo para que seja dado o maior reconhecimento às novas instituições, de acordo com a letra do Tratado e o espírito da reforma empreendida. É importante que a União Europeia fale a uma só voz na cena internacional. É ainda mais importante, porém, que a sua voz não seja ignorada, mas sim que crie novas tendências e tenha uma influência crucial na tomada de decisões. Para evitar uma repetição da situação verificada na conferência COP 15, a Presidência deve tomar desde já medidas que criem um clima propício à tomada de decisões na cimeira COP 16 que estejam em consonância com a posição da União Europeia. A União deve também falar em uníssono acerca do combate à crise e da construção de uma nova ordem financeira.

É papel da Presidência ter um interesse activo em todos os tipos de reflexão intelectual acerca das alterações ao modelo social e económico europeu que resultaram de conclusões retiradas da actual crise económica. Pela minha parte, no entanto, conto com um apoio compreensivo da Presidência ao trabalho sobre a reforma da política agrícola comum, que em breve será uma das questões políticas mais importantes da União Europeia.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) O plano da Presidência espanhola inclui objectivos importantes que têm de ser alcançados e graças aos quais poderemos sentir-nos seguros numa Europa competitiva e economicamente forte. Considero que entre eles há três matérias que se revestem da máxima importância:

1. Uma acção rápida e decidida para abrandar o crescimento do desemprego. A criação de novos empregos exige muito trabalho preparatório e amplo apoio financeiro, incluindo para a pesquisa de mercado e formação. O ano de 2010 é o melhor momento para as pessoas melhorarem as suas qualificações e até para fazerem novas formações, de acordo com as necessidades de uma economia que está a sair de uma crise.

2. O combate à violência doméstica, incluindo o proposto projecto de directiva sobre a protecção da UE às vítimas de violência doméstica. A dimensão deste fenómeno na Europa não deixa dúvidas de que é em sua própria casa que muitas mulheres se sentem menos seguras. É uma situação absurda e deixa também comprometidos os Estados-Membros da UE, porque não estão a conseguir dar resposta a este problema social tão importante. Os políticos estão muito em falta nesta matéria, porque não se opõem o suficiente à violência contra as mulheres e agem muitas vezes como se ela não existisse em tão grande escala. A falta de apoio no Parlamento Europeu a uma resolução contra a violência exercida sobre as mulheres foi comprometedora para a Direita. Felizmente, a resolução foi aprovada com os votos da Esquerda.

3. Maior acção na luta contra a discriminação, incluindo avanços no sentido de uma nova directiva contra as várias formas de discriminação e penalizações pesadas para os países que se atrasarem na implementação da legislação da UE contra a discriminação.

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Mais uma vez, a Presidência espanhola da UE surge numa altura crucial. Há oito anos, na primeira metade de 2002, a Espanha esteve à altura do desafio de introduzir o Euro como moeda comunitária. Agora, a presidência espanhola enfrenta uma missão igualmente importante - a implementação das disposições do Tratado de Lisboa. A distribuição das competências entre a Presidência dos Estados-Membros e o Presidente do Conselho Europeu será extremamente importante. Dar prioridade à política externa que fortalece a posição da União na arena mundial é fundamental. No entanto, será que a recentemente eleita Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança o fará? Estas preocupações resultam não só das declarações da Sra. Ashton e do seu passado, como também das suas acções logo após ter assumido o cargo. Penso que não é necessário convencer as pessoas de que a luta contra a crise, e respectivas consequências económicas e sociais negativas, ainda é necessária. Este tipo de acção é do especial interesse de Espanha, que foi atingida pela recessão de forma particularmente dura. Como podemos voltar a manter o critério do Pacto de Estabilidade e Crescimento por parte dos grandes e dos pequenos Estados-Membros? Como deverá ser coordenada a luta contra a crise na Europa e no mundo? Um desafio adicional resultante das disposições do Tratado de Lisboa é a necessidade de cooperação entre o Trio de Presidências. Espanha terá de coordenar o seu trabalho com a Bélgica e a Hungria. É especialmente importante assegurar uma transição suave entre as presidências individuais de modo a que a continuidade do trabalho seja mantida. Desejo muito sucesso à presidência espanhola.

**Bogusław Sonik (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, gostaria de dar as boas-vindas à Presidência espanhola. Devo admitir que tenho expectativas específicas para esta presidência. Em primeiro lugar, porque uma das prioridades da presidência espanhola é a segurança energética. Tenho muito prazer em reconhecer esse facto. Deveria ser sempre uma prioridade para todas as presidências. Gostaria de salientar que o Plano de Acção de Solidariedade é um elemento muito importante da segurança energética. A continuidade e a velocidade de implementação deste trabalho são de importância crucial.

Concordo com os princípios da presidência espanhola relacionados com as medidas de controlo das alterações climáticas. Gostaria de salientar o quão é importante coordenar o processo de informação dos cidadãos da União Europeia sobre formas de combater as alterações climáticas. Tal como demonstrou a recente cimeira de Copenhaga, apenas a vontade dos políticos não é suficiente para alterar o estado das coisas. Temos também de envolver o mais possível os cidadãos europeus e convencê-los de que as alterações climáticas não são um processo abstracto mas sim algo que nos afecta a todos, individualmente e em conjunto.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D)**, *por escrito*. – (HU) Como representante da Hungria - e parte do Trio de Presidências espanhola-belga-húngara - dou as boas-vindas à presidência espanhola. É muito raro ouvir um primeiro-ministro convidado com uma visão tão clara sobre o futuro da UE e sobre o programa da presidência como o Primeiro-Ministro Zapatero. Concordo com a noção de que sem implementar uma união económica, a competitividade global da Europa está em risco. As quatro prioridades para os próximos dez anos, enumeradas pelo Senhor Primeiro-Ministro Zapatero, determinam de facto os alvos estratégicos mais importantes. É do interesse da União em geral, mas especificamente dos novos Estados-Membros, incluindo

a Hungria, reduzir a respectiva dependência da energia. Sem um "crescimento verde económico", um mercado digital, estabelecendo uma capacidade inovadora comum e o verdadeiro desenvolvimento da educação europeia, a União não tem potencial para renovação.

Acolho igualmente a decisão da presidência espanhola de acelerar o debate sobre o futuro da Política Agrícola Comum. O tempo urge: primeiro, temos de desenvolver a estrutura da PAC e, em seguida, usá-la como base para o orçamento, e não ao inverso. Caso contrário, os beneficiários da PAC e toda a comunidade teriam muito a perder. A *Hungarian Agricultural Academy* (Academia Agrícola Húngara) é um local de encontro importante para discutir o futuro da PAC na Hungria; espero que a presidência espanhola possa estar presente neste evento em 2010.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – A Presidência espanhola surge num momento estratégico para a Europa. A sua coincidência cronológica com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa eleva a exigência quanto à responsabilidade na aplicação efectiva do novo Tratado, condição essencial para o desenvolvimento das linhas do seu programa.

É com expectativa que aguardo a promoção do debate sobre o futuro da Política de Coesão, procurando aí incluir a coesão territorial. Como deputado ao Parlamento Europeu, oriundo de uma região ultraperiférica, centro as minhas atenções na acção da nova Presidência quanto à política de desenvolvimento das regiões insulares.

A Cimeira UE-Marrocos será indubitavelmente um fórum privilegiado para a dinamização do Espaço Atlântico Euro-Africano, nomeadamente através da cooperação entre a Madeira, os Açores, as Canárias e os países vizinhos, o qual receberá todo o meu empenho.

Pela proximidade histórica e geográfica, Portugal e, em particular, as suas regiões ultraperiféricas, como a Madeira, vêem com entusiasmo as intenções da Presidência espanhola de implementar e de desenvolver uma estratégia europeia renovada em favor destas regiões.

Neste contexto, as linhas de acção da Presidência na aplicação das recomendações da Comissão *As Regiões Ultraperiféricas: um trunfo para a Europa* e na discussão das futuras Perspectivas Financeiras são temas que acompanharei de perto.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A presidência espanhola tem de finalizar as disposições institucionais para a implementação do Tratado de Lisboa. Definir as novas regras de comitologia é um passo fundamental do processo legislativo. Existem vários dossiers, incluindo a Directiva da Eficiência Energética dos Edifícios e a Directiva dos Sistemas de Transporte Inteligentes, cuja adopção depende da velocidade com que serão delineadas estas regras de colaboração institucional. Além disso, a crise económica está ter um grave impacto nos cidadãos europeus, que estão

a perder os seus empregos e que esperam que sejam delineadas medidas de modo a promover a recuperação económica. A Estratégia da UE 2020 tem o dever de encontrar soluções que vão ao encontro dessas expectativas. É por esse motivo que o formato em trio da União Europeia, composto pelas presidências espanhola, belga e húngara, deve fortalecer a Europa Social criando postos de trabalho e melhorando as condições de vida dos cidadãos europeus. Por último, mas não menos importante, 2010 marca o ponto intermédio do panorama financeiro para o período 2007-2013. Este ano, os Estados-Membros têm a oportunidade única de analisar os Programas Operacionais de modo a tirar o máximo proveito da absorção dos fundos europeus e implementar projectos que possam criar postos de trabalho e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos europeus. Encorajo a presidência espanhola, juntamente com todos os Estados-Membros, a procederem à análise intermédia com o objectivo de alcançarem a recuperação económica durante o período 2012-2013.

**Georgios Toussas (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) As prioridades da presidência espanhola para a aplicação eficaz do reacçãoário "Tratado de Lisboa" e promover a continuação da Estratégia de Lisboa juntamente com a estratégia UE-2020, fortalecer o CDSP e combater os direitos e liberdades democráticas ao abrigo do Programa de Estocolmo, são as prioridades da plutocracia. O programa da presidência espanhola descreve a urgência do capital unificador europeu em promover reestruturações capitalistas e de continuar o ataque sem tréguas aos direitos e ao nível de vida das classes trabalhadoras. Este ataque tem como prioridade cortes nos ordenados e nas pensões, o total desmantelamento das relações industriais, a aplicação geral de formas flexíveis e temporárias de trabalho, a demolição dos sistemas de segurança social e dos subsídios agrícolas, cortes drásticos no orçamento comunitário para a agricultura e criação de gado e cortes nas regalias sociais bem como na comercialização da saúde, segurança social e educação, elevando o espectro dos "défices

públicos” e a aplicação do Pacto de Estabilidade. A forma escolhida pelo capital do monopólio euro-unificador é fortalecer a política imperialista da UE com novos mecanismos de intervenção estratégica e política, como o “Serviço Europeu de Acção Externa”, de modo a fortalecer a sua militarização com “grupos de combate” e aumentar a respectiva penetração utilizando a NATO.

**Jarosław Leszek Wałęsa (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, a Espanha lidera a União Europeia pela 4ª vez. No entanto, fá-lo-á pela primeira vez seguindo novos princípios. Irá, pela primeira vez, efectuar o seu trabalho juntamente com as novas instituições facultadas pelo Tratado de Lisboa. Estas circunstâncias dão um significado particular ao papel da Espanha e aumentam a sua responsabilidade, tendo em vista o facto de que a crise financeira e as mudanças na Europa coincidem com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Após uma presidência checa razoavelmente bem sucedida e do profissionalismo sueco, os olhos da Europa viram-se agora para a Península Ibérica. As prioridades apresentadas, ou seja: o trabalho sobre os direitos do cidadão europeu, a restauração económica e o controlo financeiro, o apoio à justiça e o desenvolvimento de uma estratégia de segurança interna dos estados europeus, e tudo isto ao mesmo tempo que o novo tratado entra completamente em vigor, são muito ambiciosas. Espanha enfrenta uma enorme oportunidade e um grande desafio, porque a nova legislação tem de ser convertida em acção específica e adaptada à situação mundial que está em constante mutação. Liderar a União Europeia numa altura de crise financeira global não é fácil. Além disso, aguardo impacientemente os resultados e desejo-lhe muito êxito com a introdução do “novo projecto europeu”. Obrigado.

### **PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS**

*Vice-presidente*

\*\*\*

**David-Maria Sassoli (S&D)**. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a noite passada, as forças policiais italianas prenderam cinco pessoas que preparavam um ataque da máfia contra um colega nosso, o senhor deputado Crocetta, que é membro deste Parlamento e ex-Presidente da Câmara da cidade siciliana de Gela.

Segundo os magistrados, o ataque podia ter lugar num dia qualquer, a partir de hoje, 20 de Janeiro. Lembro que as autoridades belgas ainda não providenciaram uma escolta adequada ao senhor deputado Crocetta, que já há algum tempo se encontra sob protecção em Itália, como a Mesa do Parlamento sabe.

Gostaria de pedir à Mesa que manifestasse a sua solidariedade com o nosso colega em nome desta Assembleia e do Parlamento Europeu e que diligenciasse no sentido de ser facultada ao senhor deputado Crocetta uma protecção adequada nas suas funções de eurodeputado.

## **6. Período de votação**

**Presidente**. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)*

### **6.1. Eleição do Provedor de Justiça Europeu (votação)**

**Margot Wallström**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejo felicitar Nikiforos Diamandouros por ter sido eleito Provedor de Justiça Europeu.

Tal como mencionado no seu relatório do ano passado, o trabalho crucial é restabelecer a confiança dos cidadãos na União Europeia, e todos nós subscrevemos este ponto. Todos temos um papel importante a desempenhar, seja como instituições, seja como indivíduos.

As relações entre a Comissão e o Provedor de Justiça foram sempre muito boas e construtivas. Penso que a nossa cooperação tem vindo a tornar-se cada vez mais eficaz e produtiva.

Através dos seus inquéritos, o Provedor de Justiça europeu e a sua equipa fizeram o que puderam para ajudar a desenvolver e reforçar uma cultura de serviço na Comissão. Foram retiradas lições muito importantes das críticas efectuadas, tendo também havido um acréscimo da necessidade de encontrar soluções amigáveis. É

este o caminho a ser trilhado e tenho a certeza de que Comissão continuará a seguir de perto as actividades do Provedor de Justiça e a acolher as suas propostas.

Os anos vindouros serão interessantes e constituirão um desafio para o Provedor de Justiça. Estou a pensar nas novas possibilidades que apresenta o Tratado de Lisboa. Como sabem, o direito à boa administração está consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais.

Não tenho a mais pequena dúvida de que o Provedor de Justiça contribuirá para fortalecer a democracia na Europa. As ferramentas são a transparência e as instituições orientadas para o serviço. Todos temos a responsabilidade de o apoiar nesse trabalho.

Mais uma vez parabéns pela sua nomeação e desejo-lhe muita sorte nas tarefas que temos pela frente.

## **6.2. Suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores (A7-0001/2010, Danuta Maria Hübner) (votação)**

## **6.3. Decisão do Parlamento Europeu sobre a nomeação de um membro do comité previsto no artigo 255.º do Tratado (votação)**

## **6.4. Segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonu) (A7-0086/2009, Eva Joly) (votação)**

## **7. Declarações de voto**

### **Declarações de voto orais**

#### **Eleição do Provedor de Justiça Europeu**

**Vito Bonsignore (PPE).** – (IT) Com esta votação, o Parlamento Europeu manifestou a sua confiança no Provedor de Justiça Europeu, cujo mandato irá prolongar-se até ao final da nossa legislatura.

Devo salientar que esta é uma votação positiva para todos nós, para todos os cidadãos europeus. O Provedor de Justiça Europeu ocupar-se-á das queixas dos cidadãos relativamente à má administração das nossas Instituições. O Provedor de Justiça respondeu perante o Parlamento, respondeu a perguntas acerca de como tornar o seu próprio trabalho mais transparente, como melhorar a cooperação entre o Parlamento e os serviços do Provedor de Justiça, bem como a comunicação com o público.

O seu papel será muito importante para defender os cidadãos europeus, para os ajudar nos seus contactos com a administração pública e talvez também para fazer sentir aos cidadãos europeus que estão numa Europa comum. Reduzir aquilo que é, por vezes, o peso improdutivo da burocracia é um objectivo para o qual todos devemos trabalhar.

A União Europeia será ainda mais política se souber colocar os cidadãos no centro da sua acção. Por isso espero que o novo Provedor de Justiça seja capaz de pôr em prática as experiências passadas para melhorar ainda mais a relação positiva com os cidadãos da Europa.

#### **- Relatório: Eva Joly (A7-0086/2010)**

**Alfredo Antoniozzi (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que a nossa relatora, a senhora deputada Joly, fez, em conjunto com todos os grupos políticos, um excelente trabalho na elaboração deste relatório, que eu apoio com convicção, juntamente com os meus colegas do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos).

Em especial, gostaria de manifestar o meu apoio à parte do relatório em que se salienta que as negociações para a revisão do Acordo de Cotonu devem ter em conta, por um lado as consequências da crise financeira e, por outro, os fenómenos da migração e, sobretudo, a necessidade de refrear a imigração ilegal.

Com efeito, ela tem um impacto muito negativo, tanto na economia dos países ACP, que, em consequência da imigração, perdem a força de trabalho e a mão-de-obra qualificada necessárias para o desenvolvimento,

como nos países da União Europeia mais atingidos pela imigração ilegal, como a Itália, cuja capacidade de absorver imigrantes tem limites económicos e de emprego para além dos quais não se pode ir, se queremos evitar fenómenos de degradação social.

**Frank Vanhecke (NI).** – (NL) Senhor Presidente, votei contra o relatório Joly, apesar de acreditar que todos estamos de acordo com os seus argumentos centrais, nomeadamente o que refere a necessidade de conduzirmos uma política que se centre na promoção do desenvolvimento económico dos países africanos, de forma a combater a fuga de cérebros e dar aos africanos com competências adequadas condições para se dedicarem, finalmente, ao desenvolvimento dos seus próprios países. Compreendo e apoio este ponto. Mas então por que razão defende este mesmo relatório tão teimosamente uma nova política de emigração de países africanos e imigração para a Europa? Na verdade, esta política promove a fuga de cérebros dos africanos mais competentes, dinâmicos e empreendedores. Mantenho a opinião de que o "Cartão Azul" é desastroso para a Europa e particularmente perigoso para África e para os africanos. Por fim, mas não menos importante, a migração circular que é citada, não passa de castelos no ar uma vez que esses imigrantes não regressam ao seu país, e dá origem, além disso, a um novo viveiro para a imigração ilegal.

\*\*\*

**Daniel Hannan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, a nossa ordem de trabalhos para esta semana, e a de hoje em especial, tem sido pobre e truncada. Todos sabemos porquê. A semana tem sido dedicada a manobras de bastidores. Diria que a manobras em salas cheias de fumo, mas, estando nós em Bruxelas, salas sem fumo.

Chegámos ao fim deste disparate das audições. Dele saíram candidatos relativamente aos quais tenho de admitir que nunca ouvi dizer a um único Membro deste Parlamento que pensa estarmos prestes a nomear as 27 pessoas mais qualificadas em toda a União Europeia para os poderes extraordinários concentrados nas mãos da Comissão Europeia. Esses homens e mulheres serão não só executores, mas terão também o poder de criar legislação – uma concentração de poderes que é extraordinária em qualquer contexto, mas ainda mais tendo em conta que essas pessoas não são directamente responsáveis perante os eleitores. Este é o corpo eleitoral mais exclusivo na Europa – 736 eurodeputados decidem quem governa o continente.

Não é preciso ser um eurocéptico para considerar que isto é inadmissível. Parece-me extraordinário que este continente, que exportou a ideia de governo representativo e de democracia parlamentar, que levou as sementes da democracia a continentes longínquos onde encontrou solo fértil, venha agora empunhar o machado contra a árvore ancestral da Europa. Todos saímos diminuídos deste processo.

\*\*\*

#### - Relatório: Eva Joly (A7-0086/2009)

**Syed Kamall (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, quando se consideram as relações ACP-UE, o primeiro princípio deveria certamente ser a forma como ajudamos as populações a sair da pobreza em muitos desses países.

Quando falo com empresários desses países, eles lamentam o que, muitos deles mesmo 40 anos depois da independência, têm sofrido com os problemas de 40 anos de socialismo, em que continuam a depender de economias de base e também a depender em excesso de ajuda.

Os empresários nestes países referem-me também o quanto as barreiras comerciais prejudicam realmente esses países e tornam a importação de bens alimentares e medicamentos mais cara para os cidadãos mais pobres desses países. Queixam-se das barreiras pautais e não pautais da UE, e apraz-me que o acordo de parceria ACP-UE aborde algumas barreiras pautais e até mesmo as não pautais.

Apraz-me também que a Comissão tenha criado um serviço que ajuda empresários de países em desenvolvimento a exportarem para a UE. Devemos recordar que o princípio essencial é o de que a melhor forma de ajudar os mais pobres a saírem da pobreza consiste em impulsionar melhores relações comerciais e ajudar os empresários nos países mais pobres.

**Philip Claeys (NI).** – (NL) Senhor Presidente, o n.º 31, que apela à Comissão para que inclua o princípio da migração circular como forma de facilitar a emissão de vistos circulares seria, só por si, razão suficiente para votar contra o relatório Joly. A "migração circular" é uma miragem. É algo que existe nos documentos oficiais da UE e noutros semelhantes mas não – com algumas poucas excepções – no mundo real. Aquilo a que se reduz a migração circular é a que um imigrante obtém uma autorização limitada de residência, mas permanece na Europa após expirar o prazo de validade e passa a clandestino. É esta a realidade da denominada migração

circular. A migração circular é uma força impulsionadora da imigração ilegal; a Comissão sabe disso e o Parlamento também. Este termo é usado, porém, a toda a hora, para levar as pessoas a acreditarem que muitos imigrantes acabarão por regressar aos seus países de origem. Estamos a agir bem, por conseguinte, ao deixar de mascarar a realidade o mais depressa possível.

\*\*\*

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria, se me permite, de chamar a atenção para um ponto que tem a ver com o tempo de uso da palavra; acontece com demasiada frequência nesta Câmara que demasiadas pessoas ultrapassam o seu tempo de uso da palavra, sendo-lhes permitido fazê-lo. Algumas dessas pessoas usam quase o dobro de tempo que lhes é dado. Apelo ao Senhor Presidente e aos Vice-Presidentes que usem o martelo para fazer cumprir as regras referentes ao tempo de uso da palavra e para que os deputados que queriam fazer uso do procedimento *catch-the-eye*, etc. tenham a oportunidade o fazer.

\*\*\*

### **Declarações de voto escritas**

#### **Eleição do Provedor de Justiça Europeu**

**Alfredo Antoniozzi (PPE), por escrito.** – (IT) Senhor Presidente, o papel do Provedor de Justiça Europeu, defensor cívico dos cidadãos, é de vital importância para o bom funcionamento e a transparência das Instituições europeias, que representam 27 Estados-Membros e quase 500 milhões de cidadãos. Gostaria de focar, nesta Assembleia, a importância do papel do Provedor de Justiça Europeu na protecção das línguas da UE, tendo em conta as numerosas queixas recebidas nos últimos anos relativamente a casos de discriminação linguística, as quais têm tido a ver também com a língua italiana. Regozijo-me, portanto, com a reeleição do Provedor de Justiça Europeu e, ao mesmo tempo que lhe desejo felicidades para o seu trabalho, convido-o a prestar a devida atenção à protecção linguística.

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), por escrito.** – (RO) Congratulo-me com a reeleição de Nikiforos Diamandouros para o cargo de Provedor de Justiça Europeu para um mandato até 2014. Dou também o meu apoio ao Provedor de Justiça na prossecução dos seus principais objectivos: assegurar que os cidadãos da União Europeia desfrutarão dos benefícios e recursos do Tratado de Lisboa e conseguir uma maior colaboração com os provedores de justiça nacionais e regionais, garantindo, assim, uma maior transparência da actividade ao nível europeu.

**Proinsias De Rossa (S&D), por escrito.** – (EN) Apoio plenamente a reeleição do Sr. Nikiforos Diamandouros no cargo de Provedor de Justiça Europeu. O Provedor de Justiça Europeu investiga queixas contra as instituições e os organismos da União Europeia. O Provedor de Justiça deve ser um funcionário público independente, não partidário e imparcial. O Sr. Diamandouros provou ser um defensor com grande profissionalismo e eficiência em nome do cidadão. Não teve medo de criticar qualquer instituição europeia, incluindo o Parlamento Europeu, quando necessário. Agora que a Carta dos Direitos Fundamentais tem o mesmo valor jurídico dos tratados, estou convicto de que a Carta, e especialmente o direito à boa administração, constituirá o fulcro do trabalho do Sr. Diamandouros como Provedor de Justiça.

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – Numa Europa que se quer cada vez mais próxima dos cidadãos e mais ao serviço das populações europeias, é fundamental que estas possam exercer um efectivo controlo sobre as instituições e organismos da União. É, exactamente, aqui que o papel do Provedor de Justiça Europeu é indispensável, uma vez que é a ele que os cidadãos reportam irregularidades administrativas, discriminação, abuso de poder ou ausência ou recusa de resposta a uma questão concreta colocada a uma instituição ou organismo da União Europeia.

Neste sentido, congratulo-me com a eleição do novo Provedor de Justiça Europeu para os próximos 5 anos, fazendo votos para que no seu mandato se paute pelos valores fundadores da União Europeia – Liberdade e Justiça –, assegurando aos cidadãos europeus melhores instituições e um controlo efectivo do seu funcionamento, para uma União mais forte, mais justa e mais solidária.

**José Manuel Fernandes (PPE), por escrito.** – O Provedor de Justiça Europeu por sua própria iniciativa, ou no seguimento de uma queixa, actua de modo a combater os casos de má administração por parte das instituições e órgãos comunitários. Desta forma, o Provedor de Justiça contribui para a construção da Europa dos Cidadãos num momento em que o Tratado de Lisboa entrou em vigor e a Carta dos Direitos Fundamentais



da União Europeia ganhou valor jurídico vinculativo. Note-se que o direito a uma boa administração é um direito fundamental dos cidadãos europeus, salvaguardado pelo artigo 41.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Em 2001, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre um Código de Boa Conduta Administrativa que as instituições e os órgãos da União Europeia, assim como as suas administrações, deverão respeitar. Defendo que este Código se transforme numa *lei europeia*, o que traria coerência legislativa na UE e seria uma garantia da aplicação dos mesmos princípios básicos por parte das suas instituições na relação com os cidadãos. É importante que os cidadãos europeus conheçam os seus direitos e a forma de os proteger e restaurar em caso de violação dos mesmos.

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D)**, *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, fizemos, de facto, no Parlamento Europeu a avaliação do trabalho do Sr. Diamandouros como Provedor de Justiça todos os anos quando debatemos os relatórios anuais que ele apresentou e que receberam sempre nota máxima. No decurso do seu trabalho durante os dois mandatos, o Sr. Diamandouros empreendeu várias iniciativas de sensibilização para o cargo de Provedor de Justiça, o que levou a que números crescentes de cidadãos tenham usufruído da sua ajuda. Os últimos números, referentes a 2008, mostram ter havido 3 406 queixas contra 3 211 no ano anterior. É digno de nota que o Provedor de Justiça não se tenha apenas limitado a analisar queixas formalmente admissíveis mas tenha ainda prestado informações sobre a possibilidade de reclamar direitos no caso de queixas que não cabem, de facto, na sua área de actuação.

O Sr. Diamandouros deu início, além disso, a uma colaboração muito importante entre os provedores de justiça de cada Estado-Membro, o que permitiu o intercâmbio de informação e de boas práticas. Por iniciativa sua, foram designados agentes de ligação nas provedorias de justiça nacionais, e foi publicada informação sobre a implementação e aplicação do direito comunitário na *newsletter* do Provedor de Justiça. Por essa razão, congratulo sinceramente o Sr. Diamandouros pelo seu êxito e pela sua reeleição no cargo de Provedor de Justiça Europeu, e conto com a sua colaboração frutuosa na actual legislatura do Parlamento Europeu.

**Alan Kelly (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Caros colegas, intervenho hoje em consideração ao trabalho do nosso Provedor de Justiça, Sr. Nikiforos Diamandouros. Cumpriu os seus deveres em conformidade com as normas e fê-lo com independência e integridade. É alguém que defende o princípio de que as instituições da UE devem ser transparentes. Sejam os francos, colegas; os nossos cidadãos não estão tão envolvidos nos assuntos europeus como desejaríamos. É, por isso, necessário que as nossas instituições funcionem como se estivessem por detrás de um vidro. Este Provedor de Justiça tem demonstrado até agora a capacidade de trabalhar com base neste princípio e, por conseguinte, congratulo-me com a sua renomeação. Muito obrigado.

**David Martin (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Muito me apraz que o Sr. Diamandouros tenha sido reeleito no cargo de Provedor de Justiça Europeu. Tem sido um grande paladino dos direitos, dos cidadãos e apraz-me que continue no seu cargo.

**Andreas Mølzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Na eleição para Provedor de Justiça, votei no Sr. Pierre-Yves Monette. Foi o único que se deu ao trabalho de se apresentar aos membros não-inscritos do Parlamento Europeu e de responder às suas perguntas.

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Chegámos hoje a uma decisão sobre a eleição do Provedor de Justiça Europeu. É uma eleição extremamente importante para os cidadãos da União Europeia, porque o Provedor de Justiça Europeu se ocupa da protecção dos direitos humanos. Ele analisa as queixas apresentadas por cidadãos da UE relativas a irregularidades nas instituições europeias. Desta forma, os europeus têm algum tipo de controlo sobre todos os organismos, instituições e agências da União.

É, por conseguinte, extremamente importante que os nossos cidadãos estejam conscientes dos seus direitos. Têm de saber que, no seguimento da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a sua influência no funcionamento das instituições europeias aumentou. Para além disso, de acordo com o novo Provedor de Justiça, o Provedor de Justiça Europeu vai trabalhar mais de perto com outras instituições europeias. É motivo de satisfação que os cidadãos dos novos Estados-Membros estejam a pôr em prática a possibilidade de apresentar queixa, o que se comprova com o número relativamente elevado de queixas registadas em anos anteriores. Este facto mostra que os residentes dos novos Estados-Membros se interessam por matérias ligadas à União Europeia e não são indiferentes à UE.

**- Relatório: Danuta Maria Hübner (A7-0001/2010)**

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, pois este visa reforçar a competitividade dos operadores económicos dos Açores (fabricantes, distribuidores, grossistas e retalhistas) e, dessa forma, assegurar emprego mais estável nos Açores e assim superar as desvantagens económicas que se fazem sentir, decorrentes da sua situação geográfica.

Esta suspensão temporária dos direitos, permitindo aos operadores económicos locais nos Açores e na Madeira importar um determinado número de matérias-primas, peças, componentes e produtos acabados com isenção de direitos, e abrangendo sectores tais como a pesca, a agricultura, a indústria e os serviços, proporciona uma conjuntura favorável para um investimento a longo prazo por parte de investidores.

Estas medidas também contribuirão para ajudar as PME e os agricultores locais, de modo a que possam investir e gerar empregos nas regiões ultraperiféricas, e, no contexto da crise económica actual, a necessidade da existência de medidas específicas para estimular a actividade económica e estabilizar o emprego é primordial.

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da proposta de regulamento do Conselho relativo à suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores com base no excelente relatório da minha colega polaca Danuta Maria Hübner. As autoridades regionais da Madeira e dos Açores, de acordo com o governo do seu Estado-Membro, Portugal, solicitaram a introdução de suspensões temporárias dos direitos aduaneiros autónomos, a fim de reforçar a competitividade dos operadores económicos locais e, dessa forma, assegurar emprego mais estável nestas regiões ultraperiféricas da União. Estou completamente a favor que a União apoie as características especiais dos territórios ultraperiféricos, desde que esse apoio não alimente a especulação nem desvie fundos do objectivo pretendido.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Apoio a proposta da Comissão relativa à suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum, uma vez que acredito que a UE deve demonstrar, e não apenas declarar, a sua solidariedade com regiões que se debatem com as consequências da crise económica. Creio que esta medida está em consonância com o plano de relançamento económico europeu, dado que a crise económica afectou diferentes Estados-Membros e regiões da UE de diferentes modos e, por conseguinte, devemos assegurar que existem medidas que vão ao encontro das necessidades económicas específicas de cada Estado-Membro ou região.

Uma vez que estas ilhas são dependentes do turismo, e o turismo está em declínio, aumenta a ameaça de desemprego e o colapso de pequenas e médias empresas atingiria os habitantes destas ilhas remotas de forma particularmente dura. Com a aplicação da suspensão dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum, a Comunidade deve assegurar também que esta medida atinge o objectivo básico – promover os empreendimentos locais e ajudar os agricultores e as pequenas e médias empresas locais a sobreviverem a este período difícil – e que estes princípios são aplicados a outros Estados-Membros da UE.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – O desenvolvimento das regiões ultraperiféricas é gravemente prejudicado por factores como a situação social e económica estruturais, o grande afastamento, a insularidade, a pequena superfície, o relevo e clima difíceis e a sua dependência económica. É, por isso, fundamental que a União Europeia se continue a debruçar sobre estas regiões, apontando problemas e potencialidades, estudando as suas diferenças e fragilidades, com o objectivo de aplicar políticas e medidas adequadas ao seu desenvolvimento económico e social. Congratulo-me com a proposta de regulamento do Conselho pelo incentivo que este representa ao desenvolvimento sustentável e à integração das regiões ultraperiféricas na economia mundial. A suspensão temporária dos direitos da Paula Aduaneira Comum permite às regiões autónomas da Madeira e dos Açores superar as desvantagens económicas decorrentes da sua situação geográfica e simultaneamente responder aos efeitos específicos que sentem devido à crise económica. Aplaudo a iniciativa das autoridades regionais da Madeira e dos Açores e o seu empenho em contribuir para a estratégia de desenvolvimento dessas regiões, contribuindo simultaneamente para uma para uma União Europeia competitiva e capaz de um desenvolvimento económico sustentável.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Esta suspensão irá contribuir para o reforço da competitividade dos agentes económicos locais e contribuirá para a criação e manutenção de emprego nas

zonas ultraperiféricas, contrariando as desvantagens económicas decorrentes da sua situação geográfica, não afectando a consolidação do mercado interno nem o princípio da livre concorrência na UE.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Procurando reforçar a competitividade dos operadores económicos nas Regiões Autónomas Portuguesas da Madeira e dos Açores e, dessa forma, assegurar emprego mais estável nas referidas ilhas, considero fundamental a introdução de suspensões temporárias dos direitos aduaneiros autónomos.

A referida suspensão permitirá aos operadores económicos locais na Madeira e nos Açores importar matérias-primas, peças, componentes e produtos acabados com isenção de direitos, desde que tais produtos sejam utilizados localmente para as suas actividades produtoras ou transformadoras.

A aprovação deste regime de excepção é fundamental para o desenvolvimento destas Regiões Autónomas Portuguesas, ambas muito dependentes da indústria do turismo e, por conseguinte, fortemente sujeitas à volatilidade deste sector de actividade e, como tal, limitadas no seu pleno desenvolvimento económico, pelas características da sua economia local e da sua localização geográfica.

Neste sentido, qualquer incentivo às indústrias locais é certamente um apoio necessário à melhoria das condições de vida das populações locais e uma forma de permitir a criação de emprego nas ilhas, fundamental para fixar as populações e criar condições de desenvolvimento.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A suspensão temporária dos direitos da Pauta Aduaneira Comum permitirá aos operadores económicos locais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores importar um determinado número de matérias-primas, peças, componentes e produtos acabados, com isenção de direitos. As matérias-primas terão de ser utilizadas para fins agrícolas e de transformação e manutenção industrial nas regiões autónomas.

Esta suspensão vigorará até 31 de Dezembro de 2019 e estão previstos mecanismos para impedir que daqui possam advir situações de concorrência desleal. Deste modo reforça-se a competitividade das PME e dos agricultores das nossas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Esta medida atende às especificidades destas regiões ultraperiféricas e estimula a actividade económica, contribuindo para a estabilização do emprego. As economias locais da Madeira e dos Açores dependem, em larga medida, do turismo nacional e internacional, que tem sido afectado pela crise económica actual. Assim, esta suspensão justifica-se plenamente, esperando-se que tenha reflexos positivos no desenvolvimento económico destas regiões.

Apelo a uma maior celeridade na análise e decisão deste tipo de processos, para uma resposta mais eficaz e atempada.

Face ao exposto votei favoravelmente.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – As autoridades regionais da Madeira e dos Açores solicitaram a introdução da suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre importações para alguns produtos industriais a fim de reforçar e assegurar a produtividade e emprego mais estável nestas regiões ultraperiféricas.

Expressamos a nossa concordância em relação ao conteúdo das propostas do documento. Consideramos, contudo, que poderiam ser ainda consideradas componentes utilizadas para fins industriais, designadamente na área da energia e ambiente, para além dos fins agrícolas apontados no Regulamento, como por exemplo peças e componentes para a indústria energética, em particular para as chamadas *energias limpas* (eólica, solar, etc.).

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A suspensão até 2019 dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores é, neste momento de crise económica mundial, muito importante nestas regiões ultraperiféricas da UE. É essencial para ajudar as PME e os agricultores locais, no sentido de reforçar a competitividade dos operadores económicos locais e assim poder assegurar um emprego mais estável nessas regiões.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) As autoridades regionais da Madeira e dos Açores solicitaram a introdução de suspensões temporárias dos direitos aduaneiros autónomos, a fim de reforçar a competitividade dos operadores económicos locais e, dessa forma, assegurar emprego mais estável nestas regiões ultraperiféricas da União. Para garantir que os produtos importados, sejam eles matérias-primas, peças ou

produtos acabados, não distorcem a concorrência, serão sujeitos a controlos que assegurem a sua utilização por empresas locais nas ilhas por um período de pelo menos dois anos antes de poderem ser vendidos livremente a empresas situadas noutras partes da União. Como vão estes controlos ser implementados na prática? Como não é dado qualquer esclarecimento plausível, absteve-me de votar.

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. – Regozijo-me com a posição assumida pela Comissão em relação à suspensão, por um período de 10 anos, dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, e também com o relatório da colega deputada Danuta Maria Hübner que:

1. Estabelecem uma discriminação positiva em relação às regiões ultraperiféricas dos Açores e da Madeira, reconhecendo que os constrangimentos estruturais que as afectam são de carácter permanente;
2. Criam condições para estimular a actividade económica e o emprego nos arquipélagos, contribuindo assim também para a estabilidade demográfica nas ilhas.

Este é um exemplo de coesão de uma União Europeia construída pelo imperativo do princípio da solidariedade.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – O desenvolvimento das regiões ultraperiféricas é determinado pela sua periferia, insularidade, clima e geografia difíceis e dependência económica num número reduzido de bens e serviços.

O regulamento que hoje votamos permitirá à Madeira e aos Açores importar um conjunto de produtos acabados para utilização agrícola, comercial ou industrial, bem como matérias-primas, peças e componentes utilizadas para fins agrícolas, transformação ou manutenção industrial, beneficiando de uma isenção de direitos aduaneiros até final de 2019.

Para além disso, alarga este regime de excepção a todo o território das duas regiões, e não apenas às suas zonas francas, beneficiando assim todos os tipos de operadores económicos locais.

Recordo que este dossiê foi sujeito a um procedimento legislativo simplificado de forma a torná-lo mais célere, segundo o qual é o próprio presidente da comissão parlamentar o relator da proposta, que é assim submetida a plenário para votação sem realização de debate.

Estou muito satisfeito com o resultado final, que incorpora as emendas que propus e que incidiam sobre um conjunto de produtos destinados a equipar a Zona Franca da Madeira, que constavam de um regulamento de 2000 e cuja vigência havia cessado em 2008, bem como de pedidos adicionais apresentados em 2008 e 2009, que não integravam a proposta inicial da Comissão.

#### **Proposta de resolução: B7-0042/2010**

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Em princípio, seria de acolher a proposta da Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu que propõe a nomeação de Ana Palacio Vallelersundi para o comité previsto pelo artigo 255.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. No entanto, de um ponto de vista institucional, não é compreensível que um comité separado constituído por sete pessoas possa apresentar propostas vinculativas aos governos nacionais. Votei, por conseguinte, contra esta proposta.

**Evelyn Regner (S&D)**, *por escrito*. – (DE) Na votação de hoje para a nomeação de Ana Palacio Vallelersundi para o comité que avalia a aptidão dos candidatos para exercerem o cargo de juiz ou advogado-geral do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral, votei contra a proposta, por esperar que a pessoa nomeada pelo Parlamento Europeu, para além de conhecimentos jurídicos excelentes, analise também a sua conformidade social e competência. Nesse aspecto, a senhora Palacio não tem a minha confiança, porque receio que ela não tenha em consideração valores sociais nem um entendimento da natureza humana ao avaliar os juízes e os advogados-gerais. Tendo particularmente em conta a determinação de objectivos e valores constantes do Tratado de Lisboa – a economia social de mercado nele mencionada – e a integração da Carta da UE dos Direitos Fundamentais no direito primário, essas características são absolutamente essenciais na selecção de juízes e advogados-gerais no futuro.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores tem como objectivo proporcionar uma perspectiva de longo prazo aos investidores e permitir aos operadores económicos alcançar um certo nível de actividade industrial e comercial. Como socialista, penso que estas medidas devem ser mantidas enquanto as regiões em causa estiverem a

enfrentar problemas económicos graves. Congratulo-me com a proposta da Comissão, uma vez que a adopção desta medida dará estabilidade ao emprego a médio prazo e ao ambiente económico e social de regiões ultraperiféricas da Europa, que enfrentam problemas específicos. No entanto, não posso deixar de chamar a vossa atenção para os riscos que a suspensão temporária de direitos aduaneiros acarreta para produtos originários desses países, razão pela qual devemos vigiar de perto o impacto desta suspensão na concorrência.

**Róza, Gräfin von Thun Und Hohenstein (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Em conformidade com o artigo 255.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Parlamento Europeu é uma das instituições que propõe candidatos a membros do comité cuja competência é dar parecer sobre a adequação dos candidatos ao exercício das funções de juiz ou de advogado-geral do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral. Considerando que o comité é composto por apenas sete membros e que a sua competência é de grande responsabilidade, é importante que se trate de pessoas de reputação impecável e grande capacidade. Como Membro do Parlamento Europeu, e graças aos novos poderes concedidos pelo Tratado de Lisboa, tenho influência na eleição de um dos sete membros do comité e congratulo-me com a candidatura de Ana Palacio Vallelersundi. A Sra. Palacio Vallelersundi foi Membro do Parlamento Europeu durante oito anos, tendo sido eleita duas vezes pelos seus colegas eurodeputados como membro da Conferência dos Presidentes das Comissões.

Foi também Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno e da Comissão de Justiça e Assuntos Internos. Além disso, as suas outras realizações profissionais, como o cargo de assessor principal no Banco Mundial e o facto de ter sido a primeira mulher no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, não deixam qualquer dúvida de que é a pessoa certa no lugar certo.

#### **- Relatório: Eva Joly (A7-0086/2009)**

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a revisão do Acordo de Parceria ACP-UE porque este texto me pareceu conter os elementos fundamentais a ter em conta nas negociações em curso.

A coerência das diferentes políticas europeias – política de comércio, de desenvolvimento, de agricultura e de pescas – deve constituir o princípio base da nossa relação com este bloco de países em vias de desenvolvimento.

A nova realidade que representam os acordos de parceria estratégica tem que ser tida em conta. Estes acordos, essencialmente comerciais, criam novas plataformas de diálogo parlamentar que devem ser respeitadas. Os novos desafios que enfrentamos, como as alterações climáticas e a crise económica, devem obter respostas que estejam contidas no novo acordo de Cotonu, acordo que se espera possa ser finalizado em Março.

Parece-me também importante que se possam integrar na estratégia europeia de relacionamento com os países ACP a proximidade e a especificidade que as regiões ultraperiféricas mantêm com estas regiões. As RUP poderiam ser intermediários privilegiados da UE nos acordos de parceria económica. As RUP conferem uma dimensão especial à acção externa da UE, participando assim no desenvolvimento de uma verdadeira política de vizinhança alargada.

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório da minha colega francesa Eva Joly, sobre a segunda revisão do Acordo de Parceria entre os membros do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) ("Acordo de Cotonu"). Partilho das posições deste relatório sobre a necessidade de adaptar a aplicação deste instrumento especial com os países ACP à luz das crises actuais, como as alterações climáticas, o forte aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, a crise financeira e a pobreza extrema em África. Os países ACP são parceiros da União Europeia, e devemos apoiar esta parceria com o objectivo de termos aliados nas negociações de alto nível sobre governação global que irão ter lugar.

**Liam Aylward (ALDE)**, *por escrito*. – (GA) Votei a favor do relatório sobre a segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE ("Acordo de Cotonu"). Trata-se de um relatório oportuno e é correcto e adequado que se debata a matéria do Acordo de Parceria Económica numa base de continuidade. Os objectivos fundamentais do Acordo de Cotonu são o combate à pobreza, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva dos países ACP na economia mundial.

Os acordos e as negociações comerciais que estão a decorrer, e as que irão ter lugar, devem avançar no sentido de cumprir e reforçar as disposições da UE e dos seus parceiros no que se refere ao trabalho infantil.

O artigo 50.º do Acordo de Cotonu dispõe sobre a promoção de normas laborais fundamentais e a melhoria de medidas internacionais para abolir o trabalho infantil. Deve ser dada prioridade máxima a matérias relativas ao trabalho infantil nos acordos comerciais da UE.

Como tal, congratulo-me com os artigos do relatório que instam a UE e a ACP a iniciarem debates sobre as relações futuras ACP-UE a partir de 2020 e que recomendam atribuir um papel mais activo neste processo a parceiros independentes, como, por exemplo, a organizações que não sejam estados nem governos.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) A segunda revisão do Acordo de Cotonu está a decorrer num ambiente de grande desafio em que a economia global enfrenta uma crise. Creio que a revisão do acordo irá permitir que os princípios fundamentais da cooperação entre a UE e os países ACP saiam renovados e reforçados. A situação alterou-se desde que o acordo foi assinado pela primeira vez, e surgiram novos desafios e problemas. As negociações sobre o acordo devem abranger pontos extremamente importantes como são a luta contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento, a utilização prática dos muitos recursos energéticos renováveis, a crise alimentar e a aquisição de terras aráveis.

Deve ser dada muita atenção aos problemas da migração. Nos últimos anos, temos assistido ao afogamento de centenas de jovens ao largo da costa da UE. A migração massiva é resultado de economias em crise, do empobrecimento da população, de violações dos direitos humanos, entre outras causas. Estas matérias devem ser abordadas com clareza no acordo revisto.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – Manifesto o meu voto favorável ao projecto de relatório sobre a segunda revisão do Acordo de Cotonu, que introduz questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a integração progressiva dos países ACP na economia mundial. Questões como as alterações climáticas, a segurança energética, a capacitação e a cooperação em matéria de educação são essenciais para o desenvolvimento económico e social dos países ACP. O aquecimento global, que afecta principalmente os países em desenvolvimento, poderá simultaneamente representar uma oportunidade. Os recursos energéticos renováveis de que estes países dispõem são indispensáveis para o seu desenvolvimento económico e social e permitem que avancem para uma situação de independência energética de modo a fazer face à crise global. Igualmente, o investimento na educação e na capacitação é fundamental para o combate ao desemprego, à imigração clandestina e à fuga de cérebros, contribuindo para a construção da própria economia e desenvolvimento dos países ACP.

**Proinsias De Rossa (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório, que reivindica que a segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE deve ser consistente com a crise global actual e ser executado de uma forma que respeite plenamente uma parceria entre iguais. A segunda revisão em curso do acordo constitui uma grande oportunidade para abordar as causas principais das crises financeira, alimentar, energética, e as provocadas pelas alterações climáticas, e para aprender com os erros do passado, fazendo alterações com significado ao Acordo de, e reforçando a unidade, a coesão e a solidariedade dos países ACP. O relatório apela a um reforço mais Cotonu vigoroso das cláusulas e das sanções relativas a direitos humanos. O relatório também lamenta expressamente que os parlamentos (o Parlamento Europeu, a Assembleia Parlamentar Paritária (APP) ACP-UE, os parlamentos nacionais dos países ACP) não tenham sido consultados pelos Estados-Membros, e não tenham estado envolvidos no processo de tomada de decisões que conduziu à identificação de domínios e artigos do Acordo de Cotonu que pudessem ser revistos e à criação de mandatos de negociação. O objectivo essencial do Acordo de Cotonu é a redução e eventual erradicação da pobreza de forma consistente com os objectivos do desenvolvimento sustentável e a integração progressiva dos países ACP na economia mundial.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-UE, por defender a necessidade de ajustamentos que permitam fazer face aos grandes desafios actuais, tais como as alterações climáticas, a crise financeira e a crise alimentar.

Regozijo-me pelo apoio dado por este parlamento ao apelo do grupo ACP, que pretende ver as alterações climáticas abordadas como uma questão transversal na segunda revisão de Cotonu. Lamento, no entanto, o facto de os parlamentos (Parlamento Europeu, Parlamento Pan-Africano e parlamentos nacionais dos países ACP) não terem tido a oportunidade de contribuir com propostas e de participar activamente com os Estados-Membros no processo de tomada de decisão na revisão deste importante Acordo.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Espero que a segunda revisão do acordo de Cotonu ajude a fomentar o desenvolvimento sustentável dos países ACP de modo a que este permita a coesão social e o combate à pobreza.

Nos países ACP, os efeitos da crise sentem-se de uma forma severa. Estes efeitos, associados às alterações climáticas, tornam-se ainda mais graves. Neste contexto é crucial a questão da soberania alimentar. Os recursos endógenos devem ser convenientemente utilizados e o desenvolvimento das energias renováveis deve ser encorajado.

É importante que se garanta que todos os países ACP beneficiem de um quadro comercial que seja, no mínimo, equivalente à situação anteriormente em vigor. Defendo ainda que o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), que apoia a política de cooperação para o desenvolvimento no âmbito deste acordo, passe a integrar as competências orçamentais do Parlamento Europeu.

Por isso votei favoravelmente.

**João Ferreira (GUE/NGL), por escrito.** – Tal como a relatora, também nós consideramos que a segunda revisão do Acordo de Cotonu constitui um momento oportuno para se proceder a ajustamentos.

O relatório estabelece princípios que, a serem aplicados, constituiriam um passo em frente na melhoria do acordo, de que são exemplo a defesa da soberania e segurança alimentares dos países ACP e o combate aos paraísos fiscais.

Ao mesmo tempo, denuncia alguns aspectos importantes, como a tentativa de caminhar para uma crescente regionalização das relações ACP-UE, pela ameaça que constitui à coerência e à força do Grupo ACP.

Todavia, noutros pontos, o relatório fica aquém do que seria necessário. As relações de dependência e subordinação a que os países ACP se encontram sujeitos e o papel da actual política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento no estabelecimento dessas relações – uma questão central – não são convenientemente abordados. Tal como as consequências que, neste âmbito, poderão advir da implementação dos Acordos de Parceria Económica propostos pela UE.

As reservas e objecções que têm vindo a ser colocadas por vários países ACP deveriam ter tido acolhimento no relatório. Assim como as prioridades que estabelecem no que respeita, por exemplo, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento.

**Alan Kelly (S&D), por escrito.** – (EN) Caras e caros colegas, é com satisfação que hoje me dirijo a este parlamento, dado termos avançado no sentido de um papel mais paritário nas relações entre países pobres e ricos reforçando, ao mesmo tempo, os direitos humanos. A revisão deste acordo deve ser consistente com as necessidades do mundo novo em que vivemos e deve ter como base uma parceria de iguais. É um mundo novo, com uma nova economia e em que a justa distribuição da riqueza e a preocupação com as alterações climáticas constituem novas prioridades. Gostaria de recomendar o trabalho do meu próprio grupo no Parlamento Europeu que incluiu nesta revisão esses princípios de erradicação da pobreza

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), por escrito.** – (FR) É inegável que este relatório contém algumas sugestões valiosas e intenções muito louváveis. A prioridade dada às energias renováveis, a obrigação das multinacionais que operam nos países ACP declararem os lucros e os impostos, a incorporação do conceito de soberania alimentar e a crítica à externalização da gestão dos fluxos migratórios por parte da Europa são, no seu todo, boas propostas que apoiamos. Não podemos, porém, ignorar o facto de que este relatório não altera nada no Acordo de Cotonou.

Esse acordo é um símbolo da total adesão da União Europeia à lógica ultra-liberal da OMC. Não nos deixamos enganar pelo ‘desenvolvimento’ referido, por encobrir motivações de interesses próprios que dominaram o desmantelamento dos acordos de Lomé. Denunciamos a implementação dos Acordos de Parceria europeus estabelecidos nesse acordo, o recurso a chantagem por parte da Comissão sob a forma de ajuda ao desenvolvimento para conseguir a sua conclusão, e a consequente pilhagem das economias dos países ACP. Votamos contra este texto para não apoiarmos o abandono da União Europeia do único instrumento de cooperação económica que não é governado pela obsessão com a livre e distorcida concorrência nem se verga às exigências dos Estados Unidos na OMC.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – A recente tragédia que assolou o Haiti é bem a prova de que não bastam acordos de parceria para que os problemas se resolvam. Assim sendo, esta segunda revisão do acordo de Cotonu é uma oportunidade soberana para proceder a ajustamentos perante os desafios actuais, como por exemplo as alterações climáticas, o forte aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo, a crise financeira, e a extrema miséria em vários países que integram o ACP. É, pois, o momento de se tomarem medidas que resolvam de forma eficaz os vários problemas que continuam a afectar a grande maioria dos países envolvidos.

**Aldo Patriciello (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de felicitar o relator e os diferentes grupos políticos pelo seu excelente trabalho com este relatório, que tem o meu total apoio.

No âmbito do relatório, gostaria de concentrar a atenção nas negociações para a revisão do Acordo de Cotonu. Com efeito, esses acordos devem ter em conta diversos aspectos críticos, como os efeitos da crise financeira, o aumento dos fluxos migratórios e, sobretudo, o aumento da imigração ilegal.

Estou convicto de que só uma avaliação adequada da cooperação económica poderá permitir controlar o impacto negativo da crise e das suas consequências, tanto para a economia dos países ACP – que assim perdem a força de trabalho e a mão-de-obra qualificada necessárias para o desenvolvimento – como para os países da UE mais atingidos pela imigração ilegal.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D)**, *por escrito*. – (EN) É importante que todos os aspectos do Acordo de Cotonu sejam revistos à luz dos recentes desenvolvimentos que estão a ter um impacto significativo nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Mas gostaria particularmente de juntar a minha voz às preocupações sobre integração regional, importante não apenas para os países ACP como também para os países da América Latina e especialmente para a Comunidade Andina. Os efeitos de alguns acordos comerciais (acordos que deveriam, segundo os funcionários da Comissão, promover o desenvolvimento) podem prejudicar o comércio entre os países de uma dada região e desta forma funcionarem ao contrário do referido objectivo de desenvolvimento da promoção da integração regional. A União Europeia deve reavaliar continuamente as suas políticas comerciais e o impacto que estas podem ter relativamente a este ponto. Caso não o faça, ou não tome as atitudes apropriadas, arriscamo-nos a causar efeitos negativos no desenvolvimento a longo prazo.

**Brian Simpson (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Vou votar a favor deste relatório, mas tenho de sublinhar que certas organizações apoiadas pela Comissão, com a responsabilidade de desenvolver projectos ao abrigo de parcerias UE-ACP, estão atoladas em corrupção e têm orquestrado uma campanha de discriminação e represálias contra os membros da equipa que chamaram a atenção para a existência da referida corrupção.

Refiro-me, obviamente, à organização denominada CDE, a qual, com o apoio da Comissão, demitiu todos os denunciantes dos seus cargos e pouco fez para solucionar os erros da administração e dos directores principais desta organização.

Quando a investigação do OLAF à CDE revelou que tinha havido corrupção e que a Comissão não tinha exercido as devidas diligências enquanto membro do conselho de administração da CDE na altura em que a fraude decorria, esperávamos qualquer acção e certamente protecção para os denunciantes em causa. Nada disto aconteceu, para vergonha da Comissão Europeia.

Embora vote favoravelmente hoje, pergunto-me se não haverá uma necessidade urgente no futuro de se examinar com maior profundidade o que parece ser a incapacidade do lado da UE de exercer um controlo financeiro adequado.

**Bart Staes (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (NL) O Acordo de Cotonu, datado de 2000, que regula a cooperação entre a UE e os países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), é revisto a cada cinco anos. Os seus objectivos são a erradicação da pobreza e a integração gradual dos países ACP na economia global, respeitando ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável. Esta revisão está a ser realizada no cenário de uma crise financeira global, rápidas alterações climáticas, tensão nos preços dos alimentos e da energia, e uma discussão sobre a utilização da terra e a sustentabilidade do investimento estrangeiro.

É a altura certa para fortalecermos o controlo parlamentar das estratégias nacionais e o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e nos esforçarmos por conseguir consistência nas nossas políticas comerciais, externas e de desenvolvimento. É altura de assumirmos uma abordagem holística para lidar com as alterações climáticas e colocar o máximo enfoque nas energias renováveis. É altura de combatermos os fluxos financeiros ilícitos provenientes dos países em desenvolvimento e reformarmos a política do Banco Europeu de Investimento (BEI) procurando maior transparência relativamente a paraísos fiscais. É altura de reconhecermos que a propriedade de terras e o acesso a água potável são direitos fundamentais. É altura de admitirmos que o acesso justo a recursos naturais pode de facto ajudar as pessoas a saírem da pobreza. Este relatório sublinha estes pontos e tem, desta forma, o meu apoio.

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Absteve-me na votação do relatório da senhora deputada Joly sobre a segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-UE.



Este relatório contém diversas propostas específicas sobre a renegociação deste acordo – geralmente denominado Acordo de Cotonu – com as quais concordo.

Por exemplo, a necessidade de ter em conta a situação dos países mais pobres do mundo, atendendo às suas características específicas relativamente a alterações climáticas, democracia e direitos humanos, fuga de talentos, corrupção e as características particulares da sua economia, especialmente a economia agrícola.

No entanto, as alterações introduzidas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) adoptadas em plenário, alteram completamente o relatório. Um exemplo particular prende-se com a alteração 3, que nega o direito das populações de definir as suas próprias políticas agrícolas.

**Iva Zanicchi (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor da segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-UE (o "Acordo de Cotonu"). Esse acordo, que regulamenta as relações políticas, comerciais e de cooperação para o desenvolvimento entre a União Europeia e os 77 países ACP, e que é relativo ao período 2000-2020, já foi revisto em 2005.

No âmbito das disposições que constituem objecto da segunda revisão, pede-se justamente que se incluam medidas *ad hoc* em matéria de alterações climáticas, que se revejam as disposições relativas às energias renováveis, que se reforcem as iniciativas em matéria de desenvolvimento rural e segurança alimentar e que se envidem maiores esforços no sentido de contrariar os fluxos financeiros ilícitos e os paraísos fiscais.

Estou certa de que essa revisão poderá reforçar as relações de parceria entre a UE e os países ACP e assegurar uma maior sinergia e cooperação com vista aos objectivos comuns a alcançar.

## 8. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H35, é reiniciada às 15H10)

**PRESIDÊNCIA: G. PITTELLA**

*Vice-presidente*

## 9. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

### 10. SWIFT (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o debate relativo à declaração do Conselho sobre o acordo SWIFT.

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor Presidente, esta é uma declaração do Conselho sobre um programa que é um acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos, como é do conhecimento de V. Exa., para monitorizar o financiamento do terrorismo e, deste modo, com o objectivo de troca e transmissão de dados bancários, sobre a qual penso que todos estão de acordo. Este acordo está em vigor há poucos meses. Tem funcionado bem e dá continuidade ao fluxo de informação destinado ao Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo.

Formalmente, este acordo termina a 31 de Janeiro. Deste modo, durante a legislatura anterior da Presidência Sueca, o Conselho reflectiu sobre a necessidade de assinar um acordo que permitisse a continuação do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo - TFTP.

Trata-se de um acordo provisório. É deste modo válido por um período curto de tempo, o qual, em princípio termina a 31 de Outubro de 2010. Deste modo, o acordo provisório com o qual, tal como foi dito, o Conselho concordou no ano passado, irá expirar de qualquer forma, a não ser que este Parlamento Europeu adopte uma decisão prévia, em 2010.

Esta é a situação actual. Não houve qualquer comunicação entre essa altura e até à presente data por parte da Comissão sobre o conteúdo do referido acordo, que ainda é desconhecido do Parlamento Europeu, mas posso afirmar que tal será feito no decorrer da próxima semana, a 25 de Janeiro. Será dado conhecimento deste acordo ao Parlamento Europeu no dia 25 de Janeiro. O referido acordo irá chegar a esta câmara, devidamente traduzido e será distribuído de forma a obter a aprovação do Parlamento Europeu.

Isto não foi feito anteriormente pela seguinte razão, apresentada pela Comissão: a Comissão não terminou as traduções relevantes e, deste modo, o Conselho não recebeu os documentos provenientes da Comissão.

Tal como já os informei, as diversas versões nas várias línguas ainda estão em fase de finalização, e tal como sabem, o Conselho apenas pode distribuir o referido documento, o acordo, ao Parlamento, quando as diversas versões nas várias línguas estiverem disponíveis, o que, nesta altura, é da responsabilidade da Comissão. O resultado deste trabalho será apresentado no dia 25 de Janeiro.

Além disso, para o futuro e tendo em vista um acordo, não provisório, mas definitivo, a Comissão pretende formular recomendações a esse respeito para a constituição de um acordo de longo prazo, não um acordo que termine em Outubro do próximo ano, como o acordo do qual temos estado a falar, mas um acordo a longo prazo. Este acordo de longo prazo tem que ser negociado e celebrado com novas bases legais, de acordo com as disposições do Tratado de Lisboa, acordo no qual o Parlamento Europeu terá envolvimento global. O Parlamento Europeu já tem poderes, nesta fase, para um envolvimento global neste tipo de acordos, e esta é a forma como se procederá para o acordo futuro, sobre o qual a Comissão ainda não apresentou qualquer recomendação.

Para terminar, quero referir que este é um assunto de extrema importância. Trata-se de um procedimento, um programa para combater o terrorismo. O incidente de Detroit demonstrou que existe perigo real, que a ameaça persiste e, deste modo, os Estados Membros não podem permitir que a continuação do fluxo de dados bancários no âmbito do TFTP seja abandonada. O Juiz Bruguière explicou esta realidade na sua intervenção *in camera*, filmada anteriormente neste Parlamento, em Novembro. Afirmou que, na sua opinião, vários Estados Membros tinham conseguir beneficiar e tirar partido da informação que era fornecida aos Estados Unidos para detectar e evitar actividades terroristas.

Este facto levou a que o Conselho, durante a Presidência Sueca anterior, produzisse uma nova proposta provisória para um novo acordo, de forma a evitar a caducidade do presente acordo a 31 de Janeiro e, deste modo, o cancelamento de qualquer possível fluxo de informação. Foi a única opção de que o Conselho dispôs, e é claro que a posição do Parlamento sobre a obtenção de informação é compreensível. A informação ainda não foi partilhada, tal como já informei V. Exas., devido ao atraso da Comissão Europeia na produção das respectivas traduções.

**Manfred Weber**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor López Garrido, Senhoras e Senhores Deputados, naturalmente, todo este debate foi, inicialmente, marcado pela frustração e a irritação que muitas pessoas no Parlamento Europeu sentiram por terem a impressão de que, uma vez mais, o Conselho estava a apressar as coisas antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Por essa razão, congratulo-me com o facto de o Conselho ter percebido que faz bem em consultar o Parlamento, aplicar agora o novo Tratado de Lisboa no processo de ratificação e dar-nos também a oportunidade de avaliar se este acordo deve ser aplicado ou não.

Neste processo legislativo, se agora o iniciarmos, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) irá reger-se por critérios de decisão claros. A moeda tem dois lados. Num dos lados, nós, Grupo PPE, advogamos o princípio claro de que, relativamente aos dados europeus - onde quer que sejam ou estejam armazenados -, devem aplicar-se as normas europeias de protecção de dados. Advogamos o princípio de que deve existir um direito de recurso para as pessoas que se considerem injustamente tratadas ao serem sujeitas a verificações de dados. Advogamos o princípio básico de que os dados devem ser transmitidos unicamente em casos específicos e apenas se a pessoa for suspeita de alguma coisa, e não, simplesmente, como regra geral. Para nós, estes são princípios importantes.

No outro lado da moeda, está o facto de, naturalmente, querermos a cooperação com os Estados Unidos. Queremos colaborar com os nossos parceiros na luta contra o terrorismo. Não queremos uma situação em que um Estado em particular - caso os acordos expirem - fique sob pressão, como a Bélgica, por exemplo, pois, nesse caso, os Estados poderão começar a agir no plano bilateral. Este aspecto requer prudência e ponderação. O Grupo PPE tê-lo-á em consideração quando a proposta legislativa for apresentada.

Mais uma vez, pediria ao Conselho e à Comissão para não jogarem com o tempo, mas sim para enviarem o texto agora, para que nos possamos debruçar sobre ele. No Parlamento, somos capazes de trabalhar com celeridade e seremos capazes de analisar esta matéria rapidamente. Caberá depois aos ministros - e, para que isto fique bem claro, aos ministros do Interior - convencer o Parlamento de que os métodos propostos no presente acordo são realmente necessários para combater o terrorismo.

Estamos abertos a este processo, mas o executivo, por outras palavras, os ministros, tem ainda de nos convencer.

**Martin Schulz**, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Senhor Presidente, estamos a iniciar um processo legislativo importante ao abrigo do Tratado de Lisboa.

Senhor Ministro López Garrido, com todo o respeito, sinto-me na obrigação de declarar que, ao dizer-nos que as traduções, ou a falta delas, numa matéria tão sensível estão a provocar atrasos com os quais teremos de nos conformar, está a utilizar uma mera desculpa para se proteger e nos apaziguar um pouco. No entanto, não podemos esse levar argumento a sério. Limitar-me-ei a tomar nota dele e a ignorá-lo.

Na sua essência, o assunto em apreço é de uma natureza completamente diferente: a falta de envolvimento do Parlamento Europeu. No caso de acordos internacionais de tão grande importância e amplitude, isso é simplesmente inadmissível. Queremos que o Parlamento esteja efectivamente envolvido, desde o primeiro dia, na aplicação deste acordo. E porquê? O Senhor Buzek, o Presidente deste Parlamento, exprimiu-o com grande precisão na sua carta, ao dizer que o acordo SWIFT dá azo a graves violações das liberdades fundamentais dos cidadãos, constitucionalmente garantidas na maioria dos Estados-Membros, assim como na Carta dos Direitos Fundamentais.

Todavia, se, ao abrigo do acordo em causa, houver medidas de execução que prevejam violações das liberdades fundamentais dos cidadãos, a protecção jurídica dos cidadãos contra essas violações tem de ficar absolutamente garantida. Isto significa que importa garantir a protecção dos dados em todos os aspectos e a supressão dos mesmos após um determinado período de tempo razoável, bem como estabelecer de forma precisa meios de recurso que os cidadãos possam utilizar caso sejam violados os seus direitos fundamentais. Um dos elementos constitutivos do princípio do Estado de Direito é a possibilidade de os cidadãos poderem proteger-se contra o tratamento arbitrário por parte do Estado.

A União Europeia não pode passar por cima desta tradição jurídica, que está consagrada nos sistemas dos seus 27 Estados-Membros, referindo-se a traduções indisponíveis. Se estivermos a sério quanto ao desejo de desenvolver o Estado de Direito a nível europeu, teremos de transpor para o nível europeu o modelo da necessidade de intervenção por razões de segurança, mas também a protecção legítima dos cidadãos.

Assim, incumbe ao Conselho explicar-nos onde reside o valor acrescentado do acordo SWIFT, se este entrar agora - como deseja o Conselho - provisoriamente em vigor. Não vou aludir às violações de dados dos numerosos serviços de segurança dos Estados Unidos. Há pessoas que acondicionam explosivos na sua roupa interior e voam sobre o Atlântico. Foi isto que o intenso trabalho de segurança efectuado pelos serviços secretos americanos conseguiu descortinar. Porém, o que está em causa é muito mais do que isso.

Pergunto-me por que razão temos de aplicar este procedimento acelerado quando está em vigor, desde 1 de Fevereiro, um acordo entre a UE e os Estados Unidos em matéria de assistência jurídica provisória, cujo artigo 4.º descreve exactamente como transferir dados bancários em casos fundamentados de suspeição. Isto significa que a entrada em vigor do acordo SWIFT não traria qualquer valor acrescentado em termos de protecção.

Por conseguinte, esta precipitação - ou "galope de porco", como lhe chamamos em alemão -, esta pressa de acelerar as coisas, é incompreensível, pelo que temos de dirigir um pedido unânime e claro ao Conselho: enviem-nos os documentos pertinentes! Debateremos esta matéria e concluiremos o procedimento parlamentar com a rapidez necessária. Queremos segurança, mas não apenas para os organismos por ela responsáveis: queremos também segurança para os cidadãos que estes organismos têm a obrigação de proteger. Creio ser esse o objectivo deste acordo. Assim sendo, queremos que ele seja adoptado como uma lei adequada.

**Guy Verhofstadt**, *em nome do Grupo ALDE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que comece pelas boas notícias: a Presidência espanhola anunciou que o documento deverá ser enviado na segunda-feira, 25 de Janeiro, ou seja, na próxima segunda-feira. Sublinhei a data. Ela significa que temos agora uma semana para discutir o assunto no Parlamento. É esta a realidade.

O meu pedido, Senhor Presidente - pedido que já anunciei e para o qual espero ter o apoio dos restantes grupos - é que a Conferência dos Presidentes tome a decisão de realizar uma reunião em sede de comissão e um período de sessões para examinar este acordo provisório, pois não faria sentido permitir que ele entre em vigor a 1 de Fevereiro sem que o Parlamento o discuta previamente.

Sendo assim, há duas opções, Senhor Primeiro-Ministro Zapatero: sim ou não. Posso dizer-vos que a obtenção de um "sim" vai depender de uma série de condições. Importa sabê-lo desde já, e teremos de ter uma resposta antes de 25 de Janeiro. Não houve qualquer resposta às condições apresentadas pelo Parlamento.

As ditas condições são as seguintes: em primeiro lugar, o Parlamento tem de ser plenamente informado e receber todas as informações necessárias; em segundo lugar, o Parlamento deve ser envolvido nas negociações sobre o acordo definitivo; em terceiro lugar, surgem as condições específicas, nove no total, estabelecidas pela Comissão das Liberdades Civas, da Justiça e dos Assuntos Internos, na sua resolução - aprovada pelo Parlamento - relativa ao conteúdo real do acordo.

O pedido que dirigimos ao Conselho é muito simples: não nos enviem apenas o acordo provisório em 25 de Janeiro; deverão também dar uma resposta aos três pedidos do Parlamento. Caso o Conselho responda positivamente aos nossos três pedidos, a aprovação do acordo poderá ser uma realidade. Se a resposta for negativa, penso que o resultado da votação irá também pelo mesmo caminho. Pelo menos, é essa a opinião do meu grupo.

Devo ressaltar que uma eventual rejeição inviabilizará a entrada em vigor do acordo provisório em 1 de Fevereiro. De momento, é este o ponto da situação. De qualquer modo, amanhã, solicitarei à Conferência dos Presidentes a convocação de uma comissão competente na matéria e a realização de um período de sessões para discutir este acordo provisório.

**Rebecca Harms**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, a frustração do Parlamento está agora a recair por inteiro sobre a Presidência espanhola, que acaba de entrar em funções. Aceite-o em nome do Conselho em geral, mas considero também que V. Exa. e os seus pares têm também responsabilidades neste processo. Incomoda-me que não haja representantes da Comissão nos lugares 21 e 22, pois, se bem entendi, a Comissão tinha a obrigação de dar celeridade a todo o processo de aprovação logo que esta fosse pedida ao Parlamento. No entanto, a Comissão exime-se às suas responsabilidades e manteve-se à margem do debate.

Não quero aqui repetir o que os meus colegas deputados já disseram, mas gostaria de dizer que penso que seria extremamente perigoso para o Conselho que este acordo SWIFT provisório entrasse em vigor sem o Parlamento votar previamente aquilo que ele nos propõe. Considero todo este processo - caso teimem em fazê-lo avançar, até 1 de Fevereiro, a uma velocidade vertiginosa, ou a "galope de porco", como oportunamente referiu o senhor deputado Schulz - não apenas uma provocação ao Parlamento, mas também uma violação dos tratados e uma violação do Tratado de Lisboa, pouco tempo depois de este ter entrado em vigor, o que é uma irresponsabilidade.

Em matérias urgentes, é perfeitamente possível, ao abrigo dos acordos jurídicos bilaterais, trocar informações fundamentais com os EUA e com qualquer outro país do mundo com o qual estejam celebrados acordos deste tipo. Não há, portanto, motivo para precipitações.

Mais uma vez, gostaria de realçar que os cidadãos da UE observam com interesse a nossa resposta ao tão saudado Tratado de Lisboa. Se, neste momento, não garantirmos o controlo parlamentar, se aceitarmos esta violação das legislações nacionais em matéria de protecção de dados e violarmos a Carta dos Direitos Fundamentais, tantas vezes citada no debate sobre o Tratado de Lisboa, estaremos, na minha opinião, a ter uma atitude suicidária e completamente injustificável. Não obstante, Senhor López Garrido, o Conselho partilha com a Comissão a responsabilidade por esta situação.

Gostaria de lhe fazer mais um pedido. Acabo de ter a informação, numa mensagem de texto, que algumas versões linguísticas do acordo SWIFT foram já publicadas. Pedia-lhe, deste modo, que nos indicasse quais as versões linguísticas já publicadas no Jornal Oficial, quando é que o foram e por que motivo é que essas versões ainda não foram disponibilizadas ao Parlamento.

**Timothy Kirkhope**, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, os acontecimentos recentes vieram, uma vez mais, lembrar-nos a toda a extrema importância da partilha de informações para garantir a segurança dos cidadãos da UE. Neste contexto, o acordo SWIFT tem sido um instrumento valioso. Felizmente, depois de, recentemente, ter reunido em Washington com funcionários do Governo dos EUA, nomeadamente com David Cohen, assistente do secretário do Tesouro para o Financiamento do Terrorismo no Departamento do Tesouro dos EUA, fiquei tranquilo com a supervisão independente e os vários níveis de sistemas de controlo e salvaguardas existentes, os quais, espero, tornarão a aplicação deste novo acordo irrepreensível.

Contudo, à semelhança de outros colegas deputados, não posso deixar de manifestar a minha preocupação para com a insuficiente consulta do Conselho junto do Parlamento e os alegados atrasos da Comissão. É fundamental que o Parlamento e os representantes eleitos desta Câmara sejam frequente e adequadamente informados. A aprovação deste Parlamento não pode ser vista como um instrumento retrospectivo. Ao tratar o Parlamento como tal, o Conselho está a minar os valores e os princípios democráticos que estão no

âmago desta Câmara e deste Parlamento. Faço votos para que o Conselho, a par da Presidência, tome em devida consideração estas observações.

**Rui Tavares**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Senhor Presidente, esta câmara tem sido tratada de uma forma insultuosa e praticamente humilhante durante todo este processo. Dizer-nos que temos que esperar pelas versões linguísticas é inaceitável, quando sabemos que há várias versões publicadas na imprensa após fugas de informação para a imprensa.

Foi-nos apresentado, apesar de tudo, um esboço do acordo, a uma sexta-feira em Bruxelas, quando os deputados tinham vindo de Estrasburgo. Havia um deputado só presente em Bruxelas. No caso, era eu.

É também inaceitável que se refira o relatório Bruguière repetidamente, um relatório secreto, como se ele fosse convincente, quando quem lê o relatório Bruguière sabe que ele não tem praticamente nenhuns dados empíricos.

É inaceitável que se diga que este é um acordo provisório, quando os dados recolhidos durante os próximos nove meses ficarão durante cinco anos nas mãos da Administração americana. Não só de uma Administração Obama, mas talvez de uma Administração Sarah Palin. Qual é o cidadão europeu que se sente seguro? Não nos deixam outra hipótese senão rejeitar este acordo, como é evidente, e não nos facilitaram a vida.

No entanto, nós, ao rejeitá-lo, faremos um favor à Comissão, porque entram duas novas Comissárias, a Sra. Malmström e a Sra. Reading, que certamente saberão negociar o melhor acordo desde o zero e que sei estão desejosas de o fazer.

**Martin Ehrenhauser (NI)**. – *(DE)* Senhor Presidente, Senhor Presidente, nos últimos anos, foram muitas as medidas aprovadas em nome do combate ao terrorismo, inclusive pelo Conselho. No entanto, muitas destas medidas são desproporcionadas face à ameaça real que o terrorismo representa. Ao invés, delas derivaram restrições inaceitáveis dos direitos dos cidadãos. A troca sistemática de dados, sem estar associada a qualquer motivo de suspeita, prevista no acordo SWIFT não é, claramente, excepção. A própria Polícia Criminal Federal alemã, que não é propriamente conhecida por ser um grupo defensor da protecção de dados, teve que admitir o carácter desproporcionado desta medida. Temos de acabar com estas restrições permanentes dos direitos dos cidadãos. Não podemos aprovar o acordo provisório.

No que respeita aos métodos do Conselho, gostaria, uma vez mais, de dizer muito claramente que os EUA analisaram e armazenaram os dados dos utilizadores do SWIFT sem qualquer tipo de restrição. No entanto, o Conselho não sancionou este procedimento, legalizou-o! Obviamente, gostaria de instar o Conselho a transmitir ao Parlamento Europeu todas as informações respeitantes a esta matéria.

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – *(ES)* Numa das intervenções anteriores, penso que a da senhora deputada Harms, fez-se referência à eventual publicação de uma das versões linguísticas. Obviamente, não tenho essa informação. Vou verificar a situação e, posteriormente, responderei à Senhora Deputada por escrito. Disse aqui que, no dia 25 de Janeiro, o acordo que entrará provisoriamente em vigor a 1 de Fevereiro chegará às mãos do Parlamento Europeu. Em conformidade com o direito comunitário, com o artigo 218.º do Tratado de Lisboa e com a Convenção de Viena, os acordos celebrados podem entrar em vigor a título provisório. Por conseguinte, este procedimento é válido.

Para a União Europeia e, naturalmente, para o Conselho, é importante que este acordo entre em vigor. É importante que estes acordos sobre o Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo permaneçam em vigor. Sentimos que este é um passo positivo, que serve a luta contra o terrorismo e envolve a colaboração com os Estados Unidos, que é para nós um país fiável, um parceiro, um vizinho com o qual comungamos do mesmo fim: combater o terrorismo. Senhor Deputado Schulz, isto nada tem a ver com o atraso no recebimento das versões linguísticas, nem é de todo uma desculpa. Senhor Deputado Weber, não se trata aqui de ganhar tempo.

Como sabem, há algumas semanas, ou mesmo meses, a Presidência sueca, o Conselho, sugeriu o envio desta versão num único idioma ao Parlamento Europeu. A Comissão declarou que isso não seria possível, que teria de ser ela a produzir e enviar todas as versões linguísticas. Mau grado as boas intenções do Conselho, por intermédio da Presidência sueca, tal solução não era jurídica nem tecnicamente possível. É por isso que a dita versão só agora está disponível. Compreendo que o Parlamento Europeu tivesse interesse em tê-la antes. Concordo em absoluto. Se fosse deputado neste Parlamento, pensaria exactamente a mesma coisa e desejaria ter essas versões antes. Tal não aconteceu pelo motivo que aqui apresentei. Não se trata de ganhar tempo ou sonegar o que quer que seja, nem é uma desculpa. De modo algum.

Julgo que este é um acordo no qual o Parlamento Europeu terá plena capacidade de participação. Entrou em vigor o Tratado de Lisboa, que nós aprovámos - a grande maioria de nós, pelo menos - e que confere capacidade ao Parlamento Europeu para ser parte no acordo de forma soberana. O Parlamento poderá, se assim o desejar, encurtar a validade deste acordo provisório. O Parlamento vai participar na negociação do posterior acordo a longo prazo. O Parlamento Europeu, juntamente com o Conselho, naturalmente, terá toda a autoridade para influenciar o acordo SWIFT, o qual acreditamos ser muito importante e dever ser debatido no Parlamento, de uma forma exaustiva, séria e sem precipitações nem pressões, para utilizar uma expressão já aqui enunciada por vós.

Prosseguindo, estamos absolutamente de acordo, Senhor Deputado Verhofstadt e outros oradores, quanto à necessidade de o acordo respeitar os direitos fundamentais das pessoas, o direito à privacidade e a legislação europeia em matéria de protecção de dados. Além disso, dispomos agora de outro instrumento para garantir esses direitos, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que acabou de entrar em vigor por ser conexa ao Tratado de Lisboa, e que está plenamente em vigor. Um dos direitos nela garantidos é o direito à privacidade e à protecção de dados. Posto isto, temos todas as condições para celebrar um bom acordo.

Quanto à proposta do senhor deputado Verhofstadt de enviar uma carta ou obter imediatamente uma posição do Conselho sobre as condições apresentadas pelo Parlamento Europeu, penso que o melhor a fazer será, quando o Parlamento tiver esse documento, estarmos aqui à vossa disposição para debatê-lo em todos os aspectos, com todas essas condições e, desse modo, alcançarmos um acordo sério, rigoroso e ponderado.

Sim, naturalmente, neste momento, pensamos ser fundamental que este acordo provisório entre em vigor. De qualquer modo, o Parlamento terá toda a autoridade, nos termos previstos no Tratado de Lisboa, para, em última instância, decidir se o acordo deve ou não avançar. A decisão dependerá de vós. Dependerá do Parlamento no seu conjunto.

**Presidente.** – Está encerrado o debate. Já disse antes que não é possível dar a palavra a mais ninguém. Se houver um pedido para um ponto de ordem, posso dar a palavra. Por favor prossiga.

**Sophia in 't Veld (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria somente de entender uma coisa: se há apenas uma ou algumas versões linguísticas disponíveis, então quais são as competências linguísticas dos membros da Comissão e do Conselho que assinaram o acordo e sobre o qual decidiram em 30 de Novembro – para que isto esteja disponível.

**Presidente.** – Não foi um ponto de ordem, mas autorizámos por a senhora deputada in't Veld ter pedido a palavra de uma forma tão delicada. Faça favor, Senhor Ministro.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Repito o que disse. Vou verificar a informação que me foi dada sobre o documento pela Sra. Harms; penso que foi ela. Não tenho a certeza porque não o tenho comigo, evidentemente, e irei pô-la ao corrente do que se passou nesta matéria.

Em todo caso, repito, no dia 25 de Janeiro, a senhora deputada terá o contrato e poderá debatê-lo, tanto quanto quiser. A Presidência espanhola, o Governo e o Conselho estão a sua disposição para falar, o tempo que achar necessário e em profundidade, sobre este acordo, cuja futura entrada em vigor dependerá do Parlamento Europeu.

**Presidente.** – Uma excepção logo se converte em muitas e eu não posso recusar a palavra ao senhor deputado Schulz. Faça favor, Senhor Deputado Schulz.

**Martin Schulz (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, peço desculpa por tomar a palavra mais uma vez. É um evento raro na minha vida, mas isto aqui não é nenhuma brincadeira. Senhor Ministro López Garrido, o acordo foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, em 13 de Janeiro. O senhor não é responsável por isso, mas se agora nos vem dizer que "Primeiro, preciso saber que versões linguísticas estão disponíveis", então eu tenho de dizer novamente que isto não é nenhum evento recreativo para o mútuo entretenimento de deputados e ministros. Isto é uma câmara legislativa que requer trabalho sério!

Agora, gostaria de lhe dizer - não à Presidência espanhola, mas ao Conselho - que a maneira como o Conselho tem lidado com estas questões demonstra uma completa falta de respeito pelo Parlamento. Chegou a altura de nós dizermos ao Conselho que estes jogos acabaram. Existe um procedimento legislativo sério - na Europa, claro, isso significa que todos os documentos e processos estão disponíveis em todas as línguas no início do procedimento e nós não temos de ir à procura dos documentos com uma vara de vedor depois de o procedimento estar supostamente terminado. Isso não é um procedimento consistente. Peço-lhe, agora,

para nos dizer que versões linguísticas estavam disponíveis quando o acordo foi publicado no Jornal Oficial de 13 de Janeiro. Este é um pedido formal que eu faço em nome do nosso grupo.

**Presidente.** – Por favor, Senhoras e Senhores Deputados, depois de o senhor deputado Schulz ter falado, vamos dar a palavra ao Senhor Ministro para a resposta final e encerrar o debate.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** - (ES) Nós iremos informar o Parlamento sobre tudo aquilo que pediu: as versões linguísticas, as que estão disponíveis e assim por diante. Acima de tudo, vamos fazê-lo bem e com seriedade.

Não penso que o Conselho tenha tratado o Parlamento Europeu de uma forma humilhante, nem de modo algum negou informações ao Parlamento. Refiro-me à Presidência sueca, que, na época, fez o possível por apresentar o acordo, mas não foi legalmente possível porque algumas versões linguísticas ainda não tinham sido traduzidas. Agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, o Parlamento Europeu poderá debater o assunto na íntegra e o Conselho está pronto para apresentar ao Parlamento todas as informações de que este necessita, assim como para iniciar o diálogo sobre o assunto.

Não creio que isto signifique tratar mal o Parlamento Europeu e, portanto, não compartilho os sentimentos expressos pelo senhor deputado Schulz sobre o assunto. Os factos assim o demonstrarão. O texto completo será disponibilizado ao Parlamento Europeu, e este poderá debatê-lo com o Conselho durante o tempo e com a profundidade que achar necessários, e o Parlamento Europeu terá a palavra final sobre o assunto.

É tão simples como isso. Portanto, creio não ser fundada a preocupação de que o Conselho está ocultar informações sobre qualquer assunto que seja. O Conselho acredita totalmente na necessidade de se respeitarem os direitos fundamentais da União, assim como na necessidade de se respeitar o Parlamento, que é o representante dos povos da Europa.

**Presidente.** – Está encerrado o debate. Não vou dar a palavra a mais ninguém sobre este tema.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Franz Obermayr (NI), por escrito.** – (DE) Aquilo que é denominado acordo SWIFT (Sociedade para a Telecomunicação Financeira Interbancária Mundial), regula a transmissão de dados através da rede bancária global. Diariamente, 8 000 instituições monetárias de 200 países comunicam entre si através dos canais da sociedade, que está baseada na Bélgica e com centros de dados nos Países Baixos e nos EUA. Segundo a Comissão, os pedidos de dados só podem ser relacionados com transferências internacionais e a utilização do serviço é estritamente limitada a investigações no âmbito da luta contra o terrorismo pelos serviços secretos. Porém, tanto políticos de alto escalão como peritos criminais duvidam que nos EUA os dados sejam utilizados apenas para combater actividades terroristas. Abuso de dados, violações dos direitos cívicos e transmissão de dados a terceiros são perigos reais que poderiam resultar do acordo SWIFT. Como membros do Parlamento Europeu, não podemos de maneira nenhuma permitir a entrada em vigor do presente acordo e a inerente transferência de dados para os EUA, e não certamente sem a aprovação do Parlamento Europeu. A entrada em vigor provisória do acordo pendente do debate no Parlamento Europeu em Fevereiro constituiria uma grave violação do princípio fundamental da democracia.

## **11. Resultados da cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas (debate)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o debate respeitante às declarações do Conselho e da Comissão relativamente aos resultados da Cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas.

**Elena Espinosa Mangana, Presidente em exercício do Conselho.** - (ES) Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou hoje no Parlamento para partilhar convosco a minha opinião sobre os resultados da Cimeira de Copenhaga e os desafios que surgem no seu seguimento, tanto para a União Europeia como para a Presidência rotativa que a Espanha manterá até à primeira metade de 2010.

Os Ministros do Ambiente da União Europeia debateram essas questões em profundidade na semana passada. Gostaria de salientar que nós, de uma maneira geral, temos a mesma vontade de continuar a avançar especialmente em três questões: consolidar os resultados da cimeira com vista a torná-los operacionais o mais rapidamente possível; reforçar os seus elementos no seio das Nações Unidas; e trabalhar para cumprir as nossas metas de redução das emissões globais.

Temos objectivos e estratégias comuns. Consequentemente, as nossas tarefas mais imediatas serão completar o processo de anunciar formalmente o nosso compromisso; consolidar um quadro de acção comparável à de outros países industrializados e emergentes; e fazer uso de todas as ferramentas que temos disponíveis, tanto dentro da União Europeia como nas nossas relações com países terceiros.

A cimeira de Dezembro - uma conferência extremamente difícil, caracterizada por árduas discussões sobre o processo - foi concluída com o chamado Acordo de Copenhaga. Um grande número de chefes de Estado ou de Governo e líderes de grupos regionais estiveram pessoalmente envolvidos na elaboração do documento que foi aprovado, representando a vontade de países cujas emissões ascendem a mais de 80% das emissões produzidas globalmente. Entre os participantes constavam todos os países industrializados, as principais economias emergentes, e um número significativo de países particularmente vulneráveis. Isto também nos deveria ajudar a responder às muitas dúvidas que continuam a obstruir o processo formal que nos deveria conduzir a soluções juridicamente vinculativas, no âmbito das Nações Unidas e, preferencialmente, no México.

No que diz respeito ao conteúdo do Acordo, penso que é importante salientar que temos um apoio claro para não permitir que a temperatura suba mais do que dois graus centígrados. Este é sem dúvida um dos seus mais fortes elementos com o maior potencial para obtenção de resultados: o compromisso de todos os países industrializados em estabelecer um objectivo de redução que possa ser aplicado a toda as economias.

Os países emergentes, por sua vez, adoptarão medidas concretas e verificáveis que lhes permitirão alcançar uma redução substancial no crescimento das suas emissões; o financiamento baseado na solidariedade e destinado a apoiar acções imediatas e a médio prazo na luta contra as alterações climáticas; os elementos destinados a orientar novos modelos de governação; e os mecanismos que promovem o desenvolvimento tecnológico e a redução das emissões causadas pela desflorestação.

A Cimeira de Copenhaga mostrou que estamos a mover-nos num novo contexto internacional, que exige melhorias se quisermos proporcionar soluções aos problemas globais. As regras existentes de tomada de decisão terão de mudar para se adaptarem a estes novos tempos e necessidades.

Temos os meios necessários para agir: um pacote legislativo já em vigor a nível comunitário; o empenhamento ao nível mais elevado para promover uma redução das emissões, a solidariedade internacional e a inovação tecnológica e cooperação; assim como a estrutura institucional apropriada dentro da União, que deveremos usar de forma inteligente, aproveitando ao máximo a sua complementaridade.

Ao negociar e planear políticas no domínio das alterações climáticas, teremos de combinar a liderança do Conselho do Ambiente com uma capacidade maior para acção externa. Além disso, teremos de associar a tarefa ambiental que temos pela frente com a opinião dos nossos especialistas em políticas de economia e inovação; deveremos também melhorar a coerência entre os nossos objectivos climáticos e o nosso modelo de desenvolvimento e bem-estar. Tudo isto deve ser feito sem perder de vista a necessidade - tanto dentro como fora da União Europeia - de consolidar o papel da opinião pública e dos legisladores que estão empenhados em investir num futuro melhor e em proteger o interesse público.

Vamos fazer valer a nossa experiência colectiva europeia. Em primeiro lugar, teremos de pressionar por uma resposta adequada antes de 31 de Janeiro. Ao reunir todos aqueles que têm de reduzir as suas emissões, o Acordo de Copenhaga permite comparar os esforços a serem feitos, uma comparação que a União Europeia exigiu; no entanto, ainda não sabemos ao certo quão forte é realmente o empenho dos outros países. Se for insuficiente, devemos continuar a trabalhar para melhorar as nossas reduções colectivas.

Teremos também de instaurar condições que permitam uma aplicação rápida dos elementos que integram o acordo. É crucial para a União Europeia e para os seus Estados-Membros estarem na vanguarda dos países que mantêm as suas promessas. Por esta razão, temos de proceder, o mais rapidamente possível, à transferência de fundos prevista para o período 2010-2012.

Queremos desenvolver um quadro financeiro que possa sustentar os nossos compromissos de solidariedade para com países terceiros no Fundo Climático Verde de Copenhaga e, simultaneamente, promover melhorias nas regras de contabilidade e na nossa resposta em termos tanto de redução das emissões causadas pela desflorestação como de cooperação tecnológica. A isto, deverão acrescentar-se os seguintes elementos: as nossas próprias políticas destinadas a cumprir as nossas metas de redução de emissões, tanto a nível nacional como comunitário; o impulso gerado pela inovação e utilização inteligente de energia; a incorporação de medidas de adaptação para as políticas sectoriais; e acção externa consistente.



Queremos trabalhar em estreita colaboração com a Comissão e o Parlamento nisto tudo, procurando estabelecermo-nos como a região do mundo mais avançada na luta contra as alterações climáticas, com as mais baixas emissões de carbono, a melhor preparada para enfrentar os desafios apresentados pelas alterações climáticas e a mais eficiente a transformar isto numa força poderosa para a inovação e a competitividade.

A nossa política relativa a alterações climáticas é uma das características fundamentais de identificação do modelo europeu. Fomos pioneiros ao integrar este princípio nas nossas propostas para um desenvolvimento mais justo e sustentável, não só a nível económico mas também social e ambiental, sabendo que estamos a reforçar a segurança internacional no processo. Este facto permitiu que intervenientes importantes como a China e os Estados Unidos, se reunissem à mesma mesa de negociações e identificassem e partilhassem elementos decisivos de cooperação.

A União Europeia, um acérrimo defensor do papel das Nações Unidas na resolução de questões globais, terá também de trabalhar noutras áreas, a nível bilateral e multilateral, formal e informal, ajudando a identificar oportunidades correctamente, ouvindo os nossos parceiros, e trabalhando na consolidação de respostas sectoriais que sejam coerentes com o que é necessário para combater as alterações climáticas.

Temos de aproveitar ao máximo a adopção do Tratado de Lisboa e a entrada em vigor das novas instituições, incorporando sistematicamente as principais mensagens sobre a luta contra as alterações climáticas nas nossas relações com países terceiros.

Não é uma tarefa pequena a que temos de enfrentar. O Governo espanhol está ciente da magnitude do desafio e pretende mostrar aqui que está empenhado em fazer avançar tanto quanto possível os elementos que possam facilitar um acordo ambicioso e vinculativo no México.

Não podemos desperdiçar a oportunidade política que foi criada em Copenhaga, nem reduzir as nossas expectativas ou as da comunidade internacional. A nossa credibilidade está em jogo. Temos de nos manter firmes na nossa posição. Os novos e maiores poderes do Parlamento Europeu, que o trazem ainda mais próximo dos cidadãos, permitirão uma cooperação mais intensa e frutífera.

Quero concluir a minha intervenção felicitando todos neste ponto e lembrando-vos que, agora mais do que nunca, precisamos do vosso árduo trabalho e apoio durante o período crucial de seis meses que se avizinha.

**Olli Rehn, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, permita-me agradecer em nome da Comissão pela oportunidade de analisar os resultados da conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas e o seguimento ao Acordo de Copenhaga. O meu colega, Stavros Dimas, pede desculpas por não estar presente ele próprio, uma vez que se encontra doente, o que é especialmente lamentável considerando que esta teria sido, provavelmente, a sua última sessão plenária. Eu ofereci-me para substituir Stavros neste debate muito importante.

Quero manifestar o nosso apreço pelo papel activo e de apoio que o Parlamento Europeu desempenhou antes da conferência e na própria conferência. Os contactos com a sua delegação durante a conferência mostraram ser muito úteis. Em particular, desempenhou um papel crucial no reforço da nossa proximidade com os principais intervenientes de outros países e regiões.

Acredito que partilhamos a opinião de que o resultado de Copenhaga fica muito aquém do nosso objectivo de um acordo ambicioso e legalmente vinculativo, o qual seria necessário para limitar a subida de temperatura a menos de 2 °C. Isto é extremamente decepcionante para todos nós, que lutámos durante anos e anos por decisões políticas concretas a fim de inverter as alterações climáticas.

As razões para o fracasso foram muitas e brevemente voltarei a elas. Ainda assim, pode-se concluir também que o Acordo é melhor do que simplesmente nenhum resultado, o que teria sido o pior cenário possível.

Por um lado - para encontrar algo de positivo - o Acordo de Copenhaga reconhece, pelo menos, a necessidade de se limitar as alterações climáticas a menos de 2 °C. Igualmente, convida os países desenvolvidos a precisarem metas de emissão tendo em conta a economia até 31 de Janeiro de 2010, e solicita que, pela mesma data, os países em desenvolvimento enumerem as suas medidas de mitigação. Além disso, o Acordo estabelece a base para um pacote financeiro bastante substancial de 30 mil milhões de dólares para os próximos três anos e reconhece a necessidade de 100 mil milhões por ano até 2020.

Por outro lado, o Acordo tem graves deficiências. Não contém nenhuma referência a metas de mitigação de médio ou longo prazo. As promessas de redução anunciadas até agora não são suficientes para ficar dentro da meta de 2 °C. Na minha opinião, há, infelizmente, pouco motivo de optimismo em relação a melhores

ofertas até 31 de Janeiro – bem pelo contrário. Por último, mas certamente não menos importante, o Acordo não é juridicamente vinculativo e, talvez ainda mais preocupante, não prevê a celebração de um acordo juridicamente vinculativo este ano, o que era um dos nossos principais objectivos.

Olhando para o futuro, o próximo passo será o de garantir que, pelo menos, este acordo se torne operacional e prepare o caminho para um novo tratado climático, o qual deverá ser urgentemente acordado no decurso deste ano. Como primeiro passo, será fundamental assegurar que todas as partes importantes aprovelem agora o acordo e comuniquem as suas metas e medidas até 31 de Janeiro. É também necessário conceder financiamento adequado. A este respeito, temos de estudar formas de criar um Fundo Climático Verde de Copenhaga. Temos também de reforçar alianças com os países e regiões que partilham da nossa visão de um êxito nas negociações internacionais sobre o clima.

Para concluir, temos enormes desafios diante de nós no sentido de garantir a unidade a nível europeu, de envolver estrategicamente parceiros externos, e de manter o nosso total empenho em medidas climáticas multilaterais, mas há muitas lições a serem aprendidas da COP 15. Uma lição notável, certamente, é que temos de aprender a falar a uma só voz. Em Copenhaga, a China, a Índia, os Estados Unidos e outras potências cada uma falou com uma voz, enquanto a Europa falou com muitas vozes diferentes. O mesmo aplica-se à governação económica global e à segurança internacional. Estamos de facto hoje numa encruzilhada. Ou tomamos uma acção determinada e unida para o renascimento ecológico, económico e político da Europa, ou corremos o risco de estagnação económica e irrelevância política.

Tomemos Copenhaga como um aviso alarmante desse cenário. Temos de fazer melhor que isso e conseguimos fazê-lo. Só teremos sucesso se nos mantivermos unidos, e estou ansioso por trabalhar convosco para alcançar este objectivo.

**Corien Wortmann-Kool**, em nome do Grupo PPE. – (NL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de lhe pedir para cumprimentar o Comissário Dimas e transmitir os agradecimentos do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) pelos seus esforços nos últimos anos. Naturalmente, nós também estamos desapontados com os resultados da cimeira sobre as alterações climáticas, mas é importante não esquecer que se deram passos históricos em relação a certos elementos, por exemplo, o financiamento climático, a desflorestação e a meta dos 2 °C; mesmo embora estando longe de ser perfeito, como foi salientado. Naturalmente, teríamos preferido algo muito mais ambicioso – veja-se a nossa resolução – mas estes são os primeiros passos a partir dos quais temos de trabalhar.

É extremamente importante que façamos uma análise profunda da contribuição da Europa para esta cimeira, uma vez que a Europa esteve ausente no momento crucial. A cimeira pode ter sido bem preparada pela Europa sob o ponto de vista de conteúdo e técnico, mas politicamente falando foi um desastre. O desempenho político da Europa foi simplesmente fraco. Estão correctos ao dizer que a Europa deve falar a uma só voz, mas isso é mais fácil dizer do que fazer. Nós temos realmente de fazer uso das oportunidades oferecidas pelo novo Tratado de Lisboa. Duas novas mulheres estarão - esperemos - em breve, na linha da frente: a Sra. Hedegaard e a Sra. Ashton. Elas terão de atrair o resto do mundo, abrindo o caminho para o México com uma forte diplomacia climática. Senhor Presidente, o Grupo PPE vê como um dado adquirido que se tem de manter a meta de 30% expressa na nossa resolução de Novembro, e que este objectivo deve ser assumido não só como ambição europeia mas também global. Temos de rever a nossa estratégia, uma vez que esta não foi aprovada; alguns intervenientes principais não aprovaram uma meta global. Temos de rever a nossa estratégia, mas também devemos manter a nossa ambição.

**Marita Ulvskog**, em nome do Grupo S&D. – (SV) A Cimeira de Copenhaga foi um fracasso. O fosso entre os países mais ricos e mais pobres do mundo aumentou e nem a Presidência sueca, nem o primeiro-ministro dinamarquês foram capazes de prevenir ou evitar isso. Como um colega disse anteriormente, a Europa esteve ausente. Após esta decepção, é importante retomar a iniciativa. Naturalmente, isso não será possível através da recusa em reconhecer que a conferência de Copenhaga foi um fracasso – tal como a Sra. Hedegaard, a Comissária candidata à Acção Climática, fez. Isso só aumenta o risco de os erros se repetirem.

Como irão a Presidência espanhola e a Comissão abrir caminho para um acordo climático vinculativo no México? Irão assegurar financiamento para as novas iniciativas climáticas nos países em desenvolvimento de modo a que não se torne apenas um reencaminhamento dos fundos de ajuda que já estão destinados ao combate da pobreza, entre outros? Irão propor que as nossas próprias reduções de emissões sejam aumentadas de 20 para 30 por cento? Isso seria recuperar a iniciativa. Irão erradicar a desconfiança dos países em desenvolvimento, observando o valor do acordo de Quioto como base para a prossecução dos trabalhos sobre um acordo climático global?

**Corinne Lepage**, *em nome do Grupo ALDE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, as circunstâncias que levaram a que 192 chefes de Estado ou de Governo fossem a Copenhaga não mudaram, e o fracasso de Copenhaga, obviamente, não deve ser um motivo para nós reduzirmos as nossas ambições.

No entanto, precisamos definitivamente de mudar a nossa estratégia - precisamos de uma nova estratégia. Esta deverá ser firme, dinâmica e inovadora.

Primeiro de tudo, deve ser firme porque é essencial que não só mantenhamos as nossas metas como também as melhoramos, até ao ponto de uma redução de 30% nas emissões de gases com efeito de estufa. Temos de acelerar a nossa transição de uma economia industrial para uma economia verde baseada em eficiência energética, processos limpos e eficientes, energias renováveis e novas sínteses entre as tecnologias de informação e meio ambiente, porque a batalha que começou em Copenhaga é também a da indústria e dos líderes industriais do século XXI.

Temos de ter uma estratégia dinâmica sem, de forma alguma, deslegitimar o processo da ONU. Temos de tomar iniciativas em relação aos Estados Unidos e à China, a fim de criar uma base potencial com vista a um acordo para o México. Não devemos permitir que o G2 que vimos em acção, se torne uma realidade, mas devemos sim, colocar-nos no centro deste processo; o que só será possível se falarmos a uma só voz.

Temos de ser inovadores: inovadores nos mercados de carbono através da imposição de um limite superior no preço, e inovadores em termos de métodos de financiamento. Pessoalmente, e sem comprometer o meu grupo, acho que a questão de um imposto sobre o carbono nas nossas fronteiras terá de ser abordada. Teremos depois de restaurar a confiança no que diz respeito a África com um aumento de financiamento, mas não através da reciclagem de ajuda oficial e renomeando-a fundos de "carbono".

O princípio de base é que nós temos de fazer um esforço considerável para que possamos manter a nossa determinação em ser os líderes mundiais no combate às alterações climáticas.

**Satu Hassi**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FI) Senhor Presidente, o resultado da Cimeira de Copenhaga é uma decepção, pelas razões já indicadas. Pela primeira vez, o documento da ONU menciona um limite de aquecimento de dois graus, mas os limites de emissão declarados por vários países em Copenhaga é o equivalente a um aumento superior a três graus de aquecimento global. A última vez que esteve três graus mais quente do que agora, o nível do mar era 10 metros mais elevado.

Temos de reconhecer honestamente que a UE não demonstrou o tipo de liderança que proclama. A forma mais importante para nós de liderar teria sido, e ainda é, apontar uma meta de redução de emissões mais rigorosa, de pelo menos 30%. A nossa meta real deveria ser uma redução de 40%, se formos a ter em conta a mensagem dos cientistas climáticos, como muito correctamente deveríamos fazer. Se, agora, ficarmos por uma redução de 20% nas emissões, isso significa que a UE não quis dizer nada ao declarar o limite de dois graus de aquecimento como o tem feito de há mais de dez anos para cá.

De acordo com relatórios encomendados por um grande número de governos, incluindo o Governo holandês, uma redução de 20% nas emissões fica muito aquém do objectivo mais ambicioso a nível mundial. À luz das informações que temos agora, uma meta de 30% de redução irá custar menos do que o que foi estimado há dois anos ser o custo para reduzir as emissões em 20%.

Naturalmente, em Copenhaga, houve países que quiseram comprometer as negociações. Se a UE tivesse liderado, isto teria sido mais difícil para eles. Desta vez, a UE facilitou-lhes o caminho ao bloquear o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, o qual é extremamente importante para os países em desenvolvimento. Seria construtivo dizer que estamos preparados para o segundo período de Quioto, sob certas condições, e seria construtivo apoiar a acção climática por parte dos países economicamente menos desenvolvidos, sem reciclagem dos fundos de cooperação para o desenvolvimento sob uma nova rubrica.

Depois destes resultados medíocres, temos agora de seguir em frente rumo a um acordo climático adequado. Só pode ser internacionalmente legítimo se for negociado através das Nações Unidas. Precisamos também de uma nova forma de diplomacia climática. Não é suficiente que os nossos especialistas conheçam o seu caminho através do emaranhado técnico. Precisamos de esforços diplomáticos pacientes para superar os obstáculos e também para tornar o processo de negociação das Nações Unidas mais viável, para que, por exemplo, aprove normas relativas à votação.

**Martin Callanan**, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, espero estar errado, mas parece-me cada vez mais improvável que as negociações iniciadas e prosseguidas em Copenhaga conduzam, de facto, a um

tratado juridicamente vinculativo, obrigando todos os grandes emissores mundiais a grandes cortes de emissões.

Nestas circunstâncias, creio que seria totalmente descabido para nós na UE debater estas questões no sentido de concordar com ainda mais reduções nas emissões. Um valor de 30% foi mencionado. A senhora deputada Hassi acabou de mencionar 40%.

Na ausência de um acordo a nível mundial, acho que seria uma loucura concordar com novas reduções, porque correremos o risco de sobrecarregar os nossos consumidores com algumas das maiores contas de energia no mundo desenvolvido, tornando a indústria pesada e os grandes consumidores de energia europeus particularmente pouco competitivos à escala mundial.

Já vimos muitas indústrias a relocizarem-se fora da UE, simplesmente, claro, transferindo emissões da UE para a China, Índia e outros países. Isto é uma política económica sem sentido porque não traz qualquer benefício líquido ao ambiente. De facto, em alguns aspectos, tem um efeito líquido prejudicial no ambiente uma vez que esses bens acabam por ser simplesmente reimportados de volta à UE.

O que precisamos é de um acordo abrangente a nível mundial. Sou totalmente a favor. Espero que possamos trabalhar no sentido de o alcançar, mas na sua ausência, devemos ser muito cautelosos com novos cortes unilaterais na Europa.

**Bairbre de Brún**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (GA) Senhor Presidente, necessitamos urgentemente de um tratado ambicioso e dotado de força vinculativa.

Segundo os dados científicos mais recentes, a UE tem de se comprometer a reduzir as emissões em 40% até 2020 e em 80 a 95% até 2050, e compromissos dessa ordem não podem ficar dependentes das acções dos outros.

Toda a gente deve ficar ciente das reduções reais a efectuar, e nós precisamos de ter a certeza de que se assegurará aos países em desenvolvimento o financiamento necessário para que eles possam combater as alterações climáticas e os seus efeitos.

É precisa clareza. É necessário que fique claro para todos quem assegurará esse financiamento, exactamente, qual será a contribuição de cada país desenvolvido, e como e quando terá lugar. A falta de vontade política demonstrada em Copenhaga não pode repetir-se.

E desejo também as maiores felicidades ao Senhor Comissário Dimas.

**Anna Rosbach**, em nome do Grupo EFD. – (DA) Senhor Presidente, falou-se imenso dos chamados "refugiados do clima" a propósito da COP 15. Ao longo da História, as pessoas sempre fugiram de catástrofes naturais, más colheitas, seca, inundações e fome. O facto é que as alterações climáticas e o seu impacto directo sobre as vidas das pessoas e o ambiente são problemas a que não podemos fugir. Contudo, não posso deixar de me interrogar sobre se estaremos a seguir a abordagem certa. Concordo que precisamos de ter mais consciência do modo como utilizamos os recursos na nossa vida quotidiana e de desenvolver novas tecnologias. Não podemos esquecer, porém, que na realidade já dispomos de meios de mitigar problemas que surgem repentinamente. A propósito da COP 15, por exemplo, mencionaram-se as ilhas Cook – um arquipélago do Pacífico. O problema dessas ilhas consiste no facto de estarem ameaçadas pela subida do nível das águas do mar. Um molhe de protecção poderia protegê-las e, na realidade, um molhe é um investimento perfeitamente comportável – excepto para um arquipélago pobre. Enquanto nós, no Ocidente, debatemos a energia eólica, os automóveis eléctricos, a energia solar, os biocombustíveis e novos sistemas de triagem de resíduos a aplicar nos subúrbios da Europa, muitas ilhas estão a desaparecer paulatinamente. Assim, pergunto se o mundo ocidental deve investir milhares de milhões em tecnologia climática – cujo efeito é altamente duvidoso –, quando é possível auxiliar milhões de pessoas utilizando medidas de baixo custo já conhecidas. Mais do que de quezílias sobre estatísticas, indícios e investigação, a hora é de enfrentarmos o impacto das alterações climáticas a nível global mediante a adopção de medidas concretas.

**Nick Griffin (NI)**. – (EN) Senhor Presidente, no rescaldo de Copenhaga, tratemos de reavaliar toda a questão do aquecimento global. Em Copenhaga, à ironia do "Climagate II" veio juntar-se a da chegada de um dos invernos mais rigorosos de há várias décadas a esta parte. Desde então, assistimos à desmontagem da patranha da ameaça da subida do nível das águas do mar, do Instituto de Potsdam, o Instituto Goddard foi apanhado a manipular registos de temperaturas, a alegação de que os glaciares do Himalaia estariam a desaparecer foi denunciada como uma fantasia, o Sr. Pachauri revelou-se um especulador que se dedica a explorar as alterações climáticas. O planeta está a arrefecer. O aquecimento global é uma fraude.

Este não é um crime sem vítimas. A tributação das emissões de carbono faz subir os preços dos combustíveis, e está a matar os nossos velhos neste preciso momento. Os milhares de milhões gastos na investigação deste falso problema são milhares de milhões que não poderão ser aplicados no combate a flagelos reais como a doença de Alzheimer ou ser usados para pôr fim a calamidades ambientais reais como a desflorestação. O comércio de créditos de carbono rende milhares de milhões aos "tubarões" da City à custa da pobreza das famílias. A perda de solos agrícolas para a cultura de biocombustíveis já duplicou os preços mundiais dos alimentos, e por isso há milhões de pessoas a morrer de fome, enquanto as companhias, com a sua ganância, auferem lucros ainda maiores.

Os promotores da balela sem qualquer base científica das alterações climáticas antropogénicas – a Shell, a Monsanto, a banca internacional, os mundialistas do Grupo Bilderberg, os bilionários do carbono e os idiotas úteis seus aliados da esquerda – estão a cometer a maior fraude da História da humanidade. Eles devem ser, e serão, chamados a prestar contas, assim como os seus colaboradores em instâncias como esta.

**Peter Liese (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em Copenhaga, e após a conferência, falou-se muito de alterações às normas da ONU. Eu sugiro que alteremos o regimento desta Assembleia, para que os membros de grupos marginais, como o senhor deputado Griffin, não discurssem no início dos debates, mas sim bem no final, que é o lugar que lhes compete no espectro político, isto pelo menos na primeira ronda de intervenções.

Senhoras e Senhores Deputados, a cimeira de Copenhaga foi obviamente uma decepção. Muitas das nossas exigências e expectativas acabaram por se gorar completamente. Queria acrescentar uma coisa ao que já foi dito. Nós queremos um acordo internacional sobre as emissões dos sectores dos transportes aéreos e marítimos. Infelizmente, Copenhaga não trouxe progressos absolutamente nenhuns nessa matéria. Ela não foi sequer mencionada no acordo sobre o clima de Copenhaga. Isto constitui um resultado decepcionante, particularmente sabendo-se que cada ano que perdermos nos vai obrigar, seguramente, a desenvolver esforços ainda maiores. Quanto mais tarde começarmos, mais arrojados e áduos terão de ser os nossos esforços, e a cada ano que passar, como é natural, estes tornar-se-ão progressivamente mais exigentes. É como uma doença grave: quanto mais cedo começa o tratamento, mais suave pode ser. É por isso que o resultado da cimeira é decepcionante.

Não obstante, não devemos encará-lo de uma perspectiva negativa e parcial. Esta manhã perguntaram-me se a questão das alterações climáticas já estava politicamente morta. Não está. Ela tem de continuar viva e é isso que os cidadãos esperam de nós, também. Devemos procurar os aspectos positivos do que se passou em Copenhaga. Vou citar dois pequenos exemplos, a saber, o compromisso assumido por dois países em desenvolvimento, a República das Maldivas e a Costa Rica, de se tornarem neutros do ponto de vista climático no prazo de dez anos. O mundo inteiro – a Europa e o resto do planeta – pode seguir-lhes as pisadas. Trata-se de pequenos Estados, mas se olharmos para um grande Estado como o Brasil, por exemplo, o que lá se passa é igualmente notável.

Assim, devemos analisar os erros que cometemos e não cair na arrogância de continuarmos, simplesmente, como até aqui. Contudo, tão-pouco devemos desatar a autoflagelar-nos, antes devendo, isso sim, conjugar esforços com aqueles que no mundo querem fazer progressos no campo da protecção do clima. A clivagem deve deixar de ser entre países industrializados e países em desenvolvimento, para passar a ser entre os países que compreenderam o que está em causa e o resto do mundo, que diminuirá gradualmente de tamanho, esperemos.

**Jo Leinen (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, a semana passada, participei na sessão informal do Conselho "Ambiente" que teve lugar em Sevilha. Foi a primeira reunião de uma formação do Conselho sob a Presidência espanhola. V. Ex.<sup>a</sup> não pôde, é claro, estar presente, por motivos familiares infaustos, mas a sua Secretária de Estado, Teresa Ribera, representou-a de forma magnífica. Ao longo de toda a reunião, que foi muitíssimo bem organizada, foi evidente o empenho da Presidência espanhola nesta matéria.

Isso é óptimo, mas o resultado da sessão do Conselho não foi muito satisfatório. O Conselho de Ministros apresentou-se dividido, e completamente falho de direcção. Não há consenso algum entre os Estados-Membros quanto ao que devemos fazer agora. Isso não é bom sinal. É vosso dever e responsabilidade encontrar o mínimo denominador comum entre os 27 Estados-Membros.

A meu ver, precisamos de fazer três coisas na União Europeia, no pós-Copenhaga. A primeira é reassumir a liderança no campo da protecção do clima global. Em segundo lugar, precisamos de salvaguardar a nossa

credibilidade, no plano dos compromissos que assumimos e, em terceiro lugar, necessitamos urgentemente de arranjar novos parceiros antes da cimeira do México.

No que se refere à recuperação da liderança, concordo com todas as pessoas que afirmaram aqui que devemos manter a nossa promessa de reduzir as emissões de carbono em 30%. Gostaria que comunicássemos essa meta ao Secretariado da ONU em Bona no dia 31 de Janeiro, em lugar da anterior, de 20%. Se condicionarmos o nosso esforço de redução ao desenvolvimento de esforços comparáveis por parte de outros, nunca mais haverá progressos e a cimeira do México também redundará em nada.

Em matéria de salvaguarda da credibilidade da UE, os 7,2 mil milhões de euros têm de ser efectivamente realizados antes da cimeira do México. Os países da África necessitam de ver que as primeiras medidas estão já a ser tomadas.

Finalmente, quanto ao arranjar parceiros, espero que sejamos capazes de desenvolver a diplomacia de protecção do clima e de, com a ajuda da União Africana em particular, encontrar parceiros suficientes, incluindo na América Latina e na Ásia, para a conclusão de um acordo à escala global no México.

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente e caros Colegas, precisamos de deixar Copenhaga para trás. A verdade é que não sabemos por onde devemos seguir. Andamos aos tropeções no escuro. Penso que temos, simplesmente, de explorar cada oportunidade e esperar que uma ou mais dentre elas nos permitam avançar.

Mas estou certo de que não devemos renunciar às nossas ambições e à nossa liderança, e neste ponto há uma decisão crucial a tomar na próxima quinzena e eu quero saber o que a Presidência tenciona fazer para que não haja erros.

Quarenta por cento das nossas emissões provêm da queima de combustíveis fósseis em centrais de produção de electricidade. É por isso que se atribui tanta importância ao desenvolvimento da tecnologia de captação e armazenamento do carbono. Foi por isso que o Conselho acordou há três anos em que devíamos tentar executar um conjunto de projectos de demonstração, em número não superior a 12, até 2015. Agora, há um ano, acordámos num método de financiamento desses projectos: utilizar 300 milhões procedentes das receitas da venda de licenças de emissão no quadro do RCE-UE. Três meses bastaram para que a ideia, saída do Parlamento, obtivesse a aprovação do Conselho, que lhe deu luz verde, mas ao fim de 12 meses ainda não chegámos a consenso sobre o modo de selecção dos projectos ou a aplicação dessa verba. A Comissão apresentou finalmente uma proposta de decisão. Essa proposta aponta para oito projectos de CAC e recomenda um calendário que inviabilizará a conclusão de todos os projectos até 2015. O Comissário Rehn está, pois, na berlinda; espero que, até ao fim do debate, alguém lhe passe um bilhete, para ele poder explicar a falta de ambição deste documento.

Mas temos de concordar numa coisa: por muito inadequado que seja, temos de avançar. A proposta será debatida no dia 2 de Fevereiro na reunião do Comité das Alterações Climáticas, do Conselho, e há resistências da parte de alguns Estados-Membros, que se opõem a que a Comissão tenha a última palavra em matéria de selecção de projectos e de utilização e distribuição do dinheiro.

Ora, esta reunião será a primeira oportunidade no pós-Copenhaga de a União Europeia mostrar se tenciona ir em frente e tomar medidas práticas ou bater em retirada de forma sub-reptícia. É uma prova crucial tanto para a Comissão como para a Presidência.

Assim, o que eu tenho a perguntar à Senhora Ministra é o seguinte: a Presidência vai tratar de alcançar um acordo nessa reunião, ou vai baixar os braços?

**Bas Eickhout (Verts/ALE).** – (NL) Senhor Presidente, sejamos muito claros: Copenhaga foi um fracasso. Com efeito, houve três grandes derrotados na cimeira: as Nações Unidas, a União Europeia e o clima. Assim, é da máxima importância fazer desses derrotados vencedores em 2010, na preparação da cimeira do México. Para isso, é necessário que aconteçam três coisas. A primeira é que a UE fale realmente a uma só voz, como o Comissário Rehn já afirmou, mas – e eu agradecia que ele me desse uma resposta concreta a esta pergunta – qual será essa voz? Quem falará em nome da Europa no México?

Em segundo lugar, no que respeita às Nações Unidas, a Europa tem também de afirmar a sua liderança nas negociações, o que implica deixar de olhar apenas para os Estados Unidos e a China, e passar a olhar sobretudo para os países que comungam do nosso desejo de tomar medidas no domínio climático, como a União Africana, o México, o Brasil e a África do Sul. Devemos alargar o leque dos países com que pretendemos concluir um acordo.

Em terceiro lugar, o clima. É verdade que assentámos no objectivo dos dois graus, mas a eleição dessa meta também tem implicações. A ciência diz que ela significa que os países ricos têm de reduzir as suas emissões de CO<sub>2</sub> em 40%. Consequentemente, a UE tem de assumir agora o compromisso de as reduzir em 30%. No dia 31 de Janeiro, terá outra ocasião de afirmar a sua liderança avançando com uma redução de 30%, e eu peço que a UE dê esse passo. Agradecia que se pronunciassem sobre esta proposta, na medida em que ela constitui a única forma de darmos provas de liderança e de fazermos de 2010 o ano das Nações Unidas, da União Europeia e do clima.

**Derk Jan Eppink (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, eu apoio as metas ambientais para 2020, mas tenho sérias dúvidas quanto a alguns métodos. A conferência de Copenhaga foi um bom exemplo de um mau método. E que lições devemos retirar dela?

Foi uma conferência a uma escala demasiado grande para ser produtiva: é possível organizar um concerto de rock para 50 000 pessoas; uma reunião, não. Em segundo lugar, a Europa deixou-se vencer pela astúcia da China e da Índia, e os EUA ajudaram à festa. Em vez de um protagonista determinante, a UE foi um espectador perplexo.

Que devemos fazer? Julgo que temos de reconsiderar a fórmula seguida, um G20 é preferível a um evento equiparável ao festival de Woodstock. Em segundo lugar, precisamos de deixar de ter a arrogância moral de querer dizer à China e à Índia o que devem fazer. Levantar barreiras importantes para punir esses dois países seria desastroso. A UE deve, pelo contrário, repensar a sua própria posição, que em última instância acabará por minar o nosso crescimento e emprego.

Finalmente, necessitamos de empreender um sério esforço de investigação dos elementos disponíveis. O "Climagate" foi um primeiro sinal de advertência, e agora a alegação de que os glaciares do Himalaia estão a recuar parece ser pura especulação. Já há até membros do PIAC que prevêem um arrefecimento global.

Precisamos de investigação científica objectiva e imparcial, não de activismos ao serviço de programas políticos. Neste momento ignoramos, pura e simplesmente, o que é e o que não é verdade, e penso que precisamos, antes de mais, de apurar devidamente os factos. Senhor Comissário, Senhora Ministra, espero que se debrucem sobre estas questões com abertura de espírito.

#### **PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ**

*Vice-presidente*

**Sabine Wils (GUE/NGL).** – (DE) Senhor Presidente, o malogro da cimeira do clima das Nações Unidas deveu-se à acção implacável dos interesses políticos das nações industrializadas. Em consequência disso, a base em que assenta a existência de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento e nas nações insulares em risco de submersão está em risco.

Não há consenso acerca da forma de conter eficazmente o aquecimento do planeta. A UE actuou em função das conveniências dos consórcios nacionais e da obtenção de lucros para os grandes interesses. O objectivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos Estados-Membros da UE em 30% até 2020 foi proposto demasiado tarde.

Subordinar a adopção de metas em matéria de protecção do clima à obtenção de concessões prévias por parte de outros Estados é jogar com o futuro da humanidade. Os factos são claros: em 2007, as emissões de CO<sub>2</sub> por pessoa foram de 4,6 toneladas na China, contra 9,7 toneladas na Alemanha e 19,1 toneladas nos EUA. Precisamos urgentemente de justiça climática para toda a humanidade. No próximo ano, na Cidade do México, as nações industrializadas e as economias emergentes terão de chegar a um acordo vinculativo que estipule metas concretas ambiciosas.

**Godfrey Bloom (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, naturalmente, podem dizer que eu sou céptico, pelo facto de não me vestir como um espantalho.

Eu arrotei com o nevão em Copenhaga, como muitos de vós. Não é curioso o facto de o Inverno deste ano ser o mais frio dos últimos 30 anos em Londres? Na Polónia, Coreia e China está a ser igual. Tem feito um frio glacial na Florida, no Arizona, no Texas – foi a primeira vez em cem anos que nevou no Texas, creio. É claro que nós, como diz Giles Coren, do *Times* de Londres, deus meu, simplesmente não entendemos – é claro que aquecimento global é isso mesmo: termos de nos acostumar a temperaturas gélidas.

Bom, nós vimos a curva das temperaturas do Al Gore, que continua, presumo, a ser exibida nas escolas públicas de Londres – Al Gore, seu vendedor de banha da cobra, vigarista! Vimos o Professor Jones, da Universidade de East Anglia – vigarista! E agora – os senhores deputados ainda não têm conhecimento desta, porque não foi tornada pública – a base de dados nacional do clima neozelandesa: tenho os números aqui – tudo viciado.

Quando é que os senhores vão acordar? Trapaça, trapaça, trapaça!

*(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do nº 8 do artigo 149º)*

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, aparentemente, para o senhor deputado Bloom, todas as conclusões científicas relativas às alterações climáticas que têm sido formuladas são um disparate pelo facto de termos tido um Inverno rigoroso.

Pergunto-me se o senhor deputado Bloom não querará explicar à Câmara a diferença entre "clima" e "estado do tempo".

**Godfrey Bloom (EFD).** – (EN) Clima, senhor deputado Davies, é o que nós temos de suportar todos.

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) Senhora Ministra, tenho uma notícia surpreendente para si. A conferência do clima de Copenhaga já terminou. A senhora fala de metas e de ilusões como se ela ainda estivesse para começar. Ela foi um fracasso. Não foram assinados quaisquer compromissos vinculativos. O processo de Quioto é revelador dos resultados a que conduz o voluntarismo. Já todos sabemos o valor que têm os compromissos dos Estados Unidos, mas vale a pena referir também o caso do Canadá. O Canadá assinou o Protocolo de Quioto, e depois aumentou as suas emissões de dióxido de carbono em 26% sem quaisquer consequências. Copenhaga ilustra bem o mundo em que vivemos.

O mundo de hoje é regido pelo fundamentalismo económico. Quando os interesses da sociedade colidem com os interesses da economia global, estes últimos prevalecem sempre. Naturalmente, por trás da economia global está uma elite política muito restrita. Para obviar a alterações climáticas irreversíveis, precisávamos de mudar outro clima. Precisamos de mudar o clima político e moral. Até lá, enquanto forem as pessoas a estar ao serviço da economia, e não o contrário, enquanto o paradigma da economia eco-social de mercado não triunfar, todas as conferências deste tipo estão condenadas ao fracasso.

**Richard Seeber (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, se há coisa que Copenhaga nos possa trazer é a noção da realidade. Ainda tenho presente o debate que tivemos neste Hemiciclo antes da conferência. Toda a gente irradiava optimismo, mas ela deu em nada. Foi uma conferência internacional com regras peculiares, e a boa vontade, por si só, não chega para alcançar grandes resultados. Portanto, tratemos de abordar as próximas negociações, no México, com a necessária noção da realidade.

Se fizéssemos um balanço de Copenhaga, para sermos justos, teríamos de reconhecer que nem tudo foi negativo, porque o resultado pode servir de base às negociações do México e alguma coisa se conseguiu, pelo menos. A maior decepção para nós, europeus, reside no facto de nós – UE – não termos participado na redacção do documento final. Isso deve ser motivo de reflexão para nós, já que estamos sempre a frisar a nossa pretensão de liderar a luta global contra as alterações climáticas.

A que se deve isso? Antes de mais, provavelmente, ao facto de, com a nossa quota de 14% das emissões de CO<sub>2</sub>, não estarmos entre os principais emissores. Os EUA e a China, juntos, são responsáveis por quase metade do total. No entanto, na Europa, não falamos a uma só voz. No último Conselho "Ambiente" ficou bem patente a grande diversidade de pontos de vistas que existe. Muitos Estados-Membros têm uma visão da questão muito diferente da da maioria desta Câmara, por exemplo.

No entanto, outro motivo é seguramente o facto de nós, os europeus, não sermos tão bons como afirmamos sempre ser. Se abstrairmos dos mecanismos de desenvolvimento limpo ou, por outras palavras, das medidas de execução conjunta, e das restantes medidas e nos ativermos apenas às nossas próprias medidas de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, verificamos que a nossa folha de serviço não é tão brilhante como nós pretendemos.

Em terceiro lugar, é preciso dizer também que outros países e outras regiões do mundo abordam este problema de uma forma distinta. O nosso grande objectivo é a celebração de um acordo juridicamente vinculativo. Contudo, a China e os EUA optaram por uma via diferente.



Genericamente, precisamos de ponderar se não deveríamos ser mais flexíveis nas nossas negociações, porque, se é importante conjugar esforços no combate ao fenómeno das alterações climáticas, os métodos utilizados para o efeito podem diferir bastante.

**Dan Jørgensen (S&D).** – (DA) Senhor Presidente, a pergunta que eu gostaria de fazer aos cépticos na questão do clima desta Assembleia é a seguinte: se, de dez médicos, nove lhes dissessem ter um grau de certeza de mais de 90% de que os senhores deputados estavam gravemente doentes, mas que tinham um medicamento capaz de os curar – um medicamento sem efeitos secundários –, os senhores deputados tomariam esse medicamento? É claro que sim. Era assim que o mundo devia ter reagido em Copenhaga. É assim que o mundo deve, naturalmente, reagir quando 90% dos investigadores mais eminentes do ramo afirmam que o aquecimento global é uma realidade e é provocado pelo Homem. Como tal, a UE deve demonstrar capacidade de liderança. É óbvio que podemos criticar os EUA. É óbvio que podemos criticar a China, por não ter tido a vontade política que era necessária em Copenhaga. Nesta Câmara, porém, temos de olhar para mais perto de nós – temos de criticar a falta de iniciativa revelada pela UE. A UE podia ter feito duas coisas, e deve fazer duas coisas antes da conferência do México. Primeira, devemos tomar a dianteira em matéria de assunção de compromissos de redução. Isto significa passarmos a meta de redução de 20% para 30%, até 2020. Segunda, devemos definir as quantias que estamos dispostos a avançar a título de contribuição para o financiamento a longo prazo do esforço de adaptação às alterações climáticas que sabemos irem ocorrer. Finalmente, é óbvio que a nossa acção terá mais impacto se falarmos a uma só voz, porque isso nos permitirá negociar de modo mais racional e claro do que em Copenhaga. O senhor deputado Callanan, membro do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, afirmou, e cito:

(EN)"seria uma loucura fixarmos metas mais elevadas no actual estado de coisas", fim de citação.

Não, Senhor Deputado Callanan, loucura seria não fixarmos metas mais elevadas.

**Lena Ek (ALDE).** – (SV) A Cimeira de Copenhaga foi, indubitavelmente, uma grande decepção, mas o importante agora é olharmos para o futuro. É isso que nós, os liberais, estamos a fazer e que espero que a Europa seja capaz de fazer no seu conjunto. Precisamos de uma estratégia e precisamos de um "programa pós-Copenhaga". Um importante instrumento para alcançarmos esse objectivo é o investimento continuado no regime de comércio de licenças de emissão. A UE deve encetar de imediato negociações com os EUA com vista à integração do novo regime americano com o regime europeu. Um mercado transatlântico de emissões de carbono pode vir a ser o ponto de partida para um mercado global.

O Senhor Comissário Rehn fez uma excelente intervenção de abertura. A conclusão que retira é perfeitamente acertada. A UE deve falar a uma só voz nestas negociações. Todavia, importa ter presente também que, agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, o Parlamento Europeu tem uma palavra dizer no processo de decisão neste campo. O Parlamento tem de participar no trabalho preparatório, uma vez que a sua aprovação é necessária para a conclusão de um acordo.

No plano interno, temos, ao mesmo tempo, de continuar a reforçar o nosso mercado de carbono e de deixar de conceder direitos de emissão graciosamente. Precisamos de investir em nova tecnologia e, em terceiro lugar, precisamos de fixar um preço-limite inferior para o dióxido de carbono. A forma de atingirmos as metas climáticas passa pelos mecanismos de mercado, não pelo aumento da burocracia.

Se é para se pôr para trás das costas a conferência de Copenhaga, recomeçar do zero e apostar a fundo na aplicação de novas medidas, a primeira coisa em que temos de nos concentrar é a estratégia UE 2020. As medidas inserem-se no âmbito dela e nós necessitamos de ter medidas bem afinadas em matéria de eficiência energética e de fórmulas de investimento em nova tecnologia. Necessitamos de uma estratégia para o emprego no sector do clima. Finalmente, queria observar que precisamos claramente de uma redução de 30% das emissões de carbono, se desejamos ganhar, não só a batalha do clima mas também a batalha pelo mercado.

**Yannick Jadot (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Elena Espinosa, fiquei muito surpreendido com a auto-satisfação que alardeia a respeito da acção da UE no domínio do clima. É verdade que, nos últimos dez anos, a Europa fez mais e melhor que a maioria dos outros países do mundo, mas em Copenhaga padeceu de uma evidente falta de capacidade de liderança.

Em Copenhaga, vimos igualmente a Europa ficar reduzida à mera soma das estratégias pessoais de comunicação dos Chefes de Estado ou de Governo europeus, e aqui citaria especificamente o senhor Sarkozy, a senhora Merkel e o senhor Brown. Em tais circunstâncias, é muito fácil arrasar o processo da ONU. É verdade que o sistema da ONU é complicado, e que a fórmula G20, que gera acordos totalmente destituídos de substância, mas proporciona ensejos para grandes encenações mediáticas, é muito mais simples.

Isto significa que, ao longo do próximo ano, a Europa tem de fazer mais e melhor. Presentemente, temos uma meta de 20%. Contudo, 20% equivale na realidade a fazer menos nos próximos 10 anos do que fizemos nos últimos 10 anos; equivale a reduzir os esforços da Europa em prol da protecção do clima. Isto é absurdo, não só na óptica do clima, numa altura em que os cientistas nos dizem que temos de conseguir uma redução de 40%, mas também na da economia e do emprego.

Por isso, Senhora Elena Espinosa, por favor não reduza as ambições da Europa em matéria de clima ao mínimo denominador comum, aos objectivos propugnados pelo Presidente Barroso, que se recusa a abrir mão dos 20%, ou pela Itália e pela Polónia, que daqui a nada hão-de começar a negar a veracidade do fenómeno das alterações climáticas. Releia a resolução do Parlamento e adopte imediata e incondicionalmente a meta de 30%.

**Konrad Szymański (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, temos de nos conformar com o facto de ninguém, à excepção de alguns Estados europeus, estar disposto a pagar para baixar as emissões de CO<sub>2</sub>, ou a reduzir o seu consumo de energia. A coisa é ainda pior do que isso. Alguns países em desenvolvimento, que recorrem a uma exasperante retórica anti-colonialista, querem enriquecer à custa desta questão e continuar a ser, ao mesmo tempo, os maiores emissores de dióxido de carbono para a atmosfera. Os países africanos, a China e a Índia querem conservar as suas isenções, para não ficarem sujeitos ao sistema internacional de controlo das emissões e, ao mesmo tempo, receber milhares de milhões de euros para aplicar em tecnologias limpas. Isto é uma posição que não temos forma alguma de justificar perante os nossos contribuintes. Depois da conferência de Copenhaga, temos de nos compenetrar de que a Europa não está em condições de arcar com estes custos sozinha. Primeiro, porque avançando sozinhos provocaremos um abrandamento ainda maior do crescimento da nossa economia e afectaremos a prosperidade dos nossos concidadãos. Segundo, avançarmos sozinhos não muda coisa nenhuma no plano das emissões, uma vez que já conseguimos limitar as nossas próprias emissões.

**Elie Hoarau (GUE/NGL).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhoras e Senhores Deputados; apesar de Copenhaga ter sido um fracasso, a mobilização de agentes não-governamentais foi excepcional e revelou que existe um verdadeiro movimento internacional a favor da justiça climática.

Doravante, é um dado adquirido que o processo de negociação terá de ter em conta, a título prioritário, os interesses dos pequenos Estados insulares vulneráveis e da África. Será também crucial assegurar que a verba de 100 mil milhões de dólares que foi anunciada em Copenhaga constitui, efectivamente, uma contribuição adicional em relação aos compromissos já assumidos em sede de ajuda pública ao desenvolvimento.

Finalmente, temos de ter em mente que dispomos de muito pouco tempo para agir, antes que as consequências das alterações climáticas se tornem irreversíveis. O ano de 2010 representa a nossa última hipótese, se queremos realmente ser bem-sucedidos na Cidade do México.

**Oreste Rossi (EFD).** – (IT) Senhor Presidente, Minhas Senhoras e meus Senhores, depois não digam que não os avisámos. A resolução sobre a COP 15, aprovada por este Parlamento, era só fumo sem fogo.

Pedimos demasiado e não conseguimos nada. Estas palavras não são da *Lega Nord* mas de Ivo de Boer, secretário da conferência da ONU sobre as alterações climáticas. Não foi propriamente um desastre, embora o acordo não passe de uma carta de intenções. O texto que impediu que a COP 15 encerrasse com resultados completamente nulos, acordado ao cabo de uma maratona de negociações com uma duração e uma intensidade realmente sem precedentes, contém muito pouca substância.

O Acordo de Copenhaga, acordado pelo Presidente norte-americano Barack Obama, pelo Presidente brasileiro Lula da Silva, pelo Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, pelo Primeiro-Ministro indiano Manmohan Singh e pelo Presidente sul-africano Jacob Zuma, e imposto a todos os restantes países, não foi sequer formalmente aprovado. Na sequência da sua rejeição por oito países, que impediram a sua aprovação, o acordo foi apenas registado pela assembleia plenária dos 192 Estados participantes.

Minhas Senhoras e meus Senhores, a história do aquecimento global é uma perda de tempo. Desde Dezembro, os jornais e noticiários informam que a Europa está dominada por um tempo glacial. Evitemos inúteis e dispendiosas especulações sobre o clima.

**Angelika Werthmann (NI).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o único resultado concreto da cimeira do clima em Copenhaga foi o estabelecimento do limite de dois graus centígrados para o aquecimento global. As medidas necessárias para tal, no entanto, permanecem obscuras. Esse compromisso minimalista é para nós decepcionante, especialmente porque cabe agora a cada Estado decidir se aceita ou

não o acordo sobre os objectivos de protecção do clima. O tempo está mesmo a esgotar-se. Cabe-nos a nós decidir agora o que acontecerá a seguir. Devemos incentivar um desenvolvimento sustentável e protector do clima, que nos permita utilizar os recursos do nosso planeta de modo responsável, para nós e para as gerações futuras. A UE e os seus Estados-Membros devem desenvolver o seu papel de líder mundial em matéria de tecnologias verdes. Teremos então dado pelo menos um primeiro passo.

**Rachida Dati (PPE).** - (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, ninguém poderia deixar de reparar que Copenhaga foi uma oportunidade perdida. No entanto, e sim, Senhor Comissário, faço minhas as suas palavras, a cimeira ainda assim teve duas virtudes. A primeira foi ter mobilizado muito mais chefes de Estado ou de governo do que a Cimeira de Quioto. A segunda foi ter permitido que os países em desenvolvimento possam beneficiar de compromissos financeiros destinados especificamente a ajudá-los a combater o aquecimento global.

E o que deve a Europa fazer agora? Logicamente, tem de continuar o seu excelente trabalho de redução das emissões de gases com efeito de estufa, porque a verdade é que a Europa tem sido um modelo de virtude. Quanto à meta de Quioto, de reduzir as emissões em 8%, as empresas europeias já conseguiram uma redução de quase 13%, demonstrando assim a sua virtude e empenho em proteger o ambiente. Contudo, esta luta e esta atitude virtuosa não devem de maneira alguma situar-se num contexto de concorrência desleal. Como já disse nas audições, Senhor Comissário, tudo isso só se pode verificar num contexto de concorrência totalmente leal. Temos de considerar a aplicação de uma taxa de carbono nas fronteiras da União Europeia, porque não podemos deixar os nossos negócios e os nossos empregos à mercê de concorrência totalmente desleal, beneficiando os países que não respeitam a protecção ambiental e a redução dos gases com efeito de estufa, ou não aplicam os mesmos critérios que nós relativamente a estas questões. Penso, portanto, que é absolutamente essencial, como já aqui disse a senhora deputada Lepage, reflectir sobre a futura aplicação de uma taxa de carbono nas fronteiras da União Europeia.

Em segundo lugar, fiquei bastante satisfeita ao saber que, nas audições, o Senhor Comissário Tajani não pôs de parte a realização de um estudo de impacte sobre a possibilidade de aplicação desta taxa do carbono nas fronteiras da União Europeia. Portanto, a pouco e pouco, penso que iremos vencer esta batalha, porque é importante proteger as nossas empresas e empregos na Europa.

**Anni Podimata (S&D).** - (EL) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, certamente que gostaríamos que o debate de hoje tivesse decorrido em circunstâncias diferentes, circunstâncias essas em que o nosso papel seria o de avaliar um acordo global e vinculativo e decidir o próximo passo da União Europeia. Infelizmente, os resultados de Copenhaga foram muito abaixo das expectativas. Esta é a primeira razão principal para manifestarmos a nossa desilusão.

O segundo motivo deste descontentamento, que a nós, enquanto Parlamento Europeu, nos preocupa de modo particular, é a pobre figura que a União Europeia fez na Cimeira de Copenhaga. Embora estivéssemos à espera de que, na primeira cimeira global após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União Europeia liderasse os esforços para alcançar um acordo global novo, ambicioso e substancial para combater as alterações climáticas, nós e os cidadãos da Europa assistimos a um espectáculo de fragmentação, com alguns líderes europeus a jogar de acordo com as suas próprias regras e a União Europeia a desempenhar um papel coadjuvante e de espectador. Não é um papel que almejamos ou um papel que nos fique bem.

O que fazer, portanto? Apelamos à Comissão Europeia e ao Conselho para que dêem mostras de que estão em condições de assegurar um papel de liderança da Europa nesse novo esforço. Permitam-me recordar que não se trata apenas de uma questão de limitar as repercussões das alterações climáticas. Trata-se de um desafio muito maior, o desafio de uma mudança para um modelo de desenvolvimento novo, um modelo de desenvolvimento verde, que será a resposta da Europa à necessidade de criação de novos empregos, de apoio à competitividade da economia europeia e de consolidação do papel de liderança da União Europeia nessa nova ordem.

**Fiona Hall (ALDE).** - (EN) O resultado de Copenhaga foi uma grande decepção, mas temos agora de seguir em frente. A UE precisa neste momento de se comprometer a reduzir as suas emissões em 30%, por três motivos.

Primeiro, porque, com a quebra da actividade económica devido à recessão, uma redução de 30%, agora, não requer praticamente nenhum esforço adicional em relação aos 20% iniciais.

Em segundo lugar, porque travar esse esforço agora significaria perder a dinâmica conseguida no que respeita às novas indústrias verdes. Não podemos assumir só meio compromisso em relação ao investimento em

energias renováveis e sistemas de transportes de baixo carbono. É necessária uma infra-estrutura enorme, seja ela uma super-rede no Mar do Norte ou, numa escala menor, pontos de carregamento para os carros eléctricos. Estamos a falar de centenas e milhares de novos postos de trabalho: somente no Reino Unido, são potencialmente 70 000 empregos ligados à energia eólica *offshore*, mas estes empregos, tão necessários à recuperação da economia, só serão criados se houver um roteiro claro para se chegar a uma Europa de carbono-zero até 2050.

O investimento precisa de certezas, e temos de estar conscientes de que a Europa corre o risco de perder a liderança no domínio das tecnologias associadas às energias renováveis. Os sectores ligados a estas energias estão a crescer muito rapidamente nos EUA e na China. Se vacilarmos, estes novos postos de trabalho verdes deslocar-se-ão para fora da Europa.

Por último, precisamos da redução de 30% porque grande parte do esforço adicional pode ser conseguida através de uma maior eficiência energética. Seria, de qualquer forma, impensável não fazer mais pela eficiência energética. Falar de eficiência energética é o mesmo que falar de eficiência económica. Estamos a falar de uma redução, não de um aumento, da factura energética, o que acaba por aumentar a segurança energética. Portanto, independentemente dos valores apresentados pelas outras partes no dia 31 de Janeiro – e talvez até tenhamos uma surpresa agradável a esse nível – a UE tem de assumir o compromisso de uma redução de 30%.

**Ivo Strejček (ECR).** - (CS) Ao revermos a Cimeira de Copenhaga e os resultados da mesma, deveríamos adoptar uma atitude sensata e olhar através do prisma dos inúmeros dados ambientais e económicos disponíveis que confirmam que o aquecimento global não existe e que, se existe, está totalmente fora do controlo do ser humano, pois resulta exclusivamente das forças da natureza. Aliás, na semana passada, soubemos que uma parte significativa dos dados usados pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas foi conscientemente falsificada ou mal interpretada. Sob este prisma, é bom ver que a Cimeira de Copenhaga falhou. Esse fracasso permitirá, assim o espero, em primeiro lugar, um afastamento em relação a esta política agressiva denominada política "verde". Em segundo lugar, permitirá que a política volte a tratar de assuntos que realmente dizem respeito às pessoas, no contexto da actual recessão económica. Em terceiro lugar, permitirá que se evite gastar o dinheiro dos contribuintes em controversos projectos verdes. Em quarto lugar, criará espaço para a um debate de facto sobre o fornecimento eficiente e racional de energia, e assistiremos a um renascimento da energia nuclear. Senhoras e Senhores Deputados, quando me encontro com os meus eleitores, eles abanam a cabeça, incrédulos, por causa dos assuntos que aqui discutimos, e por constatarem que não somos capazes de lidar com os seus verdadeiros problemas.

**Marisa Matias (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, perante a urgência, aquilo a que nós assistimos em Copenhaga foram vários passos atrás. É certo que Copenhaga mobilizou mais Chefes de Estado do que Quioto, mas também criou mais divisões e, como resultado, o que aconteceu foi que passámos a ter uma situação de *cada um por si*, onde cada Estado pode definir quais são as suas metas e, ainda por cima, num regime de voluntariado.

De referir que temos uma meta de 2 graus centígrados ou metas para financiamento sem nenhuma clarificação, o que também não nos pode servir de consolo. Portanto, o que eu penso é que temos de agir em termos de futuro, e agir em termos de futuro é passar da retórica à acção.

A União Europeia sempre quis ser líder, sempre o afirmou. Mas, quando chegámos a Copenhaga, acabou por hesitar, não definir nem defender as metas que aqui afirmou serem as suas metas e das quais não abdicaria.

Portanto, o que eu pergunto é se de futuro não seremos mais justos, se continuaremos a permitir que, às custas deste fracasso e das decisões de uns sobre outros, os mais pobres continuem a pagar a factura mais pesada.

**Timo Soini (EFD).** - (FI) Senhor Presidente, a Cimeira de Copenhaga foi um desastre total. Votei contra a nossa resolução de Dezembro. Eu tinha razão, tal como 92 outros deputados aqui presentes.

A União Europeia agiu com grande arrogância ao tentar apresentar a sua solução para o mundo. Poucos dias antes do início da cimeira, veio a lume uma fraude de 5 mil milhões de euros no comércio de emissões. Deve ter sido embaraçoso, mesmo antes do início da reunião, com a UE a oferecer uma solução e a enfrentar abusos nos fundos no valor de 5 mil milhões de euros. Foi de facto vergonhoso, e estará a UE agora minimamente preocupada em investigar estes abusos? Se queremos restringir as emissões, devemos estabelecer um sistema específico para isso, tal como em relação aos automóveis. Funciona, embora nunca se chegue ao ponto de

ser preciso encerrar as nossas indústrias no sector do aço, metal ou madeira, na Finlândia ou em outros países da UE. Não serviria de nada: os trabalhadores não devem sofrer as consequências.

(Aplausos)

**Romana Jordan Cizelj (PPE).** - (SL) Também eu estou desiludida com o resultado da conferência de Copenhaga, mas deixemos de nos queixar dos fracos resultados e, em vez disso, pensemos na direcção a tomar a partir de agora, para que não nos decepcionemos ainda mais. Contentar-nos em dizer "aprofundemos o trabalho já feito, pois só precisamos de algumas mudanças" não é suficiente.

A primeira pergunta que me coloco a mim própria, neste contexto, é no sentido de saber para que servem as conferências COP. Serão conferências de verdade ou apenas para o público ver? São ambas as coisas, é claro. No entanto, precisamos da garantia de que os especialistas possam prosseguir com o seu trabalho e de que o público seja informado, não só sobre os eventos informais à margem das conferências, mas também sobre o nosso trabalho. A Europa deveria, portanto, reconsiderar os aspectos organizacionais destas conferências.

A minha segunda questão é: qual o papel dos líderes mundiais nestas conferências? Será o de promover campanhas políticas internas ou ajudar os participantes a chegarem a um acordo? Penso que também temos de reconsiderar os métodos de trabalho destas conferências e o papel dos líderes mundiais que nelas participam.

A minha terceira pergunta tem a ver com o papel da União Europeia. Sim, de facto adoptámos muitas medidas boas para garantir a manutenção do papel de liderança da Europa no desenvolvimento de tecnologias amigas do ambiente, mas perdemos o nosso papel de líder no processo negocial. Em minha opinião, não devemos contentar-nos com o papel de mero coordenador do processo negocial: temos de assumir, nós próprios, o papel de negociador activo. É por esta razão que não devemos pôr todas as cartas na mesa e anunciar os nossos objectivos antes do início das negociações. Também deveríamos tentar uma aproximação com países terceiros, ao invés de nos distanciarmos deles.

Por fim, gostaria de referir que temos de tratar a questão das alterações climáticas como um assunto urgente nas nossas reuniões internacionais, e, nesse sentido, é claro, conto com a cooperação dos dois Comissários responsáveis por ambas essas áreas.

**Enrique Guerrero Salom (S&D).** - (ES) Hoje, no princípio do ano de 2010, não estamos no ponto em que gostaríamos de estar no combate às alterações climáticas. Não chegámos lá porque, neste momento, deveríamos estar a trabalhar no sentido de adoptar as alterações legislativas decorrentes de um acordo alcançado em Copenhaga.

Não estamos nessa fase e é uma lástima. Devemos lamentar o facto de que, em Copenhaga, se baixaram as ambições no combate às alterações climáticas, não se assinou um acordo vinculativo e houve falta de transparência nos procedimentos. Como consequência, não temos bases jurídicas ou meios suficientes para atender às necessidades das pessoas, especialmente nos países em desenvolvimento.

No entanto, também não estamos no ponto em que estávamos antes de Copenhaga, porque em Copenhaga conseguimos um acordo que almejávamos com os Estados Unidos, a China, a Índia, a África do Sul e o Brasil, que mais tarde foi assinado por outros países, como a Rússia, a Austrália, a Noruega, a Suécia e a Espanha. Não devemos esquecer que, juntos, esses países são responsáveis por três quartos das emissões de dióxido de carbono nem nos devemos esquecer de que muitos desses países estiveram, anteriormente, fora do Protocolo de Quioto.

Portanto, o passo que demos não foi suficiente, mas foi significativo. Temos de aproveitar este passo em frente para avançarmos a partir de dentro da União Europeia. A União Europeia foi o motor de todos os progressos já alcançados. Contudo, esses avanços não prosseguirão se a União Europeia não continuar a insistir.

Em relação à Alemanha e ao México, temos de trabalhar para alcançar acordos vinculativos e obter recursos para ajudar os países em desenvolvimento a reduzirem as suas emissões, a adaptarem-se e a actualizarem-se em termos de tecnologia. Temos de o fazer por motivos de eficiência e de justiça e porque precisamos de mais parceiros.

Estou seguro de que a Presidência espanhola trabalhará nesse sentido.

**Roger Helmer (ECR).** - (EN) Senhor Presidente, trago boas notícias para o Parlamento: tal como muitos cientistas, cheguei à conclusão de que não existe nenhuma crise do clima! Os níveis do mar não estão a subir de modo significativo e, tal como o PIAC foi obrigado a admitir, os glaciares do Himalaia não estão a regredir rapidamente. O pequeno aumento na temperatura média global dos últimos cem anos está totalmente de acordo com as alterações naturais de longo prazo, há muito conhecidas.

Copenhaga mostrou que muitos países, especialmente a China e a Índia, não estão, pura e simplesmente, dispostos a sacrificar o desempenho económico em prol de um problema completamente especulativo. No Reino Unido, a maioria dos eleitores já não acredita nas alterações climáticas provocadas pelo Homem e não está disposta a financiar tentativas fúteis e sem sentido de mitigar essas alterações. As mensagens da Unidade de Investigação Climática recentemente interceptadas mostram que até os sacerdotes do alarmismo do clima estão desesperados com o facto de a natureza não estar a cumprir as suas previsões, de modo que estão a falsificar os dados para manter a fantasia.

Temos agora de exigir um inquérito público para avaliar os dados em causa, antes de gastar mais um cêntimo que seja em medidas de mitigação.

**João Ferreira (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, no fracasso de Copenhaga, os Estados Unidos e a União Europeia, respectivamente o primeiro e segundo maiores emissores mundiais em termos *per capita*, têm particulares e iniludíveis responsabilidades, que nenhuma tentativa de desresponsabilização, passando as culpas para cima de outros, apagará.

Entre outros aspectos já aqui mencionados, a Cimeira fracassou no que respeita ao financiamento da chamada *adaptação* nos países em desenvolvimento, pela insuficiência dos compromissos assumidos. Ao mesmo tempo, continuam a ser hipocritamente ignorados constrangimentos que pesam sobre estes países, como a enorme dívida externa, cujo montante, comparado com o financiamento anunciado, é verdadeiramente astronómico e uma fortíssima limitação a qualquer possibilidade real de desenvolvimento económico e social sustentável.

A Cimeira fracassou na discussão séria dos resultados perversos dos instrumentos de mercado e dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto. Entre outros aspectos, a Cimeira fracassou em abordar as causas das alterações climáticas para além dos seus efeitos, um sistema de organização económica e social irracional, no quadro do qual não será encontrada a solução para este nem para outros problemas com que a humanidade ...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Herbert Reul (PPE).** - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, neste acordo de Copenhaga, 180 países aceitaram a meta dos dois graus centígrados, mas esta meta ainda não é legalmente vinculativa. Dos planos que aqui fizemos não saíram muitos resultados. Deu tudo errado em Copenhaga. Podemos admitir que foi uma derrota. É importante descrever a situação com precisão para se poder reflectir com cuidado sobre o que aconteceu e podermos, então, avançar nesta matéria.

Estou um tanto chocado com alguns dos discursos que aqui ouvi. Foi aqui dito "temos de lutar mais", "temos de continuar a fazer o que temos feito", "precisamos de uma maior percentagem", "mais dinheiro", "o problema foi falta de união dentro da Europa", e penso que essas afirmações são demasiado ligeiras, demasiado superficiais em termos de análise da situação. Prosseguir pura e simplesmente em frente não é solução. Não foram essas as razões por trás dos resultados obtidos. Será que já considerámos e discutimos uns com os outros todos os pontos essenciais de maneira justa e objectiva? Como é que lidámos com as questões, legítimas ou não, dos colegas que disseram "temos dúvidas sobre certas questões com as quais não concordamos, questões de cepticismo em relação ao clima"? Como é que reagimos, na Comissão sobre as Alterações Climáticas, quando alguns colegas disseram "também queremos ouvir o outro lado – a posição dos cientistas que se opõem"? Qual a oportunidade que demos, de facto, a que essas posições fossem apresentadas? De resto, independentemente da nossa posição, temos de discutir com calma a questão de como lidar com as recentes informações que alguns colegas acabaram de mencionar, sobre o erro do PIAC em relação ao degelo dos glaciares.

Também há um segundo tipo de questões que necessita de respostas. Estaremos a utilizar os mecanismos certos para lidar com o problema? Estão sempre a surgir novos calendários, mais percentagens, novos regulamentos e disposições. É uma abordagem um tanto burocrática. Não terá a senhora deputada Ek razão ao insistir que a solução passa pela inovação tecnológica e as forças de mercado? Existem abordagens diferentes por parte de outros países, mas isto não quer dizer que não estejam a fazer nada. Talvez um pouco mais de

abertura e um pouco mais de reflexão nos permitam ser mais eficazes em relação a este assunto. É o que eu gostaria de ver acontecer, ao invés do método de "fechar os olhos e ir em frente".

**Judith A. Merkies (S&D).** - (EN) Senhor Presidente, não quero descrever um cenário de desgraça, como já aqui se fez. Não pretendo retratar um cenário de desgraça para o futuro, nem condenar o falhanço de Copenhaga – embora esteja irada.

Por isso, a resolução passa por se fazer muito melhor no futuro, e a nossa próxima oportunidade está no México, este ano. Em primeiro lugar, da próxima vez não deveremos avançar sozinhos. Em Copenhaga, olhámos para trás e estávamos sós em relação às nossas ambições. Temos de convencer os outros a ser tão ambiciosos quanto nós. Como podemos afirmar estar no papel de condutor se não somos capazes de convencer os outros das nossas ambições e do caminho a tomar?

Em segundo lugar, não há uma solução boa para todos. Como foi por vezes dito com orgulho nos dias que antecederam a cimeira do clima, não existe um plano B. Bem, temos a certeza disso agora, nada deu certo. Não temos nada. Portanto, da próxima vez, é melhor termos um plano B.

Por fim, como poderemos vencer na diversidade se o nosso lema é a unidade? Seria bom se, da próxima vez, actuássemos em conjunto, em uníssono. Precisamos de um mandato unívoco. A Europa precisa muito de uma só voz. Portanto, Senhora presidente em exercício do Conselho, estarão dispostos a comprometer-se com um mandato exclusivo, não partilhado? Seria uma competência exclusiva da União Europeia em matéria de políticas do clima e acordos do clima.

**Mirosław Piotrowski (ECR).** - (PL) Senhor Presidente, o clima, a própria natureza que nos rodeia, pertence a todos, incluindo as gerações futuras, e é por isso que nos devemos sentir responsáveis pela sua protecção. Na recente cimeira do clima, os líderes mundiais não foram capazes de chegar a um entendimento em relação a uma estratégia comum ou a mecanismos para alcançar esse objectivo. Paradoxalmente, não creio que isso seja uma má notícia, tendo em conta as inquietantes informações que nos têm chegado do Reino Unido e dos Estados Unidos, entre outros, sobre uma tentativa de manipulação dos dados por parte de certos grupos de interesse, valendo-se de dados científicos para alcançar um resultado específico.

Precisamos de uma avaliação fiável desta situação. Portanto, apelo à nomeação de um grupo de especialistas internacionais independente, à elaboração de um relatório completo sobre se a actividade humana afecta realmente, ou não, as alterações climáticas, e que determine se houve falsificação dos dados. Na implementação de uma estratégia comum de protecção do clima, os políticos da UE devem ter em conta também as diferenças económicas entre os países da Europa Ocidental e da Europa do Leste. Devido à crise, as medidas propostas podem levar muitas economias à ruína.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE).** - Senhor Presidente, Senhora Ministra, a Conferência de Copenhaga terminou com um resultado longe do esperado. Os países tomaram nota de um documento cujos objectivos são pouco claros e não vinculativos. Copenhaga representou muito mais do que uma cimeira do clima. Jogou-se aí uma nova correlação de forças a nível mundial e o próprio papel do multilateralismo do sistema das Nações Unidas. Foi notória a influência crescente dos países emergentes. A Conferência de Copenhaga mostrou que é preciso repensar o papel da Europa no mundo. Será necessário utilizar as possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa para preparar o caminho até à próxima COP, com ambição, falando a uma só voz, fazendo alianças estratégicas.

O resultado de Copenhaga fornece uma base para a continuação dos trabalhos. A UE deverá procurar garantir que os próximos passos das negociações desenvolvam o Acordo de Copenhaga com vista a alcançar um acordo juridicamente vinculativo até ao fim deste ano. Deverá ainda contribuir para a implementação das disposições relativas ao financiamento dos países em desenvolvimento, no tocante às florestas, à transferência de tecnologia e às medidas de adaptação.

A nível interno, a Europa tem também uma tarefa grande pela frente: implantar o pacote de energia e clima, investir nas tecnologias limpas, na investigação científica, na eficiência energética, apostar numa nova política industrial baseada na eficiência dos recursos naturais e na inovação, promover uma política de cidades de baixo carbono, de transportes e mobilidade sustentável. Só assim será possível liderar, pois a verdadeira liderança baseia-se no exemplo.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** - (HU) Senhor Presidente, Copenhaga mostrou-nos que a UE não conseguiu encontrar parceiros para as suas ideias ambiciosas. De futuro, a UE não deverá desistir das suas metas, a promessa de três vezes 20% mas, ao mesmo tempo, deve reconsiderar a sua posição e o seu mandato negociais,

porque não podemos adoptar a política da avestruz. Há que aprender as lições de Copenhaga. O mandato não foi bem sucedido. Não soubemos compreender o empenhamento da China nem de outros países em desenvolvimento. Não soubemos compreender o espaço de manobra de que dispunha o Presidente Obama e não conseguimos falar a uma só voz. Como parte do debate da Presidência espanhola, o Presidente, e o senhor deputado Verhofstadt, afirmaram muito justificadamente que a Europa não tinha uma voz comum.

Não podemos adoptar a política da avestruz. Depois de Copenhaga, não podemos agir e não podemos fazer política da mesma maneira que fazíamos antes de Copenhaga. A UE deve reposicionar-se e definir um novo mandato antes da série de negociações a realizar no México. Em primeiro lugar, temos de investigar como poderemos alcançar a meta dos 2º C, um dos resultados de Copenhaga. Durante o próximo período, a política europeia deveria consistir em definir uma posição flexível susceptível de permitir o êxito. Obrigado pela vossa atenção.

**Esther de Lange (PPE).** – (NL) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, esta manhã, teve lugar nas escolas neerlandesas o *Nationale Voorleesontbijt* (pequeno almoço de leitura em voz alta). No meu círculo eleitoral de Noordwijk aan Zee, que fica mesmo junto das dunas do Mar do Norte, numa zona que será das primeiras a ser afectada por uma eventual subida dos níveis do mar, as crianças ouviram ler uma história intitulada "Uma reunião", sobre homens de neve a deliberar sobre a forma de impedir o calor de aumentar. Falam, falam, falam até terem todos derretido. Para ser sincero, num dia mau, este debate faz-me lembrar um pouco essa história.

É verdade que Copenhaga não foi um êxito. Ora, poderíamos continuar a apontar o dedo a outros países ou sectores específicos; esses chavões também surgiram ocasionalmente no debate. No entanto, parece-me que seria uma ideia melhor pensar no futuro e ver o que a Europa pode e, sobretudo, deve fazer para assumir a sua responsabilidade e assegurar que se consiga ainda chegar a um acordo internacional. Por conseguinte, em minha opinião, é necessário manter em cima de mesa a opção de uma redução de 30%. Além disso, a Europa tem de considerar formas de promover novas tecnologias, inclusivamente com fundos europeus, por exemplo, promovendo a construção de estufas neutras em termos de emissões de CO<sub>2</sub> e que, simultaneamente, consigam produzir energia, em vez de vermos constantemente a agricultura como um problema. Por outro lado, temos de basear a nossa abordagem em dados científicos, em conhecimentos e em competências e não em emoções, por muito que todos nós nos interessemos por este debate.

Por último, tal como já disseram muitos dos meus colegas, temos de falar a uma só voz. Só deveria haver um lugar para a Europa no México, em vez dos oito que aparentemente foram necessários em Copenhaga. Senhora Presidente em exercício do Conselho, como pensa conseguir isso em conjunto com os comissários com responsabilidades neste domínio?

**Nessa Childers (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, a esperança gerada por anos de preparação foi-se transformando em desânimo à medida que se foi tornando cada vez mais claro que o acordo a que pretendíamos chegar em Copenhaga estava a escapar ao nosso alcance a cada dia que passava.

É forçoso que nos preocupemos com a facilidade com que os EUA, a China e outros contornaram as estruturas da ONU, relegaram a UE para segundo plano e chegaram a um acordo que ficou muito aquém das expectativas mundiais.

Uma coisa é clara. O sistema de conversações climáticas das Nações Unidas necessita de ser submetido a uma profunda operação cirúrgica antes da conferência do México, no final deste ano. Nas circunstâncias actuais, o Presidente Obama é um prisioneiro do seu sistema político, porque necessita de 67 votos no Senado.

A China recusa todas as medidas que sejam vinculativas e estejam sujeitas a vigilância internacional. A ironia da situação é que, quanto mais tempo os EUA, a China e outros frustrarem, adiarem e prevaricarem no que respeita a um acordo, mais difícil se tornará, necessariamente, atingir as metas de redução das emissões.

Temos de considerar soluções. A UE e este Parlamento necessitam de examinar com honestidade a forma com vão abordar estes assuntos no futuro. A Europa tem de se mostrar muito mais segura da sua posição e, ao fazê-lo, deve continuar a estabelecer objectivos ambiciosos que envolvam metas e reduções das emissões de 30%.

Trata-se de uma corrida económica que conduzirá o mundo ao século XXI com base em empregos ecológicos e num estilo de vida sustentável. A Europa tem de vencer essa corrida independentemente daquilo que os nossos amigos façam ou não façam.



**Cristina Gutiérrez-Cortines (PPE).** – (ES) Gostaria de dar as boas-vindas à Senhora Presidente em exercício do Conselho, Elena Espinosa, com cuja presença aqui me congratulo sinceramente.

Estou especialmente preocupada com a mudança de atitude e com o facto de a nossa análise de Copenhaga poder muito bem conduzir a uma mudança de atitude. Em primeiro lugar, penso que um dos nossos problemas consiste em falta de humildade e realismo, tal como já disseram os meus colegas. Acima de tudo, porém, preocupa-me o facto de termos constatado, ao deslocarmo-nos a outros países, que eles não falam de alterações climáticas mas sim de mudança global.

O contexto em que nos iremos mover no México – e o contexto em que nos temos estado a mover – caracteriza-se por uma população crescente, escassez de alimentos, a necessidade de desenvolver a agricultura e a falta de recursos fundiários e hídricos. Por conseguinte, qualquer decisão que tomemos sobre as alterações climáticas tem de ser considerada dentro deste contexto. É evidente que também não podemos esquecer que muitos países têm o direito de se desenvolver.

Necessitamos, portanto, de adoptar uma visão sistemática, uma coisa que falta na nossa análise das alterações climáticas. Não é possível resolver as alterações climáticas com base exclusivamente na questão das emissões. Uma visão sectorial quantitativa não leva a lado nenhum.

Além disso, temos de atribuir mais importância à informação científica. Peço especialmente à Comissão que as equipas que manipularam os dados sejam averiguadas e que lhes sejam retirados os financiamentos, se é que a União Europeia as está efectivamente a apoiar, porque isso desacreditar-nos-á para sempre.

Como vamos nós coordenar a nossa acção sobre este assunto? Este é um outro aspecto muito importante. Como é que a União Europeia se vai organizar para chegar a um acordo? Já devíamos ter começado a trabalhar nesse assunto esta manhã.

Por último, a questão que me preocupa: a adaptação processa-se no território em causa e temos de iniciar esse processo, mais uma vez, adoptando uma nova visão estratégica do território que inclua a produtividade, a reflorestação estratégica, regiões, zonas e distritos dedicados à agroenergia e, evidentemente, a água e a biodiversidade. Ainda não temos essa visão.

Quanto a este ponto, creio que necessitamos de pensar na possibilidade de utilizar os Fundos Estruturais para novos planos estratégicos em todas as regiões, a fim de se levar a cabo essa adaptação, e os decisores políticos devem ser convidados a iniciar essa revisão estratégica do território, porque essa área não é da nossa responsabilidade e será muito difícil trabalharmos nela a nível europeu.

**Saïd El Khadraoui (S&D).** – (NL) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, tal como já aqui se disse muitas vezes, evidentemente, a cimeira foi um fracasso. Estamos a milhas de distância dos nossos objectivos. Durante os próximos cinco meses, teremos de ver se ainda será possível consertar a situação. Creio, porém – tal como já disseram também outras pessoas – que continua a haver muitos aspectos que nós próprios podemos consertar, mesmo sem um acordo internacional sob os auspícios das Nações Unidas. Estou a pensar, em particular, naquilo que podemos fazer para criar um sistema de transportes mais sustentável. Um objectivo prioritário era reduzir as emissões da aviação em 10% até 2020, trabalhando através da Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO), e as emissões dos transportes marítimos em 20%, trabalhando através da Organização Marítima Internacional (OMI). Assim, gostaria de pedir ao Conselho e à Comissão para prosseguirem as negociações com estas organizações e para intensificarem as pressões, começando a preparar medidas unilaterais desde já para o caso de não se conseguir chegar a um acordo dentro de um período de tempo relativamente breve.

Entretanto, há evidentemente uma grande quantidade de trabalho de casa que nós próprios podemos fazer. No que respeita aos transportes intra-europeus, ouvi a Comissária indigitada Connie Hedegaard defender um pacote clima-transportes ambicioso durante as audições. O Comissário indigitado Siim Kallas não foi tão claro, mas gostaria de recordar à Comissão que os transportes são responsáveis por 25% das emissões de CO<sub>2</sub>, pelo que são necessárias medidas urgentes para esse sector. É complicado, é difícil e exige um conjunto de medidas, mas insto a Comissão a continuar a trabalhar sobre o assunto e a dar desse modo um contributo importante para uma política mais sustentável.

**Catherine Soullie (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, já não é necessário demonstrar a importância da questão das alterações climáticas. Os seus impactos a curto, médio e longo prazo são inegáveis, embora os resultados do JESC tenham sido publicados na primeira página de um certo jornal nacional e vão reforçar indubitavelmente a posição dos cépticos.

O mundo pensava que a conferência de Copenhaga proporcionaria aos líderes mundiais uma oportunidade única de comprovar, agir em função de, e corrigir os efeitos deste processo das alterações climáticas. A União Europeia era um parceiro fundamental nesse fórum, não só devido à legislação ousada que temos aprovado com vista a limitar o impacto das nossas actividades no clima, mas também porque a Europa representa uma união de países que podem efectivamente ter um contributo a dar.

O documento final da conferência de Copenhaga deixou obviamente uma sensação de insatisfação, mas recuso-me a dizer que foi um fracasso. O mundo, incluindo até um dos países mais relutantes, a China, mostrou-se de acordo quanto à questão de limitar o aumento da temperatura a 2°C. O Brasil acaba de aprovar uma lei destinada a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 39% até 2020, em conformidade com os compromissos que assumiu.

Muitos outros países também revelaram grande ambição no que respeita às metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Estou a pensar no Japão e na Noruega. Quero igualmente realçar o aspecto muito positivo que foi o consenso a que se chegou quanto à necessidade urgente de um mecanismo destinado a reduzir as emissões geradas pela desflorestação. Foi produzido um texto específico e unânime sobre a execução do chamado mecanismo REDD+, que se destina a reduzir a desflorestação e a permitir que o CO<sub>2</sub> seja armazenado naturalmente.

Embora tenha ficado longe de um acordo vinculativo mas se possa considerar claramente um acordo político, o documento final de Copenhaga deve levar-nos a perguntar qual a razão de tal desapontamento. Assisti à conferência de Copenhaga, tal como vários colegas meus, com o desejo de participar, de ajudar e de ver uma Europa de negociação e de liderança a agir. Fiquei extremamente desapontada porque a Europa e, especialmente, o Parlamento não ocuparam o lugar que mereciam nas negociações.

Para fazer sentir a sua presença, a Europa tem de ser considerada mais forte nesta área. A reunião dos nossos ministros do Ambiente em Sevilha não levou a nada, e os nossos líderes foram considerados inseguros e hesitantes, e continuamos divididos no que respeita às nossas metas.

Espero que Connie Hedegaard, armada das suas propostas e dos compromissos que assumiu perante a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, consiga restabelecer as ambições da União Europeia.

**Lambert van Nistelrooij (PPE).** – (NL) Concorde com o que disse neste debate a senhora deputada de Lange, em nome da nossa delegação do Apelo Democrata-Cristão (CDA) dos Países Baixos. Também eu fiquei desapontado pelo facto de o acordo vinculativo não se ter concretizado, e gostaria de fazer uma pergunta à Senhora Presidente em exercício do Conselho. Quais as implicações da ausência de um tal acordo para o nosso quadro legislativo, nomeadamente o pacote relativo ao comércio de direitos de emissão, entre outras coisas? Qual será o impacto no regime estabelecido? Poderá dizer-nos isso? Gostaria de assinalar, principalmente na minha qualidade de coordenador do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) para a política regional, que devemos manter os nossos objectivos na íntegra. Além disso, a Europa não deve pôr em causa os esforços dos cidadãos, das cidades, das regiões e das empresas que aderiram ao pacote de programas de execução. A questão climática não é apenas fruto de alarido mediático, e constato que, felizmente, foi incorporada na Estratégia UE 2020 da nova Comissão.

Gostaria igualmente de assinalar que encaminhámos agora os próprios instrumentos e recursos da UE para prioridades relacionadas com o clima: 30% dos fundos regionais foram canalizados para o clima e para projectos no domínio da energia, o que corresponde a duas vezes o montante do período precedente. Esta prioridade específica permite que se continue a promover a inovação e as novas tecnologias que irão ajudar a colocar-nos numa posição de vantagem a nível mundial. Isto aplica-se igualmente às despesas no âmbito do Plano de relançamento da economia europeia. Penso que isto determina uma tendência positiva, inclusivamente no que respeita ao financiamento para lá de 2013. Verifico haver realmente um grande empenhamento por parte das regiões e das cidades em continuar a trabalhar nestes assuntos. Perante o desespero manifestado em várias intervenções que aqui ouvimos, reduzir este grau de ambição iria enviar a mensagem errada. Partilho da vossa esperança de que, no México – a nossa segunda oportunidade – venhamos a obter melhores resultados.

**János Áder (PPE).** – (HU) Senhor Presidente, não devemos dourar a pílula. Copenhaga foi um fracasso. Não quero, porém, debruçar-me sobre esse aspecto e considero que, em vez de criticar os outros, faríamos melhor em cuidar da nossa vida. Temos de admitir que uma das razões do fracasso foi a falta de uma posição europeia comum em Copenhaga, fosse em termos de quotas de CO<sub>2</sub> ou de financiamento. Concorde com aqueles que dizem que haver uma posição europeia comum é uma condição necessária do êxito das negociações. É

verdade. O que temos nós de fazer para o conseguir? É necessário a Comissão e todos os Estados-Membros da União Europeia aderirem à letra e ao espírito do Protocolo de Quioto. A Hungria, a Polónia, a Roménia, a Bulgária, os Estados Bálticos, a Eslováquia e a República Checa honraram os seus compromissos, tendo excedido o nível estabelecido em Quioto. Por conseguinte, podem vender as suas quotas de CO<sub>2</sub>. Penso que é desonesto, injusto e incorrecto da parte da Comissão e dos outros Estados-Membros da União Europeia privar estes países desta oportunidade.

Em Copenhaga, a Polónia e a Hungria propuseram um compromisso. A sua finalidade era manter a possibilidade de vender as quotas para além de 2012, mas o seu volume anual deveria ser limitado e o dinheiro recebido deveria ser gasto em investimentos ecológicos. Propusemos um compromisso para bem de uma posição europeia comum. Agora compete à Comissão e à UE15 agirem, sobretudo porque sem a Hungria, a Polónia, a Roménia e outros países, a UE15 não poderia afirmar que cumpriu os seus compromissos, já que, em vez dos 8% prometidos, apenas teria atingido 5,5%. Muito obrigado pela vossa atenção.

**Françoise Grossetête (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, as negociações evidenciaram o fracasso da estratégia da UE, cuja finalidade era obrigar os outros a seguirem atrás de si como sendo a mais virtuosa.

A verdade é que há um abismo entre a retórica de uma UE que deseja ser a líder mundial na luta contra as alterações climáticas e a sua capacidade para conseguir a adesão dos outros nas negociações finais. Não só ninguém aderiu como também, ao pôr as suas cartas todas em cima da mesa demasiado cedo, a UE tornou o fracasso inevitável. Na verdade, a voz da UE mal se ouviu durante as negociações finais.

O que vamos então fazer agora? Devemos, acima de tudo, aplicar o princípio da reciprocidade nas nossas trocas com países terceiros. A Europa não pode continuar a aceitar uma situação em que certos produtos importados não satisfazem os requisitos ambientais. A situação causada pelo fracasso de Copenhaga gera, portanto, incerteza quanto às futuras regras de funcionamento internacionais no domínio da redução das emissões de carbono, o que é especialmente prejudicial para as empresas europeias que estão a ser obrigadas a realizar investimentos consideráveis. Esta falta de visibilidade também poderá ter um impacto negativo no mercado do carbono, cuja importância crescente e cujo bom funcionamento exigem um quadro claro e estável.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e a China estão a investir em grande escala em tecnologias verdes, a fim de criar empregos verdes para o futuro. A Europa não deve perder o comboio da inovação. Tem de apoiar uma verdadeira política industrial, porque esse é o verdadeiro desafio da luta contra as alterações climáticas. As novas tecnologias limpas já existem; compete-nos a nós acelerar a sua utilização no âmbito das nossas políticas para benefício de todos e, especialmente, dos países em desenvolvimento.

É este o desafio que a UE tem de enfrentar. A UE possui os meios necessários para empreender com êxito esta revolução, mas sejamos mais pragmáticos ao abordar os próximos prazos, de modo a que dentro de um ano, na Cidade do México, possamos transformar o acordo celebrado em Copenhaga em algo que seja juridicamente vinculativo.

**Andrzej Grzyb (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho Elena Espinosa, Senhor Comissário, a Presidência espanhola decidiu preparar uma avaliação da conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas, e nós estamos aqui a dizer, segundo muitos oradores, que a conferência terminou num fiasco. No entanto, um fiasco não tem de ser uma catástrofe – por vezes há que extrair boas conclusões de um fiasco e tentar perceber o que realmente o causou. Há que avaliar a actual estratégia de negociação da União Europeia, porque estão já em curso os preparativos para a próxima cimeira, a realizar no México em Dezembro deste ano.

Tenho uma pergunta: deveremos nós aumentar o objectivo de redução das emissões, uma vez que não conseguimos atingir o actual objectivo nestas negociações? Temos de encontrar parceiros para o actual objectivo e para um objectivo superior não temos parceiros absolutamente nenhuns. É importante salientar que sem os Estados Unidos, a China e a Índia – um aspecto que também foi focado muitas vezes neste Hemiciclo ao longo deste debate –, não conseguiremos realizar os objectivos estabelecidos pela União Europeia na Cimeira de Copenhaga. No México passar-se-á a mesma coisa. Temos de avaliar a declaração das outras partes, mantendo sobretudo o fórum da conferência sobre o clima como principal fórum para a negociação de um acordo, independentemente das avaliações críticas quanto ao facto de o fórum da ONU ser ou não apropriado e positivo, estar ou não a funcionar bem, etc.

Queremos uma economia verde que utilize racionalmente o ambiente e que desenvolva novas fontes de energia e novas tecnologias para gerar e poupar energia. Ao mesmo tempo, sabemos que a energia mais

barata é a energia que não se esgotou, pelo que temos de ser racionais. A propósito – e esta é a minha última frase – as reduções das emissões de dióxido de carbono e de outros gases com efeito de estufa não se conseguem utilizando tecnologias dispendiosas. Muitas vezes, os nossos próprios recursos, tais como as florestas e o solo, também podem ser meios de absorção excelentes, e neste caso trata-se de absorção biológica e, como tal, de uma absorção eficaz.

**Presidente** – Ao contrário do que se passou esta manhã, em que nos vimos muito apertados de tempo, dispomos agora de alguns minutos. Deste modo, rompendo com a regra usual, vamos tentar dar a palavra a todos os que pediram para intervir segundo o procedimento "catch-the-eye". Contudo, terei de rogar a todos que não excedam um minuto na vossa intervenção.

Decorrido um minuto, a palavra ser-vos-á retirada, pois temos treze pessoas inscritas para intervir. Quero dar a todos a oportunidade de falar mas, para a Senhora Ministra Espinosa e o Comissário Rehn poderem responder, todos terão de falar apenas um minuto.

**Marian-Jean Marinescu (PPE).** – (RO) Em sintonia com as expectativas, a Cimeira de Copenhaga terminou sem quaisquer resultados concretos. Contudo, ficámos com um visão clara do fenómeno do aquecimento global e da necessidade de agirmos. A União Europeia deverá prosseguir os seus esforços a nível da política externa, especialmente as discussões com os Estados Unidos e a China. Temos de conseguir resultados positivos. Dispomos de comissários tanto para a política externa como para as alterações climáticas.

Até lá, é preciso continuar com as acções empreendidas até agora pela União Europeia, mesmo aquelas que foram tomadas unilateralmente. Espero que, em Janeiro, na reunião informal em Sevilha, os ministros do Ambiente abordem com pragmatismo os resultados de Copenhaga e considerem as alterações climáticas no contexto do futuro Plano de Acção para a eficiência energética (2010-2014).

Além disso, o terceiro pacote de medidas relativas ao mercado interno da energia deve ser coordenado com o Acordo de Copenhaga, por forma a garantir a segurança energética, promover as energias renováveis e assegurar a captura e armazenamento de dióxido de carbono.

**Linda McAvan (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, uma pergunta à Presidente em exercício do Conselho, e talvez também à Comissão, sobre o prazo-limite de 31 de Janeiro. O que se está a passar com os compromissos no seio da UE? Parti do princípio de que a UE iria assumir um compromisso, mas agora ouço dizer que, no Coreper, estão a discutir vários compromissos. O que está, realmente, a passar-se?

Em segundo lugar, dizemos que a Europa deve falar a uma só voz, mas o facto de a UE ter ido para Copenhaga com um mandato e de a equipa negociadora não ter tido qualquer flexibilidade para negociar não constituirá parte do problema? Isso é efectivamente parte do problema. Foi por este motivo que a UE foi excluída das negociações finais. Que razão haverá para falar com um negociador que não pode sair da sua posição e não tem qualquer flexibilidade? Como resolver isto? Dizem-me que o mesmo se passa na OMC. Isto é um grande problema para a UE.

Por fim, Senhor Comissário Rehn, espero que transmita os nossos melhores votos ao Comissário Dimas. Lamento que ele não esteja aqui presente na sessão final. Gostaríamos de lhe ter podido agradecer o excelente trabalho que desenvolveu ao longo de muitos anos, e espero que tenhamos a oportunidade de o ver para a semana, na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, para lhe transmitirmos os nossos agradecimentos.

**Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE).** – (NL) Senhor Presidente, infelizmente, os gigantes – os Estados Unidos, a China, a Índia, o Brasil – não puderam contar com um gigante europeu em Copenhaga. Pior ainda, havia 28 anões europeus sentados à mesa: 27 Estados-Membros e uma Comissão impotente. É a maneira errada de fazer as coisas. Se a Europa não consegue falar a uma só voz, torna-se impotente e não consegue desempenhar o seu papel potencial. Isto é lamentável não só para a Europa, mas também, em particular, em termos dos resultados deste tipo de conferência. Esta manhã, o Presidente Barroso, com o Tratado de Lisboa na mão, disse que, em matéria de ambiente, quem fala em nome da União Europeia é a Comissão. Ele que prove o que diz. A minha pergunta para a Comissão é a seguinte: em vez de lindas palavras sobre falar a uma só voz, estarão os senhores preparados para reclamar esse papel e, se for necessário, empurrar o Conselho para o lado?

**John Stuart Agnew (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, no mês passado, em Copenhaga, enquanto decorria a grande conferência – pejada de políticos, ONG e activistas –, decorria na mesma cidade uma outra conferência

sobre o clima, onde a maior parte dos oradores eram cientistas. Creio que eu era o único eurodeputado presente.

Um a um, os cientistas demoliram os ditos factos sobre o aquecimento global causado pelo homem, apresentando argumentos científicos em oposição a comentários alarmistas. Ouvimos falar das falhas técnicas no gráfico "taco de hóquei" de Al Gore e da falta de credibilidade dos dados das estações meteorológicas após a queda do Muro de Berlim. Fomos informados a respeito das lacunas científicas dos modelos computacionais que manifestam relutância em prever tempo frio, bem como sobre a probabilidade de uma relação entre o dióxido de carbono e as temperaturas globais oposta à relação com que nos têm andado a lavar o cérebro. Mostraram-nos fotografias de satélite do rápido aumento do gelo no Ártico nos últimos três anos, e também fomos informados a respeito do crescimento da população de ursos polares.

**Andrew Henry William Brons (NI).** – (EN) Senhor Presidente, as referências anteriores às chamadas provas sobre os glaciares dos Himalaias têm de ser trabalhadas. O Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas afirmou em 2007 que estes iriam desaparecer até ao ano de 2035.

O *Sunday Times* descobriu recentemente que, em última análise, o relatório se baseava numa entrevista dada em 1999 por um cientista indiano, Syed Hasnain, ao *New Scientist*. Syed Hasnain declarou posteriormente que as suas declarações se baseavam em estimativas pessoais e que não tinha mencionado o ano. Por outro lado, também não tinha levado a cabo nenhuma investigação formal.

Se quisermos que as nossas conclusões sobre a hipótese das alterações climáticas se baseiem em provas, então essas provas devem ser irrefutáveis. Não podem ser forjadas nem podem ser inventadas.

**Iosif Matula (PPE).** – (RO) Contrariamente a outras regiões do mundo, a União Europeia compreende e assume um papel pioneiro na batalha contra as alterações climáticas. Ao mesmo tempo, o elevado número de participantes na reunião de Copenhaga enche-me de esperança de que a acção de um tão grande número de aliados possa, por fim, ter uma hipótese de sucesso. Apesar de as conclusões da cimeira não terem sido o que se esperava, estou convencido de que o nosso envolvimento a diferentes níveis conduzirá aos resultados desejados.

Temos de promover mais programas de investimento nos nossos países, quer em energias renováveis, quer em domínios com implicações directas nas alterações climáticas. Refiro-me tanto a pequenos projectos, como, por exemplo, os que envolvem a assistência técnica ao desenvolvimento de fontes de energia locais, como a grandes projectos, com cobertura nacional, como a gestão selectiva e a reciclagem de resíduos ou o restabelecimento e a ampliação de redes e sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

**Gilles Pargneaux (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, no dia 11 de Novembro, Václav Havel afirmou perante nós que "A Europa é a pátria das nossas pátrias". Contudo, após Copenhaga, os nossos compatriotas europeus estão a ser muito duros. Existe uma verdadeira falta de confiança e, por isso, face a esta crise de confiança, e a fim de permitir que ela seja restabelecida, gostaria de lhe colocar uma pergunta dividida em duas partes.

Assim, e em primeiro lugar, durante os seis meses da sua Presidência pretende chamar de novo à mesa das negociações a introdução de uma taxa de carbono do tipo Tobin sobre as transacções financeiras? Parece-me que esta taxa iria permitir o restabelecimento da confiança, não só entre os nossos compatriotas mas também entre todas as pessoas que, por esse mundo fora, perderam a confiança.

Em segundo lugar, pretende chamar de novo à mesa das negociações uma lista mais vinculativa no que respeita às quotas de carbono e às fugas de carbono?

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, da mesma forma que uma andorinha não faz a Primavera, um Inverno rigoroso também não representa prova contrária das teorias da alteração climática e do aquecimento global. Na verdade, para um número cada vez maior de pessoas, as provas são avassaladoras, dado que tanto as provas científicas como as provas visuais comprovam a existência de alterações climáticas.

As pessoas descreveram a conferência de Copenhaga como um falhanço e um fracasso. Penso que seria mais adequado descrevê-la como um pequeno passo na direcção certa: um passo pequeno, sim, mas no bom caminho. O desafio agora é, no México, transformar esse pequeno passo num grande salto em prol da humanidade.

Para nós, na União Europeia, em particular, é um enorme desafio demonstrar que as novas instituições e os novos cargos criados pelo Tratado de Lisboa são efectivos. Se formos marginalizados, tal como ocorreu em Copenhaga...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Andrés Perelló Rodríguez (S&D).** – (ES) Poucos assuntos mereceram um consenso tão generalizado no Parlamento Europeu e na sociedade e é uma vergonha desfazer as esperanças da sociedade que nos apoia, que confiou em Copenhaga.

Não creio que a cimeira fosse um fracasso, e não creio com certeza em algo que pessoas que não sabem distinguir clima de condições meteorológicas andam a dizer: o facto de ter nevado no Norte é uma coisa expectável, contudo já não é normal que esteja a nevar em Sevilha e que em Cuba esteja uma temperatura de quatro graus centígrados. Isto só vem confirmar efectivamente que as alterações climáticas estão a ter efeito. Não creio que nenhuma destas questões nos deva levar a baixar a nossa guarda.

Agora, mais do que nunca, Senhora Ministra, devemos manter a nossa posição. Por outras palavras, durante estes seis meses, terá de exercer ainda maior pressão, a fim de convencer o Conselho da necessidade de uma posição cada vez mais uniforme e unida. Deverá inspirar a Comissão no sentido de esta assegurar que falamos a uma só voz, de modo a que, quando chegarmos ao México, o Presidente Obama não possa dizer "Vou reunir com os chineses e depois conto aos europeus como foi". É nisto que está a raiz da frustração sentida pela União Europeia.

Senhora Ministra, devemos manter a nossa liderança para bem do clima, para bem da União Europeia e para bem de toda a humanidade.

**Presidente.** – Como sabem, podem submeter as vossas intervenções por escrito e estas constarão no relato integral da sessão. Na vossa intervenção aqui, se falarem muito depressa, o problema é que os intérpretes não conseguem seguir aquilo que estão a dizer e, nesse caso, sereis os únicos a ouvir as vossas próprias intervenções, ou, quando muito, também os colegas que compreendem a língua em que as mesmas são efectuadas.

Por conseguinte, seria uma boa ideia falarem devagar, de modo a que a vossa intervenção possa ser traduzida pelos intérpretes, e, como disse, em alternativa, utilizem a opção de entregar a vossa intervenção por escrito e ela figurará no relato integral.

**Bogusław Sonik (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, temos de admitir que a táctica usada até agora pela União Europeia, incluindo na Cimeira de Copenhaga, estava errada. Foi uma táctica de mostrar as cartas todas e acreditar que, se adoptássemos metas ambiciosas, os outros acabariam por aderir. Foi um erro, cometido aqui também no Parlamento, regatear a redução das emissões em 40% ou 50%. São situações que nos trazem à memória, de algum modo, as negociações durante a Guerra Fria, quando alguns grupos políticos acreditavam que o desarmamento unilateral induziria também a União Soviética a desarmar-se. Temos de alterar esta táctica e ser firmes nas negociações com os países mais poderosos do mundo – a China, os Estados Unidos – e ameaçar inclusivamente com a imposição daquilo que os nossos parceiros de França estão a sugerir, uma taxa de carbono nas fronteiras da União Europeia. As nossas empresas têm de ser competitivas num mercado global. Também não nos podemos esquecer das novas tecnologias, incluindo as tecnologias (...).

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Marc Tarabella (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, todos estão de acordo em reconhecer que a Cimeira de Copenhaga terminou num duplo fracasso. Na verdade, a cimeira não só foi um engano, que resultou num acordo não vinculativo que não foi subscrito por todos os países, como ainda vamos ter de nos conciliar com a nossa própria derrota, pois, na realidade, o que esteve em foco nas negociações em Copenhaga foi o papel-chave desempenhado pelos dois maiores poluidores do planeta, a China e os Estados Unidos. Foi este G2 que acabou por conduzir as negociações, sem que os europeus ou os países em desenvolvimento tenham tido uma palavra a dizer na matéria. Por conseguinte, a agricultura mal foi abordada. No entanto, este sector constitui um dos elementos mais fundamentais no combate contra as alterações climáticas. A agricultura europeia está presentemente a preparar-se para fazer a transição para modelos de produção mais sustentáveis, com uma gestão da água mais responsável e com modelos de baixa intensidade energética e menos dependentes dos químicos, visto que se compreendeu que a biodiversidade e a preservação dos ecossistemas são fundamentais para uma redução na poluição ambiental. Assim, quando é que vamos reconhecer, por favor, que a agricultura...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, a Cimeira de Copenhaga revelou uma outra maneira de encarar a questão das alterações climáticas. O verdadeiro problema não consistia em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, mas sim em propor mecanismos eficazes de apoio a essa redução. A Comunidade Europeia tem sido, até agora, líder no campo da redução das emissões de CO<sub>2</sub>, e continua a estabelecer as normas para que esse objectivo seja atingido a nível mundial.

Por isso, no quadro da União Europeia, valeria a pena propor uma abordagem sustentável que tornasse possível o financiamento de medidas adequadas, em primeiro lugar, dentro da EU. O dinheiro viria de um fundo da EU constituído em conjunto por todos os Estados-Membros, sendo as contribuições calculadas proporcionalmente com base no PIB *per capita* de cada país. Deste modo, obteríamos contribuições equitativas de cada Estado-Membro, sem complicações desnecessárias. Dar-se-ia prioridade às medidas financeiras que contribuíssem para uma redução efectiva das emissões, ao custo mais baixo.

**Adam Gierek (S&D).** – (PL) Senhor Presidente, em relação às observações críticas feitas por cientistas no que diz respeito à credibilidade das conclusões do PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas) e à revelação da falsificação de dados, factos que influenciaram sem dúvida o resultado da conferência de Copenhaga, questioneei a Comissão sobre a possibilidade de se conduzir uma investigação para verificar as contestadas conclusões. Na sua resposta, o Comissário Dimas afirmou o seguinte: "A avaliação do PIAC representa a expressão de um consenso atingido por milhares de cientistas." Por isso, a pergunta que eu faço é se os resultados na ciência são decididos por consenso e se as conclusões científicas são o resultado de uma votação. No que diz respeito ao Climagate, o Comissário disse: "A posição da Comissão Europeia é a de que não afecta as conclusões óbvias e fundamentadas contidas no relatório do PIAC." Pergunto, pois, o seguinte: que espécie de conclusões se podem retirar com base em dados falsificados? Penso que precisamos de uma investigação imparcial para verificar os efeitos do CO<sub>2</sub>. Sem credibilidade científica, temos outro desastre à nossa espera no México.

**Sirpa Pietikäinen (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, no seguimento de Copenhaga, os passos a seguir deveriam ser melhorar a posição e as capacidades negociais das Nações Unidas.

Devíamos facilitar às Nações Unidas o início das negociações ao mais alto nível entre os Chefes de Estado, prosseguindo depois com a redacção mais detalhada ao nível dos funcionários públicos, à semelhança do que acontece nas reuniões do G8 e do G20. A UE tem todo o interesse e também a capacidade para fazer passar este tipo de mudança no sistema das Nações Unidas.

Em segundo lugar, aquilo que desejo e espero para o Conselho e para a nova Comissão é que, agora, com o novo Tratado de Lisboa, as questões centrais da nossa política externa sejam tratadas pelo trio constituído pelo Presidente da Comissão, a Alta Representante e o Comissário do Ambiente, e que se permita a negociação com base num único texto negociado.

**Edite Estrela (S&D).** – Já aqui foi dito, e é verdade, que a Conferência de Copenhaga foi uma desilusão, que nem um acordo politicamente vinculativo se conseguiu aprovar. Mas agora é preciso olhar em frente e é preciso fazermos uma boa preparação política, porque técnica a União Europeia já a tinha feito, mas uma boa preparação política para a Conferência do México. É preciso que a União Europeia recupere a liderança e que se faça ouvir a uma só voz. O Tratado de Lisboa vai ajudar, vai permitir que a Europa se afirme e fale a uma só voz com a autoridade de quem fez o trabalho de casa. Também contamos com a Presidência espanhola para, quando chegarmos à reunião de Bona, ...

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Presidente.** – Dou por concluída a sessão. Foi uma sessão excepcionalmente longa mas, pelo menos, conseguimos que um número significativo de deputados pudesse falar. O elevado número de deputados aqui presentes é também revelador do interesse do Parlamento no tema que estamos a abordar.

Chegámos agora à parte final do debate e daremos, em primeiro lugar, a palavra à Senhora Ministra Espinosa, para que ela possa responder às questões que lhe foram colocadas.

A Senhora Ministra Espinosa compreenderá e a Câmara compreenderá também que é com o maior prazer que lhe cedo a palavra, dada a amizade, carinho e admiração que sinto por ela.

**Elena Espinosa Mangana, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Minhas Senhoras e meus Senhores, gostaria de agradecer a todos os vossos contributos, que vão sem dúvida ajudar-nos a melhorar. Lamento

não poder responder pessoalmente a cada um de vós, desde a primeira intervenção, da senhora deputada Wortmann-Kool, até à última, do senhor deputado Grzyb, e também às quinze intervenções adicionais que aqui escutámos. Permitam-me, no entanto, que acrescente umas poucas palavras mais à minha intervenção inicial.

Temos à nossa frente vários objectivos de enorme importância no campo das alterações climáticas: consolidar o apoio e um nível adequado de compromisso à volta do acordo de Copenhaga e reforçar cada um dos seus componentes, desenvolvendo e aprofundando o seu conteúdo e acelerando a sua execução.

A Cimeira de Copenhaga revelou o novo cenário internacional que nos rodeia. Dentro deste cenário, teremos de fazer novos progressos, onde diversos actores possam dar voz a novos objectivos e expectativas e onde as regras para a adopção de decisões possam ser alteradas, mediante a sua adaptação efectiva aos novos horizontes temporais e às novas necessidades.

Dentro deste contexto, a União Europeia tem de ponderar a melhor maneira de demonstrar a sua liderança na cena internacional, no campo da política ambiental.

Não podemos perder de vista os nossos objectivos, pois isso iria debilitar a nossa credibilidade e a nossa posição, que foi posta em causa nos últimos anos. Ninguém conhece tão bem como a União Europeia as dificuldades de construir esta liderança colectiva. De igual modo, ninguém mais do que o Parlamento está ciente das vantagens e da satisfação de um resultado que melhore as coisas para todos nós. Numa escala global, só poderemos progredir se o caminho à nossa frente se basear na confiança mútua e no interesse público.

Houve quem definisse Copenhaga como uma tempestade perfeita com um resultado agridoce. Prefiro extrair dela algo que sinto ser muito valioso: o facto de nos ter proporcionado um grande potencial que iremos poder capitalizar nos próximos meses. Minhas Senhoras e meus Senhores, podem ficar descansados que podemos proclamar alto e bom som que o problema em Copenhaga não foi a União Europeia.

Passando agora às vossas intervenções, houve diversas referências à solidariedade com países terceiros, à redução das emissões, à desflorestação, e a uma indústria mais eficiente e mais sustentável. Muitos de vós falaram de liderança e de unidade. Nesta fase, o nosso dever é exigirmos a aplicação imediata do Acordo de Copenhaga.

É igualmente nosso dever promover a integração plena do acordo no procedimento ordinário das Nações Unidas e estabelecer bases sólidas para que, no México, se realizem avanços significativos. O papel das alianças regionais e sectoriais será fundamental para o conseguir, e a União Europeia deve fortalecê-las e ampliá-las.

Temos de trabalhar lado a lado, de olhos postos no futuro. Temos de aprender e seguir em frente. Não podemos sucumbir às lamentações. O Parlamento pode fazer muitíssimo, encarando o futuro e pensando naquilo que devemos deixar para as gerações futuras. Todos nós, os Estados-Membros, o Conselho "Ambiente", a Comissão, o Parlamento e, é claro, a Presidência, temos um papel a desempenhar em conjunto.

Em lugar de nos tentarmos suplantarmos uns aos outros, devemos actuar em conjunto e congregar os nossos melhores esforços para defendermos o nosso futuro comum, sem esquecermos que o ambiente, o desenvolvimento, a competitividade e a inovação são objectivos comuns que devem andar a par.

Tomo nota dos vossos contributos e asseguro-vos de que poderão sempre contar com o Governo espanhol, que assume a presidência rotativa da União Europeia até 30 de Junho, para trabalhar convosco no sentido de alcançarmos um futuro mais sustentável para todos nós.

**Olli Rehn**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o debate bastante substantivo e responsável que teve lugar. Irei com certeza transmitir os votos de melhoras ao meu colega Stavros Dimas, e esperemos que ele possa rapidamente juntar-se a vós, na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar.

Registei as vossas observações e vou tentar responder a algumas das vossas preocupações e posições políticas, baseado no conjunto de informação que solicitei durante o debate. Penso que podemos interpretar a vossa mensagem básica no sentido de que, apesar de o Acordo de Copenhaga não reflectir o nosso nível de ambição, continua, todavia, a mostrar uma certa marca Europeia. Por outras palavras, o Acordo de Copenhaga contém referências para o nível de ambição que será necessário para combater as alterações climáticas no acordo relativo ao clima pós-2012 e estabelece a base para um pacote financeiro, convidando ainda à assunção de compromissos sérios no que respeita à redução de emissões.



A Coreper está reunida neste momento, em nosso nome e para debater os nossos compromissos, pretendendo a Comissão e os Estados-Membros que seja feita uma única apresentação clara. Os pormenores estão a ser discutidos neste momento e estou seguro de que iremos concluir os trabalhos antes do fim do prazo de 31 de Janeiro. Este aspecto responde à questão levantada pela senhora deputada McAvan e deverá igualmente permitir a criação de uma base sólida para o texto de negociação único, para o qual apelava a senhora deputada Pietikäinen.

Simultaneamente, encaramos o Acordo como um ponto de passagem para futuros avanços importantes no México, nas futuras negociações internacionais sobre o clima. A senhora deputada Hassi apelou, assim como muitos outros, à liderança da UE. Concorro plenamente e a Comissão está determinada a assegurar que a UE possa manter a sua posição de liderança durante os próximos meses e transforme este Acordo no tratado ambicioso e juridicamente vinculativo que todos desejamos. Conto com o vosso apoio para alcançar este objectivo.

Infelizmente, conforme foi correctamente referido durante o debate, alguns dos nossos parceiros de negociação importantes, como a China e os Estados Unidos, não conseguiram ou não quiseram assumir compromissos tão expressivos como os da União Europeia, o que naturalmente teve um impacto negativo nas negociações. Ficou bem patente, para todos, que a China, em particular, não se quis comprometer com objectivos verdadeiramente significativos. O meu ponto de vista pessoal é que a nova Comissão vai ter de definir uma estratégia global da União Europeia relativa à China, de modo a poder prosseguir e alcançar melhor os nossos interesses comuns, tendo em vista a política relativa ao clima, as tensões comerciais e a política em matéria de taxas de câmbio. Não é aceitável que o actual dumping cambial da China ponha em risco a recuperação económica na Europa. Do mesmo modo, esperaríamos da China que se envolvesse seriamente no campo da política relativa às alterações climáticas.

Entretanto, devemos ter presente que a nossa liderança começa em casa. Devemos desenvolver os maiores esforços para cumprir os nossos compromissos no âmbito do protocolo de Quioto, agora que nos aproximamos da recta final. Devemos igualmente assegurar a apresentação de novas e ambiciosas políticas e medidas que permitam à UE alcançar os objectivos de redução de 20%, ou mesmo de 30%, que nos propusemos. Para o conseguir, torna-se necessário investir na inovação e fazer investigação no campo das tecnologias energéticas eficientes em termos de recursos e ambientais, aspecto que irá estar no centro da nova estratégia UE 2020 actualmente em preparação.

Concorro com as senhoras deputadas Dati e Grossetête, bem como com a senhora deputada Ek, quando referem que a UE 2020 terá de constituir uma estratégia para as indústrias ligadas ao clima e para o emprego, devendo estar no centro da reanimação económica da União Europeia. Gostaria igualmente de responder ao senhor deputado Davies, relativamente à questão muito concreta que colocou. Fui verificar e posso informar que a utilização dos subsídios de 300 milhões de euros destinados à captação e armazenamento de carbono deverá ser objecto de decisão no dia 2 de Fevereiro, no respectivo comité de comitologia. Posso reafirmar que queremos apoiar doze instalações de demonstração. Oito instalações receberão apoio na primeira fase e as restantes na segunda fase.

Para concluir, temos o dever, para com as futuras gerações, de continuar a liderar pelo exemplo e de alcançar um acordo juridicamente vinculativo no final deste ano, que assegure um futuro melhor e mais sustentável para todos.

**Presidente.** – Com esta intervenção do Senhor Comissário, a quem desejamos as maiores felicidades, certos de que irá fazer um excelente trabalho, como fez no passado, encerramos o debate.

A votação terá lugar no primeiro período de sessões de Fevereiro, por outras palavras, na sessão de Fevereiro I.

**Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito.** – (RO) "A habilidade política é a capacidade de prever o que vai acontecer amanhã, na próxima semana, no próximo ano. E é a capacidade de depois explicar por que é que assim não sucedeu", disse Winston Churchill.

À luz da conferência de Copenhaga, todos somos bons políticos. A conferência arrancou dominada por elevado optimismo político relativamente a consecução de um novo acordo sobre o clima, contudo as negociações demonstraram que o optimismo e o respeito pelo ambiente são valores que são mais europeus do que propriamente globais. O facto de os resultados da conferência de Copenhaga terem sido uma desilusão, uma vez que não foram cumpridas as nossas expectativas, nem as expectativas dos nossos cidadãos, deveria incentivar-nos e tornar-nos mais determinados em relação a compromissos ainda maiores e à necessidade

de demonstrar maior unidade na próxima cimeira, que irá ter lugar no Outono, no México. A Europa tem de aprender a ser um actor e negociador activo que fala a uma só voz.

**Ivo Belet (PPE)**, *por escrito*. – (NL) Senhor Presidente, depois do fiasco de Copenhaga, poderíamos sentar-nos no banco dos suplentes a chorar compassivamente e a lamentar-nos, o que, no entanto, seria um desperdício de energia. Devemos antes continuar a arrumar a nossa casa. A Europa é o único continente que possui legislação específica e ambiciosa para a redução das emissões de CO<sub>2</sub>. Essa legislação deverá ser implementada nos próximos meses e anos. Não devemos esquecer que também terá um impacto directo sobre as restantes superpotências, principalmente a China. Todos os produtos de consumo que a China pretende vender na Europa terão, num futuro próximo, de cumprir as normas ambientais europeias mais rigorosas. Este aspecto irá, igualmente, obrigar os fabricantes chineses a mudar de rumo. "Hopenhagen" poderá ter falhado grandemente, mas devemos lançar-nos novamente ao trabalho, pois no próximo ano haverá novas oportunidades, primeiro em Bona e em seguida no México. Entretanto, Copenhaga teve, indiscutivelmente, o mérito de assegurar que todos estão alerta, elevando de modo significativo a nossa consciência ambiental. Não basta, é certo, mas o que me deixa optimista é a percepção de que o investimento no clima é também positivo para os nossos bolsos, para a economia e, conseqüentemente, para o emprego.

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A cimeira do ambiente em Copenhaga foi descrito por muitos como um fracasso retumbante, visto os resultados se limitaram a um acordo vago sem pressupostos nem prazos claros. Todavia, se olharmos mais atentamente ao que aconteceu na capital Dinamarquesa, podemos constatar que foram lançadas as bases para uma nova ordem global relativa ao clima, a qual iremos alcançar, mas só depois de anos e anos de trabalho árduo e de negociações.

Foi a primeira vez que 115 Chefes de Estado e de Governo se reuniram para debater as alterações climáticas. É um sinal importante. O facto de a cimeira ter tido lugar sob os auspícios da ONU realça o facto de que mesmo os países em desenvolvimento e pouco industrializados tomaram consciência de que precisam de desempenhar um papel activo na redução das emissões dos gases de estufa.

A importância das discussões bilaterais entre estados poderosos industrializados e os estados em desenvolvimento aumentou, especialmente à luz da próxima cimeira sobre o ambiente que terá lugar no México. A UE dispõe de todos os dados para poder desempenhar um papel importante nas discussões bilaterais com estados como a China, a Índia ou o Brasil. É chegada a hora em que nenhum esforço poderá parecer excessivo, quando o que está em causa é o futuro do planeta que todos partilhamos em conjunto.

**George Sabin Cutaş (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Ao longo do último mês, "fiasco" foi o termo mais utilizado para descrever a Cimeira de Copenhaga. O resultado insatisfatório desta cimeira deveu-se tanto às reticências demonstradas pelos grandes países industrializados como às regras complicadas do sistema que assenta no consenso da ONU.

Além disso, a incapacidade da União Europeia para assumir o papel de catalisador nos esforços globais que visam limitar os efeitos das alterações climáticas deve ser objecto de análise. Ao anunciar unilateralmente, um ano antes desta conferência, a sua intenção de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020, a UE ficou com uma vantagem moral para estimular as negociações em Copenhaga. Contudo, não soubemos fazer ouvir a nossa voz na reunião, a qual foi dominada pelas posições dos EUA e dos países emergentes.

Impõe-se um formato de discussão mais restrito, se quisermos ter esperança de concluir as negociações com sucesso. As reuniões ministeriais em Bona e na Cidade do México, em Junho e Dezembro respectivamente, deverão ser utilizadas o mais eficazmente possível, de modo a deixar o caminho aberto à aprovação de um novo tratado. Os Estados-Membros devem coordenar as suas acções de modo a falar a uma só voz no palco mundial.

**Adam Gierak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) O insucesso da cimeira do clima pôs a descoberto as fraquezas da Europa e a ingenuidade da sua elite política. Demonstrou que somos apenas um dos muitos actores no palco mundial. Qual foi a razão para as propostas relativas às emissões de CO<sub>2</sub> acabarem por não ser aceitáveis? Foi por ameaçarem os interesses de muitos países em desenvolvimento, por não tomarem em linha de conta a concorrência baseada na economia militar mundial, por distribuírem de modo injusto o direito à utilização de um bem comum, que é a Terra, e por se basearem na hipótese pouco credível avançada pelo PIAC sobre os efeitos prejudiciais do CO<sub>2</sub>, na mesma altura em que se constatava que as designadas "provas" tinham, afinal, sido manipuladas (*Climategate*). A ciência não deve ser controlada pela política, devendo antes levar em linha de conta todas as circunstâncias e responder a todas as questões possíveis. Já alguém perguntou,

por exemplo, o que aconteceria se não houvesse suficiente CO<sub>2</sub> na atmosfera? Devíamos estar felizes pelo período quente na história contemporânea do nosso planeta e por termos, neste momento, aproximadamente 370-380 ppm CO<sub>2</sub> na atmosfera. Na física e na química, conhecemos o princípio de equilíbrio de Le Chatelier, que prevê o desenvolvimento das condições ideais para que ocorra a fotossíntese. A Terra está a tornar-se mais verde, um facto repetidamente confirmado que garante maiores colheitas e melhores condições para o desenvolvimento. Devemos deixar que continue assim, apesar de, infelizmente, existirem muitos sinais de que nas próximas duas décadas o mundo irá tornar-se mais frio. Conclusão: a União Europeia deveria rever imediatamente o seu pacote restritivo relativo ao clima e à energia, porque este diminui a competitividade da sua economia.

**Béla Glattfelder (PPE)**, *por escrito*. – (HU) As actuais regras liberais do comércio incentivam o aumento das emissões de dióxido de carbono. Ao introduzir o comércio de emissões, ao apoiar fontes de energia renováveis e ao realizar investimentos que visam melhorar a eficiência energética, os países em desenvolvimento estão a desenvolver esforços consideráveis para inverter a tendência de aumentar as suas emissões de dióxido de carbono. Estas medidas traduzem-se em custos adicionais para as empresas. Além disso, o consumo de energia nestes países tem vindo a ser progressivamente tributado.

Entretanto, muitos países em desenvolvimento não fazem nada para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa. Inclusivamente, aumentam constantemente as suas emissões de dióxido de carbono. Em lugar de conceder incentivos aos maiores utilizadores industriais para que adoptem a eficiência energética, fornecem-lhes electricidade a tarifas subsidiadas. Muitos dizem que, actualmente, a vantagem comparativa mais importante destes países já não é a mão-de-obra barata, mas a energia barata.

É por isso que se torna necessário implementar novas regras de comércio internacionais, de modo a impedir que o comércio conduza a um aumento das emissões de dióxido de carbono. Precisamos de um comércio que não seja apenas "justo", mas também "ecológico". Para tal, torna-se necessário assegurar a existência de sanções legais eficazes sempre que um país não cumprir os compromissos que assumiu no âmbito dos acordos sobre as alterações climáticas.

**András Gyürk (PPE)**, *por escrito*. – (HU) A conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas foi uma desilusão. Não se verificaram compromissos vinculativos que determinassem o futuro quadro relativo à protecção internacional do clima. A situação é agravada pelo facto de a UE, apesar das intenções, não ter sido capaz de influenciar de modo significativo o resultado final das negociações. O facto de a conferência ter falhado não justifica a inacção. Devemos habituar-nos à ideia de enfatizar soluções regionais, até que seja elaborado um tratado internacional que vincule legalmente todos os intervenientes. Consequentemente, a União Europeia deverá concentrar-se em aperfeiçoar os seus regulamentos internos relativos à protecção do clima. Os regulamentos da União devem tornar-se mais eficientes, mas sem se traduzirem numa desvantagem competitiva para as indústrias europeias.

Entretanto, a política da UE relativa ao clima também não se deve tornar numa desvantagem para os novos Estados-Membros, como sucedeu recentemente em relação ao Acordo interno da UE relativo à repartição dos encargos. Quando o que está em causa é a protecção do clima, a opção deve ser por soluções que abarquem um grande número de efeitos adicionais em acréscimo à redução das emissões. Deste modo, o desenvolvimento dos transportes urbanos melhora a qualidade de vida, o investimento na melhoria da eficiência energética cria empregos, e os montantes despendidos em investigação e desenvolvimento reforçam, simultaneamente, a competitividade. Estes pontos de vista também deveriam estar reflectidos no orçamento para os próximos sete anos. A Europa não se pode dar ao luxo de ser apenas um espectador nas negociações internacionais relativas à protecção do clima. Deve continuar a tomar a iniciativa, mesmo se, em vez de alterações precursoras, as políticas relativas ao clima passem a caracterizar-se por pequenos passos incrementais.

**Eija-Riitta Korhola (PPE)**, *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, foi com alguma consternação que ouvi as queixas sobre os fracos resultados da cimeira de Copenhaga. Resta-me dizer que chegou a altura de a UE acordar para a realidade. Devemos deixar de nos enganar a nós próprios e pensar que a UE tem estado numa posição de liderança ou poderia assumir esse papel. Sejamos honestos: a nossa estratégia ineficaz e dispendiosa não atrai ninguém. Direi o mesmo ao futuro Comissário que irá assumir a responsabilidade pela área das alterações climáticas. A Cimeira de Copenhaga chegou e partiu. Por que é que a senhora deputada Hedegaard persiste, contudo, na tentativa de nos fazer crer que a UE é o líder da política relativa ao clima e que é a UE que poderá apontar o caminho no futuro? Há muito tempo que deixou de desempenhar esse papel.

"Siga-me, estou mesmo atrás de si" é o slogan paradoxal que a UE criou para si própria. É com este tipo de auto-engano que a UE prossegue a sua deplorável política climática e que está a destruir empregos nas

indústrias mais limpas. Aqueles que se deram ao trabalho de acompanhar o debate sobre o clima, já há muito tempo que sabiam que um acordo internacional baseado na fórmula da UE não era passível de ser alcançado. Os Estados Unidos da América, a China e o Japão optaram por um percurso que rejeita o modelo liderado pela ONU, com valores-limite para as emissões e calendários negociados. Estão a investir directamente na redução da intensidade de carbono e em novas tecnologias que, em devido tempo, também serão vistas como a via lógica para a redução das emissões. O método, contudo, não irá sujeitar a economia e os empregos à burocracia, à concorrência desleal, ou a imprevistas flutuações de preços. Contrariamente ao que sucederá na Europa se a UE decidir seguir por um caminho diferente, isolado, que irá agravar a situação das empresas. É lamentável que ninguém possa beneficiar com isto, principalmente as pessoas. O ambiente também não irá beneficiar se as indústrias mais limpas do mundo forem objecto de sanções no âmbito do comércio de emissões, sanções essas que não são impostas aos outros. Está na altura de a UE rever a sua política e pôr cobro a esta fantasia.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A União Europeia deverá continuar envolvida nas negociações internacionais para a aprovação de um acordo pós-Quito. É claro que, para assinar um novo acordo global pós-Quito, a estratégia de negociação da UE necessita de ser cuidadosamente avaliada e preparada, tendo em vista a continuação das negociações em 2010.

Embora não possam ser consideradas um sucesso e estejam longe daquilo que a União Europeia pretendia, as conclusões de Copenhaga marcam mais um passo na assinatura de um acordo global pós-Quito juridicamente vinculativo. Os esforços da UE no futuro imediato deverão centrar-se em esforços diplomáticos destinados a obter o compromisso de todos os parceiros mundiais relevantes, particularmente os EUA, a China e a Índia, com vista a alcançar o objectivo global de limitar o aumento da temperatura a mais dois graus centígrados, comparativamente ao nível pré-industrial.

Devemos estar cientes de que o compromisso da UE no sentido de aumentar o nível de redução das emissões para 30% em 2020 está condicionado a que países terceiros assumam compromissos comparáveis ou proporcionais.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Decorrido um mês sobre a conferência sobre as alterações climáticas, podemos traçar um balanço sobre a mesma. O Acordo de Copenhaga foi negociado e assinado graças a um enorme esforço, embora tivesse estado perto de ser um fiasco total. O compromisso, aceite com grande dificuldade, foi apenas no sentido de "tomar nota".

Embora a UE tenha assumido objectivos específicos e ambiciosos, estes não levaram à adopção de acções semelhantes por parte de outros parceiros. É, contudo, digno de destaque o facto de todos os principais poderes económicos e políticos do mundo se terem reunido para debater e assumir a responsabilidade pelo combate às alterações climáticas. Foi reconhecido o objectivo de manter o gradiente global de aquecimento em 2°C, tendo sido acordado um apoio financeiro de 30 mil milhões de dólares para o período de 2010-2012 (financiamento de arranque rápido) e 100 mil milhões de dólares até 2020. Estas verbas destinam-se a financiar as medidas que visam a redução e a adaptação aos efeitos causados pelas alterações climáticas nos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis.

Estou convencida de que a futura Comissão, especialmente se houver um Comissário responsável pela área das alterações climáticas e pelas acções neste domínio, deverá avaliar minuciosamente todas as propostas de redução, isto é, os compromissos assumidos pelos países signatários da Convenção das Nações Unidas, e preparar as negociações de acordo com os mesmos, para que possa ser assinado um acordo juridicamente vinculativo no COP 16, no México, em 2010.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A maioria dos deputados manifestou, com razão, o desalento em relação aos resultados da Cimeira de Copenhaga e o fracasso no alcance de um acordo juridicamente vinculativo. Contudo, registaram-se alguns progressos. Por exemplo, a criação do Fundo Verde de Copenhaga para o Clima irá permitir o financiamento aos países mais pobres, para que se adaptem às alterações climáticas e desenvolvam energias limpas, do mesmo modo que a aceitação formal da sua co-responsabilidade por parte das economias emergentes torna mais viável um compromisso concreto destes países num futuro próximo. Na ausência de um acordo juridicamente vinculativo, compete à UE continuar a desempenhar um papel principal. O Comissário indigitado para acções no domínio do clima expressou o seu empenhamento em relação a um acordo internacional para a protecção das florestas tropicais, a inclusão dos transportes terrestres e a navegação no ECE e a ligação entre os sistemas de captura e comércio da UE e dos EUA, o que constituiria um passo fundamental na cooperação internacional para a redução global das emissões. Devemos continuar a desenvolver e a implementar a nossa própria legislação relativa ao clima, ao

mesmo tempo que outros países trabalham nas suas legislações. O nosso trabalho com organizações internacionais e países parceiros ao longo dos próximos meses irá aumentar as hipóteses de se alcançar progressos mais significativos durante a próxima conferência, no México.

**Zbigniew Ziobro (ECR), por escrito.** – (PL) O problema do aquecimento global é uma das questões que mais preocupa o mundo moderno. Recentemente, realizou-se em Copenhaga uma cimeira dedicada a este tema. Entretanto, descobrimos que o conteúdo de vários milhares de documentos e e-mails, provenientes da Climatic Research Unit, na Universidade de East Anglia, uma das instituições mais prestigiadas do mundo e que se dedica às questões relacionadas com o aquecimento global e o efeito que causa na actividade humana, tinha sido divulgado na Internet. O material em causa compreendia correspondência trocada entre cientistas de diversos países cuja investigação teve uma influência decisiva nas posições da União Europeia e das Nações Unidas relativas às alterações climáticas. A informação transpirada demonstra que os resultados das investigações podem ter sido manipulados, tendo como consequência a possível divulgação de informação não fiável sobre os efeitos dos gases de estufa e as alterações climáticas. Os países da UE, bom como as nossas sociedades, estão a suportar custos substanciais relacionados com a emissão dos gases com efeito de estufa, enquanto em Copenhaga foram realizadas tentativas com vista a levar os países desenvolvidos, incluindo a UE, a aceitar um encargo financeiro superior relacionado com o aquecimento global, de modo a poder ajudar os países em desenvolvimento. Qualquer dúvida que possa subsistir em relação a esta matéria deve ser clarificada em pormenor, não apenas porque queremos convencer aqueles que põem em causa a legitimidade da medida, mas porque os contribuintes europeus estão a suportar, e irão suportar, enormes custos relacionados com este aspecto e querem assegurar-se de que as medidas assentam em razões sólidas.

## PRESIDÊNCIA: WALLIS

*Vice-presidente*

### 12. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o período de perguntas (B7-0002/2010).

Dou as boas-vindas ao Senhor Ministro para este primeiro período de perguntas com a Presidência Espanhola.

As perguntas que se seguem são dirigidas ao Conselho.

A pergunta nº 1 não será chamada, dado que o seu tema já figura na ordem do dia do presente período de sessões.

Pergunta nº 2, do deputado **Gay Mitchell** (H-0477/09)

Assunto: Contracção do crédito/Empréstimos às empresas

Em Dezembro, o Ministro da Economia alemão afirmou que a Alemanha enfrentaria uma nova contracção do crédito se a banca não concedesse mais empréstimos, sobretudo às pequenas e médias empresas. Trata-se de um problema que poderia afectar toda a UE.

Que medidas concretas está o Conselho em vias de adoptar para garantir que a banca conceda empréstimos às empresas, a fim de que estas possam manter-se, criar emprego e crescimento e contribuir, desse modo, para a recuperação económica?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) O problema de assegurar que as empresas tenham suficiente acesso a capital, bem como as acções desenvolvidas pelos Estados-Membros nesse sentido, têm sido objecto da preocupação do Conselho desde há algum tempo a esta parte, como V. Exas. sabem.

Em Janeiro do ano passado, o Conselho constatou que os Estados-Membros agiram de modo enérgico e decidido para libertar os mercados de crédito, entre outros aspectos. Na Primavera, o Conselho Europeu afirmou a importância de se manter a aplicação das medidas de recuperação económica e apelou à Comissão e ao Conselho para que avaliassem a eficácia das medidas adoptadas e enviassem um relatório ao Conselho Europeu em Junho.

O Conselho Europeu de Junho avaliou, de facto, a eficácia das medidas adoptadas pelos Estados-Membros em apoio ao sector financeiro e a situação respeitante à estabilidade e funcionamento dos mercados financeiros. Estes resultados foram comunicados, sob a forma de um relatório, ao próprio Conselho Europeu. Por conseguinte, o relatório foi transmitido pelo Conselho, isto é, pelo Conselho de Ministros, ao Conselho

Europeu. O relatório foi positivo, indicando a existência de garantias e mecanismos de recapitalização no seio dos Estados-Membros, e concluiu que estes tinham desempenhado um papel fundamental na travagem da espiral descendente. Relembro que todo o sistema financeiro esteve em risco de colapso no final de 2008.

Por conseguinte, o facto de se ter facultado aos bancos o acesso a meios financeiros globais teve repercussões positivas, o que, por sua vez, estimulou o fluxo de crédito para a economia real. O Conselho reconheceu que as medidas adoptadas pelos Estados-Membros foram relevantes para manter os canais de crédito abertos.

Actualmente, o sector banqueiros permanece, mesmo agora, sob uma certa pressão no que diz respeito à recapitalização, pelo que o Conselho apelou aos Estados-Membros para que recapitalizassem individualmente ou restabelecessem os seus balanços com vista à diminuição da incerteza e a facilitar a concessão de crédito.

No mês passado, em Dezembro, o Conselho pôde constatar que os Estados-Membros aplicaram um vasto leque de medidas de apoio, com o objectivo de restabelecer a estabilidade financeira. O Conselho realçou, contudo, que a recuperação dos Estados-Membros ainda era algo frágil e apelou ao Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária para que fornecesse informação regular sobre o montante do capital disponível para a concessão de empréstimos adicionais.

Neste momento, encontra-se implementado um conjunto de medidas: monitorização por parte do Conselho, por um lado, e orientação por parte do Conselho Europeu, por outro. O resultado foi uma melhoria, com o Banco Central Europeu a agir, compreensivamente, de modo a garantir a liquidez dos bancos, em primeiro lugar, e o acesso das empresas ao crédito.

**Gay Mitchell (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, permita-me dizer ao Senhor Ministro que, segundo a minha experiência, alguns bancos, nem todos, note-se, mas alguns bancos, talvez mesmo um número significativo de bancos, se comportaram de forma irresponsável durante o período de crescimento do mercado financeiro, e alguns bancos, mais uma vez nem todos, possivelmente, mas muitos deles, continuaram a agir de modo irresponsável durante os períodos mais prometedores e durante os meses de recuperação.

Tenho conhecimento de uma empresa em particular, em Dublin, muito bem gerida, cujo gerente cumpre escrupulosamente os compromissos assumidos e o banco não o está a ajudar, nem um pouco. O banco aproveitou a ocasião para reduzir o crédito que lhe tinha concedido sob a forma de descoberto e colocaram o seu negócio sob pressão, negócio esse que é viável e que irá sobreviver a esta recessão.

Peço ao Senhor Ministro que fale com estes bancos e lhes diga que lhes estamos a confiar o dinheiro dos contribuintes e que esperamos que tomem o interesse público em consideração, e não apenas os interesses dos seus accionistas, alguns dos quais são bastante abastados.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Devo dizer que acredito que o Conselho e as Instituições europeias estão a fazer um bom trabalho. Penso que fizeram um bom trabalho e que foi dado um vasto contributo para evitar o colapso da disponibilidade de liquidez em todos os sectores da economia.

O Ecofin tem vindo a acompanhar, e continua a acompanhar, as medidas adoptadas pelos Estados-Membros. E está a fazê-lo de uma forma sistemática. Por exemplo, o Ecofin está neste momento encarregado de observar a forma como são disponibilizadas as garantias concedidas aos bancos, se existem ou não restrições às empresas do sector financeiro e como é que o crédito financeiro está a ser concedido pelo Banco Central Europeu.

Gostaria apenas de referir que, no dia 7 de Dezembro de 2009, o próprio senhor Jean-Claude Trichet, Presidente do Banco Central Europeu, afirmou que não existem restrições no fornecimento de crédito aos bancos por parte do Banco Central Europeu. Não existem restrições ao fornecimento. Se houver bancos que não fazem uso desta medida, a questão diz respeito a cada uma dessas instituições. Contudo, não existem quaisquer formas de restrição, nem por parte da União Europeia nem por parte do Banco Central Europeu.

Em todo o caso, o Conselho, em conjunto com o Parlamento Europeu, irá naturalmente, com grande satisfação, examinar as actuais directivas, para que possam ser debatidas face aos sistemas de supervisão financeira, bem como qualquer outra iniciativa que a Comissão possa apresentar a este respeito.

**Catherine Greze (Verts/ALE).** – (FR) Senhora Presidente, uma das prioridades da Presidência do Conselho é aumentar a influência da UE no palco internacional e, mais concretamente, na América Latina.

Contudo, de que tipo de influência é que estamos a falar? O conceito actual de relações internacionais não dá muita margem para a democracia e os direitos humanos. Será que o Conselho pretende utilizar os acordos

de comércio livre para apoiar regimes na América Latina que estão constantemente a violar os direitos humanos?

Gostaria de citar o exemplo do Peru, onde os actos de violência cometidos em Bagua são um exemplo terrível da forma como o governo colabora com multinacionais, ao confiscar as terras da população indígena para fins financeiros. Neste momento, quase 70 % da terra está nas mãos de multinacionais e empresas mineiras.

Um outro exemplo notório é o da Colômbia, o país mais perigoso que existe para sindicalistas, atendendo às centenas de pessoas que foram assassinadas nesse país. A minha questão é a seguinte: tenciona colocar novamente a questão dos direitos humanos no centro da política externa da UE em relação à América Latina?

**Presidente.** – Peço desculpa, mas a questão que apresentou não parece estar relacionada com a pergunta em apreço. Não me recordo se a senhora deputada já participou anteriormente no período de perguntas, mas a senhora deputada pode colocar uma pergunta complementar relacionada com a pergunta principal. Lamento muito, mas terei de declarar a sua pergunta completamente fora de ordem. Sugiro-lhe que estude o Regimento.

Tanto quanto sei, não existiam perguntas complementares na altura em que encerrei a última pergunta. Por conseguinte, irei prosseguir, a menos que haja mais alguma questão relacionada com a contracção do crédito/empréstimos às empresas.

Senhor deputado Zemke, se a sua pergunta for relativa a este tema, então dispõe de trinta segundos.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** – (PL) Sim, é exactamente disso que trata a minha pergunta.

Sabemos perfeitamente que a situação é muito diferente segundo os Estados-Membros. A esse respeito, se estamos a falar de ajudas às empresas, gostaria de fazer uma pergunta sobre a situação na Grécia, pois a crise naquele país, neste momento, é mais grave do que em qualquer outro – estão previstas algumas medidas em relação a este problema?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Creio que vai haver outra pergunta que trata exactamente do mesmo assunto. Pediria assim ao senhor deputado que ficasse até eu responder àquela pergunta e, assim, responderei de forma conjunta a esta pergunta e à pergunta que figura na ordem do dia e que diz respeito exactamente à mesma questão.

Trata-se da pergunta n.º 9 da lista que tenho em meu poder – n.º 8 da lista actual –, da autoria da senhora deputada Kratsa-Tsagaropoulou e subordinada ao tema da situação económica na Grécia.

*Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Refiro-me à pergunta n.º 9 da lista que tenho em meu poder – n.º 8 da lista actual –, da autoria da senhora deputada Kratsa-Tsagaropoulou e subordinada ao tema da situação económica na Grécia.

**Presidente.** – Pergunta n.º 3, do deputado **Bernd Posselt** (H-0479/09)

Assunto: Integração do Kosovo na UE

Que diligências tenciona o Conselho empreender visando satisfazer o desiderato do Parlamento Europeu no sentido da integração do Kosovo nos programas da UE, nas estratégias de pré-adesão e no processo de Salónica, independentemente da questão do respectivo estatuto?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) O Conselho sempre defendeu a perspectiva de os Balcãs Ocidentais aderirem à União Europeia. É uma posição que faz parte da política externa da União, e, neste caso, da política de vizinhança ou mesmo da política de alargamento da União Europeia.

Daí que o Conselho, recentemente, na sua reunião de Dezembro de 2009, tenha confirmado a necessidade de se respeitarem condições equitativas no quadro do processo de estabilização e de associação para os Balcãs.

Em relação ao Kosovo, o Conselho já observou que, neste caso, os Estados-Membros decidiam em conformidade com a prática nacional e o Direito internacional.

Como sabe, a declaração unilateral de independência do Kosovo é actualmente objecto de um processo perante o Tribunal de Justiça Internacional. De qualquer forma, o Conselho sempre tomou o Kosovo em consideração nas suas relações políticas com os Balcãs e existe, aliás, um consenso entre os Estados-Membros e os governos a este respeito, por exemplo, em termos de uma liberalização dos vistos de que o Kosovo

deveria beneficiar, como sempre o entendeu o Conselho. Para além disso, a Comunicação da Comissão relativa aos meios para reforçar o desenvolvimento político e socioeconómico do Kosovo foi bem acolhida.

O Conselho convidou a Comissão a tomar as medidas necessárias para apoiar os progressos do Kosovo na via da aproximação à União Europeia, de acordo com as perspectivas da UE para a região, a que já aludi.

O Conselho incentivou a Comissão, e fê-lo por consenso, evidentemente, a dar início à participação do Kosovo nos programas da União Europeia, integrando o Kosovo no quadro da supervisão económica e financeira, activando a segunda componente da ajuda de pré-adesão e reforçando o diálogo no âmbito do processo de estabilização e associação.

Estas conclusões foram aprovadas pelo último Conselho Europeu, realizado em 10 e 11 de Dezembro de 2009.

**Bernd Posselt (PPE).** – (DE) Senhor Presidente em exercício do Conselho, tenho mais duas perguntas específicas. Primeiro, considera que durante a Presidência espanhola vamos conseguir progredir no que diz respeito aos acordos sobre vistos para o Kosovo, para que o Kosovo deixe de ser uma prisão no seio de uma região balcânica livre? Em segundo lugar, o que vai fazer para conseguir que os Estados-Membros que actualmente não reconhecem o Kosovo passem a fazê-lo? No entanto, como disse, a questão principal é a dos acordos relativos aos vistos.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Já me referi ao sistema de vistos anteriormente.

O Conselho sempre exprimiu o desejo de o Kosovo beneficiar também do regime de vistos e de uma eventual liberalização dos vistos no conjunto da região. Como sabe, a Comissão está a trabalhar nesta questão e nos pormenores relativos à mesma, tendo em vista apresentar uma proposta ao Conselho, numa primeira fase relativamente à facilitação dos vistos, podendo mais tarde chegar-se a uma liberalização dos vistos. É evidente que certos requisitos ainda têm de ser cumpridos e, nesse sentido, a Comissão está a trabalhar com os países em causa. Está a trabalhar sobre essas questões com o Kosovo e tem informado regularmente o Conselho.

A ideia de a liberalização dos vistos se tornar extensiva a regiões vizinhas da União Europeia é uma ideia que o Conselho e a Presidência espanhola certamente partilham, e creio que é uma das orientações políticas que devemos claramente encorajar na Europa, nos próximos meses, em termos de mobilidade, de capacidade de comunicação e de circulação, não apenas na União Europeia mas em todas as regiões circundantes. Estou convencido de que é uma posição que será claramente benéfica para ambas as partes: para a União Europeia, que concede esses vistos, e para os países em questão, que naturalmente também o deverão fazer, com base na reciprocidade.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhor Presidente em exercício do Conselho, os pontos de vista e as informações provenientes da Sérvia vão ser devidamente tomados em consideração em todas as iniciativas que o Conselho tomar em relação ao Kosovo? Independentemente da questão territorial relativamente ao Kosovo, a Sérvia é, sem dúvida, um Estado essencial no que diz respeito à integração dos Balcãs Ocidentais na União Europeia, e que deve ser chamada a participar em todos os passos que empreendemos.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhora Presidente, Senhor Ministro López Garrido, entendo a posição assumida pelo seu país, a Espanha, que não reconheceu a independência do Kosovo, assim como a sua recente decisão de retirar tropas que estiveram até agora destacadas no Kosovo.

Visto que estamos numa época de crise económica, vou fazer-lhe uma pergunta prosaica: quanto custou à Espanha manter tropas no Kosovo? Pode comentar a posição do meu país, a Grécia, que mantém o mesmo número de homens no Kosovo e que, como todos sabemos, tem problemas económicos? Está certo manter tropas no Kosovo?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Em relação à primeira pergunta, sobre a Sérvia, é evidente que a Sérvia é sem dúvida alguma o país mais forte dos Balcãs Ocidentais, o qual deveremos sempre ter em consideração em qualquer política, neste caso, a política sobre a perspectiva europeia, que é a política da União Europeia em relação aos Balcãs Ocidentais.

De facto, existe um acordo recente, de que certamente terá conhecimento, sobre a liberalização dos vistos no caso da Sérvia. Recentemente também, aliás em consequência do desbloqueio do acordo provisório de associação com a Sérvia, houve um pedido de adesão formal à União Europeia por parte da Sérvia.



Se o processo for avante, somos a favor de que se aplique a regulamentação comunitária, que a Comissão estude o assunto, que seja emitido um parecer técnico e que se decida, nas devidas condições, se é realmente possível iniciar as negociações de adesão com base no cumprimento dos critérios de Copenhaga. É um facto que a Sérvia é um país com um peso evidente na zona e que, em nossa opinião, tem uma perspectiva europeia. A maioria – neste momento, a unanimidade – do Conselho foi a favor de desbloquear o acordo provisório de associação com a Sérvia, tendo assumido com entusiasmo uma posição de apoio à associação com a Sérvia.

Em relação ao Kosovo, a pergunta que o senhor deputado me faz tem a ver com política interna, com decisões internas do Governo espanhol. Como sabe, eu estou aqui em representação do Conselho, e não de um país determinado. Assim, independentemente do facto de poder ou não ter aqui dados concretos, o que dificilmente seria o caso em relação ao número que o senhor deputado refere, parece-me que não me cabe aqui falar em nome de um país, visto que aqui falo em nome do Conselho, órgão da União Europeia que representa vinte e sete países.

**Presidente.** – Pergunta nº 4, do deputado **Jim Higgins** (H-0486/09)

Assunto: Destruição das florestas húmidas tropicais

À luz dos resultados do debate mundial sobre as alterações climáticas travado em Dezembro na Cimeira de Copenhaga, não entende o Conselho que, embora a agricultura europeia contribua para a produção de emissões de CO<sub>2</sub>, as consequências da destruição das florestas húmidas tropicais na bacia do Amazonas ultrapassam largamente os efeitos negativos da produção agrícola europeia em termos de emissões de CO<sub>2</sub>?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhor Deputado Higgins, o Conselho está plenamente de acordo com a sua opinião de que a agricultura e a desflorestação são factores que afectam as emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Não é fácil saber qual destes dois factores tem maior efeito. Isso já é um debate científico, mais que político. De qualquer forma, é necessário agir nesses dois âmbitos simultaneamente, como aliás sempre se fez.

Tratando-se de agricultura sustentável, sempre avançamos nos dois âmbitos. Isso levou até a que se modificasse a política de desenvolvimento rural da União Europeia. No quadro da revisão da reforma da PAC, a questão das emissões de CO<sub>2</sub> é um factor que é tomado em consideração quando se lida com os desafios da mitigação e da adaptação às alterações climáticas. Além disso, como sabe, no quadro do desenvolvimento das políticas europeias, a política agrícola comum é considerada como um factor importante a tomar em consideração na definição de uma política mais abrangente de luta contra as alterações climáticas.

Já em 2008, o Conselho apoiou as propostas da Comissão sobre desflorestação. A Comissão propunha que a perda de massa florestal, em constante aumento, fosse detida, o mais tardar, até 2030, e que se reduzisse a desflorestação tropical maciça pelo menos em 50% até 2020, comparativamente aos níveis actuais.

Devemos, pois, ajudar a promover uma gestão florestal sustentável. Fazer frente à desflorestação, à degradação das florestas, faz claramente parte dos objectivos da Presidência espanhola. Entendemos que é necessário aplicar a todos os tipos de florestas alguns dos instrumentos de que dispõe a União Europeia, por exemplo, o instrumento jurídico não vinculativo, assim como o plano de acção da União Europeia relativo à aplicação da legislação no sector florestal, à governação e ao comércio de produtos de madeira, que prevê, por exemplo, a criação de um quadro jurídico para evitar a importação para a União Europeia de madeira abatida ilegalmente.

A posição defendida pela União Europeia em Copenhaga foi nesse sentido e, apesar da pequena ou grande decepção relativamente a alguns dos objectivos de Copenhaga não cumpridos, foi possível clarificar algumas questões técnicas em relação à importância da desflorestação tropical, as quais têm de ser tratadas em países em desenvolvimento enquanto factores claros para a prevenção de emissões de CO<sub>2</sub>.

É necessário salientar também que a Conferência adoptou uma decisão sobre acções para reduzir a desflorestação e a degradação das florestas, incentivando o apoio à melhoria das capacidades dos países em desenvolvimento.

**Jim Higgins (PPE).** – (EN) Desejo à Presidência Espanhola que tudo lhe corra bem. Acho que começou muito bem esta semana. Então, ¡viva España!

Permita-me apenas dizer, em relação à pergunta propriamente dita, que as árvores são um sumidouro de carbono, na medida em que absorvem as emissões de CO<sub>2</sub>. A tragédia no que diz respeito à bacia do Amazonas,

60% da qual se encontra no Brasil, é que a destruição impiedosa da linda floresta da Amazónia é evidente: 4,1 milhões de km<sup>2</sup> já foram destruídos. Acaba-se com o sequestro de carbono; destrói-se um modo de vida, pois o facto é que os índios Peles Vermelhas da Amazónia estão a ser aniquilados; em terceiro lugar, do ponto de vista da produção agrícola, sabemos que os modos de produção não estão de modo algum em conformidade com as normas da União Europeia.

Afinal de contas, há alguma coisa que possamos realmente fazer ou estamos só a falar por falar?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor deputado Higgins, quero dizer-lhe que concordamos em larga medida com as suas reflexões. Na verdade, em questões de biodiversidade, a Presidência espanhola tem o objectivo de intensificar a conservação e a utilização sustentável, isto é, quer ter uma visão avançada, profunda, em matéria de biodiversidade. Vai ser um dos pontos centrais, uma das prioridades da nossa Presidência.

Agradeço a avaliação que fez do bom começo da nossa Presidência e devo dizer-lhe, também, que a Comissão tem a intenção de apresentar no início deste ano um Livro Verde sobre a protecção das florestas. Poderá ser uma iniciativa muito importante e vai-se trabalhar nesta linha para responder aos fenómenos que destroem as zonas florestais. O senhor deputado citou alguns desses elementos mas há outros, como por exemplo os prejuízos causados pelos incêndios florestais.

Há muitos outros elementos a ter em consideração mas é um facto que este vai ser um momento importante na luta contra a destruição das nossas florestas, que esta prioridade se enquadra muito bem na estratégia da biodiversidade e que ela vai ser, sem sombra de dúvida, uma das chaves da acção da União Europeia este ano.

**Chris Davies (ALDE)**. – (EN) Temos razões para nos alegrarmos, pois um dos poucos resultados positivos da Conferência de Copenhaga foi um acordo geral sobre um mecanismo que vai permitir aos países desenvolvidos contribuírem financeiramente para a prevenção da destruição das florestas tropicais húmidas.

Assim, concorda o senhor Ministro com a opinião de que um dos objectivos da Presidência espanhola deve ser dar substância a este acordo e garantir uma indicação clara da União Europeia relativamente ao montante que estamos dispostos a comprometer para prevenir a destruição das florestas tropicais?

**Franz Obermayr (NI)**. – (DE) Senhor Presidente em exercício do Conselho, como todos sabem, foram criados certificados para se conseguir uma redução das emissões de CO<sub>2</sub>, e é disso que trata a minha pergunta. Há não muito tempo, veio a saber-se que havia negócios ilícitos e abusos no sistema associado ao comércio de licenças de emissão. Em que medida é que estas acusações foram ou estão a ser investigadas e em que medida estão previstas alterações neste domínio?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Concordo com a primeira das intervenções. Considero que está na linha daquilo que dissemos. É necessário combater o problema da desflorestação tropical nos países em desenvolvimento. É um factor fundamental para melhorar as capacidades próprias dos países em desenvolvimento, inclusive em seu próprio benefício, e é uma acção que tem de ser empreendida com a participação das populações indígenas, da população local, e acompanhada da criação de sistemas nacionais de vigilância das florestas.

Creio, assim, que neste sentido se conseguiram avanços significativos em Copenhaga, e não se pode negar que a União Europeia está a manter, neste e noutros aspectos relacionados com a luta contra as alterações climáticas, uma posição de vanguarda e de liderança. A crítica que se pode fazer à União Europeia, em relação a Copenhaga, é que está muito para além daquilo que lá se conseguiu.

A União Europeia quer tratar esta questão de uma maneira muito mais profunda, tomando por conseguinte em consideração, naturalmente, os temas que o senhor deputado refere e que estão directamente relacionados com a acção da União Europeia na luta contra as alterações climáticas.

O caso concreto mencionado insere-se, naturalmente, no âmbito do que pretendemos levar à prática, no quadro da aplicação das medidas de luta contra as alterações climáticas. Parte desse trabalho, já se vê, consiste em evitar que haja uma desvirtuação dessas acções pela utilização abusiva de alguns instrumentos, e isso faz parte das dificuldades que podem afectar qualquer medida, esta ou outras, e faz parte, evidentemente, das obrigações que todos temos de controlar rigorosamente essas situações.

**Presidente.** – Pergunta nº 5, do deputado **Liam Aylward** (H-0487/09)

Assunto: Medidas a nível europeu para lutar contra a doença de Alzheimer

Calcula-se em 8,6 milhões o número de pessoas atingidas, na Europa, por afecções neurodegenerativas como a doença de Alzheimer, número esse que continuará a aumentar, tendo em conta o envelhecimento da população europeia.

Poderá o Conselho fornecer mais pormenores sobre a Iniciativa de Programação Conjunta recentemente anunciada, que visa lutar contra tais doenças? De que modo tenciona o Conselho aplicar medidas coordenadas a nível europeu, que aliviem o fardo suportado pelos doentes, pelas respectivas famílias e pelos prestadores de cuidados?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) O Conselho atribui a maior importância à doença de Alzheimer e, de um modo geral, às doenças neurodegenerativas.

O controlo desta doença tem de ser um objectivo essencial da União Europeia, tendo em consideração, para além do mais, que a sua incidência aumenta de forma exponencial com a idade e que duplica de cinco em cinco anos a partir dos 75 anos de idade. O Eurostat prevê que na União Europeia, entre 1995 e 2050, o número de pessoas com 65 anos ou mais afectadas pela doença duplicará.

A pergunta que apresenta, Senhor Deputado Aylward, foca dois aspectos. Por um lado, é necessário, e o Conselho já começou a fazê-lo, que haja uma iniciativa-piloto de programação conjunta contra as doenças neurodegenerativas e especialmente contra a doença de Alzheimer. Essa iniciativa está prevista no programa da Presidência espanhola, que o senhor deputado conhece. Com base nela, a Comissão apresentou, como sabem, uma proposta que foi adoptada nas conclusões do Conselho em Dezembro de 2009. O Conselho também tomou em consideração a resolução desta Assembleia, do Parlamento Europeu, sobre esta iniciativa-piloto. Por outro lado, no que diz respeito à coordenação da acção europeia, o Conselho também está de acordo com o ponto de vista de que se impõe uma cooperação inequívoca a nível europeu para lutar contra esta doença e contra doenças semelhantes, sobretudo porque é necessário reduzir o fardo que pesa sobre os pacientes e suas famílias. Calcula-se que, por cada pessoa que sofre desta doença, há três pessoas da sua família que são afectadas, visto que recai sobre elas a carga dos cuidados a ter com o paciente. Por conseguinte, também nesse sentido é importante que haja uma cooperação a nível europeu.

No relatório conjunto sobre protecção e inclusão social aprovado pelo Conselho em 2008, os Estados-Membros comprometeram-se a aumentar o acesso a serviços de elevada qualidade, equilibrando competências públicas e privadas, e cuidados formais e informais. Os Estados-Membros consideraram que a prestação de serviços num ambiente residencial ou comunitário é melhor ou preferível à prestação de cuidados institucionais, apesar de ser verdade que, para muitos Estados-Membros, estes serviços de alta qualidade continuam a ser um desafio.

O que o Conselho e a União Europeia fizeram foi apresentar estas orientações em relação a esta doença.

**Liam Aylward (ALDE).** – (EN) Disse com razão que se estima que, por volta de 2050, o número de pessoas com Alzheimer terá duplicado na Europa.

É vital, por conseguinte, que os governos dos Estados-Membros dêem resposta às necessidades específicas das pessoas com Alzheimer e forneçam o apoio essencial aos prestadores de cuidados.

Actualmente, porém, muitos países da União Europeia não têm planos para desenvolver uma estratégia nacional relativa às doenças neurodegenerativas. A minha pergunta é a seguinte: qual é o apoio específico que o Conselho vai dar aos Estados-Membros para que estes façam das doenças neurodegenerativas uma prioridade de saúde pública?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) O que tencionamos fazer no quadro da Presidência espanhola é incentivar a criação de uma directiva, que nos parece crucial, relativa às terapias e à assistência avançadas no caso de doenças crónicas e não transmissíveis. É uma questão que tem de ser tratada ao mais alto nível e que, por essa razão, deve andar a par com a promoção de iniciativas de melhoria da qualidade e da segurança dos pacientes e com o trabalho realizado pelo Grupo de alto nível sobre serviços de saúde e cuidados médicos.

Para isso, temos de prestar apoio – já que a União Europeia nem sempre dispõe dos necessários poderes para actuar directamente – fornecendo orientações, coordenando, cooperando, estabelecendo sinergias entre as

acções dos Estados-membros em relação a estas doenças neurodegenerativas e, em concreto, à doença de Alzheimer, e também ajudando de forma indirecta.

É verdade que são os Estados-Membros quem tem a responsabilidade de prestar uma ajuda mais directa às famílias, por exemplo, e mesmo a organizações não governamentais, embora seja também verdade que, no quadro do programa europeu de saúde pública, organizações não governamentais podem aceder a determinados fundos, o que é também uma maneira interessante de ajudar, mesmo que indirectamente, as pessoas afectadas e as suas famílias, que são, também elas, muito afectadas, no sentido em que se tornam muito dependentes por força da doença de Alzheimer ou de outras doenças neurodegenerativas.

**Jim Higgins (PPE).** – (EN) Agradeço ao Conselho a sua resposta. Gostaria de perguntar ao Conselho qual a sua posição em relação à alimentação por sonda de doentes com Alzheimer, prática muito difundida no Reino Unido e na Irlanda. Não sei como é no resto da Europa.

Estamos a falar de uma sonda que é colocada no abdómen. O Conselho falou de orientações. As orientações e as normas são muito importantes, mas a justificação dada para este procedimento específico é que fornece ao paciente alimentação suficiente para garantir que, mesmo sofrendo de Alzheimer, tendo recusado alimentar-se, etc., pode continuar a viver. Em minha opinião, há algo de bizarro nisto. Qual a sua posição em relação a esta situação? Tenciona estabelecer normas a este respeito?

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Tendo em consideração que as doenças neurodegenerativas afectam um número elevadíssimo de pessoas e que, infelizmente, alguns países não têm meios adequados para diagnosticar e tratar estas doenças, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente em exercício do Conselho se é a favor da criação de centros de tratamento europeus que, com base num número crescente de pacientes, pudessem incentivar a investigação neste domínio para descobrir soluções que permitam prevenir e tratar estas doenças.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) As duas questões levantadas por dois Membros da Assembleia exigem um parecer, digamos, científico. A esse respeito, creio que existem na União Europeia grupos e iniciativas que são as sedes adequadas para trabalhar sobre as sugestões e observações que os senhores deputados apresentam. Refiro-me, a título de exemplo, ao programa-piloto de luta contra as doenças neurodegenerativas e, em particular, a doença de Alzheimer, sobre o qual a Comissão apresentou uma proposta de recomendação do Conselho, que está actualmente em curso de elaboração.

Por outro lado, como sabem, mencionei há pouco a existência de um Grupo de alto nível para a programação conjunta relativamente a estas doenças, neste caso crónicas e não transmissíveis, que está a fazer um acompanhamento atento desta iniciativa-piloto para definir e especificar determinados temas e, assim, permitir a tomada de decisões muito mais concretas, como aquelas que os senhores deputados me apresentaram nas vossas intervenções. Creio que é essa a sede adequada para tratar este assunto.

Até agora, este Grupo de alto nível chegou a acordo sobre uma visão e um programa estratégico de investigação. Participam nele vinte e quatro países que estão agora a estabelecer as estruturas de gestão e a decidir sobre um plano de trabalho. A próxima reunião deste grupo vai ter lugar durante esta Presidência espanhola e creio que, a partir daí, estarão aptos a tratar questões como as que os senhores deputados apresentaram de forma muito mais concreta, directa e imediata.

Creio ser esse o lugar e a sede adequados. É para isso que foi criado e que existe este Grupo de alto nível: para trabalhar e preparar decisões ulteriores.

**Presidente.** – Compreendo que o senhor deputado Higgins poderá não ter ficado satisfeito com a resposta, mas a questão que colocou é complexa e deveria porventura, oportunamente, ser objecto de uma pergunta própria.

**Presidente.** – Pergunta nº 6, do deputado **Harlem Désir** (H-0489/09)

Assunto: Responsabilidade social das empresas

Por ocasião da conferência "Protect, Respect, Remedy", realizada em Estocolmo a 10 e 11 de Novembro de 2009, a Presidência em exercício do Conselho e a futura presidência espanhola convidaram a União Europeia e os seus Estados-Membros a assumir um papel de liderança no domínio da Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Em Março de 2007, o Parlamento solicitou a criação de um mecanismo destinado a facilitar os pedidos de reparação das vítimas de abusos das empresas nos tribunais europeus, a reforçar a obrigação que cabe aos dirigentes de reduzir ao mínimo o impacto negativo das suas actividades no ambiente e no

domínio dos direitos humanos e de aplicar normas precisas de informação ("reporting") a nível internacional. Na sua declaração, o Conselho põe a tónica nos progressos realizados, mas preconiza igualmente trabalhar em quadros comuns que explicitem o dever de protecção dos Estados, assegurem o respeito dos Direitos do Homem pelo mundo dos negócios e sanções em caso de violação.

Quais os instrumentos jurídicos vinculativos propostos pelo Conselho a fim de que as empresas respeitem o princípio de diligência e de informação e sejam sancionadas em caso de violação dos direitos humanos e ambientais na sua esfera de responsabilidade?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Cumpre-me referir a conferência sobre responsabilidade social das empresas, celebrada em Estocolmo nos dias 10 e 11 de Novembro de 2009.

A Presidência sueca, que organizou a conferência, e a então futura, agora actual Presidência espanhola, chegaram à conclusão de que, neste aspecto, a União Europeia deveria assumir uma liderança mundial, deveria servir de exemplo em relação ao importante assunto que o senhor deputado Désir foca na sua pergunta: a responsabilidade social das empresas quando se trata de criar mercados, lutar contra a corrupção, proteger o ambiente, defender a dignidade humana e os direitos humanos no local de trabalho, sobretudo tendo em atenção que a União Europeia é a economia maior do mundo e o maior contribuinte para a cooperação para o desenvolvimento. A Europa acolhe muitas empresas multinacionais. É um lugar muito adequado para assumir esta liderança.

A responsabilidade social tem essencialmente três componentes, os chamados *protect, respect, remedy* (proteger, respeitar, reparar). O Estado deve proteger, o que significa legislação, normas de desenvolvimento em relação a violações dos direitos humanos, especialmente por parte das empresas. Existe uma responsabilidade empresarial de respeitar esses direitos humanos e existe uma responsabilidade de todas as partes envolvidas de garantir o acesso a medidas de reparação adequadas, com o objectivo de proteger e incrementar esses direitos humanos.

De assinalar que dispomos agora de mais um instrumento, que é a Carta dos Direitos Fundamentais dos cidadãos europeus, que tem carácter juridicamente vinculativo e que faz com que, pela primeira vez, mesmo a nível europeu, haja uma protecção em relação às matérias a que a ideia da responsabilidade social diz respeito.

É necessário que todas as partes interessadas participem. Importa prosseguir o diálogo com países terceiros, com a sociedade civil, com os sindicatos, com as empresas, inclusive as pequenas e médias empresas, para introduzir este conceito, esta trilogia de que falávamos, de proteger, respeitar e reparar. A Presidência espanhola vai continuar a promovê-la, concretamente. Vai organizar em Palma de Maiorca, nos próximos dias 25 e 26 de Março, uma conferência que abordará a questão da institucionalização da responsabilidade social das empresas, do ponto de vista da sua relação com o diálogo social.

A conferência vai estudar a possibilidade de incluir este quadro na lista de instrumentos que a União Europeia e os seus Estados-Membros vão poder utilizar para levar a cabo as suas actividades, inclusive no contexto de uma questão aqui referida esta manhã quando da apresentação do programa da Presidência espanhola, a saber, a Estratégia UE 2020. Também aí tem de estar presente este objectivo da responsabilidade social.

**Harlem Désir (S&D)**. – (FR) Muito obrigado, Senhor Ministro, pela sua resposta. Dou-lhe os parabéns pela iniciativa de organizar essa conferência no mês de Março, em Palma de Maiorca, a qual dará seguimento à que teve lugar em Estocolmo.

O problema é que temos de lidar com empresas multinacionais. Como o Senhor Ministro disse, a Europa deve assumir a dianteira no capítulo da responsabilidade social das empresas, mas também o deve fazer no que respeita à conduta das empresas europeias fora da Europa. O problema é que as filiais dessas empresas são entidades jurídicas autónomas. O Senhor Ministro está disposto a considerar um instrumento jurídico através do qual as empresas-mãe seriam obrigadas a assumir a responsabilidade pela conduta das suas filiais noutros países do mundo quando estas infringissem as suas obrigações em matéria de ambiente, de respeito dos direitos humanos, e de respeito dos direitos dos trabalhadores? Porque, sem essa obrigatoriedade, as empresas europeias vão escapar a esta responsabilidade social das empresas que a Europa quer promover, devido ao comportamento das suas filiais noutros locais do mundo.

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Penso que a União Europeia tem de facilitar as melhores práticas em toda a Europa, e que daí resultarão as propostas legislativas que podem melhorar esta situação.

Há que ter em conta aquela parte da responsabilidade social, que poderemos denominar a parte juridicamente vinculativa, que tem a ver, sobretudo, com o respeito dos direitos humanos. Também existe uma parte voluntária que é constituída pelas práticas opcionais. Por isso, é importante que se criem fóruns a nível europeu e a níveis mais alargados para tratarem destas questões. Alguns destes fóruns já estão a funcionar. De facto, por exemplo, o grupo de alto nível dos Estados-Membros reúne-se de seis em seis meses para partilhar experiências relativas à responsabilidade social.

Além disso, penso que, neste contexto de crise económica, é ainda mais importante trabalhar neste sentido e no da competitividade e da protecção do ambiente, associando estes aspectos ao da inclusão social. Muito especialmente neste ano de 2010, que é o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Creio que este deve ser o ponto de partida e que é neste contexto, de algo que é ainda, em certa medida, pioneiro, que estes fóruns se devem forjar, onde todas as pessoas envolvidas devem participar num diálogo do qual deverão surgir as medidas subsequentes. Penso, no entanto, que deveremos enfrentar esta fase de diálogo, que é absolutamente fundamental, através de uma acção conjunta que tem sido, até agora, praticamente inédita.

**Ádám Kósa (PPE).** – (HU) Gostaria de saudar a sugestão do Ministro de sublinhar as melhores práticas. Todos sabemos que a UE tem uma população significativamente envelhecida e que as empresas têm a responsabilidade de manter a saúde das pessoas que adquirem o estatuto de incapacidade de longo prazo. Pretende o Conselho pressionar as empresas para utilizarem a perícia das pessoas reformadas na sociedade? Ou seja, permitindo a estas pessoas manterem-se activas, em lugar de pararem depois da reforma.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente em exercício, a questão que mencionou ocupou-nos por muito tempo. Muito do que foi dito podia ter sido dito há 10 ou 15 anos. Tenho algumas perguntas específicas a este respeito. Concorde que, para implementar de forma adequada e tornar visível a adopção da responsabilidade empresarial social, são necessárias tanto sanções como incentivos? Acha que poderia ser introduzido na União Europeia um sistema de divulgação pública dos infractores? Tendo em consideração a frequência com que os produtos são rotulados, o que pensa da inserção de uma referência clara nos produtos das empresas relativamente ao cumprimento ou à violação destas regras básicas de responsabilidade social empresarial? Estamos habituados a muitos tipos diferentes de rotulagem. Por que não utilizar também este método em relação aos assuntos sociais?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Concorde com a primeira intervenção, no sentido de que considero que essa é a base daquilo que designei como o diálogo da União Europeia com os Estados não membros, a sociedade civil, os sindicatos, as empresas e todas as partes interessadas, e que, obviamente, a participação das pessoas a que se refere, Senhor Deputado, é absolutamente essencial.

Penso que é chegado o momento de analisar esta matéria e também aquilo a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu, mas penso que tal deverá ser feito como parte de uma abordagem global, completa, de uma questão que irá ser tratada pela primeira vez ou quase pela primeira vez no grupo de alto nível que mencionei e na conferência que vai realizar-se em Março. É aí que penso que deverão ter lugar tais análises e se encontra a melhor forma de alcançar os nossos objectivos.

Às vezes é melhor seguir a via dos incentivos, outras a das sanções. A via das sanções nem sempre é a melhor. Penso que esta questão exige um estudo integrado, pois precisamos de uma visão integrada e de uma série de medidas, não de sucessivas medidas individuais mas, em última análise, de uma visão integrada do problema no seu conjunto, e da questão que representa, que constitui uma excelente oportunidade: a responsabilidade social.

**Presidente.** – Pergunta 7 de **Hans-Peter Martin** (H-0491/09)

Assunto: Supervisão financeira na UE

Na segunda-feira, dia 7 de Dezembro de 2009, perante a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, pronunciando-se sobre a supervisão financeira na UE e o acordo entre os respectivos ministros das Finanças, o Presidente do Banco Central Europeu, Jean Claude Trichet, afirmou o seguinte: "Não constitui forçosamente a melhor das soluções", já que, por exemplo, não está previsto cometer às autoridades da UE que se pretende instituir poderes directos em matéria de orientação.

De que modo pretende o Conselho garantir que Bancos, companhias de seguros, empresas da área dos serviços financeiros, fundos de investimento e fundos de retorno absoluto, que operam a nível transnacional,

não se furtem a uma supervisão eficiente, num contexto em que se continuará a verificar uma fragmentação das competências nacionais?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor Deputado, penso claramente que a União Europeia se depara com uma verdadeira supervisão do sistema financeiro a nível europeu, e não há dúvida que, neste caso, foi necessário que se desencadeasse uma crise grave. Está a fazê-lo através de duas dimensões essenciais que estão previstas nas directivas de supervisão financeira, as seis directivas que a Comissão apresentou no ano passado e que, presentemente, necessitam do acordo entre o Conselho e este Parlamento. Pretendemos obter este acordo durante a Presidência espanhola. Assim, o nosso grande interlocutor vai ser precisamente esta Assembleia.

Por um lado, existe a denominada supervisão macroprudencial, através do Conselho Europeu do Risco Sistémico, que procura impedir crises graves, garantir a estabilidade financeira e reduzir as perturbações do sistema financeiro. E, por outro, a denominada supervisão microprudencial, que me parece ser aquela a que essencialmente se refere o senhor deputado na sua pergunta.

Estas são as três autoridades europeias em matéria de banca, seguros e mercados de valores. Esta supervisão tem por objectivo o aprofundamento da supervisão, passe a redundância, e a redução das perturbações das entidades financeiras individuais, protegendo, assim, os clientes de tais entidades.

O Conselho, como referi, aprovou definitivamente uma posição comum sobre esta matéria. Em primeiro lugar, no ano passado, em Outubro, o Conselho deu o sim político e a confiança política a essa macrosupervisão, e, em Dezembro, à microsupervisão e ao conjunto do pacote legislativo. Isto é algo, como dizia, que está sujeito ao processo de co-decisão e, portanto, ao acordo do Parlamento com o Conselho.

Estas três comissões já deveriam estar a funcionar. Gostaríamos que as directivas fossem adoptadas, se possível, ainda no primeiro semestre da Presidência espanhola, mas em todo o caso que já estivessem a funcionar em finais de 2010. É este o objectivo do Conselho.

Consequentemente, esperamos uma cooperação bem sucedida com o Parlamento Europeu, para que possamos dar este importante passo em frente, que penso ser histórico e estar de acordo com as orientações que têm surgido de fora da Europa, do G20, uma vez que os Estados Unidos estão a preparar uma regulamentação semelhante. Acharmos que este é um dos desafios que devemos enfrentar para evitar uma nova crise como esta, que teve a sua origem no sistema financeiro, devido à falta de regulamentação e à irresponsabilidade, como anteriormente afirmou um deputado, de alguns dirigentes desse sistema financeiro.

**Hans-Peter Martin (NI)**. – (DE) Obrigado pelas suas declarações, Senhor Presidente em exercício do Conselho. Referiu a área da macrosupervisão do Conselho Europeu do Risco Sistémico. Tem certamente conhecimento de que já existem muitas críticas a esse respeito, em primeiro lugar relativas à dimensão do Conselho, porque, mais uma vez, foi constituído de acordo segundo um sistema proporcional europeu. Também considera, como muitos outros, que existe neste caso o risco de este Conselho não conseguir actuar eficazmente?

O segundo problema deste Conselho Europeu do Risco Sistémico é a sua falta de independência. Acha que poderia dar um passo em frente durante a Presidência espanhola e tentar conseguir um maior grau de independência e introduzir melhorias adequadas relativas à dimensão do Conselho, porque será praticamente impossível que este funcione com resultados significativos nestas condições?

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Penso que há uma proposta nessa matéria apresentada pela Comissão. Houve um acordo, foi finalmente obtido um acordo, um consenso no Conselho, que não foi fácil. A Presidência sueca e a Comissão tiveram de empenhar-se arduamente para conseguirem este acordo no Conselho Ecofin, e aqui está ele. Este acordo vem agora ao Parlamento Europeu e é o Parlamento que terá de apreciar as questões que V. Ex<sup>a</sup> e outros suscitam.

Este é o lugar para se conseguir esse acordo entre as duas esferas. Existe um consenso ao nível do Conselho e vamos ver se conseguimos obter o consenso com o Parlamento Europeu.

Penso que as questões que suscitou, como outras, podem ser perfeitamente discutidas e debatidas e tenho a certeza de que chegaremos a um acordo, porque este é absolutamente necessário, entre os dois órgãos legislativos da União: o Conselho e o Parlamento Europeu.

**Seán Kelly (PPE)**. – (EN) Como parte da supervisão financeira proposta, está a Presidência espanhola a considerar fazer recomendações relativas às boas práticas para limitar os salários dos Directores Executivos

dos principais bancos, e também para limitar a grotesca cultura das bonificações que alimentou muitas dos problemas e nos colocou na difícil situação em que nos encontramos?

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, gostaria de ligar a pergunta da supervisão financeira, exercida pela União Europeia, à acção especulativa dos fundos de investimento, incluindo os fundos domiciliados na União Europeia, na City de Londres. Artigos referem que os gestores de fundos estão a apostar numa desvalorização do euro, das obrigações do tesouro do Governo Grego e de outros Estados, e no débito e no défice, agravando assim o endividamento.

Pode o senhor dizer-me que medidas concretas que poderão ser tomadas para proteger as economias dos Estados-Membros da União Europeia contra os ataques especulativos dos fundos de investimento de alto risco, incluindo os fundos domiciliados na União Europeia?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Sim, penso que é perfeitamente possível debater as melhores práticas relativamente às entidades financeiras. Estamos a abrir um debate centrado em torno desses sistemas de supervisão financeira e acho que este é o lugar ideal para trabalhar nesse sentido e para contribuir com alguns dos elementos que referiu, Senhor Deputado Kelly, também como parte dessas directivas.

Também penso que a proposta apresentada pelo segundo orador tem cabimento nestas directivas que V. Ex.<sup>as</sup> terão a oportunidade de discutir nesta Assembleia, por exemplo em relação à regulamentação dos *hedge funds*, que se insere nas necessidades de supervisão que foram discutidas, ou em relação a algo que o actual Presidente do Conselho da União referiu esta manhã, nesta sala, a erradicação dos paraísos fiscais.

Tudo isto, as ideias que foram suscitadas, têm o seu lugar e enquadram-se perfeitamente no debate que se realizará nesta Assembleia ao longo dos próximos meses sobre uma reforma, como o Conselho Europeu a denominou na altura, verdadeira e completa da supervisão do sistema financeiro. Uma reforma, por conseguinte, profunda e importante, onde terão cabimento todas as questões e todos os debates suscitados pelos senhores deputados.

**Presidente.** – Pergunta 9 de **Rodi Kratsa-Tsagaropoulou** (H-0496/09)

Assunto: Situação das finanças públicas na Grécia e o papel da zona euro

Os sinais emitidos no recente Conselho Europeu sobre a gravidade da situação financeira da Grécia assim como o apoio aos Estados que se encontram numa tal situações são contraditórios. Assim, a Sra. Merkel salientou a responsabilidade conjunta de todos os países da zona euro pelo que acontece num Estado-Membro, enquanto que o Sr. Reinfeld afirmou que os problemas da Grécia são "problemas internos do país que devem ser resolvidos com decisões internas".

Como vê a Presidência a solidariedade entre os Estados-Membros, em particular os da zona euro, em caso de perigo de falência de um país? Considera oportuna a prestação de garantias e de crédito aos governos pelo BCE (Banco Central Europeu), de modo a evitar fenómenos especulativos e consequências desfavoráveis da possível degradação da notação de crédito dos Estados Membros que eternizam o círculo vicioso da dívida pública?

Considera o Conselho que, para além das sanções e das medidas preventivas previstas no Pacto de Estabilidade e desenvolvimento, são necessários controlos preventivos e medidas mais rigorosas em prol do emprego e do desenvolvimento dos Estados-Membros endividados antes que estes caiam numa situação financeira muito desfavorável?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Nos Tratados da União Europeia existe uma divisão de competências clara. As políticas económicas dos Estados-Membros são de interesse comum para a União mas, ao mesmo tempo, os orçamentos nacionais são da competência de cada Estado-Membro.

Dado que existe uma moeda única nos 16 países da União e, ao mesmo tempo, uma perspectiva do seu alargamento, uma vez que a ideia da união monetária é algo que aparece no Tratado de Maastricht como o objectivo mais global possível, existe, como é natural, a observância de regras dos Estados-Membros em relação aos respectivos orçamentos, pois tal afecta a economia e o sistema monetário como um todo.

Por conseguinte, é necessário evitar défices públicos excessivos, o que é algo essencial para o funcionamento da união económica e monetária, sendo que destas duas se desenvolveu sobretudo – há que reconhecê-lo – a união monetária, e não tanto a união económica.



Daí o Pacto de Estabilidade, na altura do Tratado de Maastricht, e, actualmente, o artigo 123.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, proibirem défices ou a concessão de crédito para cobrir estes défices pelo Banco Central Europeu e pelos bancos centrais dos Estados-Membros cuja moeda é o euro. O Tratado também prevê que nem a União, nem os Estados-Membros, assumirão ou responderão às obrigações do Governo central ou de outras autoridades públicas de outro Estado-Membro.

Portanto, cada Estado-Membro deve garantir as suas próprias obrigações de dívida e o Conselho declarou que todos os Estados-Membros devem fazê-lo, e mantêm-se confiante de que a Grécia e os outros Estados-Membros adoptarão as necessárias decisões para corrigirem os desequilíbrios económicos, para conservarem a força do seu ambiente económico e financeiro.

Importa recordar que o procedimento de défice excessivo prevê a supervisão das políticas económicas em casos justificados. O Conselho vai debater o caso da Grécia, esperamos que em Fevereiro. É provável que, nessa altura, embora dependendo do direito de iniciativa da Comissão, se adoptem recomendações e, portanto, sejam definidas estratégias, de tal forma que a União Europeia poderá manifestar o seu interesse e o seu envolvimento em circunstâncias ou situações difíceis que alguns Estados-Membros poderão conhecer.

**Rodi Kratsa-Tsagaropoulou (PPE).** – (EL) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, o senhor recordou-nos os artigos do Tratado que abordam o procedimento de défice excessivo. O Parlamento conhece esses artigos. Contudo, tenho a sensação de que me poderiam dar mais informações sobre o que o Senhor Primeiro-Ministro Zapatero queria dizer quando falou de solidariedade na zona euro, sobre a solidariedade em países com problemas financeiros especiais. Existe talvez a possibilidade de debater uma melhor coordenação financeira entre o centro e as regiões no que diz respeito aos subsídios? Existe talvez a possibilidade de uma melhor coordenação financeira para evitar o *dumping* fiscal e social que já sobrecarrega a União Europeia e que tem consequências especiais em determinados países? Pode dizer-me algo mais sobre o que disse anteriormente em relação ao que o Senhor Primeiro-Ministro Zapatero queria dizer quando falou de solidariedade?

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) A União Europeia é uma região do mundo onde a solidariedade é praticada de forma muito visível. Por exemplo, no caso da Grécia ou do meu país, a Espanha, conhecemos uma grande solidariedade da parte da União Europeia, através dos fundos europeus e dos Fundos Estruturais, que são elementos essenciais da política de solidariedade europeia que continuará a existir.

Não tem paralelo em nenhum lugar do mundo. Permitiu o progresso evidente de muitos países, algo que beneficia os países no seu conjunto, que abre mercados e, ao mesmo tempo, que permite a transferência de certos montantes para modernizar uma região. Eis um exemplo claríssimo de solidariedade. Naturalmente, estes fundos têm de ser correctamente utilizados e de ser fiscalizados pela União Europeia, o que é perfeitamente lógico. Logo, existe solidariedade.

Outra forma de solidariedade é a que podemos depreender muito claramente do Tratado. Referiu-se em especial ao Tratado. O Tratado estabelece a obrigação de os Estados-Membros coordenarem as suas políticas económicas, sociais e de emprego. O artigo 5.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece claramente esta obrigação e nele está expressa também a solidariedade da União Europeia: na discussão conjunta e na adopção conjunta de objectivos tendo em vista uma política económica coordenada.

Muitos dos problemas actuais em diversos países europeu em consequência da crise não teriam sido tão intensos se tivesse havido uma união económica muito antes, porque esta parou. A união monetária avançou, mas a união económica parou e estas sinergias de coordenação de políticas económicas da União Europeia não emergiram, o que, em síntese, é o que devia acontecer. Em última instância, é o que propõe o Tratado

A estratégia da Europa 2020, os objectivos que devemos acordar relativamente ao investimento na educação, na especialização e na divisão do trabalho, e relativamente à luta contra as alterações climáticas, também são elementos a acordar e de solidariedade. Também nesse caso, a solidariedade é expressa muito claramente num continente, numa União Europeia que deve ser sempre o mais unida possível. Contudo, como é natural, isso não impede o Tratado, muito logicamente, de também exigir responsabilidade dos Estados-Membros no seu nível de dívida ou do crédito que aceitam. Como é natural, isso é da responsabilidade de cada Estado. Contudo, existe todo um contexto de mercado, políticas sociais, políticas estruturais, políticas regionais e, no futuro, espero, de coordenação das políticas económicas, sociais e de emprego, que é, sem dúvida, um contexto de solidariedade.

Esta é a política de solidariedade mais adequada, mais profunda e abrangente da política de solidariedade da União.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** – (PL) Gostaria ainda de colocar uma questão relacionada com a afirmação do Senhor Ministro de que a situação muito grave na Grécia seria colocada na reunião da Comissão em Fevereiro deste ano. É verdade que a crise na Grécia é muito grave, mas todos sabemos bem que, infelizmente, esta situação se pode propagar. Gostaria de perguntar o seguinte: para além do fórum da Comissão, não deveria o Senhor Ministro iniciar uma discussão mais substantiva com o Banco Central Europeu? Penso que este é também um órgão importante que deveria ser mais activo relativamente à situação na Grécia.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Penso que cada órgão tem a sua própria área de trabalho. Esta é uma das características mais importantes da estrutura da união económica e monetária europeia e, além disso, aquela que lhe dá credibilidade.

É verdade que o Conselho vai analisar o caso da Grécia, o que é lógico uma vez que se trata de um dos Estados-Membros da União e, obviamente, o que acontece noutro país europeu afecta-nos a nós todos. Somos afectados pelo que acontece em países fora da Europa, que dizer de um lugar onde existe um mercado único e onde existe uma moeda única para 16 países.

É lógico que se debata, dentro dos limites previstos no Tratado e, além disso, que tal seja feito com base na estratégia orçamental e económica considerada adequada para as actuais circunstâncias e que se recomende, neste caso, à Grécia, da qual esta irá, sem dúvida, beneficiar.

O Banco Central Europeu tem as suas próprias atribuições previstas no Tratado, atribuições relativas à estabilidade financeira e à estabilidade dos preços, a partir de uma posição independente. A independência do Banco Central Europeu é um princípio essencial da União Europeia, que confere uma grande credibilidade ao nosso sistema económico e financeiro e à nossa moeda comum, o euro. Este critério de independência deve ser respeitado, pois constitui um elemento fundamental da união económica e monetária que adoptámos há alguns anos na União Europeia.

**Presidente.** – Senhor Ministro, muito obrigado pela sua participação neste primeiro Período de Perguntas da sua Presidência.

As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta, obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o período de perguntas.

(A sessão, suspensa às 19h15, é retomada às 21 horas)

**PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU**

*Vice-presidente*

### **13. Composição das comissões: Ver Acta**

### **14. Democratização da Turquia (debate)**

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a democratização da Turquia.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhoras e Senhores Deputados, é com prazer que me dirijo a esta Assembleia relativamente a um assunto de extrema importância para a União Europeia, que é o das relações com a Turquia e, mais concretamente, a democratização da Turquia, que parece ser o principal objectivo do debate, um assunto directamente relacionado com a União - não apenas indirectamente, mas também directamente -, tendo em conta que a Turquia é um país candidato.

Tem o estatuto de um país candidato que negocia há vários anos a sua adesão à União Europeia; como é sabido, nos termos dos princípios políticos de Copenhaga, um país que deseje ingressar na União deve possuir instituições políticas estáveis e garantir a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito das minorias.

A Turquia deve, assim, cumprir estes princípios. Existem diversos capítulos abertos a uma possível negociação. Alguns estão abertos, outros ainda não estão abertos, outros têm as negociações bloqueadas, e o que é claro é que a Turquia apresenta uma grande importância estratégica para a União. Em primeiro lugar, porque é um país com uma perspectiva europeia e, depois, porque é um grande país de crescente importância estratégica do ponto de vista do fornecimento energético e porque é um país com uma relevância económica inquestionável e, como é natural, também política. A Turquia também faz parte da NATO e, portanto, também constitui, nesse contexto, para alguns dos países da União Europeia, um parceiro no âmbito dessa aliança militar.

Importa referir que a Turquia conheceu mudanças positivas. A perspectiva europeia tem dado à Turquia uma especial motivação para se orientar, positivamente, no sentido de alterações democratizadoras e da consolidação democrática. O actual Governo turco lançou mesmo aquilo que denomina como 'iniciativa democrática' em resposta à necessidade de uma série de modificações institucionais no sistema político turco, no sentido da democratização. Em relação à União Europeia, o seu interesse foi mesmo demonstrado no interior do Governo, com a nomeação de um ministro - o Ministro Bağış, com quem tive a oportunidade de falar muitas vezes -, especificamente encarregado da negociação com a União Europeia, sendo esta a denominação da sua pasta.

Vemos assim que, por um lado, a Turquia lançou reformas, incentivadas, sem dúvida, pela perspectiva europeia, mas que, por outro lado, continuam a persistir insuficiências claras no âmbito concreto que é objecto do presente debate, a saber, o âmbito da democracia e do respeito das liberdades fundamentais.

Continuamos a considerar insuficientes os níveis de protecção e de garantia de algumas liberdades, tais como a liberdade de expressão, de imprensa, de religião, ou dos direitos dos sindicatos, dos direitos das minorias, dos direitos das mulheres e crianças, a luta contra a discriminação e a igualdade entre homens e mulheres. O que nos levou a propor à Turquia, como parte deste processo, uma série de reformas constitucionais, sem as quais seria difícil avançar em alguns desses domínios.

Assim, conforme estabelecido no quadro das negociações com a Turquia, a União Europeia deseja progredir nesta linha e, mais importante, instruirá a Turquia sempre que necessário e sempre que considere que um determinado tipo de medida não vai na direcção desejada ou pode dificultar o progresso.

Assim aconteceu, efectivamente, por ocasião da decisão adoptada em 11 de Dezembro pelo Tribunal Constitucional turco, de dissolução do DTP (*Demokratik Toplum Partisi*) e de proibição do exercício de qualquer actividade política a vários dos seus representantes democraticamente eleitos. A Presidência do Conselho manifestou a sua preocupação pela decisão adoptada pelo Tribunal e, portanto, houve claramente uma voz da União Europeia que assinalou, com grande nitidez, a sua preocupação por essa decisão. Além disso, esta voz encoraja as necessárias reformas da legislação turca para adequar a regulamentação dos partidos políticos a determinadas recomendações formuladas pela Comissão de Veneza do Conselho de Europa e às normas pertinentes da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais que foi, de resto, assinada e ratificada pelo Estado Turco e submetida à jurisdição, neste caso, do Tribunal de Estrasburgo.

Assim termino, Senhora Presidente. A Presidência do Conselho continuará a conferir uma grande importância a este assunto. Todos os aspectos do processo de reforma actualmente em curso na Turquia serão acompanhados de perto e, em todo o caso, num quadro que consideramos ser positivo, que é o quadro da negociação e da parceria de adesão. Pensamos que este é um quadro estratégico que devemos manter, e a intenção da actual Presidência espanhola do Conselho é a de que se continuem a abrir novos capítulos de negociação, como aconteceu no ano passado com a Turquia e, portanto, que se possam aprofundar essas negociações.

**Olli Rehn, Comissário.** – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me com este importante debate sobre a democratização turca. Não podemos esquecer-nos de que o processo de adesão da Turquia à UE continua a revestir-se de importância estratégica para a União Europeia.

As reformas democráticas e a transformação democrática da Turquia reforçam a estabilidade e a segurança na Turquia e na vizinhança alargada da União Europeia e da Turquia. O progresso na Turquia inspira os reformistas e actua como um catalisador da democracia e dos direitos humanos em toda a região.

Claro que o progresso nem sempre é simples, com desenvolvimentos positivos. Também vemos desenvolvimentos preocupantes e, quando é assim, colocamos estas questões de forma muito séria junto

das autoridades turcas, utilizando os instrumentos que possuímos, graças à condicionalidade da perspectiva da adesão à União Europeia.

Quando uma sociedade como a Turquia conhece alterações políticas fundamentais, é muito raro existir sempre clareza total ou um sentido dos eventos.

A abertura democrática da Turquia em relação à população curda é um exemplo de um desenvolvimento desse tipo. No Verão de 2009, o Governo turco lançou esta abertura democrática destinada a elevar os padrões democráticos e de qualidade de vida de todos os cidadãos turcos. Esta importante iniciativa aborda a questão curda através do diálogo e no quadro das instituições democráticas turcas. Até à presente data foram realizadas várias reformas importantes. Algumas destas reformas eram praticamente impossíveis há alguns anos atrás: é o caso dos programas televisivos em língua curda que são actualmente emitidos por canais privados e públicos. Estes programas são um exemplo elucidativo de tais alterações e transformação positivas.

Mas os recentes reveses na abertura democrática constituem, de facto, motivo sério de preocupação. Lamentamos a decisão do Tribunal Constitucional da Turquia, em Dezembro, de encerrar o Partido da Sociedade Democrática (DTP). Na sequência do encerramento do DTP, diversos membros do partido – incluindo Presidentes da câmara eleitos – foram presos no âmbito de uma investigação de terrorismo. Simultaneamente, os ataques terroristas do PKK continuam indefinidamente no sudeste e põem em risco as vidas dos soldados turcos. O clima de tensão política também foi alimentado pelos festejos na sequência do regresso do Norte do Iraque de membros e simpatizantes do PKK. Os círculos nacionalistas da Turquia aproveitaram esta oportunidade para atacar as políticas do Governo e a própria abertura democrática.

Na sequência desta reacção contra a abertura democrática, congratulo-me com o anúncio feito na semana passada pelo Governo turco de prosseguir com a abertura democrática. A transformação democrática da Turquia é um sinal importante do poder discreto continuado da perspectiva de adesão à CE, quando utilizado de uma forma honesta e firme, e com vigor e coerência.

Não é um processo fácil, mas é um processo cuja estrada a percorrer é pelo menos tão importante como o seu destino. Mantenhamo-lo vivo e eficaz para o benefício conjunto da União Europeia e da Turquia.

**Ria Oomen-Ruijten**, em nome do Grupo PPE. - (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário Rehn, tenho consciência de que este debate sobre a Turquia, sobre o alargamento, pode ser a última vez que falo com o senhor. De qualquer forma, gostaria de agradecer as informações que sempre esteve disposto a fornecer nas discussões que teve connosco, comigo. Muitíssimo obrigada.

Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, o debate de hoje não é sobre os capítulos de abertura. É sobre a democratização - alguns aspectos em particular da democratização -, já que o relatório de progresso referente à Turquia e a opinião do Parlamento serão discutidos na próxima sessão, em Estrasburgo. Concorro com o Senhor Comissário Rehn em que é extremamente importante que a Turquia dê passos em direcção à democracia. Gostaria de felicitar vivamente a Turquia pelos esforços que já desenvolveu nesse sentido, incluindo os esforços no âmbito da questão curda. Afinal, há dez ou até há cinco anos, quem diria que viriam a existir canais televisivos em língua curda?

Quando, em meados de 2009, a Turquia apresentou aquilo a que chamou iniciativa de "abertura democrática", iniciou-se um debate sem precedentes - não só no parlamento, mas também nos meios de comunicação social surgiu um debate sem precedentes. Na altura, tive a esperança de que o debate traria finalmente direitos muito tangíveis e firmes a todos os cidadãos turcos. Em Outubro, felicitei todos os meus colegas turcos pela sua ousadia em conduzir aquele debate, apesar da oposição pública. Apelei para que o debate fosse seguido de medidas muito específicas para rechear esta abertura democrática. Após toda aquela energia positiva em relação a isto, no entanto, o lado negro da Turquia voltou a dar mostras, quando o acórdão do Tribunal Constitucional Turco trouxe consigo novos ataques terroristas. Houve uma onda de detenções de membros do Partido da Sociedade Democrática (DTP) e a ameaça de detenção ainda paira sobre certos membros do Parlamento Turco. Isso também representa uma ameaça à abertura, e tenho um mau pressentimento sobre isso. Embora eu lamente a decisão do Tribunal Constitucional, parece que este mesmo tribunal é a favor da implementação das recomendações da Comissão de Veneza. Este Parlamento sempre condenou a violência e o terrorismo e favoreceu as soluções políticas. Afinal, somente o diálogo entre a sociedade turca e os direitos sustentáveis garantidos por lei podem trazer paz, segurança e prosperidade aos cidadãos da Turquia, trazendo grandes benefícios para nós também.

**Richard Howitt**, *em nome do Grupo S&D*. - (EN) Senhora Presidente, o anúncio da abertura democrática no ano passado deu-nos a esperança de um verdadeiro avanço, ao assegurar o respeito pela língua, pela cultura e pelos direitos dos Curdos na Turquia e ao fechar a porta a anos de terrorismo e violência.

No entanto, o Parlamento junta-se hoje ao Conselho e à Comissão ao exprimir sérias preocupações de que, com a decisão de Dezembro último do Tribunal Constitucional, em vez de abertura, deu-se o encerramento do partido político que detém a maioria dos votos nas regiões de predominância curda, o partido que a associação dos direitos humanos da Turquia considera ser o negociador natural do povo curdo.

Há dois anos, estive presente como observador no congresso do partido, onde estavam umas 20 000 pessoas, e pude constatar por mim próprio a legitimidade do partido perante os seus apoiantes.

Reconheço que o encerramento dos partidos políticos foi condenado pelo Primeiro-Ministro turco nas suas declarações após o acórdão, e a imprensa turca de hoje relata que o partido do governo anunciou a intenção de evitar mais encerramentos indevidos através do alinhamento da constituição com o artigo 11.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Estas promessas têm de ser cumpridas.

Mas é difícil para qualquer um de nós conciliar o apelo lançado pela Turquia para que as guerrilhas saiam das montanhas com o facto de outros membros dessa mesma comunidade, que optaram pela via democrática, aparecerem algemados a marchar para a prisão. Há notícias de que se encontram detidos entre 700 e 1 000 membros do partido, muitos dos quais pelo simples facto de terem usado a sua própria língua em público.

Neste Parlamento Europeu, devemos lamentar especialmente a detenção de nove presidentes de câmara eleitos e a exclusão de dois deputados do partido.

No nosso Parlamento, assim como no deles, a razão da existência da imunidade parlamentar é permitir que nós, representantes do povo, possamos expressar-nos sem medo. O medo que devemos combater, para aqueles de nós que desejam ver a Turquia juntar-se à União Europeia, é o medo deslocado de alguns em relação à maioria da população de que, num país multi-étnico, o chamado direito das minorias seja uma ameaça à unidade do Estado. Na Europa moderna, isso muito simplesmente não ocorre.

Portanto, para concluir, acabou-se o partido cujo nome turco equivale a "Partido da Sociedade Democrática", mas não devemos perder de vista o seu objectivo de construir uma sociedade democrática numa Turquia moderna.

**Sophia in 't Veld**, *em nome do Grupo ALDE*. - (NL) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de juntar-me à senhora deputada Oomen-Ruijten nos seus calorosos agradecimentos ao Senhor Comissário Rehn, por todos os seus esforços no decorrer dos anos. Congratulo-me também com o novo ímpeto introduzido pela Presidência espanhola no tocante às negociações com a Turquia.

Senhoras e Senhores Deputados, também eu lamento o acórdão do Tribunal Constitucional Turco. Trata-se manifestamente de um passo atrás, mas esperemos que seja apenas um passo atrás e que depois venham vários passos à frente, já que temos de reconhecer que o actual Governo turco deu claras mostras de querer pôr o processo de democratização em marcha e dar aos Curdos o seu lugar de direito na sociedade e no sistema político. Gostaria de referir, no entanto, que, se quisermos apoiar este processo de democratização, desenvolvimento e reforma na Turquia, temos de assumir um compromisso claro e inequívoco em relação à adesão plena da Turquia. Penso que devemos dar um incentivo também ao povo turco - e não só à classe política do país - e que não devemos hesitar, debater soluções provisórias ou mudar as regras do jogo. Temos de assumir um compromisso inequívoco. Isso também se aplica a todos os partidos políticos da Turquia, por isso apelo para que ponham de lado as vossas divergências em relação a este assunto e façam esforços conjuntos em prol da reforma.

Numa visita recente ao país, enquanto membro da Comissão Parlamentar Mista UE-Turquia, vi enormes progressos na sociedade civil. Afinal, a Turquia não são só políticos e negociadores; são também as pessoas. Constatamos que o povo turco está de facto a enfrentar o desafio e está empenhado em reformar a sua própria sociedade. Temos de dar todo o nosso apoio. Portanto, apelo para o reforço do pilar que foi anteriormente acordado: não só em termos de negociações, mas também em termos de conhecimento mútuo. Foi explicitamente essa a segunda parte. Espero que esta Assembleia também assuma um compromisso inequívoco de apoio ao processo de adesão.

**Hélène Flautre**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário Rehn, obrigada por permanecer connosco até esta hora tardia para discutir a democratização da Turquia, um assunto para o qual trabalhou muito, facto que agradeço.

Acredito que, quando o governo anunciou a sua iniciativa democrática, a sua abertura democrática, muitos de nós reconheceram a coragem desse passo e, ao mesmo tempo, creram que essa enorme ambição significava um longo caminho a percorrer, um caminho provavelmente cheio de armadilhas; as armadilhas não tardaram a aparecer.

O primeiro acto, como já foi dito, foi a dissolução do Partido da Sociedade Democrática (DTP), mas noto também que, juntamente com a proibição do PSD, a proibição de se participar em actividades políticas, que afecta vários membros eleitos do partido, também elimina as figuras que estiveram mais directamente envolvidas no diálogo democrático e político para resolver a questão curda. Isso deixa um ponto de interrogação relativamente a esta questão.

Se seguida, há ainda esta onda de detenções que hoje em dia está a afastar os líderes políticos e, portanto, também os porta-vozes da questão curda. Contudo, a questão curda é essencial para o processo de democratização da Turquia! Primeiro, porque é sistémica, porque representa muitos anos de sofrimento, violência, conflito e guerra, cujas cicatrizes trágicas são ainda hoje visíveis; e essas cicatrizes são também económicas, sociais, culturais e políticas.

A questão curda também está a exercer uma enorme pressão sobre o processo de democratização. Está a pressionar a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, os direitos dos cidadãos e o combate à tortura. E quando hoje constato como a legislação anti-terrorista está a ser usada para encobrir represálias políticas, digo que agora é o momento de apoiar o governo e esperar que tome mais uma iniciativa extremamente ambiciosa para sair desta situação, porque, como sabemos, nem todos os grupos constituídos na Turquia estão interessados numa solução democrática para a questão curda. Estamos bem conscientes deste facto, e assim o estivemos desde o princípio.

Portanto, a Turquia precisa agora do nosso apoio, do nosso apoio incondicional ao processo de democratização. A minha colega, a senhora deputada in 't Veld, tem razão quando diz que este apoio total tem de incluir a renovação da promessa de adesão assim que o processo de democratização estiver concluído; é absolutamente necessário dizê-lo.

De seguida, o governo acabará por ter de fazer reformas, que fatalmente resultarão numa nova proposta de constituição. As reformas imediatas terão obviamente de estar relacionadas com a legislação sobre os partidos políticos. Também estarão relacionadas com as reformas do sistema eleitoral - uma questão de extrema urgência - e com a independência do sistema judicial. O Governo turco deve agora promover estes alicerces fundamentais para um estado democrático na Turquia com coragem e determinação.

Para além disso, este governo também tem de tomar iniciativas de incentivo ao consenso e à reconciliação, porque a polarização da sociedade e das forças políticas na Turquia teriam um efeito desastroso na procura do consenso necessário para a adopção de uma nova constituição, que é o que todos nós desejamos.

**Charles Tannock**, *em nome do Grupo ECR*. - Senhora Presidente, o sistema político da Turquia já está suficientemente maduro para ser considerado uma democracia pluralista. O debate político é forte e os eleitores possuem um poder de opção legítimo. Além do mais, a Turquia faz parte do Conselho da Europa, que logicamente vincula o seu governo aos padrões comuns da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito.

É evidente que uma democracia estável e permanente é uma pré-condição para a sua adesão final à UE. De momento, no entanto, existem talvez duas questões preocupantes.

A primeira é a dos antecedentes de intervenção militar nos processos políticos da Turquia. Embora o exército seja sem dúvida uma importante garantia do secularismo e da estabilidade, qualquer tentativa de minar um governo eleito acabaria de vez com as ambições de adesão da Turquia.

A segunda questão prende-se com a hegemonia do AKP no panorama político, o que leva alguns observadores a temer pelo desenvolvimento gradual de um Estado monopartidário de facto. Desde que isso aconteça pela via democrática, não podemos levantar objecções, mesmo que alguns manifestem preocupações quanto ao limite mínimo relativamente elevado para a representação parlamentar na Turquia - 10 % -, que, como é óbvio, impede os partidos mais pequenos de participarem no processo parlamentar.

No entanto, a leve tendência para o islamismo do AKP também preocupa a alguns, e a popularidade do partido tende a indicar uma mudança fundamental de paradigma na natureza da sociedade turca. Até agora, a tradição secular kemalista foi muito boa para a tendência euro-atlântica da Turquia, mas o seu declínio gradual devido a alterações demográficas parecem, ao contrário, indicar que aqueles que acreditam no poder

dos ideais de Atatürk estavam demasiado confiantes. Para o bem da sociedade turca, a democracia precisa de ser pluralista, secular e baseada no respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias curdas.

Um outro motivo de preocupação, como é óbvio, é a participação da Turquia na Organização da Conferência Islâmica (OIC), onde os valores ocidentais comuns à União Europeia não são evidentes, porque a OIC invoca a lei da xaria como base dos direitos humanos no mundo islâmico. Isto, ao meu ver, vai gerar sérios conflitos de interesse se algum dia a Turquia vier a fazer parte da União Europeia.

**Takis Hadjigeorgiou**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. - (EL) Senhora Presidente, sendo eu um eurodeputado cipriota, quando me refiro à Turquia sinto-me sempre na obrigação de manifestar o nosso apoio à adesão deste país, desde que - é claro - cumpra as pré-condições definidas e passe por um processo extensivo de democratização.

Como poderemos ajudar a Turquia no processo de democratização? Eis uma grande questão. Para mim, podemos consegui-lo se falarmos a verdade à Turquia. Sim, a Turquia tem feito progressos. Muitos dos quais são notáveis. Devemos dizer-lhe isto.

A Turquia tornou-se num cemitério de partidos políticos. Foram enterrados treze partidos com os acórdãos do Supremo Tribunal. O Partido da Sociedade Democrática foi recentemente proibido; 200 membros do partido, nove presidentes de câmara, seis antigos presidentes de câmara e dois antigos líderes partidários estão na prisão. Estará a tendência para a democratização num país como este relacionada com o facto de haver um canal televisivo em língua curda? Somos vizinhos da Turquia e apelamos para que aprendam connosco a partir da nossa experiência como vizinhos, e não a partir dos nossos pontos fracos. A Turquia tornar-se-á uma democracia se lhe falarmos de maneira clara e rigorosa.

**Nikolaos Salavrakos**, *em nome do Grupo EFD*. - (EL) Senhor Ministro, fico satisfeito com as análises contidas e - permitam-me dizer - sábias apresentadas pelo Senhor Presidente em exercício do Conselho e pelo Senhor Comissário Olli Rehn, a quem felicito e desejo muito êxito no seu novo cargo.

Não há dúvidas de que a Turquia é um país muçulmano de grande dimensão e enorme importância estratégica. Não irei repetir as opiniões dos colegas com as quais concordo. No entanto, a análise das informações relacionadas com esse país dá-me a impressão de que há numerosos centros de poder que não conseguem trabalhar em conjunto e se contradizem uns com os outros. Portanto, enquanto o Governo de Erdoğan tenta passar uma imagem moderada, as forças armadas do país parecem ter uma postura agressiva perante a Grécia, sempre invadindo o espaço aéreo grego e importunando constantemente o Frontex.

Ao mesmo tempo, notou-se recentemente que o poder judiciário do país deu claras mostras de uma tendência repetida de abolir o governo, como aconteceu há dois ou três anos com Erbakan.

Por fim, o Governo turco parece de momento ser incapaz de garantir a soberania popular que caracteriza a democracia e tem planos para um novo tipo de comunidade otomana, como ilustram as opiniões de Ahmet Davutoglu, recentemente reiteradas pelo primeiro-ministro Erdoğan na sua visita ao Líbano.

Também acho estranha a postura do Governo turco perante o Irão e o seu programa nuclear, que vai contra as opiniões da comunidade internacional, especialmente da União Europeia e dos EUA.

Além disso, contrariando o protocolo de Ancara e demais acordos internacionais, a Turquia está a permitir e talvez esteja a incentivar o movimento de imigração ilegal através do seu país para o território da União Europeia, e não está a cumprir o seu dever de conceder o direito de os navios e aviões cipriotas fazerem escala nos seus portos e aeroportos.

Enquanto isso, o número um da igreja ortodoxa, o patriarca Bartholomaios, o incontestável líder espiritual de centenas de milhões de cristãos ortodoxos, resolveu entrar na luta e descreveu a situação do patriarcado de maneira franca e directa, queixando-se das diversas violações da liberdade religiosa e dos direitos das minorias. Portanto, penso que a Turquia tem um longo caminho a percorrer antes de aderir à União Europeia.

**Barbara Matera (PPE)**. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em sintonia com os comentários tecidos por alguns dos meus colegas, penso que o processo de democratização da Turquia é um caminho fundamental para permitir que esse país se aproxime da União Europeia, que a nossa coexistência no seio da União Europeia deve basear-se em princípios e valores inalienáveis e que o seu reconhecimento constitui uma condição indispensável para a adesão de qualquer Estado.

Isto também se aplica à Turquia, que deve implementar as reformas necessárias para garantir a democracia, o Estado de direito e a defesa dos direitos humanos e dos direitos das minorias. Em especial, o pluralismo cultural, religioso e político constitui a base de uma sociedade democrática, mas o seu reconhecimento é um processo árduo, que se interliga com considerações de ordem histórica, étnica e religiosa. Os factos em torno da rejeição, por parte do Tribunal Constitucional turco, do Partido da Sociedade Democrática, próximo da minoria curda, são disso exemplo. Daí resulta que o encerramento de partidos e a retirada do cargo a representantes eleitos constituem sempre acontecimentos muito graves, por violarem as liberdades individuais e os princípios democráticos.

O processo de democratização da Turquia depende, indubitavelmente, da solução da questão curda. A União Europeia deve assumir um compromisso forte com as autoridades políticas dos países envolvidos e deve levar a cabo uma acção concertada com as Nações Unidas. Não pode existir democracia sem pluralismo, como tem repetido em diversas ocasiões o Tribunal Europeu para os Direitos do Homem, de Estrasburgo.

Portanto, faço votos de que o sistema político turco possa evoluir rapidamente em sintonia com estes princípios. Se a Turquia conseguir fazer isso, a sua adesão à Europa só pode representar para nós uma grande oportunidade.

**Raimon Obiols (S&D).** – (ES) Julgo podermos dizer com toda a convicção que, desde o início das negociações de adesão com a Turquia, com base num acordo unânime do Conselho, o processo no seu conjunto merece uma avaliação positiva. Ele tem contribuído para o processo de democratização e modernização na Turquia. No entanto, também é evidente que subsiste toda uma série de problemas, que têm ocorrido avanços e retrocessos, más notícias de tempos a tempos – e a recente dissolução do partido curdo, DTP, é disto exemplo – e que ainda resta percorrer um longo caminho bastante complexo.

Neste Parlamento, temos o hábito de dizer o que os outros devem fazer. Julgo que também seria boa ideia dizermos, com vista ao futuro das negociações com a Turquia, qual é a nossa posição dominante. Considero que a nossa posição se encontra reflectida no relatório de Ria Oomen-Ruijten, o qual dispõe de uma ampla maioria, e é contra a adopção dum critério de dois pesos e duas medidas no processo de negociação. O texto defende uma tomada de posição firme e clara, já que o envio de mensagens contraditórias corre o risco de alimentar um círculo vicioso em que as reservas, ambiguidades e contradições europeias venham a fortalecer os sectores mais reaccionários e todos aqueles que se opõem à adesão da Turquia à UE, como os grupos nacionalistas e outros que são contrários à integração europeia.

Neste contexto, desejo exprimir a minha satisfação perante as intervenções tanto do Conselho como da Comissão. Observemos os acontecimentos. Não conhecemos ainda o desfecho, mas devemos honrar a nossa palavra: *pacta sunt servanda*.

O processo de negociações com vista à adesão da Turquia à União Europeia está em curso e devemos manter uma posição clara e precisa, bem como, evidentemente, de prudência, em relação a este processo.

**Sarah Ludford (ALDE).** – Senhora Presidente, a dissolução sistemática dos partidos políticos curdos da Turquia, de que o DTP, no mês passado, é apenas o último exemplo, patenteia a necessidade das reformas que temos exigido com insistência a este país.

A continuada incapacidade de reformar a constituição, rever a lei sobre os partidos políticos e realizar uma reforma judicial, bem como a permanente ingerência dos militares na vida política turca, influenciam em grande medida a repetida sabotagem da representação política democrática curda. As dissoluções subvertem igualmente a abertura democrática iniciada no ano passado pelo governo Erdoğan, a qual foi ampla e justamente saudada. A única forma de lograr uma solução duradoura para a questão curda na Turquia é por via política, e é essa a melhor forma de combater o PKK.

O Senhor Comissário Rehn referiu a prisão de vários presidentes da câmara e políticos do DTP, mas de acordo com as minhas informações estão presos cerca de 1 200 activistas, incluindo membros do partido BDP, que sucedeu ao DTP. Neste contexto, não vislumbro de que forma tenciona o governo turco prosseguir a sua abertura democrática. Quem é responsável por estas detenções? Ouvi dizer – julgo que a Richard Howitt – que o Primeiro-Ministro Erdoğan condenou a dissolução do DTP, embora deva confessar que não acompanhei essa situação. Ironicamente, em termos eleitorais, a dissolução do DTP é bastante conveniente para o partido AKP, já que são forças políticas rivais no Sudeste.

Estou de acordo com os que afirmam, como a Sra. in 't Veld e Sra. Flautre, que uma garantia sólida e fidedigna da nossa parte de que a Turquia será admitida na UE desde que cumpra os critérios políticos de Copenhaga



constitui o melhor instrumento de que dispomos para apoiar a democratização do país. Os turcos merecem esta garantia. A Turquia é um país importante, que dispõe de grandes recursos e merece a democracia.

Por fim, gostaria de apresentar os meus agradecimentos pessoais ao Senhor Comissário Rehn por tudo o que tem feito em prol do alargamento nos últimos cinco anos, não só no que respeita à Turquia mas também em relação aos Balcãs Ocidentais, o que aprecio particularmente. Encaro com grande expectativa a sua tomada de posse no seu novo cargo.

**Franziska Keller (Verts/ALE).** – Senhora Presidente, desejo associar-me aos que consideram que a abertura democrática permitiu progressos a que não assistíamos há muito tempo e gerou uma evolução que, há alguns anos, considerávamos impossível.

Concordo igualmente com os que salientaram a importância da continuação e do reforço da abertura democrática e das reformas. Acrescentaria, no entanto, que devemos acompanhar a implementação dessas reformas, já que não basta consagrá-las na legislação mas garantir a sua aplicação no terreno.

Uma vez que todos nos congratulamos com os benefícios das reformas, devemos apoiá-las. Não podemos continuar simplesmente a exigir reformas ao mesmo tempo que negamos à Turquia a possibilidade de um processo justo de adesão. Se queremos reformas, devemos mostrar que a introdução das mesmas conduzirá de facto a resultados e a um processo de adesão equitativo, com o objectivo natural de uma adesão plena.

A este respeito, é de lamentar profundamente que, no preciso momento em que assumiu a Presidência, o Sr. Zapatero tenha matizado consideravelmente o seu compromisso anterior de garantir à Turquia um processo de adesão justo.

Tendo a UE assumido esse compromisso, considero que ele deve ser respeitado: devemos mostrar-nos dignos de confiança na nossa política externa. Por isso gostaria que o representante da Presidência aqui presente esclarecesse de que forma, caso Zapatero mantenha o compromisso que assumiu, procurará honrá-lo no Conselho junto com os membros que mantêm muitas reservas.

**Jan Zahradil (ECR).** – (CS) Exprimo-me enquanto defensor da adesão da Turquia à União Europeia enquanto membro de pleno direito, e não como um parceiro privilegiado ou outra figura de substituição, e gostaria de endereçar algumas palavras críticas às nossas próprias fileiras. Olhamos para a Turquia na perspectiva de uma organização que prometeu àquele país a plena adesão à União Europeia, mas que, ao mesmo tempo, não lhe garante o futuro estatuto de membro de pleno direito mesmo que cumpra todas as condições exigidas.

O Parlamento Europeu tem uma posição clara nesta matéria. A instituição já manifestou claramente a sua aprovação; a posição da Comissão Europeia é igualmente clara e, a este respeito, não posso deixar de felicitar o Senhor Comissário Rehn pela sua objectividade e pelo excelente trabalho que tem desenvolvido nesta causa ao longo dos últimos cinco anos. A posição do Conselho Europeu não é tão clara, porque os governos de alguns Estados-Membros continuam a não esclarecer cabalmente se a Turquia poderá tornar-se membro de pleno direito da União Europeia mesmo que cumpra todos os requisitos que lhe são exigidos. Neste contexto, a UE tem feito um jogo duplo e assumido uma posição pouco credível. Dificilmente poderemos fazer exigências se não somos capazes de garantir o cumprimento das nossas próprias promessas.

Em segundo lugar, a democracia turca reveste-se de uma singularidade própria. Ao mesmo tempo que instamos justificadamente o país a aproximar-se das normas europeias, apelando, justificadamente, para a redução do papel do exército, por exemplo, devemos ter consciência do que isto irá significar e do impacto que terá na estrutura da sociedade turca e em toda a essência da democracia turca. Receio que uma avaliação cega dos critérios de democratização acabe por gerar mais danos do que benefícios. Aconselharia por isso a uma maior sensibilidade, capacidade de diálogo e empatia para com a Turquia nesta matéria.

**Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL).** – (DA) Senhor Comissário Rehn, acabo de o ouvir dizer através da interpretação que o percurso é tão importante como o destino final. Devo dizer que discordo inteiramente. Apenas devem ser apoiadas as iniciativas conducentes a uma Turquia democrática. Em contrapartida, devemos denunciar todos os caminhos empreendidos no sentido errado. As palavras devem ser acompanhadas por actos. Gostaria de saber por quanto tempo a Comissão tolerará a utilização de parte dos apoios à adesão da Turquia para recompensar aliados políticos do partido do governo, ao mesmo tempo que são discriminadas as minorias étnicas e religiosas, como revela uma investigação recente. A UE deve agir!

Eu encontrava-me na sede do DTP dia 29 de Dezembro, quando a polícia veio prender Ahmet Türk. Pergunto onde estavam a Comissão e o Conselho. Estarão a Comissão e o Conselho dispostos a acompanhar o respectivo processo judicial e a defender os direitos humanos?

Por fim, uma pergunta sobre o Presidente da Câmara de Diyarbakir, Sr. Baydemir, que as autoridades turcas impediram de visitar este Parlamento: existe a intenção de apresentar um protesto junto da Turquia a este respeito?

**Gerard Batten (EFD).** – Senhora Presidente, a Turquia realiza eleições mas não é uma democracia na acepção do Ocidente. Na Turquia é possível dissolver partidos políticos, existe corrupção no sistema judicial, há violações de direitos humanos e a liberdade de expressão e de associação não são as mesmas que em países como o Reino Unido e a maioria dos outros Estados-Membros da UE.

A diminuta minoria cristã continua a ser perseguida o que, infelizmente, constitui uma característica cada vez mais saliente da maioria dos países islâmicos.

As reformas de Kemal Ataturk nos anos vinte do século passado foram motivo de regozijo, pois destinaram-se a deixar para trás os antigos costumes do Império Otomano, e as piores facetas do obscurantismo islâmico, e a conduzir a Turquia ao progresso no século vinte.

Mas até estes progressos se encontram agora ameaçados perante o crescente poder ideológico do movimento fundamentalista islâmico, financiado como é por países como a Arábia Saudita, com as receitas geradas pelo petróleo ocidental, e eficazmente auxiliado pela completa rendição da civilização ocidental.

Este debate, como é óbvio, não passa de mais um pequeno passo no caminho da adesão da Turquia à União Europeia. A entrada da Turquia na União Europeia é entusiasticamente apoiada pelos partidos conservador, trabalhista e liberal democrata do Reino Unido. É pois com grande expectativa que estes aguardam a chegada das centenas de milhares, ou mesmo milhões, de imigrantes turcos que virão para o Reino Unido se a Turquia aderir à UE.

E imaginemos que a Turquia adere à União Europeia e passa a usar instrumentos jurídicos tão comuns como o mandado de detenção europeu. Os eleitores britânicos que meditem na viagem gratuita que poderão fazer no Expresso da Meia-Noite da Turquia, a convite dos Liberal Democratas, Trabalhistas e Conservadores, e votem conformidade.

Infelizmente, a Turquia deseja aderir à União Europeia para lhe estender a mão, na esperança de nela ver depositado imenso dinheiro dos contribuintes europeus em subsídios, e antecipa a oportunidade de livrar-se de milhões de pobres e desempregados da sua população excessiva, ao exportá-los para países ocidentais como o Reino Unido, onde irão trabalhar por salários muito baixos ou depender da segurança social.

Esta não é uma visão positiva para uma nação orgulhosa. Desejo sorte à Turquia e faço votos de que acabe por chegar à democracia real, mas também espero que escute o conselho do Partido da Independência do Reino Unido de não aderir à União Europeia e conservar a sua liberdade e independência.

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE).** – Senhora Presidente, gostaria de começar por saudar as declarações da Comissão e do Conselho e por agradecer, felicitar e cumprimentar o Senhor Comissário Olli Rehn pelo seu empenhamento pessoal na adesão da Turquia à União Europeia.

As relações entre a UE e a Turquia são muito antigas e mutuamente enriquecedoras. À semelhança de outros países candidatos, no entanto, a Turquia terá de respeitar os princípios da democracia, liberdades e direitos humanos e adaptar o seu ordenamento jurídico ao acervo comunitário. Desejo associar-me aos colegas que saudaram os progressos realizados até à data pela Turquia, reconhecendo não obstante que subsistem diversos obstáculos no caminho de adesão da Turquia: a liberdade de expressão e os direitos da minoria curda, referidos pelos colegas, são dois exemplos.

Também desejo manifestar a minha preocupação relativamente à decisão do Tribunal Constitucional turco de dissolver o Partido da Sociedade Democrática e de excluir da actividade política um certo número dos seus representantes eleitos, o que não deve, no entanto, constituir pretexto para um adiamento das negociações de adesão com a Turquia. A perspectiva europeia é uma força impulsionadora das reformas democráticas. A falta de compromisso da nossa parte enviaria um sinal negativo ao povo turco. A nossa indecisão tem custos e corre o risco de travar o processo de democratização em curso. A política europeia nunca deve ser orientada pelo medo. A Europa deve apoiar as reformas em curso. Elas demorarão tempo, o processo será complexo e não isento de retrocessos mas nunca devemos transigir quanto aos critérios de Copenhaga, como não devemos transigir quanto ao nosso empenhamento na adesão da Turquia. Tem de haver luz ao fundo do túnel.

Por este motivo insto a Turquia a levar por diante as suas reformas democráticas e sou de opinião que devemos assumir o compromisso de apoiar a Turquia neste caminho.

**Maria Eleni Koppa (S&D).** – (EL) Senhor Presidente, apoiámos as pretensões de adesão da Turquia, na esperança de que contribuíssem acima de tudo para uma reforma democrática abrangente. Infelizmente os resultados, ao fim de alguns anos, são muito decepcionantes. As reformas estão em ponto morto e as medidas aprovadas permanecem basicamente letra morta. Até os esforços para resolver a questão curda, que geraram grande expectativa, parecem ter esmorecido.

Para aceder à União, a Turquia deve dar provas do seu efectivo respeito pelos direitos humanos, direitos das minorias, liberdade religiosa e política e pelos seus representantes democraticamente eleitos. O Parlamento Europeu congratulou-se com a abertura democrática anunciada pelo governo turco. No entanto, os entraves colocados à liberdade de expressão e a prisão de milhares de cidadãos e de dezenas de representantes políticos são inaceitáveis e destroem a credibilidade de quaisquer declarações acerca da prossecução das reformas.

Alem disso, a essência da democracia reside na completa separação entre as autoridades políticas e militares. Não podemos ter um país candidato no qual o exército, ao fim de tantos anos, não está submetido a um controlo político total.

A pretensão europeia da Turquia é e deve continuar a ser o nosso objectivo, desde que o país se comprometa a defender na prática os princípios e objectivos da União.

**Johannes Cornelis van Baalen (ALDE).** – (NL) Senhora Presidente, a Turquia deve ser tratada com justiça. Isto implica que a União Europeia se olhe honestamente ao espelho. Os critérios de Copenhaga, que todos sabemos quais são, constituem o elemento principal nesta matéria. E devem ser cumpridos. O processo de adesão é um processo aberto, o que foi também explicitado na abertura das negociações de adesão. Isto significa que os critérios são essenciais e determinantes para a questão de saber se a Turquia poderá avançar para a adesão. A democracia é vital, evidentemente, e implica que a UE também deverá esforçar-se por apoiar a democratização da Turquia. Neste contexto, causa estranheza que o programa de pré-adesão, o programa destinado à ajuda de pré-adesão, esteja a ser mal aplicado. O Tribunal de Contas da União Europeia denunciou claramente o excesso de prioridades estabelecidas, que significa na prática a ausência de prioridades, e apontou em particular para a ajuda à democratização. Gostaria de ouvir a opinião da Comissão sobre esta crítica do Tribunal de Contas, e de saber o que pensa fazer para garantir a correcta utilização das ajudas de pré-adesão.

**Geoffrey Van Orden (ECR).** – (EN) Senhora Presidente, não tenho exactamente a certeza sobre a razão pela qual estamos a ter este debate neste momento específico. Talvez seja por terem passado três anos desde a morte de Hrant Dink e por haver ainda graves questões a pairar relativamente a esse crime.

Conheci Dink no julgamento de Orhan Pamuk. A morte de Dink foi, sem dúvida, uma grande tragédia, e, na qualidade de amigo da Turquia, não hesitei em chamar a atenção para os danos causados ao prestígio deste país pela restrição da liberdade de expressão e pela sua hipersensibilidade relativamente a quaisquer críticas ao Estado turco. Mas, claro, é do interesse da Turquia reforçar todos os aspectos da sua democracia.

Apoio igualmente esta ideia da Turquia enquanto país laico e unido que, durante mais de 80 anos, virou o seu olhar para o Ocidente. Reconheço a necessidade de um forte exército turco e reconheço também a enorme importância geo-estratégica da Turquia. Por estas razões, creio que deveríamos mostrar todo o nosso apoio à Turquia e não estarmos constantemente à procura de formas de lhe lançarmos críticas e de estarmos predispostos a fazer juízos negativos.

Obviamente que a proibição de partidos políticos costuma ser uma má ideia, embora essa regra tenha excepções. Todos sabemos muito bem que as organizações terroristas têm frentes políticas, e é necessária grande sagacidade para decidir se é mais causador de dano deixar uma frente destas sossegada ou fechá-la. Claro que o PKK tem as suas frentes políticas.

Um breve palavras sobre o PKK, uma vez que este prossegue as suas actividades terroristas. O que está claro é que o PKK continua, não apenas como organização terrorista, mas também com as suas redes criminosas, que se estendem para além da Turquia, por toda a Europa. O PKK é como uma máfia, com uma estrutura de execução das actividades criminosas, de angariação de fundos e de reforço do apoio. Está envolvido em todos os aspectos do crime organizado: evasão fiscal, falsificação de dinheiro, tráfico de seres humanos – sem esquecer o tráfico de droga, claro, que é uma das suas principais fontes de financiamento. O que me parece é que devemos concentrar-nos em fazer mais para superar este tipo de problemas nos

nossos próprios países e em ajudar os turcos dessa forma, em vez de estarmos constantemente a fazer deles o alvo das nossas críticas.

**Jürgen Klute (GUE/NGL).** – (DE) Senhora Presidente, gostaria de salientar mais uma vez que a interdição do partido pró-curdo, o Partido da Sociedade Democrática, significa que 27 partidos curdos foram proibidos pelo Governo turco nos últimos anos. Desde esta proibição – acabámos de ouvir falar sobre isto – mais de mil pessoas foram presas. Penso que, num país em que proibir partidos faz parte da rotina, já não é possível falar de democracia. O acto de proibir 27 partidos pró-curdos quase pode ser considerado como uma tentativa para entrar no *Guinness Book of Records*.

Não estamos apenas a falar sobre as minorias na Turquia – algo que, neste momento, também gostaria de voltar a referir. Decorre actualmente uma greve dos trabalhadores da indústria do tabaco na empresa Tekel estando a desenvolver-se com grande intensidade e ocorrendo agora o seu agravamento. Hoje, vários milhares de trabalhadores entraram em greve de fome para fazer valer os seus direitos, pois sentem que têm sido gravemente oprimidos pelo governo turco e pelas autoridades turcas. Este aspecto deve ser tido em conta, dado que a protecção dos direitos dos trabalhadores e dos sindicatos é parte integrante da democracia. Os sindicatos, mas também as minorias da Turquia, aguardam um parecer claro e inequívoco desta Câmara.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhora Presidente, Senhor Comissário Rehn, V. Exa. deteve uma pasta muito estimulante e cheia de desafios na Comissão anterior, mas este seu novo papel também não é, seguramente, nada fácil.

Recentemente, a evolução democrática da Turquia sofreu recentemente reveses, e a questão curda não é o único factor preocupante. O estatuto das crianças e das mulheres precisa de melhorar, especialmente nas zonas rurais. A Turquia tem sido lenta, ao longo dos anos, a proteger os direitos das minorias religiosas, como os alauitas e os cristãos.

A posição do Patriarcado já aqui foi mencionada. Os crentes ortodoxos têm sido alvo de discriminação e, provavelmente, existem agora apenas cerca de 3 000 na Turquia. Há uma lei totalmente incompreensível que diz que os padres, bispos e patriarcas ortodoxos têm de ser cidadãos turcos. Um patriarca é o chefe de uma igreja ecuménica, podendo, naturalmente, ser eleito para o cargo à escala mundial a partir de qualquer país onde exista essa igreja. Do mesmo modo, deve haver uma garantia de protecção da propriedade da igreja, e os bens que foram ilegalmente confiscados devem ser devolvidos. Uma lista de nomes foi compilada aqui, nesta Câmara, tendo sido adoptada uma posição escrita, a favor da abertura do seminário religioso de Halki. A última pessoa a apelar para que o seminário de Halki fosse reaberto foi o presidente Barack Obama.

Se a Turquia salvaguardasse desta forma os direitos humanos da minoria cristã, estaria a dar um excelente exemplo às restantes nações muçulmanas, incentivando-as também a garantir aos cristãos exactamente os mesmos direitos que os países cristãos dão às suas minorias muçulmanas.

Senhor Comissário, muitas vezes perguntamos aqui se a Turquia estará pronta para aderir à UE. No meu entender, a UE deveria perguntar a si própria, com honestidade, se está realmente pronta para aceitar a Turquia como membro. Disse também que a viagem é tão importante quanto o destino. Não podemos perder de vista que o desenvolvimento democrático da Turquia não é tão importante para a UE como o é para os cidadãos da própria Turquia. É por isso que vale a pena prosseguir esta viagem, ainda que possamos não estar de acordo sobre o destino.

**Emine Bozkurt (S&D).** – (NL) Senhora Presidente, o Governo turco lançou uma iniciativa democrática para democratizar o país e melhorar os direitos culturais dos curdos. Foi um corajoso passo em frente. No entanto, proibir partidos políticos é um grande passo atrás. Um Estado democrático baseado nos princípios do Estado de Direito deve permitir sempre que a discussão ocorra democraticamente, com todos os cidadãos capazes de fazer ouvir a sua voz. A proibição do Partido da Sociedade Democrática (DTP) não constitui um bom augúrio para o êxito desta iniciativa democrática. Há dezoito meses atrás, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), agora no poder, escapou por pouco à mesma sorte. Espero que a Turquia a alterar a sua constituição o mais rapidamente possível em conformidade com os critérios estabelecidos pela Comissão de Veneza, com vista a excluir a proibição de partidos políticos. Todos os partidos devem ser envolvidos nesta questão, pois, bem vistas as coisas, cada um pode ser o próximo a ter o mesmo destino. Além disso, deve ser introduzido um sistema partidário que proporcione uma melhor representatividade da população turca, algo que pode ser obtido reduzindo drasticamente a cláusula de 10% do limite mínimo eleitoral. É preciso evitar que se utilize a proibição de um partido como se fosse uma aposta num jogo político. A Turquia terá de trabalhar nesse sentido, com o apoio da Europa, mas imediatamente e sem demora. Resta-me agradecer

ao Senhor Comissário Rehn pela sua extraordinária colaboração e desejar-lhe o maior êxito nesta sua nova pasta.

**Olle Schmidt (ALDE).** – (SV) O alargamento permitiu à UE reforçar valores fundamentais como a democracia e os direitos humanos no nosso continente e estabelecer as condições para fazer vigorar o Estado de Direito com base na independência dos tribunais e autoridades judiciárias, com uma democracia de mercado em bom funcionamento – a Europa da paz e da estabilidade.

Esta evolução deve continuar. É por isso que a Turquia deve ser acolhida no seio da UE. Há personalidades demais no Parlamento e nos governos da UE que estão a tentar esquivar-se às promessas feitas à Turquia enquanto país candidato. É uma atitude indigna e cria incerteza, não apenas na Turquia, mas também em outros países candidatos. Naturalmente, a Turquia não pode aderir à UE sem que todos os critérios estejam cumpridos. A UE deve definir critérios rigorosos, mas, ao mesmo tempo, deve apoiar o país para que ele possa de facto cumprir esses critérios.

Como já foi mencionado, a Turquia fez alguns progressos; infelizmente, porém, a situação está longe de ser inequívoca. Existem ainda lacunas importantes. A decisão do Tribunal Constitucional de proibir o maior partido curdo é, evidentemente, inaceitável e claro que também bloqueia a adesão.

Permitam-me abordar uma outra questão, também relacionada com a adesão da Turquia. Creio que o meu colega da Dinamarca já tocou neste tema. Na semana passada, a Rádio Suécia informou acerca de uma auditoria que revelou grandes falhas na maneira como os fundos comunitários são utilizados na Turquia. O dinheiro não está a chegar a quem dele mais precisa. Também houve críticas ao fraco acompanhamento e ao facto de a população rural – minorias como os curdos e os assírios – não estar a compartilhar da ajuda da UE. As mulheres também têm sido injustamente tratadas. As regras de candidatura ao financiamento de projectos são complexas e de difícil compreensão. O meu colega Färm e eu solicitámos ao Senhor Comissário Olli Rehn para chegar ao fundo desta questão, nos seus últimos tempos como Comissário para o Alargamento. Esperamos que haja uma resposta rápida. Por último, gostaria de felicitar o Senhor Comissário Rehn pelo seu excelente trabalho na pasta do Alargamento e desejar-lhe boa sorte no seu novo cargo.

**Frieda Brepoels (Verts/ALE).** – (NL) Senhora Presidente, a abertura democrática anunciada pelo Governo turco degenerou numa negação democrática. A proibição do Partido da Sociedade Democrática (DTP) destruiu e, deste modo, negou pela enésima vez ao povo curdo a liberdade de expressão, de associação e de participação política. A falta de democracia, o papel preponderante das forças armadas e da polícia, a cláusula de 10% do limite mínimo eleitoral, a incapacidade de reformar tanto a Constituição como a lei sobre os partidos políticos, a perseguição e prisão de políticos e activistas curdos, todos os sinais apontam no sentido de Ancara ser claramente incapaz de abordar com maturidade os direitos das minorias. Sempre que a Turquia abre uma porta para a democratização, fecha com estrondo outra porta. Esta atitude faz-nos conjecturar se este processo ainda pode ser chamado de "abertura democrática". Gostaria que o Comissário nos desse a sua opinião sobre esta matéria, e nos indicasse se está preparado para trabalhar com o Governo turco no sentido de elaborar um calendário específico para a realização de uma série de reformas fundamentais, em conformidade com as normas europeias.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, Senhor Ministro López Garrido, Senhor Comissário, as declarações proferidas por V. Exa. esta noite deram-me a impressão de que está satisfeito por encobrir o facto de que a mais recente decisão do Tribunal Constitucional turco de ilegalizar o partido pró-curdo foi tomada apenas algumas horas antes das decisões do Conselho "Assuntos Gerais" e da decisão da cimeira, que, essencialmente, dão luz verde à Turquia para avançar directamente para a Europa, numa altura em que este é um país que viola os direitos humanos e democráticos, não cumpre o direito internacional e se recusa a reconhecer a República de Chipre. Será que ainda não chegou à conclusão de que, em vez de incutir sensatez na Turquia, esta constante indulgência está a torná-la mais ousada? E é um facto que a Constituição turca cria desestabilização política, não garante as liberdades religiosa e política e fornece um alibi para as intervenções do Estado.

A pergunta é: que medidas vai tomar para proteger os direitos dos cidadãos curdos? E, mais importante ainda: será que vamos, finalmente, exigir uma reforma constitucional aprofundada, capaz de proporcionar um quadro institucional que garanta essas liberdades e fazer com que o Estado turco respeite todos os direitos que constituem os critérios para que um país possa seguir a via da adesão?

**Róza Gräfin von Thun Und Hohenstein (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, a promessa de adesão à União Europeia foi, durante muito tempo, uma força motriz para a mudança democrática na Turquia. No entanto, após 2005, o apoio turco à adesão à União Europeia caiu de 70% para quase 42%. Portanto, nesta situação,

o prosseguimento da democratização da Turquia necessitará, certamente, de uma melhor cooperação com a União Europeia.

Muito já foi conseguido na Turquia – os meus colegas abordaram esse facto aqui – e esse facto merece o nosso reconhecimento, mas ainda existem áreas que devemos examinar com especial cuidado. Há a questão, que já foi mencionada, da liberdade de imprensa e a questão da liberdade dos meios de comunicação electrónicos. A OSCE dá conta de que a Turquia está, por exemplo, a bloquear a 3 700 sites de Internet. Outra questão importante é a capacidade de as mulheres participarem na vida pública. A Constituição turca proíbe o uso de lenços tradicionais às mulheres que ingressam no ensino superior, enquanto tais lenços são usados por, nada mais, nada menos, que 70% das mulheres do país. Esta batalha entre o secularismo e a democracia constitui um desafio real na Turquia.

Gostaria igualmente de mencionar os curdos e, nomeadamente, de os reconhecer como minoria nacional. As soluções propostas pelo Governo turco não são satisfatórias. É verdade que eles já começaram a reconhecer a língua dos curdos, mas a Constituição turca continua ainda a conter o artigo 42.º, proibindo o ensino da língua curda como língua materna nos estabelecimentos de ensino.

É importante desenvolver a cooperação contínua, tanto com o Parlamento como com o Governo, mas também é importante apoiar as organizações não-governamentais, as iniciativas sociais e as parcerias com o governo local na Turquia. Temos de aumentar a cooperação entre as instituições, mas devemos ter em conta que, especialmente quando falamos de desenvolvimento da democracia, são efectivamente as relações entre os cidadãos comuns que mudam o mundo.

**Arlene McCarthy (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, lamentavelmente, subscrevo a opinião dos que afirmam que a intervenção do Tribunal Constitucional, ao proibir o DTP, só pode ser encarada como um passo regressivo nos esforços de democratização da Turquia, apesar dos enormes progressos que vêm sendo feitos com as recentes iniciativas democráticas.

Como já foi referido, a lei que proíbe o DTP tem sido utilizada desde 1982 para proibir cerca de 27 partidos, mas, naturalmente, os partidos políticos são uma expressão da vontade do povo. São a força vital de qualquer democracia, e já é tempo de serem introduzidas reformas legais para acabar com a proibição de partidos políticos.

Por outro lado, numa democracia, todos os partidos políticos e os candidatos que procuram ser eleitos devem respeitar os princípios básicos da democracia e do primado do direito, devendo comprometer-se a prosseguirem objectivos políticos através de meios exclusivamente pacíficos. Ter crescido na Irlanda do Norte, fez-me ver demasiadas pessoas mutiladas e assassinadas na prossecução de objectivos políticos. Numa democracia, a política deve ser conduzida através do resultado das urnas, não à bala nem à bomba.

Assim, como os meus colegas, faço um apelo ao Primeiro-Ministro turco e ao seu Governo para que garantam o cumprimento do direito democrático, reformem a Constituição e assegurem que esta acção não compromete os progressos da Turquia na via da adesão à UE, objectivo que eu, o meu partido político e o nosso Governo temos todo o orgulho em apoiar.

**Charalampos Angourakis (GUE/NGL).** – (EL) Senhora Presidente, o conflito entre os apoiantes da integração da Turquia e os que defendem uma relação especial entre a Turquia e a União Europeia ilustra a disputa imperialista no seio da União Europeia e a concorrência com os EUA e outras grandes potências.

Os relatórios de progresso, referentes à Turquia e apresentados ao Parlamento Europeu, são o resultado do equilíbrio entre essas forças. Nada não têm a ver com a exploração selvagem, a repressão e a perseguição sofridas pelos trabalhadores na Turquia. Os sindicalistas são julgados e condenados em farsas de julgamento. Prosseguem os assassinatos políticos e a violência pelas autoridades judiciais. Os partidos políticos estão, pura e simplesmente, a ser abolidos porque expressam a vontade da população curda. Os representantes eleitos são perseguidos e presos em massa. A Turquia continua a negar os direitos fundamentais aos curdos e outras minorias. É ilegal ocupar 40% da República de Chipre e frustrar todas as soluções para o problema. A Grécia está sendo ameaçada com *casus belli*, sendo-lhe apresentadas reivindicações territoriais.

Apesar de tudo isto, a União Europeia felicita a Turquia porque é isso que é exigido pela NATO e pelas multinacionais europeias que investem no gasoduto Nabucco e têm ambições económicas e geo-estratégicas para este país e para o Médio Oriente em geral.

**Jarosław Leszek Wałęsa (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, sou a favor da adesão da Turquia à União Europeia, mas gostaria de condenar a decisão tomada em Dezembro pelo Tribunal Constitucional turco ao proibir o

DTP. A decisão foi justificada por alegadas ligações do partido à organização terrorista PKK. Eu sei que, nos tempos que correm, a segurança é primordial, porém, as liberdades dos cidadãos não deveriam sofrer por causa disso. Como sabemos, o partido tem, desde 2007, representado os interesses curdos no Parlamento turco. Embora o tenha feito de forma simbólica, com os seus 20 membros, o que é certo é que, nestes últimos tempos, foi um testemunho importante para o processo de regularização da questão curda, iniciado na Turquia. A presença do DTP no Parlamento não constituía qualquer espécie de perigo, mas era uma das condições necessárias para a estabilidade política. No entanto, não creio que se deva falar em desestabilização, pois o conflito com os curdos já é velho, e em nenhum momento conseguiu abalar realmente a Turquia. Não acho que isso fosse acontecer agora, nem suponho que vá acontecer.

O governo tem tido muitos gestos positivos no passado, e é difícil falar de uma campanha anti-curda. No entanto, é verdade que o processo de paz turco-curdo sofreu um duro revés. A proibição das actividades do partido é um típico truque político. O acórdão não está apenas a fazer retroceder muitos anos as relações turco-curdas, mas constitui também um passo atrás para todo o processo de democratização.

**Inés Ayala Sender (S&D).** – (ES) Gostaria também de reflectir sobre a situação contraditória em que nos encontramos actualmente, ao continuarmos a apoiar o processo de adesão da Turquia, porque, por muitas razões, precisamos deste país na União Europeia. Hoje encontramos-nos numa situação contraditória, pois, apenas algumas semanas atrás, o Parlamento Europeu, mostrava o seu apoio e satisfação com os progressos realizados no que diz respeito à relação entre a Turquia e a comunidade curda, para, agora, ser surpreendidos com a proibição do principal partido curdo na Turquia, o que, naturalmente e mais uma vez, levanta graves interrogações.

Nesse sentido, gostaria, evidentemente, de exortar este Parlamento e a União Europeia, o que também pediria à Comissão, no sentido de retomar ou aprofundar ainda mais os seus esforços para rever as áreas necessárias para a adesão, onde verificámos a existência de progressos, nos aspectos relativos, por exemplo, à necessidade de consenso entre os partidos políticos, e que, naturalmente, tal deverá conduzir a um apelo ao Governo turco para resolver satisfatoriamente a situação em que o partido político curdo, o DTP, se encontra actualmente.

**Theodor Dumitru Stolojan (PPE).** – (RO) Sou um firme defensor da adesão da Turquia à União Europeia. Concordo com as sólidas convicções expressas nesta Assembleia sobre a necessidade de a Turquia respeitar os direitos humanos. No entanto, gostaria de manifestar a esperança de que a mesma postura firme também será usada para apoiar os esforços que a Turquia está a desenvolver para aderir à União Europeia.

Congratulo-me com a posição da Presidência espanhola ao pretender continuar a abertura de capítulos de negociação com a Turquia.

Gostaria de referir que visitei a Turquia no ano passado, na qualidade de membro da Delegação à Comissão Parlamentar Mista UE-Turquia. Tendo esta visita ocorrido 20 anos depois de lá ter estado pela última vez, achei deveras impressionantes os progressos que foram feitos pela sociedade turca.

**Antigoni Papadopoulou (S&D).** – (EL) Senhora Presidente, os anos de violência e terrorismo na Turquia não parecem ter terminado. Curdos, alevis, minorias não muçulmanas, sindicalistas, o Patriarcado Ecuménico, arménios, cipriotas, reclusos, autoridades locais, homossexuais, mulheres, partidos políticos curdos e os meios de comunicação social de massas têm muito a dizer quando ousam quebrar o seu silêncio.

Apesar das reformas e dos progressos realizados na Turquia, são muitas as leis que não estão a ser aplicadas. O lado obscuro e as violações dos direitos humanos são muito concretos quando se trata de liberdade de imprensa, igualdade sexual, liberdade de expressão e direitos das minorias. É precisamente por esse motivo que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem condenou a Turquia na sequência de queixas apresentadas por cidadãos e minorias turcas devido à violação do direito à vida, a tratamento desumano e degradante e a toda uma série de outras violações.

Considero que a União Europeia pode desempenhar um papel de agente catalisador na democratização da Turquia exigindo a aplicação integral do acervo comunitário sem derrogações, sem cálculos auto-justificativos e sem aplicar uma política de duplicidade de critérios. Não é através da lisonja relativamente à Turquia e da abertura de novos capítulos, Comissário Rehn, que está a contribuir para a democratização da Turquia; está a contribuir para a continuação da ausência de mecanismos de responsabilização e da amoralidade política.

**Bogusław Sonik (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, apesar dos progressos realizados pela Turquia na via da adesão, ainda há muito a desejar no que diz respeito ao processo de democratização daquele país. Numa

resolução adoptada pelo Parlamento Europeu no ano passado, foram manifestadas preocupações relativamente à situação existente na Turquia em matéria de liberdade de expressão e referida a desilusão provocada pelos progressos limitados no domínio da liberdade de religião. O Parlamento insistiu então, e continua a insistir, para que o Governo turco estabeleça quadros jurídicos de acordo com a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem, que irão permitir aos grupos religiosos não muçulmanos e aos alevitas o funcionamento sem restrições desnecessárias.

Imediatamente após a aprovação, em Dezembro de 2009, da resolução a que aludi, foi suscitada a ansiedade junto da União Europeia devido a um acórdão proferido pelo Tribunal Constitucional turco no sentido da proibição do DTP ou Partido para uma Sociedade Democrática que tinha 21 deputados no Parlamento turco. O pretexto da proibição do partido foi o das ligações que supostamente terá ao movimento curdo PKK.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, a decisão do Tribunal Constitucional turco que proíbe o partido pró-curdo por violar a constituição constitui um sinal claro de que a política interna turca não corresponde à democracia como nós, Europeus, a entendemos. Vem também contrariar claramente o relatório da situação altamente amenizado que foi elaborado pela Comissão Ahtisaari.

Apesar de Istambul dispor tradicionalmente de uma população iluminada, virada para a Europa e educada, este facto e, sem dúvida, os excelentes acontecimentos associados a Istambul como Capital da Cultura em 2010 não são, infelizmente, representativos do país no seu todo. Precisamos, pois, de enfrentar a realidade. Quem quer que seja que proíba os partidos políticos das minorias por violarem a constituição não está em sintonia com os valores europeus. Esta mudança constante também é incompreensível, uma vez que não nos vai certamente granjear uma boa reputação, nem causar uma boa impressão junto dos nossos parceiros de diálogo turcos.

Por isso, parem as negociações! Parem também por favor os pagamentos pré-adesão, porque quem quer que considere que os valores morais devem ser pagos, não irá certamente deixar-se convencer por esses mesmos pagamentos.

**Anna Záborská (PPE).** – (SK) A democracia depende de condições que ela não consegue criar sozinha. Isto aplica-se igualmente aos nossos Estados-Membros e à democracia na Turquia. Apesar de existirem várias questões problemáticas, referir-me-ei apenas a uma delas.

Apesar de a liberdade de culto ser respeitada na República da Turquia, não se registaram grandes progressos em matéria de liberdade religiosa nos últimos anos. A liberdade de culto é formalmente reconhecida mas, na realidade, é restringida, por exemplo, no que diz respeito à escolha do local de culto. Lamento que a UE não aborde esta questão de forma aprofundada. No relatório de progressos mais recente, que se prolongou por cento e oitenta páginas, este problema só é referido em duas delas. Não é feita qualquer referência às fortes restrições impostas à administração autónoma das comunidades religiosas, não apenas a nível administrativo e económico, mas também a nível pastoral e clerical.

Uma vez que o Conselho das Conferências Episcopais Europeias tem vindo a dizer já há bastante tempo que a liberdade religiosa está a ser continuamente violada na Turquia, a União Europeia deveria insistir de forma consistente no respeito dos direitos humanos no contexto da liberdade religiosa.

**Ismail Ertug (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, a Turquia é obviamente um tópico emocional, isso é bem claro. Há um aspecto que deveríamos decerto ter sempre em conta neste contexto, e isto já foi hoje referido várias vezes, nomeadamente o facto de, apesar de a proibição do partido ser totalmente inaceitável, não ter sido declarada pelo governo, mas pelo sistema judicial. Temos de estabelecer aqui uma distinção para sermos justos e honestos.

Contudo, não era isto o que eu queria dizer. Enquanto Europeus, temos de perguntar a nós próprios para onde queremos realmente ir. Se, enquanto intervenientes globais, queremos transmitir não apenas valores económicos – e, enquanto social-democrata gostaria de sublinhar este aspecto – mas também valores políticos, não só na Europa mas para além das fronteiras europeias, pelo mundo fora, então, para tal, precisamos em última análise da Turquia. Isso dar-nos-á igualmente a oportunidade de sermos firmes e claros no nosso relacionamento com a Turquia, que é exactamente o que é necessário. Só então conseguiremos pôr em andamento um processo de democratização para alcançarmos o nosso objectivo global.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) O Conselho vai actuar relativamente à questão a que chamaremos relação UE/Turquia, tendo em vista o processo de adesão, da seguinte forma:



Em primeiro lugar, consideramos que necessitamos de manter uma perspectiva europeia relativamente à Turquia. Compreendemos que, se um dia a Turquia entrar na União Europeia, isso tornará a União mais forte, e não mais fraca. Assim, o processo será benéfico aos interesses de ambos.

Em segundo lugar, a negociação. Conforme referiu o deputado Obiols, a negociação constitui uma arma inquestionável para avançar no processo e fazer progredir as reformas internas na Turquia. Esse aspecto foi demonstrado de forma irrefutável. A negociação é um elemento estratégico e deve ser respeitada, conforme referido pelo Comissário Olli Rehn no seu discurso.

Em terceiro lugar, uma mensagem muito clara à Turquia. Temos de ser muito claros com a Turquia. Este aspecto foi defendido, não só pela deputada Oomen-Ruijten, autora desta proposta de resolução, que me parece ser uma proposta muito abrangente, muito aprofundada e pormenorizada, uma excelente base sobre a qual trabalhar, penso eu, mas também por muitos dos participantes aqui presentes esta noite: a deputada Corazza, a deputada Ludford, a deputada Keller, o deputado Zahradil, muitos outros defenderam o envio de uma mensagem clara à Turquia.

A Turquia é um país que, se preencher os critérios de Copenhaga, conseguirá aderir à União e tem de aderir à União Europeia.

Contudo, de momento, a Turquia não cumpre esses critérios e, relativamente a esse aspecto, existem dois factores essenciais, democracia e direitos humanos, que são de importância central para a análise da possível futura adesão da Turquia à União Europeia. No tocante aos direitos humanos, alguns deles, algumas das suas dimensões específicas são fundamentais para a definição de uma democracia que cumpre os requisitos, designados os critérios de Copenhaga.

Em questões de justiça, em questões de igualdade entre homens e mulheres, a questão da tortura e dos maus tratos, liberdade de expressão, respeito pelas minorias e pluralismo, todos eles são elementos a ter em mente. Em todos eles, ficou aqui demonstrado que conseguimos ver avanços inequívocos e, em todos eles, também constatamos aspectos de inadequação ou até recuos. Isto é uma breve descrição da situação. Depende de como uma pessoa a vê. O copo pode estar meio cheio ou meio vazio. Penso, assim, que esses são esses os elementos fundamentais nos quais temos de nos concentrar na relação entre a União Europeia e a Turquia.

Penso que o processo de avançar no sentido da aproximação entre a Turquia e a União Europeia é possível; é um processo viável. Por este motivo, o processo está aberto e a Turquia tem o estatuto de país candidato. É um processo necessário que, naturalmente, deve progredir tão rapidamente quanto possível. O papel do Parlamento Europeu nesse processo é absolutamente vital. Tem de desempenhar um papel essencial no desenvolvimento, análise, avaliação e consolidação desse processo que, todos nós, queremos que avance tão rapidamente quanto possível.

**Olli Rehn, Membro da Comissão.** – Senhora Presidente, é com agrado que profiro as minhas últimas palavras sobre a Turquia.

Quero agradecer-lhe por um debate muito substantivo e responsável esta noite. Com efeito, já tinha apresentado aos senhores deputados as minhas despedidas relativamente à Turquia em Dezembro ou Novembro. Não vou repeti-las agora. Espero não ter de apresentar mais nenhuma despedida relativamente à Turquia nesta Câmara e que possamos avançar e começar a resolver os grandes problemas económicos e de outra índole da União Europeia.

Quero também aproveitar esta oportunidade para agradecer à Presidência espanhola e ao Primeiro-Ministro espanhol, Sr. Zapatero, pelo lançamento da Aliança das Civilizações, uma iniciativa muito importante, e posso dizer que sou voluntário para aderir a essa aliança. Ela também é muito importante para as relações UE-Turquia.

O debate de hoje incidiu em grande medida, e acertadamente, no encerramento dos partidos. É muito importante que a Turquia reforme a sua legislação e todo o quadro jurídico constitucional dos partidos políticos em conformidade com as recomendações da Comissão de Veneza.

O deputado van Baalen e o deputado Schmidt levantaram a questão do recente relatório do Tribunal de Contas sobre a Turquia. Posso afirmar que a nossa conclusão na Comissão, na DG Alargamento, está em concordância com o relatório e as suas conclusões relativamente à forma de conferir um cariz mais estratégico, multianual ao nosso apoio financeiro, e de o ligar de uma forma mais clara às necessidades decorrentes da agenda de reformas políticas nos nossos países e, neste caso, na Turquia.

Estão actualmente em curso trabalhos nesse sentido, incluindo uma orientação totalmente nova para a elaboração dos nossos documentos de planeamento numa base multianual e para fazer com que a programação deixe de ser fundamentada em projectos e passe a ser fundamentada nos sectores. Esta nova abordagem inclui igualmente uma maior tónica na elaboração das estratégias sectoriais pelos países beneficiários propriamente ditos, o que, em última análise, iria facilitar a identificação conjunta das prioridades em matéria de políticas entre a Comissão e as autoridades turcas.

Terei muito gosto em fornecer aos senhores deputados uma resposta escrita, mais extensa e aprofundada sobre esta questão se me enviarem em breve uma carta de modo a que eu possa prepará-la ainda durante o mandato da actual Comissão.

Penso que é importante, para além do encerramento dos partidos, discutir a transformação democrática de uma forma mais alargada. Foi isto o que os senhores deputados fizeram esta noite, e eu gostaria apenas de referir três pontos rapidamente que, em minha opinião, são os passos seguintes mais importantes.

Observámos transformações democráticas de enorme vulto na Turquia nos últimos cinco anos. É um país muito diferente hoje daquele que era, digamos, há cinco anos atrás. Mas, é óbvio, o copo ainda não está cheio, e ainda há muitas reformas importantes que têm de ser implementadas na Turquia.

A primeira e mais importante delas diz respeito aos direitos dos cidadãos e às liberdades fundamentais. O historial da Turquia em matéria de liberdade de expressão não está em conformidade com os padrões da UE. Inúmeros autores e jornalistas continuam a ser alvo de processos judiciais e condenações devido ao seu trabalho. Chegou o momento de a Turquia adoptar as reformas jurídicas necessárias de modo a que este problema passe a fazer parte do passado da Turquia, e não do seu futuro. Isso é fundamental para qualquer sociedade aberta e democrática, e também é fundamental discutir de forma mais aprofundada questões sensíveis como a questão arménia, a questão curda ou o problema de Chipre.

Em segundo lugar, registaram-se no último ano melhoramentos no domínio das relações entre a sociedade civil e os militares. A investigação Ergenekon actualmente em curso é de importância crucial para a democratização dos esforços na Turquia e, com efeito, os cidadãos turcos merecem que esta investigação seja levada até ao fim, e esperam legitimamente que sejam tomadas todas as precauções necessárias para assegurar um julgamento justo a todos os réus.

Em terceiro lugar, mas nem por isso menos importante, não é possível conseguir uma democracia genuína se metade da população – as mulheres – estiver manifestamente sub-representada na política nacional e local. As ONG turcas em prol das mulheres são incansáveis nos seus esforços de promoção desta agenda, e nós somos seus aliados. O estabelecimento de uma Comissão para a Igualdade do Género específica constitui um passo importante que, espero, venha a ajudar grandemente a fortalecer a representação política das mulheres a todos os níveis da sociedade turca.

Em suma, o processo de adesão da Turquia à UE pode ser um caminho longo e por vezes sinuoso, mas é essencial que não se perca de vista a meta de base que é a transformação democrática do país. Isto tem um interesse fundamental, não apenas para a Turquia, mas também para a União Europeia, e a melhor maneira de o conseguir é sendo ao mesmo tempo justo e firme com a Turquia, o que manterá a nossa credibilidade e o poder dos pressupostos na realização das liberdades fundamentais na Turquia. Para este esforço muito importante, continuo a contar com o vosso forte apoio. Isto é essencial para uma conclusão bem-sucedida deste projecto.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Kristiina Ojula (ALDE), por escrito.** – (ET) Senhora Presidente, o relatório sobre desenvolvimento relativo à Turquia elaborado pela Comissão Europeia em 2009 identifica a execução da reforma constitucional como um desafio importante na continuação do processo de democratização. O relatório sublinha que, apesar do apoio nítido da população ao governo e da grande maioria parlamentar, os progressos conseguidos até à data na execução da reforma política e constitucional não foram suficientes, porque os partidos não conseguiram encontrar uma linguagem comum. Como em qualquer outro país democrático, as posições assumidas pelos partidos turcos reflectem os desejos do eleitorado. Há que não esquecer que, numa sociedade democrática, os partidos são, acima de tudo, responsáveis pelo seu eleitorado e, na Turquia, a União Europeia tem de desviar a sua atenção para os desenvolvimentos ao nível das bases. Temos de ser muito cautelosos ao limitarmo-nos a adoptar uma abordagem didáctica para a orientação do processo de democratização da

Turquia. A execução bem-sucedida das reformas pretendidas exige o apoio do público, sendo para tal necessário um nível universal mais elevado de sensibilização, bem como uma concepção da importância e das razões das reformas. As reformas do topo para a base que foram postas em execução não conduzirão ao resultado desejado enquanto houver o sentimento de que representam um perigo para a estabilidade interna da Turquia. A pressão sobre o Governo da Turquia no sentido de acelerar as reformas relativamente às quais há falta de apoio por parte do público, conduzem, apesar de não intencionalmente, ao florescimento do separatismo ou hostilidade religiosa. Espero que o Conselho e a Comissão, em conjunto com o Governo turco, envidem esforços no sentido da execução de medidas que permitam à população da Turquia um envolvimento no processo de democratização de uma forma mais profunda do que até aqui, de modo a assegurar a existência de um terreno fértil para a implementação das reformas necessárias à adesão com base nos critérios de Copenhaga.

**Pavel Poc (S&D)**, *por escrito*. – (CS) As negociações pré-adesão com um país candidato devem ter como objectivo a adesão desse país à União Europeia. Mas, no caso da Turquia, a situação é muito mais complexa. As conversações pré-adesão decorrem desde 3 de Outubro de 2005. Para além da adesão do país propriamente dito, as conversações devem contribuir para a promoção da democracia e da liberdade, e para a preservação dos direitos cívicos e humanos na Turquia. Em vez da emissão de declarações políticas, esta meta específica deve ser alcançada através de alterações legislativas no âmbito da harmonização com o sistema jurídico da União Europeia mas, antes de mais e acima de tudo, através de práticas políticas e sociais decorrentes do exemplo dado pelos Estados-Membros. Os argumentos contra a adesão com base no padrão dos ‘países europeus’ versus ‘países islâmicos’ são incorrectos e errados. A afinidade histórica da Turquia com a Europa é inegável. Com efeito, a Turquia é hoje membro do Conselho da Europa e da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa. Não existe uma bitola religiosa para avaliar o país candidato; pelo contrário, a liberdade de confissão é um dos principais valores da Europa. É por esse motivo que o único e decisivo critério para a adesão da Turquia à União Europeia tem de ser o seu cumprimento dos princípios do estado de Direito, a confirmação legislativa dos direitos cívicos e das minorias, e o respeito por todos os Estados-Membros da União Europeia.

**Renate Sommer (PPE)**, *por escrito*. – (DE) É bom que o Parlamento Europeu esteja, pelo menos, a abordar a questão da democratização da Turquia. A Comissão e o Conselho tendem, em princípio, a amenizar a situação, por muito dramática que a mesma seja. Chamam a isto ‘poder suave’. Contudo, onde é que este ‘poder suave’ nos levou? Está bastante claro que, desde a abertura das negociações de adesão, tem havido bastante mais recuos do que passos na direcção certa na Turquia. Agora há mais outra proibição de um partido. Contudo, há também a restrição maciça e continuada das liberdades cívicas, a opressão das minorias religiosas ao ponto de se tentar expulsá-las ou destruí-las através do derramamento de sangue, a limitação da sua liberdade de informação e da liberdade de imprensa, procurando aniquilar a imprensa de oposição e os sindicatos livres – e a lista continua. ‘Pacta sunt servanda’ – isso é sempre sublinhado relativamente à Turquia, e com razão. Contudo, isto também se aplica à Turquia! Ao iniciar as negociações de adesão, a Turquia celebrou um acordo com a UE de cumprimento dos critérios de Copenhaga. Se continuar a recusar-se a fazê-lo, terá de perguntar-se a si própria se quer realmente fazer parte da Europa. Os ‘brandos’ da Comissão, da Presidência do Conselho e do Conselho devem finalmente agir de uma forma consistente, em vez de abrirem continuamente novos capítulos de negociação.

## 15. Estratégia europeia para a região do Danúbio (debate)

**Presidente**. – Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0150/2009) apresentada pelos deputados Silvia-Adriana Țicău, Brian Simpson, János Áder, Hannes Swoboda, Eva Lichtenberger, Michael Cramer, Saïd El Khadraoui, Mathieu Grosch, Iuliu Winkler, Victor Boștinariu, Ioan Mircea Pașcu, Marian-Jean Marinescu, Ivailo Kalfin, Norica Nicolai, Dirk Sterckx, Csaba Sándor Tabajdi, Michael Theurer, Ismail Ertug, Inés Ayala Sender, Jiří Havel, Edit Herczog, Stanimir Ilchev, Iliana Malinova Iotova, Jelko Kacin, Evgeni Kirilov, Ádám Kósa, Ioan Enciu, Eduard Kukan, Gesine Meissner, Alajos Mészáros, Nadezhda Neynsky, Katarína Neveďalová, Daciana Octavia Sârbu, Vilja Savisaar, Olga Sehnalová, Catherine Stihler, Peter van Dalen, Louis Grech, Corina Crețu, George Sabin Cutaș, Vasilica Viorica Dăncilă, Cătălin Sorin Ivan, Tanja Fajon, Kinga Göncz, Antonyia Parvanova, Adina-Ioana Vălean e Rovana Plumb, à Comissão, sobre a Estratégia Europeia para a Região do Danúbio (B7-0240/2009).

**Silvia-Adriana Țicău**, *autora*. – (RO) Gostaria de agradecer a todos os meus colegas Deputados que me apoiaram na proposta desta iniciativa de realização deste debate durante o plenário do Parlamento Europeu, ao qual se seguirá a votação amanhã relativamente à resolução comum.

A região do Danúbio tem uma importância especial para a União Europeia devido quer ao grande número de países que atravessa, quer à sua saída directa para o Mar Negro. Juntamente com o rio Reno e o canal do Meno, o Danúbio liga o Mar do Norte e o porto de Roterdão, o maior porto da União Europeia, ao Mar Negro e ao porto de Constança, o décimo maior porto da União Europeia.

Como reconhecimento da importância da região do Danúbio, o Conselho Europeu solicitou em Junho de 2009 a elaboração de uma estratégia da União Europeia para a região do Danúbio até ao final de 2010. Instamos a Comissão a iniciar consultas o mais brevemente possível com os países banhados pelo Danúbio, e no sentido de a Estratégia do Danúbio ser acompanhada de um plano de acção e de um programa operacional plurianual posto em execução em conjunto com os estados participantes, com base no modelo da Estratégia para a Região do Mar Báltico.

O desenvolvimento da infra-estrutura de transporte é de importância vital para o desenvolvimento da região do Danúbio. Apenas algumas das prioridades em termos de desenvolvimento da infra-estrutura de transporte da região incluem a modernização dos portos, a integração dos sistemas de navegação do Danúbio, a eliminação de estrangulamentos na via navegável do Reno/Meuse-Meno-Danúbio para melhorar a navegação, o melhoramento da intermodalidade na região e o aumento das ligações rodoviárias e ferroviárias com o Mar Negro, nomeadamente corredores de carga ferroviária e comboios de alta velocidade.

A região do Danúbio desempenha um papel importante na diversificação das fontes de abastecimento de energia da União Europeia. A execução de projectos comuns em matéria de eficiência energética e recursos de energias renováveis, de investimentos em novas tecnologias e do desenvolvimento de pequenas e médias empresas irá ajudar a estimular a economia verde em toda a macro-região do Danúbio.

Além disso, o turismo constitui um instrumento importante para promover o crescimento económico na região. E por último, mas não menos importante, o desenvolvimento de centros de excelência capazes de fazer concorrência a nível internacional, juntamente com os intercâmbios académicos e culturais contribuirão para a coesão territorial na região do Danúbio.

A região do Danúbio e, em especial, o delta do Danúbio, incluem várias Zonas de Protecção Especial e Zonas de Conservação Especial no quadro do Natura 2000, que é um ecossistema singular e frágil. A protecção do ambiente na bacia do Danúbio terá uma influência significativa no desenvolvimento agrícola e rural da região.

A estratégia para o Danúbio irá facilitar, através de uma abordagem coordenada, uma utilização mais eficiente e uma maior absorção dos fundos europeus, sem contudo ficar restringida a estes. Com este objectivo em mente, apelamos à Comissão e aos Estados-Membros para que utilizem a avaliação intercalar das perspectivas financeiras em 2010 e os debates sobre as perspectivas financeiras futuras para implementar os objectivos da estratégia da UE para a região do Danúbio.

Gostaria de concluir dizendo que o Parlamento Europeu será um parceiro permanente no processo de desenvolvimento e execução da estratégia da UE para a região do Danúbio.

**Olli Rehn**, *Membro da Comissão*. – Senhora Presidente, gostaria de lhe agradecer por ter suscitado esta questão muito importante relativamente à estratégia para a região do Danúbio e também pelo seu apoio mais alargado às estratégias macro-regionais na Europa.

A Comissão está a trabalhar com os países do Processo de Cooperação do Danúbio neste contexto. Isto significa os seguintes Estados-Membros: Alemanha, Áustria, Eslováquia, República Checa, Hungria, Eslovénia, Bulgária e Roménia. Além disso, participam os seguintes países terceiros. Croácia, Sérvia, Bósnia Herzegovina, Montenegro, Moldávia e Ucrânia.

No que diz respeito à situação nesta fase, criámos no seio da Comissão um grupo de trabalho inter-serviços com mais de 20 direcções-gerais que irá definir as principais prioridades em matéria de políticas para esta estratégia. Em paralelo, cada um dos países da região do Danúbio nomeou um ponto de contacto nacional, e já se realizou a primeira reunião destes pontos de contacto com os Estados-Membros. Foi planeada uma série de eventos entre Fevereiro e Junho deste ano com vista à criação de uma dinâmica e ao arranque do debate com as partes interessadas relevantes. O primeiro desses eventos terá lugar em Ulm, na Alemanha, em 1 e 2 de Fevereiro.

No que diz respeito ao conteúdo futuro da estratégia, gostaria de sublinhar que, obviamente, estamos apenas no princípio do processo de elaboração e preparação. O teor será discutido em maior pormenor nos próximos

meses entre os países em questão, as partes interessadas relevantes, os serviços da Comissão e outras instituições da UE.

Contudo, parece provável que a estratégia irá fundamentar-se em três pilares gerais ou, por outras palavras, prioridades de políticas mais alargadas: em primeiro lugar, melhorar as ligações e sistemas de comunicação sustentáveis em termos ambientais; em segundo lugar, proteger o ambiente, preservar os recursos hídricos e melhorar as actividades de prevenção de riscos; e, em terceiro lugar, reforçar o desenvolvimento socioeconómico, humano e institucional. Estes três pilares incluirão uma série de acções concretas fundamentadas nos contributos recebidos dos Estados-Membros, partes interessadas e da própria Comissão.

Por último, gostaria de indicar os próximos passos. Entre agora e Junho, continuaremos a recolher ideias e propostas junto dos Estados-Membros, partes interessadas e de outros interessados através de documentos estratégicos, reuniões, conferências, bem como através de um exercício de consulta pública através da Internet. Posteriormente, até Setembro, a Comissão definirá prioridades e organizará ideias com vista à preparação da proposta de comunicação sobre a estratégia e o plano de acção correspondente. Depois, por último, até Dezembro, a Comissão preparará a adopção destes documentos. Assim, a partir do próximo ano – 2011 –, começaremos a instituir sistemas de governação e a proceder à execução concreta das acções e projectos que terão sido planeados e decididos até então.

Muito obrigado pela atenção dispensada. Aguardo com interesse quaisquer aspectos que desejem suscitar neste debate.

**Marian-Jean Marinescu**, *em nome do Grupo PPE*. – (RO) O Grupo do Partido Popular Europeu (democratas-cristãos) atribui uma importância especial à estratégia para o Danúbio. A via navegável Reno-Meno-Danúbio é uma ponte que liga o Leste e o Oeste, entre o Mar do Norte e o Mar Negro. Está directamente associada à garantia da segurança energética, serve de via para a Ásia através do Mar Negro, e proporciona uma ligação ao Mar Mediterrâneo.

Somos assim a favor da elaboração da estratégia para o Danúbio no decurso deste ano, em conformidade com o compromisso assumido pela Comissão. Regozijo-me com o facto de o Comissário Rehn ter sido renomeado, e desejamos que esta estratégia seja aprovada, juntamente com um plano de acção específico, o mais tardar até ao início de 2011.

Referirei as seguintes como algumas das principais prioridades que deverão ser observadas: garantir a navegabilidade de toda a via navegável, sobretudo a ligação Danúbio-Reno, e harmonizar os sistemas de navegação, modernizar os portos fluviais e desenvolvimento das infra-estruturas associadas para que passem a constituir sistemas multimodais integrados, utilizar de forma eficiente o potencial energético do Danúbio, criar sistemas de irrigação de modo a evitar a desertificação, pôr em execução um sistema integrado de monitorização dos níveis de água com vista a melhorar a previsão e a prevenção, bem como as capacidades de intervenção em caso de cheias, seca ou poluição.

É necessária uma acção concertada, uma vez que a falta de envolvimento de apenas um estado ribeirinho pode resultar no bloqueio de todo o processo. São igualmente necessários recursos financeiros. É por este motivo que espero que a nova Comissão Europeia considere esta questão e não evite os financiamentos fundamentados em parcerias público-privadas.

A Roménia é, dos estados ribeirinhos, aquele que detém a extensão mais longa do Rio Danúbio. Por este motivo, a Roménia apoia a elaboração desta estratégia o mais brevemente possível, o que irá melhorar a visibilidade do potencial do rio, tão importante para a Europa no seu todo.

**Constanze Angela Krehl**, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Senhora presidente, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu apoia a iniciativa para a criação de uma estratégia para a região do Danúbio. Este é um projecto importante para nós, porque ele reforça, de forma exemplar, a coesão territorial que foi, pela primeira vez, incluída no Tratado de Lisboa, e pode igualmente servir de oportunidade para esclarecer exactamente aquilo que entendemos por coesão territorial. Espero que o Comissário Rehn também tenha informado os inúmeros parceiros com quem falou que o Parlamento Europeu participará devidamente na elaboração da estratégia comum para a Região do Danúbio. Infelizmente, não ouvi as palavras Parlamento Europeu no seu discurso, mas participaremos devidamente no debate. Regozijo-me com o facto de estarmos a ter o primeiro grande debate hoje aqui em plenário.

Para além da coesão territorial, também é importante esclarecer que esta estratégia envolve a cooperação transfronteiriça, algo que incentivamos constantemente e que sempre apoiámos no domínio da política de

coesão e, de facto, já queríamos intensificar durante este período de financiamento. Espero que isto tenha um êxito ainda maior nos próximos anos, incluindo no que diz respeito à estratégia para o Danúbio.

Gostaria de referir que, com esta estratégia para o Danúbio, conseguiremos um valor acrescentado para a Europa que será realmente tangível, nomeadamente para as pessoas que habitam esta região. Por esse motivo, elas deveriam participar directamente na elaboração da estratégia e devia igualmente ser-lhes dada a oportunidade de testemunharem este projecto europeu. O meu pedido sincero é no sentido de não sobrecarregarmos nem onerarmos esta estratégia com demasiadas prioridades, mas de nos concentrarmos naquilo que pretendemos alcançar. Em minha opinião, é muito importante que utilizemos os recursos existentes de uma forma mais eficiente e que criemos ou alarguemos os sistemas de alerta, por exemplo, e que os instalemos devidamente de modo a que dêem o alerta em caso de catástrofes naturais como cheias, mas que também dêem resposta no caso de acidentes industriais, por exemplo, que resultem na poluição do Danúbio e regiões vizinhas. Existem aqui áreas de actuação comum.

Uma estratégia bem-sucedida para o Danúbio e projectos bem-sucedidos nesta região podem igualmente servir de modelo para outras regiões. Sem termos sempre de inventar imediatamente uma nova estratégia, poderemos utilizar isto como exemplo para a resolução conjunta de problemas na cooperação transfronteiriça europeia e – se conseguirmos incluir efectivamente países terceiros numa tal estratégia – também para o estabelecimento de uma Política de Vizinhança, algo que é importante para todos nós na União Europeia e que deve ser promovido.

**Michael Theurer**, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a importância da região do Danúbio é evidente pelo próprio facto de viverem ao longo deste rio 80 milhões de pessoas em seis Estados-Membros da UE e quatro países vizinhos. O Danúbio nasce na Floresta Negra – a 100 km de distância em linha recta –, e corre até ao delta, onde desagua no Mar Negro. Por conseguinte, nós, no Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, apoiamos o apelo por uma Estratégia para o Danúbio, e, enquanto Parlamento Europeu, estamos também a tomar uma posição importante esta noite ao inscrevermos na ordem do dia o assunto da Estratégia para o Danúbio.

Vinte anos depois da eliminação da cortina de ferro, depois do fim da divisão da Europa, o Danúbio é mais uma vez um símbolo de unificação. O Danúbio nasce num membro fundador da UE, a Alemanha, passa pela Áustria, que aderiu em 1995, e atravessa os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, que aderiram em 2004, ligando também países vizinhos, nomeadamente a Croácia, que é candidata à adesão, bem como outros que aspiram a sê-lo. Deste modo, quase que é possível ver a reunificação da Europa ao longo do Danúbio.

Senhoras e Senhores Deputados – e isto é uma coisa a que o Grupo ALDE atribui uma grande importância – precisamos agora de tomar medidas adequadas para fazer também da Estratégia para o Danúbio uma prioridade da política regional no novo período de financiamento. Há muitas maneiras de concretizar isto. Uma possibilidade é as pequenas e médias empresas incrementarem mais parcerias mútuas.

Há, evidentemente, outras tarefas importantes no domínio das infra-estruturas. Isto é particularmente relevante para o Grupo ALDE, pois, em consequência da divisão da Europa, as ligações de transporte históricas foram quebradas e não foram modernizadas. Assim, o desenvolvimento do Danúbio como via navegável interior, a modernização e melhoria dos seus portos, comportas e transponibilidade proporcionarão um método de transporte ambientalmente válido. Porém, há ainda trabalho a fazer no que respeita à rede de estradas e de caminhos-de-ferro. É particularmente importante que os municípios, as vilas, as regiões e os cidadãos sejam envolvidos nesta tarefa.

**Eva Lichtenberger**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma estratégia de desenvolvimento para a região do Danúbio deve ser saudada e considerada muito importante. Constitui também uma tarefa muito ambiciosa, que não pode ser comparada com nada do que tenhamos feito até agora no contexto do desenvolvimento regional. O Danúbio não é apenas uma via navegável e não é uma estrada. O Danúbio é um tesouro natural. Sei que muitos de vós não gostam de ouvir isto, mas é este aspecto de ele ser um tesouro natural e também uma área com potencial para um turismo moderno e sustentável que tornará possível o seu desenvolvimento de uma forma extremamente positiva, particularmente na região do delta do Danúbio, mas também ao longo dos encantadores troços do rio, através de pequenas e médias empresas.

Como rio, o Danúbio tem características muito especiais – isto deve ser evidente – que são particularmente sensíveis à interferência humana. Já vimos indícios disto em relação ao projecto da central eléctrica de Gabčíkovo. Os danos causados por este projecto são ainda hoje visíveis, e só os enormes esforços dos

residentes e dos cidadãos tornaram possível evitar males maiores resultantes do prolongamento desta cadeia de centrais. O projecto levou a um abaixamento do nível dos lençóis freáticos com consequências incalculáveis para a agricultura. Não foi sem razão que o meu colega referiu a forte ligação do subsolo do Danúbio com os lençóis subterrâneos da zona. Este é um aspecto a que devemos dar uma atenção especial a este respeito.

Podemos aprender aqui uma lição importante: o Danúbio – e, a bem dizer, qualquer rio – é uma artéria vital, cuja vida precisa de protecção e atenção, e temos de ter uma abordagem sustentável para com ele. Isto significa não levar irreflectidamente máquinas escavadoras para as áreas naturais, mas simplesmente tratar o rio com seriedade, usando-o para transporte fluvial, mas adaptando os barcos ao rio e não o contrário. Quando queremos iniciar um projecto importante, não devemos começar por comprar os móveis e depois construir uma casa à sua volta. É exactamente assim que devemos proceder com o Danúbio. A sustentabilidade e o cuidado com o ambiente natural são aqui da maior importância. Não repitamos os erros do passado!

**Oldřich Vlasák**, *em nome do Grupo ECR*. – (CS) A região do Danúbio é um território muito específico e incontestavelmente vasto. Como todos sabemos, o Danúbio é, a seguir ao Volga, o segundo maior rio da Europa, atravessando dez países ou formando as suas fronteiras internacionais; a sua bacia abrange nada menos do que dezanove Estados europeus. Assim, é certamente positivo que esta região esteja a ser objecto de uma atenção particular. No entanto, considero que não devíamos tentar moldar directamente, aqui no Parlamento Europeu, a forma específica de uma Estratégia para o Danúbio. Uma estratégia macro-regional a funcionar bem tem de ser definida de baixo, enquanto as instituições europeias deviam criar apenas um quadro, facilitar a comunicação ao nível intergovernamental e apoiar os actores individuais em termos de metodologia, resumos de dados, etc. Em minha opinião, a Comissão não devia elaborar uma estratégia macro-regional, mas supervisionar o seu nascimento, uma vez que o conteúdo real devia ser definido ao nível dos Estados-Membros, das regiões e das diversas cidades e aldeias.

Além disso, creio firmemente que, embora a estratégia para a região do Danúbio deva estar focada no futuro, na sua execução dificilmente poderemos fugir à herança do passado. É preciso termos a consciência de que, durante a Guerra Fria, o Danúbio constituiu a fronteira entre o Leste e o Oeste, como acontecia, por exemplo, na antiga Checoslováquia. O elemento de uma Europa dividida persiste na bacia do Danúbio, limitando efectivamente as tendências da integração europeia. É por essa razão que a estratégia se devia centrar neste problema particular. O potencial de desenvolvimento do Danúbio não pode ser aproveitado em pleno enquanto houver redes de transporte internacionais, inter-regionais e locais desconexas, enquanto faltar uma cooperação mais profunda no ordenamento do território e no planeamento do desenvolvimento estratégico, e enquanto persistirem as barreiras mentais. Se quisermos avançar com mais eficácia, temos de resolver os problemas do passado.

É louvável que, quando debatemos estratégias macro-regionais, não estejamos a falar de unidades administrativas, de Estados individuais nem de unidades territoriais e regiões NUTS, mas de um território dentro da Europa. Esta abordagem não só exige uma mudança de tecnologia ou de método de execução da Política de coesão, mas, em muito maior medida, uma mudança de filosofia. Com efeito, é necessário obrigar efectivamente a administração de assuntos públicos a vários níveis a resolver os problemas que enfrenta o território, independentemente das barreiras administrativas existentes. As estratégias macro-regionais representam uma via para o futuro, constituindo, em grande medida, projectos ímpares sem precedentes na União Europeia. O seu objectivo é garantir a cooperação entre os Estados-Membros, as respectivas autoridades autónomas regionais e locais e outros organismos pertinentes, com base no princípio da parceria, e criar as condições para que eles resolvam os seus problemas.

**Jaromír Kohlíček**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, há cinco anos, enquanto novo deputado do Parlamento Europeu, falei num debate na comissão dos transportes e turismo e revelei um grande segredo: o de que o rio mais longo da União Europeia é o Danúbio. Desde então, os meus colegas deixaram de se surpreender com esta afirmação, e estou muito satisfeito por, sendo eu um dos primeiros responsáveis por isso, estar em posição de apoiar o começo do trabalho sobre uma estratégia de desenvolvimento para a bacia do Danúbio. Bem entendido, esta estratégia deve cobrir um certo número de aspectos, e, em particular, os que estão relacionados com o ambiente e a sua protecção, o desenvolvimento económico sustentável e o desenvolvimento de infra-estruturas de transportes, e, logicamente, exige o envolvimento de todos os países que utilizam os recursos aquáticos desta região. O facto de os países serem membros da União Europeia ou nossos vizinhos é absolutamente indiferente. O potencial de transporte, até agora apenas utilizado ao mínimo, bem como outras oportunidades de desenvolvimento, exigem que todo o processo arranque rapidamente. Vista a questão desta perspectiva, apoio totalmente o prazo relativamente apertado que a Comissão Europeia estabelece na resolução, e espero que, no próximo ano, a estratégia de desenvolvimento para a bacia do Danúbio constitua um dos planos de desenvolvimento fundamentais da

União Europeia. Pela sua parte, o Grupo GUE/NGL dá todo o seu apoio às intenções expostas na resolução e, evidentemente, expressará isso na votação.

**Jaroslav Paška, em nome do Grupo EFD.** – (SK) De acordo com as conclusões do Conselho Europeu de Junho de 2009, a Comissão Europeia começou a trabalhar na preparação de uma estratégia da União Europeia para a região do Danúbio com vista a melhorar a cooperação entre países da bacia do Danúbio e contribuir para aumentar a dinâmica do desenvolvimento económico e social nesta região.

A estratégia proposta deverá criar uma base para a coordenação de actividades dos países participantes no contexto dos actuais programas da União Europeia, sem exigências adicionais em termos de financiamento, instituições ou legislação específicos. A Comissão Europeia prestará apoio técnico e de coordenação. O projecto prevê a criação de oportunidades de cooperação com Estados não membros da União Europeia.

Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de aplaudir a iniciativa do Conselho Europeu com vista à criação de uma estratégia da União Europeia para a região do Danúbio e expressar o meu apoio a este projecto. Estou absolutamente convencido de que uma tal cooperação internacional coordenada tornará possível proteger mais eficazmente os ecossistemas do Danúbio por meio da acção conjunta de todos os países que o rio atravessa. Para milhões de Europeus, a qualidade da água potável depende de um Danúbio limpo. Por conseguinte, é natural que a protecção do curso de água e de toda a sua área envolvente relativamente à poluição deva ser um dos pilares fundamentais da cooperação privilegiada entre os países participantes.

Outro objectivo ambicioso da estratégia para o Danúbio é completar a via navegável em conformidade com os parâmetros adoptados pela Comissão do Danúbio. Isto acrescentaria uma nova e importante dimensão económica ao corredor de transporte aquático este-oeste e permitiria tornar navegáveis alguns dos maiores afluentes do Danúbio. Este novo impulso para o crescimento económico criaria também muitos postos de trabalho.

Numa altura em que a Europa procura fontes de energia renováveis e ambientalmente limpas, o rio Danúbio proporciona uma enorme fonte inesgotável justamente desse tipo de energia. Precisamos apenas de sacudir o pó de alguns projectos de centrais hidroeléctricas, avaliá-los em termos dos seus impactos ambientais e eficiência de rendimento, e executá-los.

Senhoras e Senhores Deputados, é minha firme convicção de que criar uma estratégia conjunta da União Europeia para a região do Danúbio constitui uma boa ideia que merece o nosso apoio político.

**Csanád Szegedi (NI).** – (HU) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Danúbio é um dos maiores corredores ecológicos para a Hungria e a União; é o sétimo corredor pan-europeu. Deste modo, o rio Danúbio desempenha um papel fundamental, e o partido Jobbik apoia os compromissos internacionais estabelecidos anteriormente pela República da Hungria com vista a concretizar este projecto, classificado pela Comissão Europeia como de alta prioridade, no ano de 2020. Este desenvolvimento caberia bem no conceito de auto-estradas do mar, que está igualmente incluído no Livro Branco da UE sobre a política europeia de transportes. Gostaria, porém, de chamar a atenção dos meus colegas para o facto de, ao contrário de outros, o movimento Jobbik pela Hungria ir apoiar o projecto, mas não em nome da busca do lucro. Durante a sua execução, queremos que sejam respeitados todos os padrões ambientais, garantindo assim uma largura da bacia óptima para o Danúbio e o caudal de água necessário para a navegação. Desta maneira, evitaríamos afectar as bases aquíferas e os tesouros naturais ao longo do Danúbio. Estamos convencidos de que o único modo de manter a região do Danúbio como uma região estável da Europa é anular os decretos de Beneš, que são discriminatórios para os cidadãos da Alemanha, da Áustria e da Hungria. Muito obrigado pela vossa atenção.

**Lambert van Nistelrooij (PPE).** – (NL) Senhora Presidente, de vez em quando surge a oportunidade de abrir novos caminhos, incluindo na política europeia. Até agora – sejamos francos – têm sido os Estados-Membros que estabeleceram muito claramente as prioridades para o seu próprio território. Sou holandês. Vivo do outro lado, a jusante do Reno e do Meuse, e o meu irmão tem uma exploração de gado leiteiro numa zona designada por bacia de retenção de cheias quando há demasiada água. Como é que pode haver demasiada água? Uma razão é, evidentemente, a chuva, mas outra é que não se tomaram medidas para reter esta água temporariamente na bacia superior do rio. Isto significa que a quinta do meu irmão nessa zona se encontra em risco.

O que quero dizer é que a questão aqui é, fundamentalmente, saber se somos capazes de trabalhar em conjunto para dar consistência ao novo objectivo da dimensão territorial estabelecido no Tratado de Lisboa. Isto implica desenvolver esforços no sentido de conseguir acordos mútuos através de toda a bacia do rio,



introduzindo uma palavra nossa nestes programas – no que respeita a transportes, ecologia e economia – e procurando resolver algumas coisas em conjunto. Sei isto porque também utilizámos juntos esta abordagem, passo a passo, no outro lado da Europa. A este respeito, não há almoços grátis, e este envolvimento tem evidentemente de fazer-se de baixo para cima. Por isso aprovo esta resolução. Nesta, temos como objectivo enfrentar em conjunto as questões administrativas que envolvem esta ampla abordagem, e pedimos à Comissão que se junte a nós. Concordo com a senhora deputada Constanze Krehl, do Grupo da Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas no Parlamento Europeu, em que não devemos pôr no mesmo cesto toda a nossa política em prol dessa grande região. Pelo contrário, precisamos de ter a coragem de seleccionar um certo número de coisas que podem ser enfrentadas e resolvidas a este nível territorial europeu. Dou, pois, a esta iniciativa o meu caloroso apoio, e fico a aguardar com grande interesse que a Comissão produza o documento pertinente.

**Inés Ayala Sender (S&D).** – (ES) Queria agradecer à senhora deputada Silvia Adriana Țicău por, em Setembro de 2008, ter organizado uma viagem de uma delegação da comissão de transportes e turismo ao longo do Danúbio, visitando ainda a foz do rio, ou seja, o delta onde ele vai encontrar o Mar Negro.

Fiquei assim muitíssimo impressionada com a história e o enorme potencial deste rio particularmente europeu, que atravessa dez países, seis dos quais estão já na União Europeia, e os outros são países vizinhos e candidatos.

Impressionaram-me igualmente as grandes desigualdades e os diferentes enfoques, consoante o Estados-Membros envolvidos. Alguns vêem-no como uma verdadeira jóia natural, depois de terem conseguido o mais alto nível de bem-estar e de desenvolvimento nas suas margens. Sentem a necessidade de recuar às origens de um rio que foi governado durante séculos. Também tenho de dizer que fiquei chocada por ver colónias de pássaros habituados a uma vida no rio que, pouco a pouco, precisamente por causa da restauração, por causa dos passos atrás, foram perdendo o seu habitat no rio, e enquanto antes estavam habituados a chapinhar as patas na água, hoje em dia não sei onde poderão estar.

Outros, após muitos anos de desenvolvimento adiado, vêem nele precisamente uma promessa de desenvolvimento e uma fonte de riqueza, comunicação e energia. Além disso, agora têm os seus direitos, depois de tantos anos a verem o rio como um símbolo de não comunicação, de bloqueio, de subdesenvolvimento ou mesmo de conflito. Concordo com eles quanto à imensa, imediata e urgente necessidade de restaurar o Danúbio enquanto via navegável para os transportes sustentáveis – há o Programa Marco Polo, que ainda está a ser muito mal utilizado – ou enquanto vector de desenvolvimento turístico ímpar – pois, evidentemente, as paisagens são espantosas – ou enquanto fonte de energia renovável.

Aqueles de nós que não temos a sorte de possuir estes rios europeus e transnacionais porque vivemos numa península, num canto da União Europeia – embora haja rios entre Portugal e Espanha e a sua gestão partilhada e transnacional seja um exemplo à escala europeia – é verdade, sim, que olhamos para a capacidade do Danúbio com inveja.

Apoiemos, pois, sem reservas a necessidade desta estratégia urgente para a região do Danúbio, para que a Europa seja mais completa, harmoniosa e sustentável.

**Filiz Hakaeva Hyusmenova (ALDE).** – (BG) Obrigado, Senhora Presidente, a estratégia para o Danúbio pode oferecer o potencial de uma efectiva concretização da Política de Coesão nesta região geográfica. Os Estados-Membros são parte interessada neste assunto e apresentarão propostas sobre isto no final do mês. Mas quantas foram discutidas publicamente? Quantos países lançaram o processo de consultas públicas?

Queria acentuar especificamente o papel fundamental que as regiões e cidades ao longo do Danúbio devem desempenhar no delinear desta estratégia. Estou a pensar nos organismos públicos, organizações não governamentais, empresas e cidadãos comuns locais. O seu envolvimento pode garantir que a estratégia irá ao encontro das exigências pertinentes, resolverá problemas e contribuirá para o desenvolvimento de cidades e aldeias, bem como da macro-região como um todo. Estou confiante em que a Comissão Europeia lhes dará a oportunidade de serem incluídos no processo de concepção da estratégia.

Gostaria de alertar para o perigo de as reuniões, as conferências e a informação, no sentido mais lato, e em conformidade com esse envolvimento, se centrarem nalgumas cidades principais, deixando as restantes de fora destes processos. As últimas podem também ponderar sobre a sua posição agora, na altura própria, e participar na tomada de decisões que irão afectá-las. Mesmo as vilas e aldeias mais pequenas poderão esboçar as suas medidas para a mudança, delinear condições e recursos e contribuir para a consecução dos objectivos.

A posição de destaque da estratégia facilitará o desenvolvimento abrangente, intensivo e simultâneo nos vários sectores, o que é também uma condição para um crescimento rápido e de elevada qualidade. Este deve ser o objectivo último da estratégia para o Danúbio, dado que as regiões mais pobres da União Europeia estão também localizadas na região do Baixo Danúbio. No Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, temos de declarar que enfrentar a pobreza e a desigualdade na região do Danúbio é um desafio que tem de ser vencido por esta estratégia. A situação nas regiões mais pobres, com as disparidades em termos de oportunidades e recursos, levanta também a questão particularmente importante do investimento. Deve-se pensar em criar um banco europeu dedicado ao Danúbio envolvendo os países interessados.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhora Presidente, tal como o senhor deputado Michael Theurer, que acabou de intervir, eu sou também da área da bacia hidrográfica europeia. Somos, de facto, renanos, mas, no entanto, estamos muito interessados no Danúbio, embora ele corra numa direcção com a qual as nossas trajectórias de vida têm relativamente pouco a ver.

Chegados aqui, gostaria de lhe pedir que não olhasse para a estratégia para a região do Danúbio apenas nos termos descritos por muitos dos oradores anteriores, mas também como uma oportunidade de integração cultural. Utilizando o exemplo do Danúbio, os jovens, em particular, podem tomar consciência de como podemos vencer o nacionalismo mal interpretado, e apreender e compreender estas enormes riquezas culturais – sejam elas os laureados com o prémio Nobel da literatura ou os famosos eventos musicais de vanguarda do festival de Donaueschingen que vão até ao delta. O que peço – é ainda possível ser um pouco mais ambicioso nesta fase inicial – é que incorpore uma identidade e coesão culturais na estratégia global, particularmente para os jovens.

**Evgeni Kirilov (S&D).** – Senhora Presidente, apoio veementemente esta estratégia da UE para a região do Danúbio. Historicamente, o rio Danúbio ligou o Oeste e o Leste da Europa e a pertença à região do Danúbio fez nascer um sentimento comunitário entre a população. Podemos dizer que isto facilitou a cooperação cultural e económica muito antes de ter surgido a ideia da integração europeia.

Esta estratégia é uma oportunidade de pôr em prática os valiosos princípios de solidariedade e cooperação. O documento deve assentar numa abordagem de baixo para cima, como alguns colegas, nomeadamente a senhora deputada Filiz Hyusmenova, já sublinharam. As suas prioridades devem vir dos municípios, regiões e cidades do Danúbio, e é muito importante que as autoridades regionais e a sociedade civil reconheçam a estratégia como o seu instrumento para uma melhor cooperação e coordenação. Assim, o que é preciso aqui é de uma verdadeira apropriação do processo.

Os países do Danúbio enfrentam problemas ambientais e infra-estruturais semelhantes. Eles desejam um desenvolvimento económico forte e anseiam por ter um melhor nível de vida para os seus cidadãos. Estou convencido de que a Estratégia para o Danúbio contribuirá para atingir estes objectivos e resolver problemas comuns através de um uso mais eficaz e eficiente dos fundos disponíveis, facilitará a realização de projectos comuns, e que os cidadãos europeus beneficiarão com os seus resultados.

Concordo também que é necessária uma abordagem comum que não contenha demasiadas prioridades. A Estratégia para o Danúbio será um excelente instrumento para aumentar significativamente a cooperação transfronteiriça nesta região, e estou absolutamente convicto de que a Comissão fará o seu melhor, e espero que assim seja, para apoiar totalmente a sua execução, nomeadamente através da afectação de recursos financeiros adicionais.

**János Áder (PPE).** – (HU) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os políticos citam frequentemente o provérbio que diz: "Não herdamos a Terra dos nossos antepassados; pedimo-la emprestada aos nossos filhos." Temos a responsabilidade de assegurar que os nossos filhos, netos e bisnetos tenham ar puro para respirar e água limpa para beber. É incrível o recurso de água doce situado por baixo do leito do Danúbio. A minha prioridade e a prioridade da Hungria é proteger esta água doce de todas as formas de poluição. Há questões importantes como os transportes, o turismo, a cultura, a preservação do património, mas todas elas ficam atrás da protecção dos nossos recursos hídricos. Não sei se a nossa iniciativa relativa à região do Danúbio, assunto das nossas actuais negociações, será ou não bem sucedida. Aquilo sobre que já estamos de acordo são antes princípios e coisas óbvias. O diabo, como todos sabemos, são os pormenores. Por isso gostaria de deixar muito claro que se formos além dos princípios e começarmos a discutir os pormenores, há um princípio de que nunca prescindirei. Se estamos a falar do Danúbio, a única forma de intervenção, a única forma de investimento e a única forma de desenvolvimento aceitáveis – e este é o meu ponto de vista – são as que não irão pôr em perigo o nosso aprovisionamento de água potável. Gostaria de poder olhar para os meus filhos e os meus netos de olhos nos olhos sem corar, e de lhes dizer que conseguimos

conservar o Danúbio tal como o herdámos, e o mesmo se aplica a outros rios europeus, como o Tisza. Não o destruímos; também eles o podem utilizar sem qualquer dificuldade.

**Nadezhda Neynsky (PPE).** – (BG) Senhora Presidente, gostaria de começar a minha intervenção com uma afirmação de Erhard Busek, Coordenador Especial do Pacto de Estabilidade, que disse em determinada altura – e vou citá-lo de memória: “Não podemos permitir que nenhum cidadão que viva ao longo das margens do Danúbio desenvolva um sentido de provincianismo.” A verdade é que, desde então, já bastante tempo se passou e o desenvolvimento da Estratégia Europeia para a região do Danúbio é ainda uma obra em curso, muito pouco se sabendo ainda sobre o seu estado actual.

Na realidade, o objectivo da Estratégia do Danúbio é que os municípios, as regiões e os países ao longo do curso do rio Danúbio se desenvolvam em conjunto. Esta iniciativa engloba 14 países com uma população que ultrapassa os 200 milhões de pessoas. No entanto, esses países divergem uns dos outros em termos do seu desenvolvimento económico. Os países do Baixo Danúbio têm o nível económico mais baixo. Permitam-me que chame a vossa atenção para três questões que se revestem de importância para o meu país, a Bulgária, as quais, a nosso ver, têm de ser resolvidas, juntamente com a necessidade de restabelecer... portagens nas pontes e de a Bulgária prolongar as estradas Byala-Ruse e Ruse-Shumen.

A parte búlgara do rio, se excluirmos as cidades de Ruse, que tem a única ponte que liga as duas margens do Danúbio, Vidin e Silistra, é talvez a região onde os municípios são os menos desenvolvidos em termos económicos. Esses municípios, 39 no total, ficam na periferia e o rio Danúbio ainda representa para eles uma barreira intransponível e não uma oportunidade. Em comparação, só em Budapeste, há nove pontes que ligam as duas margens do Danúbio, enquanto em toda a Bulgária há apenas uma. Esta análise constitui a base da proposta apresentada pelos presidentes das Câmaras dos municípios búlgaros situados ao longo do curso do Danúbio para a execução de um projecto que tem por objectivo a construção de uma via panorâmica que ligue as vilas e cidades ao longo das margens do rio Danúbio. Já foi chamada a atenção dos Ministros do Desenvolvimento Regional para este projecto. A segunda questão está associada à resolução dos problemas geo-ecológicos ao longo do Danúbio e tem a ver com a pureza da água. Muito obrigada.

**Olga Sehnalová (S&D).** – (CS) A Estratégia Europeia para a região do Danúbio é importante para o desenvolvimento de toda a região da bacia do rio Danúbio. São muitos os assuntos comuns. Gostaria de destacar aqui apenas alguns dos que também são importantes para os países que se integram no conceito mais alargado da região do Danúbio, como é o caso, por exemplo, da República Checa. Um deles é o domínio da gestão da água, incluindo o controlo das cheias. Dado que nesta região tem havido repetidamente cheias, é imperiosa uma abordagem integrada neste domínio.

Outro assunto é o que inclui acções de investimento em grande escala com o objectivo de assegurar melhores ligações de transportes na região e na sua ligação com as regiões vizinhas. Seria conveniente levar também este aspecto macro-regional em consideração na revisão já marcada da rede transeuropeia de transportes (RTE-T). Os projectos individuais não deveriam fazer concorrência uns aos outros. É vital estabelecer prioridades bem definidas e, ao mesmo tempo, os projectos deverão ter um carácter sustentável, respeitarem o ambiente e contare com o apoio evidente das autoridades autónomas locais e regionais e da opinião pública. Não são projectos isolados, mas sim a cooperação no seio da região com uma perspectiva supra-regional, que podem assegurar o desenvolvimento sustentável da região do Danúbio no futuro. Ao mesmo tempo, a Estratégia Europeia para a região do Danúbio poderá revelar-se um quadro de desenvolvimento compreensível e estabilizador para os Estados-Membros e também para os países que não pertencem à União Europeia, mas que se esforçam por colaborar, seja como países candidatos, seja com base na Política de Vizinhança.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, a estratégia para a região do Danúbio é um dos projectos mais importantes da actual política regional europeia, porque o Danúbio tem sido sempre uma artéria fluvial vital entre os diversos países da Europa Central e Oriental, que proporcionou ao longo da história uma base para a cooperação económica, mas também para o intercâmbio cultural. Estou aqui a pensar também nos resultados positivos da antiga monarquia austro-húngara.

Quais são as nossas expectativas? Temos grandes expectativas relativamente a este projecto, incluindo o desenvolvimento de uma mobilidade sã em termos de ambiente, que troque as estradas pelos barcos, a transferência do transporte de mercadorias para as vias férreas, a modernização e o agrupamento das estruturas industriais em lugares apropriados, cooperação em matérias ambientais e turismo – é particularmente desejado o ecoturismo – e, claro a atribuição da prioridade à investigação e desenvolvimento, e ainda muitas outras coisas. No entanto, tenho também expectativas em termos da utilização eficiente de recursos, tanto

financeiros como humanos. A riqueza da experiência e dos conhecimentos das pessoas desta região tem de ser reunida e concentrada. Tenho a expectativa de um aumento da qualidade de vida e de numerosas ideias boas e inspiradoras.

**Eduard Kukan (PPE).** – (SK) Na minha qualidade de deputado eslovaco a este Parlamento, gostaria de saudar a iniciativa de elaborar, aprovar e pôr em prática uma Estratégia Europeia para a região do Danúbio. Acredito que este projecto contribuirá para que a região se desenvolva de forma mais activa. Apraz-me também que esta estratégia fosse incluída no programa de dezoito meses das futuras presidências da União Europeia. Espero que ele se converta numa verdadeira prioridade para o período que se aproxima.

Também estou convencido de que este projecto contribuirá para o desenvolvimento dos transportes e para a protecção do ambiente e, em muitas regiões, se transformará numa plataforma adequada para uma cooperação mais estreita entre as regiões nele envolvidas. Ao mesmo tempo, gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de que, na preparação desta estratégia, se deveria colocar maior ênfase na protecção do ambiente, em especial na protecção da água potável. Provavelmente, não tardará muito que as fontes de água potável se tornem imensamente importantes em termos estratégicos, não apenas de um ponto de vista local, mas também de um ponto de vista europeu.

Neste contexto, a futura estratégia deverá prestar atenção à melhoria das fontes subterrâneas de água potável e à eliminação da poluição do Danúbio. Gostaria também de manifestar o meu apoio à inclusão neste projecto de determinados Estados não pertencentes à União Europeia, nomeadamente a Croácia, a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina e o Montenegro, e ainda mais dois países. Espero que este projecto contribua para melhorar a cooperação entre a União e estes países da região.

Para concluir, gostaria de exortar a Comissão a abordar da forma mais responsável possível o trabalho nesta estratégia e a assentá-la em objectivos e recursos realistas, tanto mais quanto é um facto que determinados países têm expectativas irrealistas a respeito da mesma.

**Zigmantas Balčytis (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me profundamente com os esforços dos meus colegas que insistem numa estratégia para a região do Danúbio.

Sendo natural da Lituânia, tenho perfeito conhecimento de que os Estados-Membros, por si só, não são capazes de fazer progressos significativos em termos de desenvolvimento económico, protecção ambiental, transportes sustentáveis e turismo, energia e muitas outras áreas. Estou certo de que as estratégias regionais podem ser mais eficazes e devem ser promovidas, porque desse modo os Estados-Membros agem no interesse comum.

Desejo que os meus colegas tenham a determinação necessária para atingirem os seus objectivos e creio que a nova Comissão ouvirá a sua voz, em especial porque o desenvolvimento sustentável figura entre as principais prioridades na agenda da Comissão.

**Miroslav Mikolášik (PPE).** – (SK) A região do Danúbio é tradicionalmente uma macro-região de grande potencial económico, social e cultural, cuja integração e crescimento económico sustentável precisam de ser sistemática e eficazmente aumentados. Por conseguinte, saúdo e apoio as medidas conducentes ao desenvolvimento de uma estratégia coerente e abrangente para a região do Danúbio a nível europeu.

Creio que o conteúdo da estratégia para a região do Danúbio será verdadeiramente o resultado de um debate especializado assente numa abordagem equitativa de todos os parceiros, de modo que nenhum Estado-Membro ou grupo de Estados receba benefícios e tratamento especiais.

Considero que as infra-estruturas de transportes, a economia sustentável e a protecção ambiental são as áreas fundamentais. Como rota de transporte europeia, a via aquática do Danúbio deverá constituir a base para uma rede de corredores de transporte para todos os modos de transportes, o que irá aliviar o transporte rodoviário e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua substituição pelo transporte aquático, menos intensivo em termos ambientais e económicos.

Para que o Danúbio passe a ser uma força motriz do desenvolvimento económico, é necessário que determinados afluentes passem a ser navegáveis e sejam concluídas as ligações a outros corredores de transporte principais. O desenvolvimento de infra-estruturas deverá conduzir à eliminação do isolamento de regiões fronteiriças, promover as pequenas e médias empresas e contribuir para o desenvolvimento no domínio social.

Ao formular a estratégia, porém, não podemos esquecer a questão da segurança dos transportes, da segurança do ambiente, da protecção contra as inundações e da luta contra a criminalidade transfronteiras. O aumento da interligação com países que não fazem parte do espaço de liberdade, segurança e justiça não pode facilitar o afluxo da criminalidade internacional nem facilitar o contrabando e o tráfico de seres humanos. Gostaria igualmente de frisar que a execução da estratégia tem de respeitar os direitos dos Estados-Membros e dos governos regionais e locais que estão próximos dos cidadãos e conhecem as suas necessidades.

**Evelyn Regner (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, a estratégia para a região do Danúbio poderá ser um exemplo maravilhoso de uma estratégia regional para a utilização de recursos disponíveis de uma forma coordenada numa região geográfica e culturalmente unificada, que resolva problemas e, sobretudo, derrube barreiras na mentalidade das pessoas.

A este respeito, há duas áreas que me preocupam particularmente. A primeira é assegurar que o mercado de trabalho não seja apenas um mercado aberto, mas também regulamentado de forma adequada e cooperativa. Fugas de cérebros e deslocações de casa para o trabalho e do trabalho para casa são ocorrências diárias na região do Danúbio, o mercado de trabalho está sob pressão e, a partir de 2011, a região constituirá mais ou menos um mercado de trabalho integrado. Precisamos aqui de mecanismos de compensação coordenados. A segunda preocupação de especial importância neste contexto é que esta seja uma oportunidade para a inovação e a investigação cooperativa. Estou a pensar nomeadamente na navegação em águas interiores, que bem precisa de um impulso no sentido de uma tecnologia ecológica.

**Ádám Kósa (PPE).** – (HU) Gostaria de saudar a Estratégia do Danúbio, tomada em consideração aquando da criação de várias políticas da União Europeia. É uma estratégia que tem a ver com o turismo, visto este ser de grande importância, e o projecto de resolução deverá referir igualmente que as organizações não governamentais, por outras palavras, a sociedade civil, também devem ser incluídas nesta estratégia. Ao falar do desenvolvimento do Danúbio, deveremos considerar também a educação, a integração social e a aceitação social. A estratégia diz que as redes RTE-T devem receber apoio. Se me é permitido, gostaria também de destacar a importância do ecoturismo, visto este ser precisamente o tipo de actividade que pode apoiar o futuro do Danúbio.

Na minha opinião, o Danúbio é um elo entre culturas diferentes e é também uma forma de ligar culturas maioritárias, o que constitui um dos princípios fundamentais da União Europeia. É igualmente importante sublinhar que é necessário que nos mantenhamos realistas. Não deveremos criar desejos difíceis de concretizar nem pôr-nos a sonhar, e deveremos incorporar na estratégia apenas metas concretizáveis; ao fim a ao cabo, desde 1830 que sabemos que precisamos de uma política supranacional. Na realidade, isso acontece desde que o Conde Széchenyi, um dos mais importantes húngaros, desenvolveu um grande esforço para transformar esta área numa área de política supranacional. A Estratégia do Danúbio prova que o Danúbio é de facto um rio supranacional.

**Karin Kadenbach (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, na minha opinião, o objectivo geral da política é criar as condições-quadro necessárias para se conseguir uma qualidade de vida que seja o mais elevada possível. É partindo desta premissa que eu gostaria também de olhar para a Estratégia Europeia para a região do Danúbio. O Danúbio é uma via de importância vital, já hoje o ouvimos dizer, e a região do Danúbio é o lugar de vida. O Danúbio deverá ser e tem de ser um corredor de transporte. É uma fonte de energia eléctrica – temos um grande número de centrais eléctricas. O Danúbio é uma reserva natural e tem de ser protegido para conservar a sua biodiversidade, mas é também uma área protegida para lazer e turismo. O Danúbio é uma fonte de vida para a agricultura e as pescas, mas – como também referiu a senhora deputada Regner – é-o igualmente para futuros postos de trabalho. No entanto, o Danúbio é também uma fonte de perigo – basta pensar nas cheias do ano passado.

A fim de continuarmos a desenvolver a qualidade de vida atrás mencionada para todos os que vivem na região do Danúbio, necessitamos de um desenvolvimento de toda a região que seja conjunto, sustentável e, acima de tudo, seguro em termos ambientais, a fim de fazer dela uma região chave da Europa para o século XXI. O objectivo tem de ser o de tornar os recursos disponíveis mais eficientes em termos de cooperação territorial e utilizá-los de forma mais eficaz.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (RO) Penso que elaborar uma estratégia ponderada e fornecer os recursos financeiros necessários poderá melhorar consideravelmente a qualidade de vida dos habitantes da bacia do Danúbio. Neste momento, há instrumentos financeiros disponíveis para projectos de infra-estruturas e desenvolvimento económico ou para protecção ambiental, mas esses recursos apenas podem ser utilizados por Estados-Membros e pelos Estados seus vizinhos.

Há que prestar especial atenção a este aspecto e, de futuro, não devemos excluir a possibilidade de encontrar outras fontes de financiamento para além dos fundos comunitários. É bem sabido que os outros Estados não possuem os recursos financeiros necessários, o que impossibilita qualquer desenvolvimento coeso ao longo do Danúbio de uma perspectiva infra-estrutural e económica. É por isso que as autoridades regionais respondem de maneiras diferentes aos problemas com que se confrontam.

Tanto quanto sabemos, a Comissão está a considerar a hipótese de consultar os parceiros locais com vista a assegurar o desenvolvimento sustentável. A questão é a de saber se a Comissão também está a considerar a hipótese de cooperar com grupos de peritos a nível regional, a fim de elaborar a estratégia. A questão é ainda a de saber se os objectivos desta estratégia deverão figurar como parte da execução da coesão, da utilização do potencial económico e em matéria de transportes do Danúbio e da protecção do rio, do seu ecossistema e da qualidade da água.

Gostaria de referir também que o Danúbio constitui o Projecto Prioritário 18 enquanto parte da RTE-T (Rede Transeuropeia de Transportes), e a Comissão acaba de dar início a um vasto processo de revisão da política relativa à rede transeuropeia de transportes, devendo estar concluída, segundo o calendário previsto, em Maio de 2010 uma comunicação sobre o assunto.

Isto levanta a questão do modo como prevemos que os aspectos relativos à política de transportes aplicável nos Estados-Membros da União Europeia se co-relacionem com esta estratégia, o que naturalmente também tem em conta Estados não comunitários presentes na região do Danúbio.

**Monika Smolková (S&D).** – (SK) A Eslováquia congratula-se com esta iniciativa. O facto de o seu coordenador nacional ser o Vice-Primeiro-Ministro sublinha a importância que a Eslováquia atribui à Estratégia do Danúbio. O projecto inicial da posição da Eslováquia sobre a Estratégia do Danúbio foi discutido pelo Conselho. Ministérios, regiões autónomas, municípios e empresas continuam a trabalhar sobre a estratégia.

Os três pilares propostos pela Comissão – conectividade, protecção ambiental e desenvolvimento socioeconómico –, devem formar a base de toda a estratégia. Na minha opinião, para além destes pilares, é necessário que coloquemos a ênfase na cooperação entre Estados-Membros e Estados que não são membros da União Europeia situados na bacia do rio Danúbio. A fim de encontrarmos uma solução abrangente para o desenvolvimento da região do Danúbio, é necessário tratar das prioridades dos países numa base de igualdade e em contextos mútuos.

Por isso, gostaria de perguntar que tipo de cooperação foi declarado por Estados que não são membros da UE; estou especificamente interessada na Moldávia e na Ucrânia.

**Iosif Matula (PPE).** – (RO) Creio que temos de manifestar o nosso apoio a uma estratégia europeia para a região do Danúbio, tanto mais quanto a adesão da Roménia e da Bulgária à UE foi benéfica do ponto de vista de que, neste momento, uma grande parte do rio, que se estende por mais de 2 800 km, atravessa território da União.

A Estratégia do Báltico foi fundamental para a abertura da perspectiva de macro-regiões. A Estratégia do Danúbio assinala um novo passo na mesma direcção. Uma das prioridades da Estratégia do Danúbio deve ser o enfoque no sector económico, mais especificamente, no desenvolvimento da capacidade que tanto o Danúbio como a região vizinha têm para oferecer no domínio da energia. Em consequência da crise do gás em Janeiro de 2009, a Roménia está já a envidar esforços a nível europeu no sentido da interligação das suas redes de gás às dos Estados vizinhos através dos projectos Arad-Szeged, Giurgiu-Ruse, Isaccea e Negru Vodă. No entanto, é também necessário aumentar os esforços para encontrar fontes alternativas e renováveis.

Congratulo-me com o facto de a Estratégia Europeia para a Região do Danúbio ter de tomar em consideração a análise e a adequação dos objectivos, tais como o desenvolvimento de infra-estruturas no domínio da energia, especificamente, novas redes de transporte e nova capacidade de produção de energia eléctrica, a promoção da produção de energia a partir de fontes renováveis, novas centrais hidroeléctricas, centrais de energia eólica, biocombustíveis e a continuação de programas para o desenvolvimento de centrais nucleares, como a de Cernavodă.

A primeira prioridade tem de ser a protecção do ambiente na bacia do Danúbio. Tendo isto presente, a União Europeia tem de ser envolver, juntamente com os países ribeirinhos, na conservação do ecossistema do Delta do Danúbio, o que significa também fazer parar completamente o projecto do Canal de Bástroe. Não podemos permitir que interesses económicos errados de um Estado vizinho da UE provoquem uma catástrofe ecológica no Delta do Danúbio.

**Danuta Maria Hübner (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, hoje em dia, muitos dos desafios que enfrentamos não dizem respeito a fronteiras, sejam políticas, sejam administrativas. O número de problemas e desafios partilhados aumentou na Europa e o mesmo aconteceu com a necessidade de os resolver por meio de esforços partilhados.

Foi por isso que a Comissão Europeia, inspirada pelo Parlamento Europeu e em resposta à decisão do Conselho, elaborou a Estratégia do Mar Báltico e enveredou agora pelo processo de preparação da Estratégia do Danúbio. Estas estratégias permitem que as regiões e os países nelas envolvidos respondam conjuntamente a problemas existentes e explorem conjuntamente oportunidades existentes. Graças a estas estratégias, existe a possibilidade de na União a cooperação e a coesão serem maiores e mais profundas e, através disso, haver mais crescimento e mais emprego, melhor competitividade e melhor qualidade de vida para os nossos cidadãos.

Nós, na Comissão REGI do Parlamento Europeu, temos a expectativa de que a Estratégia do Danúbio venha a ser uma estratégia orientada para a acção, assente numa melhor coordenação entre entidades interessadas e bem assim numa melhor exploração de sinergias entre políticas e fundos disponíveis no terreno. Na minha qualidade de presidente da Comissão REGI, a principal comissão do PE para a presente estratégia, posso assegurar-lhe, Senhor Comissário, o nosso apoio e a nossa abertura à consecução de uma boa cooperação com a Comissão em todas as fases da vida da Estratégia do Danúbio.

**Jan Olbrycht (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, depois de ouvir este debate, tenho a impressão de que a maior parte de nós está a discutir objectivos, orientações e prioridades, ao passo que as questões fundamentais surgiram relativamente aos meios de execução. Vamos lidar com uma política horizontal, que utilizará os instrumentos de diferentes políticas tendo simultaneamente uma política principal, ou vamos lidar, em vez disso, com um sistema de parceria e cooperação sem instrumentos específicos separados e sem um sistema institucional separado? Estas são questões de grande importância, porque não queremos que haja desilusões relativamente às expectativas da estratégia. Temos de saber exactamente se vamos lidar com um novo método macro-regional ou com um sistema de cooperação territorial alargada. Estas são perguntas para as quais temos de encontrar uma resposta o mais rapidamente possível.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) Senhora Presidente, dentro de uma ou duas décadas a água doce e os alimentos passarão a ser itens estratégicos, como hoje o são o petróleo bruto e o gás natural. Por isso, gerir e conservar a nossa água é extremamente importante para toda a União Europeia, e particularmente para a região do Danúbio. Actualmente, lutamos contra cheias, excesso de água e, ao mesmo tempo, estas águas atravessam pura e simplesmente o nosso território. Na Hungria, na região entre os rios Danúbio e Tisza, a planície arenosa apresenta já realmente sinais de uma grave desertificação.

É por isso que precisamos com tanta urgência desta Estratégia do Danúbio, que será uma prioridade da Presidência húngara em 2011. Portanto, congratulo-me com o debate de hoje, porque temos uma abordagem complexa que nos permite reforçar simultaneamente domínios de política regional, protecção ambiental, navegação, desenvolvimento económico, criação de emprego e turismo. E o debate de hoje demonstrou que o Danúbio pode criar paz entre Estados que têm divergências e tensões, como em tempos disse o nosso grande poeta Attila József.

**Elena Băsescu (PPE).** – (RO) Desde o preciso momento em que apresentei a minha candidatura ao Parlamento Europeu, senti que o Danúbio tinha um importante potencial para oferecer à UE, um potencial que não tinha sido utilizado na sua máxima capacidade. A via navegável de transporte Reno-Meno-Danúbio, que liga o Mar do Norte, via porto de Roterdão, e o Mar Negro, via porto de Constança, pode passar a ser a coluna vertebral da Europa.

A nova Estratégia do Danúbio vai ser aprovada, ao que parece, muito provavelmente durante a Presidência húngara. Esta irá concentrar a sua atenção em áreas como a dos transportes, do desenvolvimento económico e da protecção ambiental. Uma das principais barreiras ao desenvolvimento dos transportes na via navegável Reno-Meno-Danúbio tem a ver com os diferentes conjuntos de normas que os navegadores precisam de aplicar. Infelizmente, parece que até agora tem faltado a vontade política para harmonizar esses regulamentos.

A conferência de Ulm, a que vou assistir nos dias 1 e 2 de Fevereiro, assinala um primeiro passo no processo de consulta. A Roménia ofereceu-se para organizar uma série de conferências sobre este assunto, incluindo a conferência ministerial em Junho de 2010.

**Ivailo Kalfin (S&D).** – (BG) Senhora Presidente, Senhor Comissário, ao longo dos anos, foram numerosas as iniciativas relativas ao desenvolvimento da cooperação ao longo do maior rio da Europa nas áreas dos transportes, da ecologia, da cultura, da educação e do comércio, para referir apenas algumas. No entanto,

todos estes numerosos projectos colocam, de momento, um problema. Não apresentam nenhuma solução. O resultado é exactamente o oposto do que se esperava. Há uma falta de cooperação adequada e eficaz, não há coordenação, não há objectivos comuns nem sinergia de esforços. O que pedimos que resulte da sinergia que vai ser desenvolvida pela Comissão Europeia é que ela não se transforme num instrumento entre muitos outros instrumentos para a cooperação ao longo do Danúbio, mas que seja realmente o instrumento gerador de uma sinergia comum, que promova a coordenação e combine as oportunidades resultantes das diversas iniciativas existentes nesta região. Isto, conjugado com a participação activa do mais vasto grupo de intervenientes, incluindo o Parlamento Europeu e os cidadãos, constitui a única maneira possível de criar uma sinergia que seja benéfica para todos os cidadãos dos 14 países banhados pelo Danúbio. Esta é também uma mensagem que desejo transmitir-vos, saída de uma importante conferência organizada há umas semanas por estudantes da Universidade de Ruse. Muito obrigado.

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, a força da União Europeia reside na cooperação de Estados e regiões para a resolução de problemas comuns e também na execução de programas de desenvolvimento. Temos alguns bons exemplos dessa actuação. Há, por exemplo, a Parceria Mediterrânica, a Estratégia do Mar Báltico e o programa que hoje estamos a debater – a Estratégia do Danúbio. Esta ideia é um óptimo exemplo de política de coesão territorial, assente no carácter sustentável do ambiente natural, da economia e da sociedade. Esta iniciativa vai certamente contribuir para promover a cooperação entre os antigos e os novos Estados-Membros, bem como os possíveis futuros Estados-Membros. Temos muitas iniciativas e formas de cooperação deste tipo e devemos, por isso, envidar esforços no sentido da harmonização da política da União e concentrar-nos no reforço da natureza desta estratégia como iniciativa conjunta. Como é que a União tenciona reforçar e integrar os programas de cooperação existentes na região? Os trabalhos relativos à estratégia e à sua execução estão muito ou pouco adiantados?

**Katarína Neveďalová (S&D).** – (SK) Para nós, Eslovacos, o Danúbio costumava ser um símbolo de liberdade. Hoje vemo-lo como um símbolo de cooperação. Congrega Estados-Membros da União Europeia e Estados que não fazem parte da União, e a cooperação regional na região do Danúbio proporciona uma excelente base e excelentes condições de cooperação para que estes Estados que não são membros da União nela se integrem.

É muito importante para esta região ter uma estratégia, não apenas pela necessidade de criar um corredor de transporte e uma ligação entre o Mar do Norte e o Mar Negro, mas também porque esta região constitui o maior reservatório de água doce potável existente na Europa. Face ao aquecimento global e às alterações climáticas, este será um aspecto cada vez mais importante.

É necessário proteger a região do Danúbio das cheias e assegurar o seu desenvolvimento sustentável para as gerações futuras. O Danúbio tem de continuar também a ser um símbolo para as gerações futuras. Liga várias capitais, incluindo as duas cidades capitais mais próximas uma da outra em todo o mundo, Bratislava e Viena, e também Bratislava e Budapeste, e isto para nós, povo da Europa Central, é um facto realmente importante e simbólico. Gostaria de agradecer à deputada Silvia-Adriana Țicău o facto de, graças ao seu entusiasmo, ter sido possível realizar este debate no Parlamento Europeu.

**Csaba Sógor (PPE).** – (HU) O Danúbio molda a vida e a história da Europa Central e de Sudeste. Em 1823, foram concedidos a Andrews e Prichard direitos exclusivos de navegação em determinados corredores de transporte nos territórios austríacos. Criaram então uma sociedade anónima com sede em Viena. Em consequência do Tratado de Paris de 1856, o baixo Danúbio pôde ser aberto à navegação, o que contribuiu para o desenvolvimento económico da região. Actualmente, a paz e o bem-estar duradouros criados pela UE são uma garantia de resposta a potenciais desafios. Atendendo ao contexto histórico, poderíamos perguntar por que razão os primeiros passos foram um pouco hesitantes. Estou a pensar no Intergrupo. Talvez fosse porque não era possível conciliar os interesses húngaros, romenos, alemães e austríacos. Temos de recordar a nossa história. A região conheceu uma situação positiva quando conseguimos conciliar interesses muitas vezes contraditórios sem afectar negativamente os nossos valores.

**Kinga Göncz (S&D).** – (HU) Também eu gostaria de saudar o compromisso que estamos aqui a assumir, que poderá eventualmente ser o primeiro passo para a concretização das questões que hoje aqui temos estado a debater. No que diz respeito à Hungria, o Danúbio é particularmente importante. Isso reflecte-se também nas prioridades da nossa Presidência em 2011. A Hungria é o único país inteiramente situado dentro dos limites da bacia do Danúbio, com os perigos e as vantagens correspondentes desse facto. Alguns aspectos já aqui foram referidos. Gostaria de abordar um aspecto ligeiramente diferente que foi ocasionalmente referido no debate de hoje. Se esta estratégia for bem sucedida, pode realmente contribuir para o desenvolvimento de uma identidade do Danúbio, vencendo conflitos e traumas históricos, promovendo a



coexistência entre povos diferentes ao longo do Danúbio e gerando uma cooperação civil muito mais intensa do que até aqui. Fazemos sinceros votos de que caminhemos nessa direcção.

**Olli Rehn**, *Membro da Comissão* – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer a todos os senhores deputados que participaram neste debate a horas já bastante tardias.

Desejo felicitar-vos pelo vosso nível de interesse e dedicação ao assunto. Devo dizer também que estou impressionado com a profundidade dos conhecimentos e da experiência acerca da região do Danúbio demonstrados neste debate. Considero que se trata de um trunfo precioso para a União na preparação da Estratégia do Danúbio. Estou certo de que a Comissão e o Parlamento vão desenvolver uma estreita colaboração durante esta fase de preparação. Esta é a minha resposta à minha amiga e ex-colega Danuta Hübner e a muitos outros de vós que manifestaram esta preocupação da cooperação entre a Comissão e o Parlamento.

É de facto um desafio conjunto para nós melhorar sistemas de comunicação sustentáveis em termos ambientais, estradas e pontes, e proteger o ambiente e preservar reservas de água na Região do Danúbio. Trata-se de salvar e modernizar *die schöne blaue Donau* e a sua envolvente mais alargada.

Portanto, para concluir, gostaria de agradecer o vosso apoio à Estratégia do Danúbio. Vamos trabalhar juntos. A Comissão está pronta e disposta a escutar atentamente as propostas que ainda lhe sejam apresentadas e a colaborar convosco nos próximos meses para levar por diante esta importantíssima estratégia.

(Aplausos)

**Presidente.** – Comunico que recebi cinco propostas de resolução<sup>(1)</sup> para encerrar o debate apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento. Está encerrado o debate. A votação terá lugar na quinta-feira, 21 de Janeiro de 2010.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Ioan Mircea Paşcu (S&D)**, *por escrito.* – (EN) A região do Mar Negro, para a qual a UE apenas elaborou uma sinergia, sublinhando a sua posição geoestratégica de ponte, mas também a sua própria hesitação em se ocupar das complexidades geopolíticas do local, torna-se parte integrante do rio Danúbio. Não esqueçamos que, já em 1856, quando esta região foi previamente objecto das atenções do mundo, um dos resultados foi um estatuto regulamentar do rio Danúbio a nível europeu. Foi nessa altura que a Comissão do Danúbio, um órgão que ainda hoje existe, foi fundada e construído o sector marítimo do rio. Do mesmo modo, também hoje o rio Danúbio é objecto das atenções, uma vez que a UE se transformou fisicamente num actor do Mar Negro. Só que, algo que não acontece com a região do Mar Negro, o rio Danúbio está quase totalmente sob controlo da UE. Agora que o principal bloqueio do rio – a situação existente na Sérvia – vai ser removido, não percamos esta oportunidade e dediquemos a nossa plena e séria atenção a este rio, convertendo-o assim na via navegável verdadeiramente europeia de que todos beneficiaremos.

**Richard Seeber (PPE)**, *por escrito.* – (DE) Ao longo de toda a história, o Danúbio tem desempenhado um papel fulcral na Europa. Os Estados-nação com interesses nesta região desenvolveram uma interacção intensa muito antes da fundação da União Europeia. Penso, por isso, que é uma medida importante utilizar a Estratégia do Danúbio para aproximar estes países ainda mais uns dos outros no quadro da política regional. Neste contexto existem muitos pontos de contacto. Encontram-se, por exemplo, na área da economia, mas também nas áreas da cultura, da política ambiental, da segurança energética e da Política de Vizinhança. As macro-regiões são instrumentos ideais para lidar com desafios transfronteiriços. Para que a macro-região do Danúbio se salde por um êxito duradouro são essenciais um planeamento e uma preparação meticolosos e a longo prazo. O valor acrescentado europeu de uma macro-região será particularmente evidente nas áreas da preservação da biodiversidade e da geração de energia sustentável.

A fim de que esta cooperação seja bem sucedida, a estratégia para a região do Mar Báltico, que já pode ficar registada como um projecto europeu coroado de êxito, oferece um bom modelo de comparação. Como austríaco, político que se dedica à política regional e relator sobre numerosos documentos comunitários relacionados com a água, dou o meu apoio expresso a esta iniciativa e faço votos de que a Estratégia do Danúbio abra novas dimensões de coesão territorial para os países situados ao longo do curso do Danúbio.

**Georgios Stavrakakis (S&D)**, *por escrito.* – (EL) A aprovação de uma estratégia para a região do Danúbio será a jóia da coroa da cooperação desenvolvida entre Estados-Membros, autoridades locais, ONG,

<sup>(1)</sup> 1 Ver acta

organizações da sociedade civil e outros intervenientes na região a nível nacional ou regional. A componente vital desta cooperação é que ela segue o seu curso sem pressas, atravessando fronteiras nacionais, regionais, locais ou mesmo administrativas, porque constitui a resposta a necessidades reais da vida diária das pessoas da região, uma resposta formulada através da iniciativa e participação de diversos níveis de governação, e não algo que é imposto, provando assim que a governação a múltiplos níveis pode proporcionar estas soluções a nível local. Apesar do facto de a região do Danúbio não afectar apenas Estados-Membros da UE, mas também países candidatos à adesão e Estados directamente ligados à Política Europeia de Vizinhança, a realidade demonstra que, se bem que nem todos os intervenientes envolvidos pertençam à UE, eles partilham, ainda assim, desafios comuns que não param nas fronteiras da União e que requerem uma acção comum para poderem ser alvo de uma resposta eficaz. A aprovação da estratégia será a prova de que a UE tenciona continuar a fazer uso de tudo o que foi alcançado até à data na região por meio de recursos europeus.

**Iuliu Winkler (PPE)**, *por escrito*. – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de saudar a proposta de projecto de resolução pluripartidário acerca da estratégia europeia para a região do Danúbio, porque ela se encaixa exactamente nos moldes de novos processos europeus encetados com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Devido ao acréscimo do papel que desempenha, o Parlamento Europeu está a provar a sua capacidade de tomar iniciativas relativamente a questões de grande importância, como a Estratégia do Danúbio. A meu ver, porém, quando debatermos a estratégia, deveremos pensar em algo mais do que apenas a soma de elementos económicos, ambientais, ligados aos transportes e ao turismo, e gostaria, por isso, de pôr em destaque o significado político da estratégia, o facto de que o processo de planeamento e cooperação envolve todos os países situados ao longo do Danúbio, incluindo também os que não são Estados-Membros, como a Sérvia e a Ucrânia. Para estes países, o papel que desempenham na Estratégia do Danúbio é um meio importante para crescerem mais perto da Europa, facilitando também desse modo a sua futura adesão à União. Como eurodeputado húngaro da Roménia, estou convencido de que esta iniciativa e o potencial da Política de Vizinhança melhorarão as circunstâncias das comunidades húngaras que vivem na Sérvia e na Ucrânia. Gostaria de acrescentar que os eurodeputados húngaros que trabalham no Parlamento Europeu têm um compromisso comum relativamente ao futuro europeu de comunidades húngaras que vivem na bacia dos Cárpatos, mas fora dos limites da UE. Uma das mais variadas regiões multiculturais da Europa está situada ao longo do curso do Danúbio; daí que a preservação e divulgação de tradições históricas e pertencentes às comunidades, o diálogo cultural e a protecção comum de edifícios e monumentos históricos possam ser, no seu conjunto, componentes da Estratégia do Danúbio que reforcem a região e a tornem única.

## **16. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta**

## **17. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 23.55)*